

Pierre Milza

OS ÚLTIMOS DIAS DE MUSSOLINI



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

Pierre Milza

Os últimos dias de Mussolini

Tradução:
Clóvis Marques



Sumário

Introdução

Prólogo

O Manifesto de Verona
Sob o domínio alemão
A guerra civil
O último encontro com o Führer

1. Adeus, Milão!

O projeto de "reduto alpino"
Calmaria milanesa
Tratativas alemãs e ilusões fascistas
Retorno a Milão
A fuga

2. Como, primeira etapa

"Estou sozinho, tudo acabou"
A volta de Claretta

3. A caminho de Menaggio

Pavolini reaparece

O mais fascista dos fascistas

4. A detenção de Mussolini

Pavolini banca o "comandante de tanque"

Confronto em Musso

Dongo

5. Apostas e manipulações

Quem quer a cabeça de Benito Mussolini?

O *coronel Valerio* entra em cena

6. Interrogatórios

Uma "brigada internacional" no coração da Resistência combatente

Mussolini em Germasino

Claretta desmascarada

7. Reencontro

Volta de Mussolini a Dongo

De Dongo a Bonzanigo

8. A missão do *coronel Valerio*

Preparativos

Valerio exige, *Pedro* resiste

9. Última noite, última manhã

Enfim, só

10. A execução

A citação duvidosa do *coronel Valerio*

Valerio contestado

Os fuzilados de Dongo

11. *Post mortem*

Piazzale Loreto

Debate em torno de um tiranicídio

Autópsia e tribulações do cadáver de Mussolini

12. Controvérsias e acertos de contas

Luigi Longo, inspirador e principal executor do Duce?

A tese da dupla execução

Claretta teria sido torturada e violentada?

A eliminação de Mussolini: uma questão política?

13. Em busca do “tesouro de Dongo”

Banditismo de Estado

Primeiros desfalques, primeiros balanços

Que foi feito do “fabuloso tesouro” de Mussolini?

O processo do “ouro de Dongo”

14. A pista dos serviços secretos

Roosevelt contra Churchill: a guerrinha dos serviços secretos

O que é revelado pelos arquivos do OSS

Que foi feito dos arquivos de Mussolini?

As estranhas férias de Winston Churchill

A "pista inglesa"

E no entanto...

Os ingleses sempre ganham a última batalha?

Conclusão

Notas

Quem é quem

Referências bibliográficas

Introdução

BENITO MUSSOLINI MORREU duas vezes. A primeira, em 25 de julho de 1943, após muito tempo como “guia” todo-poderoso da Itália fascista. A segunda, em 28 de abril de 1945, quando foi abatido pelas balas de *partisans* italianos, que levaram a cabo o “juízo” dos dirigentes do movimento insurrecional milaneses.

O tema principal deste livro são os dias que antecedem a eliminação do Duce, de sua amante, Clara Petacci, e de cerca de quinze dirigentes da República de Salò. Mas as rajadas e os tiros das armas automáticas que pontuam os últimos segundos da vida de Mussolini e Claretta são apenas o ápice de uma tragédia que envolve todo o povo italiano e que se chama “guerra civil”. Tragédia que teve prosseguimento, após a morte dos dois personagens principais, com a macabra exposição de seus despojos na *piazzale* Loreto de Milão, e cujo primeiro ato se deu vinte meses antes, com a ordem de Hitler para que seu “melhor amigo” retomasse a chefia de um Estado italiano fascista, aliado da Alemanha, cujo chefe prometera em Berlim, em 1937, acompanhar o Führer “até o fim” (*fino in fondo*).

Com efeito, quando Mussolini cai, Hitler só tem mais 48 horas de vida, enterrado em seu bunker em Berlim, onde há dez dias reinava como soberano louco sobre uma corte de mortos-vivos. Para o historiador do fascismo – e não só do italiano –, era grande a tentação de se inspirar no belo trabalho do alemão Joachim Fest, *Os últimos dias de Hitler*, seguindo passo a passo, hora a hora, a última viagem do ditador italiano à beira do lago de Como, cenário, na época em que se situa nossa narrativa, de uma luta sem trégua entre as milícias de camisas-negras de Alessandro Pavolini e os militantes comunistas, a maioria das brigadas garibaldinas. A cilada teria sido contar uma história que não ocorreu. Atribuir a Mussolini

discursos que não pronunciou, gestos que sequer esboçou, sentimentos sem qualquer indício concreto.

Vê-se, portanto, que meu objetivo não é acrescentar versões mais ou menos rocambolescas às que já foram oferecidas por dezenas e dezenas de trabalhos, sem outro resultado que não o de tornar um pouco mais indecifrável o thriller das últimas horas de vida do dirigente fascista. Neste livro, o leitor encontrará, se não uma resposta definitiva a todas as questões levantadas pela execução do Duce, pelo menos a exposição dos principais elementos do dossiê. Caberá a ele optar, como eu mesmo tentei fazer, pelo que lhe pareça mais verossímil.

O mistério permanece tanto mais opaco na medida em que ativa mecanismos ainda hoje muito poderosos. A morte de Mussolini inscreve-se, com efeito, num contexto que não é apenas o da guerra entre os aliados do Ocidente e o que restava da coalizão hitlerista. Ela constitui, a um só tempo, um confronto entre os dirigentes ocidentais e os soviéticos e também entre britânicos e americanos. Opõe – ou dilacera – ainda mais os italianos uns aos outros: fascistas contra antifascistas, comunistas em posição de força mas em concorrência com outros representantes da Resistência, por sua vez igualmente divididos. De um lado, aqueles que, cumprindo ordens de Togliatti, ou seja, de Stálin, pregam a contenção e a conciliação com a monarquia; de outro, os que, alinhados com Longo e consortes, conclamam à revolução imediata.

No decorrer das décadas, a relação de força entre esses diversos protagonistas mudou. A Segunda Guerra Mundial chegou ao fim imediatamente após os acontecimentos de Mezzegra e Dongo, logo sendo substituída pela Guerra Fria. Esta, por sua vez, também terminou ao mesmo tempo em que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desaparecia e o comunismo desmoronava, pelo menos no Ocidente. Permanece, o que não é pouca coisa, a oposição clássica direita/esquerda, uma guerra civil verbal que, especialmente na Itália, berço do fascismo, continua a opor os que ainda estão, de modo incondicional, ligados aos “valores da Resistência” e ao pacto fundador da democracia italiana e

aqueles que pregam o reconhecimento dos “valores patrióticos” atribuídos, não sem críticas, aos defensores persistentes da República social.

Toda a produção editorial – que é imensa – a respeito do fim de Mussolini está impregnada, em diferentes graus, desses pressupostos ideológicos. E para o historiador em busca de certezas, a dificuldade está em deslindar um emaranhado de contradições, de julgamentos sempre adiados, de contraverdades evidentes, mas também, às vezes, de depoimentos de uma tal sinceridade aparente que não podem ser descartados *a priori*, apenas por irem de encontro à vulgata habitual. Talvez me acusem de ter, muito insistentemente, procurado reabilitar teses consideradas “inverossímeis” por outros autores. Pecado mortal, quando aquele que o comete parece afastar-se do “politicamente correto”. Pois assumo o risco.

“A morte não é a coisa mais importante da vida de Mussolini”, escreve Renzo De Felice. E acrescenta: “É uma curiosidade sem propósito ficar se perguntando se foi Fulano ou Beltrano quem disparou o gatilho.”¹ O historiador romano teria razão se se tratasse apenas da morte de um homem, por mais importante que tenha sido seu papel na história do século XX. Mas a afirmação já não me parece tão pertinente se lembrarmos que, paralelamente à execução, ocorreu uma queda de braço entre os protagonistas da Resistência italiana. E, sobretudo, o fato de a morte não ser “a coisa mais importante” da vida de Mussolini não impede que o linchamento de seu cadáver e o de sua amante, em 29 de abril, em Milão, esteja entre os acontecimentos mais perturbadores para os italianos, inclusive entre aqueles que dele tiveram experiência direta. Tanto mais que a imagem do casal pendurado de cabeça para baixo em um posto de gasolina remete, na memória coletiva, ao espetáculo dos milhares de militantes fascistas – ou assim considerados – que tiveram o mesmo destino nas mãos das multidões logo após a Liberação.

O leitor que se dispuser a me acompanhar pelo caminho ao longo da margem ocidental do lago de Como, chegando a Dongo,

onde o Duce foi detido, e aos diferentes locais de seu breve cativeiro, poderá se perguntar se o drama poderia ter tido outro desfecho. Com efeito, Mussolini por pouco não escapou de seus "protetores" alemães, e depois aos que o perseguiram, vindos de Milão logo que souberam de sua detenção, para eliminá-lo. Duas vezes ele foi detido pelo tenente SS Birzer quando tentava passar para a Suíça com vários companheiros. Em Dongo, em vez de se fingir de embriagado no fundo de um caminhão, ele poderia ter ordenado à sua escolta, fortemente armada, que abrisse fogo contra os homens da 52ª Brigada Garibaldi. Na noite de 27 para 28 de abril, ele descortinara por breve momento a possibilidade de ser transportado com a amante para a outra margem do lago, onde sua fuga teria sido preparada com a ajuda dos serviços secretos americanos. Mas sobretudo durante os poucos dias passados em Milão, ele poderia, como imploravam muitos membros do seu círculo, ter se dirigido clandestinamente ao campo de aviação local, para de lá ganhar a Suíça, a Baviera ou a Espanha. Essa última chance foi desperdiçada pela obstinação do dirigente fascista de optar pelo caminho mais perigoso, o da margem ocidental, e não o da oriental, mais curto, menos diretamente ameaçado pelos *partisans* e, principalmente, protegido por consideráveis forças fascistas.

Por que essas escolhas quase suicidas? Estaria Mussolini plenamente consciente dos riscos que assumia? Teria guardada uma tal confiança em sua "estrela" que se imaginava capaz de chegar sem problemas a Valtellina ou à Suíça? Seria um derradeiro desafio aos adversários? Ou uma submissão mais ou menos deliberada à força do destino? Talvez um pouco de tudo isso... Teriam entrado em ação as mesmas motivações que o haviam levado a desafiar a sorte na véspera da reunião do Grande Conselho fascista em 25 de julho de 1943, prelúdio de sua destituição e detenção por ordem do rei? São todas essas questões que servirão de pano de fundo a este livro.

Prólogo

POR DESEJO EXPRESSO de Hitler, e diante da ameaça de que ele executaria seu projeto de destruição de várias cidades italianas – entre elas Milão, Turim e Gênova – em represália à “traição” fascista, Mussolini teve de aceitar, após sua libertação por um comando de paraquedistas alemães, em 12 de setembro de 1943, e a “visita” forçada ao QG do Führer em Rastemburgo, formar um novo governo e voltar aos combates ao lado do Reich. Em outras palavras, ele abria mão de qualquer autonomia para se tornar um dócil satélite do dirigente nazista, atuando em especial como auxiliar na repressão da Resistência armada formada desde o outono de 1943 pelos adversários clandestinos do regime deposto.

Foi, portanto, sob a estrita vigilância do embaixador alemão, Rudolf Rahn, e do general SS Karl Wolff, responsável pela segurança das tropas alemãs na Itália, que surgiu a República Social Italiana (RSI), réplica radicalizada do regime fascista. Mussolini fizera questão de que o termo “fascista” não constasse mais da denominação oficial do novo regime, e de que o novo partido fosse chamado “Partido Fascista Republicano”. Foi necessário, antes de mais nada, formar uma equipe governamental e instalá-la em um lugar relativamente protegido e aprovado pelos alemães. Eles haviam, com veemência, desaconselhado Roma, muito próxima da linha de frente e alvo de inúmeros bombardeios aliados. Tinham também rejeitado a proposta do Duce de instalar a capital em Bolzano, no Alto Adige, ou em uma cidade do Vêneto, pois seu objetivo era fazer frente às ambições hitleristas nessas duas regiões. Finalmente, o chefe da RSI teve de aceitar a transferência de seus penates para Gargnano, pequena cidade ribeirinha do lago de Garda, aonde chegou com seu séquito em 10 de outubro de 1943.

O Manifesto de Verona

Ao pôr fim à monarquia e anunciar a convocação de uma Assembleia Constituinte, Mussolini parecia estar rompendo radicalmente com o passado para retomar os princípios revolucionários que haviam caracterizado o fascismo original. Querendo atrair para sua causa os que, nas camadas populares, ainda não tinham aderido às organizações marxistas, o Partido Fascista Republicano, reunido em congresso em Verona em novembro de 1943, publicou um manifesto de dezoito pontos que lançava, em termos bem vagos, as bases da "República Social".

Destinado a tornar-se a carta do novo regime, esse texto, de cuja redação Mussolini havia participado, representava uma espécie de compromisso. Seus dois outros redatores eram Pavolini, o ex-ministro da Cultura Popular (em outras palavras, da Propaganda), um intransigente escolhido como secretário do partido pelo Duce, e o velho comunista arrependido Nicola Bombacci. A execução desse programa, qualificado pelos autores de "antiburguês", foi confiada ao partido, "exército de combatentes e crentes". Nele podia ser encontrado todo o bricabraque ideológico que alimentara o primeiro fascismo: uma mistura de nacionalismo, populismo, socialismo libertário e mazzinismo. Como nessa versão anterior, o estágio das meras intenções não era superado e o impacto sobre as massas seria tanto menor na medida em que sua publicação coincidiria com medidas impopulares, como a reconstituição da milícia e o restabelecimento de um exército destinado a lutar contra os aliados e os *partisans*.

No outono de 1943, o maior inimigo do fascismo, para Mussolini, não era mais o socialismo, mas o capitalismo, ou, antes, a burguesia, por ele considerada responsável pelo naufrágio da Itália. Esquecendo que o fascismo só foi capaz de chegar ao poder e nele manter-se graças ao compromisso firmado com as classes dirigentes, primeiro no setor agrário e depois no de negócios, com a corte e a hierarquia militar, ele julgava poder escorar-se nas classes populares para regenerar seu regime. Era o sentido do 18º e último

ponto do manifesto de Verona: o partido não deve apenas “voltar-se para o povo”, deve estar “com o povo”.

Pura ilusão essa volta às origens da ideologia dos feixes. Por mais que tentasse conferir um conteúdo concreto ao projeto social apresentado em Verona, criando um Ministério da Economia Corporativa com a missão de “realizar a qualquer preço a socialização da indústria italiana”, Mussolini não conseguia convencer o mundo operário de que estava aplicando aquele que sempre fora o seu programa.

Sob o domínio alemão

Em Gargnano, o Duce vive em uma espécie de bolha. Isolado do mundo, privado do poder que exerceu em toda a sua plenitude durante vinte anos, constantemente vigiado e acompanhado em seus deslocamentos por um destacamento de SS, ele tende a voltar-se sobre si mesmo e a fugir das responsabilidades, ao mesmo tempo em que se lamenta com os íntimos por não ser mais do que um joguete nas mãos do Führer e de seus executivos. “Os alemães me mantêm como figura de proa, mas o navio não tem tripulação”, diz ele a seu secretário, Dolfin. Ou ainda: “Eles estão sempre aí, como manchas na pele de um leopardo.”

Pois não foi graças ao general SS Karl Wolff que Claretta Petacci, presa havia várias semanas em Novara, veio a ser libertada em 17 de setembro, instalando-se em Gardone, à beira do lago de Garda? É verdade que não foi a pedido de Mussolini que o chefe da polícia alemã ordenou sua libertação, mas por intervenção pessoal de Hitler. E, por sinal, não se sabe se a este havia desagradado que o aliado abandonasse a amante, depois de ela ter passado tanto tempo na prisão por causa dele, ou se ele pretendia apenas munir-se de uma nova forma de pressão sobre o chefe da RSI.

Preocupação perfeitamente desnecessária, levando-se em conta o estado de deterioração física e moral em que Mussolini se encontrava. Dolfin, que o via diariamente, descreve-o sentado por

trás de uma modesta escrivaninha, lendo cartas retiradas de uma pasta de papéis:

Durante alguns minutos parece não se dar conta de minha presença. ... Imóvel, eu aguardo suas ordens; observo que seu colete está aberto, e a cintura das calças, afrouxada. Ele deve estar sofrendo muito. A mão esquerda está sempre sobre o estômago e o comprime. Mostra-se inquieto e nervoso. Usa óculos de armação negra e hastes longas. Eles o envelhecem, dando-lhe um ar ainda mais cansado.¹

Não que seu mentor germânico seja muito mais corajoso – é o mínimo que se poderia dizer –, mas o fato é que não tem os mesmos motivos que o colega fascista de perder as esperanças diante da situação militar. O território do Reich está intacto. O oeste e o centro da Europa continuam sob domínio alemão e a ofensiva aliada no sul da Itália ficou bloqueada na linha Gustavo, entre Nápoles e Roma, até a primavera de 1944. Hitler acredita, assim, poder resistir à coalizão russo-anglo-americana, até o momento em que as “terríveis” armas preparadas por seus engenheiros e cientistas permitam-lhe inverter o curso da guerra.

Com o passar dos dias, mais e mais se caracterizam a dependência da República Social e de seu “guia virtual” no que diz respeito aos alemães. Já no fim de 1943, Mussolini é obrigado a reconhecer a anexação do Vêneto Tridentino e do Vêneto Juliano pelo Reich. Em janeiro de 1944, sob pressão conjunta dos elementos extremistas do Partido Fascista Republicano e de vários dirigentes nazistas, entre eles o próprio Führer, deixa que um tribunal especial constituído em Verona condene à morte seu genro Ciano, assim como quatro dos conjurados do Grande Conselho – De Bono, Marinelli, Pareschi e Gottardi –, fuzilados pelas costas. Essa execução, após um arremedo de julgamento, afeta tanto mais o Duce na medida em que, bem lá no fundo, ele perdoou Ciano por sua aliança com os verdadeiros culpados do 25 de julho: Grandi, Bottail e consortes. Ele gostaria que um acontecimento exterior permitisse que o marido de sua filha Edda se salvasse. Mas de tal

maneira teme decepcionar Hitler que nada faz para alterar a sentença.

Em março de 1944, o embaixador Rahn comunica a Hitler o desejo de Mussolini de encontrá-lo, para obter um pouco mais de autonomia em suas relações com o aliado germânico. O encontro ocorre em 22 de abril, em Salzburgo, e para variar o Führer permite que o interlocutor exponha suas reivindicações em um longo arrazoado em alemão preparado pelo Duce com zelo de bom aluno. Mas ele terá de se contentar com vagas promessas sobre a organização de um exército italiano, cujo efetivo potencial ele avalia em oito a dez divisões. Na realidade, Hitler não tem a menor intenção de montar e equipar uma força dessas dimensões, tanto mais que tem profundo desprezo pelas virtudes guerreiras dos aliados latinos. As ordens recebidas por Rahn não deixam qualquer margem a dúvida nessa questão:

O Führer considera que o embaixador Rahn não deve, sob pretexto algum, deixar-se apanhar na miragem italiana e cometer os mesmos erros que seus antecessores. Já ficou mais do que comprovado que as tropas italianas não podem ser utilizadas. São capazes apenas de manifestações ruidosas que intoxicam a população. Uma força armada italiana digna de confiança e combativa não pode ser contemplada por nós nem por nossos aliados.

A isso faria eco essa declaração atribuída ao marechal Keitel: "O único exército italiano que não trai é aquele que não existe."

As quatro divisões que os alemães finalmente aceitam organizar e treinar no território do Reich são mantidas, portanto, na mais completa inatividade, de tal maneira que os soldados, desmoralizados e pouco inclinados a se dedicar a tarefas de manutenção da ordem, começam a desertar. Ao final de 1944, elas perderam um quarto de seu contingente, sem que o Führer se mostre particularmente afetado por essa deserção em massa. Os alemães, com efeito, preferem mobilizar os italianos como trabalhadores para as usinas do Reich do que como soldados.

O exército regular parece tão inseguro que não é muito utilizado na luta contra os *partisans*. Prefere-se confiar essa missão à milícia, reforçada pelo que restou do corpo de carabineiros e transformada em Guarda Nacional Republicana, assim como às “Brigadas Negras”, às quais devem ser integrados, a princípio, “todos os registrados no Partido Fascista Republicano com idade entre dezoito e sessenta anos que não pertençam às outras forças auxiliares”, o equivalente a pouco mais de 100 mil homens, sob o comando direto de Pavolini.

A guerra civil

Até os últimos anos do século XX, a vulgata oficial difundiu amplamente o mito de uma Itália mais que majoritariamente voltada contra o ocupante e contra um punhado de fascistas irredutíveis a soldo dos nazistas. Mito que, sob muitos aspectos, serviu de base à democracia italiana. Na realidade, a Itália foi durante quase dois anos cenário de uma “guerra civil” em que se opunham duas minorias violentamente decididas a se destruir.² Por um lado, os *partisans* em luta não só para libertar o país dos alemães e do fascismo, mas também para promover uma transformação radical da sociedade italiana. Por outro, os combatentes que escolheram o campo da República Social por fidelidade ao regime deposto e seu chefe. Entre os dois, a grande massa dos italianos em cima do muro, desamparados e obcecados com os problemas da vida cotidiana.

Na luta contra o “inimigo interno”, portanto, é que seriam essencialmente usados os soldados e as forças de polícia da República Social. Mobilizados pelo partido, os homens de Ricci – chefe da Guarda Nacional Republicana – e de Pavolini saíam, assim, à caça de *partisans* e judeus, semeando o terror nas zonas disputadas com a Resistência, rivalizando com os SS em matéria de atrocidades nas operações de represália contra as populações civis e, eventualmente, dando apoio à Gestapo.

Qual terá sido a responsabilidade de Mussolini nessa onda de violência? Nas represálias do exército alemão, fosse no massacre das

Fossas Ardeatinas, em Roma, em março de 1944,³ ou nos cometidos alguns meses depois em Sant'Anna di Stazzema e Marzabotto,⁴ ela é praticamente inexistente. Obedecendo às ordens do Führer, Kesselring foi o único instigador dessas atrocidades. Mas o Duce tomou conhecimento delas e nada fez para conter seus aliados. Em Roma, por sinal, foi a polícia fascista que ajudou o SS Kappler a fazer a lista dos reféns. Mais importante foi o papel desempenhado pelo ditador na ação das milícias e polícias paralelas contra os resistentes. Essas forças estavam em sua maioria⁵ sob as ordens de Pavolini e Ricci, dois homens com os quais Mussolini se encontrava diariamente e que, embora desfrutassem ampla autonomia, só podiam agir com seu pleno acordo. E não tinha ele solicitado a Graziani, em junho de 1944, que associasse o exército regular às ações contra os "fora da lei"? "A organização do movimento contra o banditismo", declarou então, "deve ser de natureza a impressionar psicologicamente as pessoas e despertar entusiasmo em nossas fileiras unificadas. Ela deve ser a marcha da República Social contra a Vendaia."

O último encontro com o Führer

Em 1944, Mussolini passa por uma melhora na deterioração física e moral de que fora acometido desde o início da guerra. Mas o fato é que as notícias das diferentes frentes não são propriamente motivo de júbilo. Roma caíra em 4 de junho, dois dias antes do desembarque dos aliados na Normandia. Três meses depois, eles libertaram Florença, enquanto a leste os russos aos poucos fizeram os alemães recuar até o ponto de partida, empreendendo a conquista dos Bálcãs e da Polônia. O Duce, entretanto, sentia-se melhor. Recuperara peso. As crises de cólicas gástricas haviam se tornado menos frequentes e menos dolorosas, aparentemente graças aos cuidados do doutor Zachariae, um médico alemão enviado por Hitler. Ao invés de se encher de remédios, Mussolini precisa falar mais.

Em julho, ele vai à Alemanha para uma nova conversa com o Führer. Ao chegar a Rastemburgo, em 20 de julho, Hitler havia acabado de escapar de um atentado a bomba tramado pelo coronel Von Stauffenberg. Ele se dirige a seu aliado, acompanhado de Ribbentrop, Himmler, Dönitz, Keitel e Bormann, e lhe conta que foi alvo da explosão de uma "máquina infernal". Mussolini, que tantas vezes sentiu-se em posição de inferioridade diante do anfitrião, sente ao mesmo tempo compaixão por ele, associada ao temor causado pela súbita revelação da vulnerabilidade do poder hitlerista, e um certo júbilo interior. Como diria mais tarde a Barracu, subsecretário da presidência, não lhe desagrada constatar que não é o único ditador "a estar cercado de traidores".⁶ Também tem a satisfação de se dirigir a um interlocutor atento às exigências do aliado a respeito da repatriação das divisões fascistas estacionadas na Alemanha e da situação dos militares italianos imobilizados nas zonas ocupadas pela Wehrmacht em consequência do armistício de 8 de setembro.

De volta a Gargnano, Mussolini logo constata que Kesselring não tem a menor intenção de atender a todos os seus pedidos, especialmente os que dizem respeito à transferência e utilização das quatro divisões italianas retidas no território do Reich. Apenas duas delas obtêm autorização de repatriação para o norte da Itália, a fim de constituir, com três divisões alemãs, um corpo de exército cujo comando é confiado a Graziani. Mas de modo algum serão mobilizadas para enfrentar os aliados na "linha gótica". O exército da Ligúria teria como única missão perseguir os *partisans* nos vales alpinos e promover ações de contraguerrilha urbana.

Por mais que proteste diante do alto-comando alemão, Mussolini não é atendido, nem consegue convencer os chefes da Wehrmacht e da SS a não promover represálias sanguinolentas, cujo principal efeito – segundo explica a Rahn – seria apenas revoltar as populações civis contra o antigo aliado, transformado em ocupante e torturador. "É necessário", escreve então, "dar aos 22 milhões de italianos do vale do Pó a impressão de que existe uma República, um

governo, de que esse governo é considerado um aliado e seu território não é um simples butim de guerra.”⁷

A proximidade de um desenlace da guerra, que a cada dia parece menos favorável a Hitler, leva o Duce a se distanciar dos alemães. Ele espera, assim, abrandar o destino que os aliados reservarão aos dirigentes da RSI e a ele mesmo. Embora mal tenha reagido no momento do massacre das Fossas Ardeatinas, começa a mostrar-se mais virulento nos protestos às autoridades alemãs após cada execução de reféns – por exemplo, quando quinze presos políticos são fuzilados em agosto de 1944 em Milão, a mando das SS, por um destacamento da brigada Ettore Muti, sendo em seguida expostos na *piazzale* Loreto, no exato lugar em que *partisans* comunistas mandaram pelos ares um caminhão da Wehrmacht com seus ocupantes. Pura gesticulação verbal, que terá como único efeito incomodar os alemães, sem nem por isso conquistar as populações civis para a causa da República Social e de seu chefe.

1. Adeus, Milão!

DEPOIS DE LIBERAR FLORENÇA, os aliados encontravam-se, no fim de agosto de 1944, na linha Pisa-Pesaro, a cerca de duzentos quilômetros de Milão. Sem dúvida teriam podido levar adiante a ofensiva, mas o marechal Alexander decidiu fazer uma pausa antes do inverno e estacionar suas tropas perto de Bolonha. Durante essas operações, Forlì foi ocupada e a residência de verão dos Mussolini, La Rocca delle Caminate, foi saqueada pela população local.

O projeto de “reduto alpino”

Para os dirigentes fascistas e seus aliados, chegara o momento de transferir o governo da RSI para um lugar mais seguro que Salò e pensar na formação de um “reduto alpino” destinado à derradeira resistência. A ideia tinha origem no projeto, várias vezes acenado por Mussolini, de um fim heroico do fascismo, oferecendo à posteridade a imagem mítica de um empreendimento esmagado pela superioridade numérica e pela força dos mercenários da “plutocracia”. Assim seria assegurada a passagem de bastão às gerações futuras e garantida a perpetuação da esperança de uma nova revolução fascista.

Três regiões foram contempladas, em entendimento com as autoridades alemãs. Pavolini, ouvido tanto por Mussolini quanto por Kesselring, inclinava-se pela região de Valteline, ao norte de Como. Já em 8 de setembro, ele enviava um telegrama nesse sentido ao chefe da RSI:

O projeto – na abominável eventualidade de uma invasão completa do território republicano – de nos aferrarmos com os camisas-negras, nossas armas e nosso governo a uma zona de defesa como a província de Sondrio e, em parte, a de Como parece-me a solução mais lógica e mais honrosa. ...

Por outro lado, uma resistência de nossas derradeiras forças em Valteline e ao redor de Adamello protegeria o flanco dos contingentes alemães no Alto Adige. De qualquer perspectiva, parece-me que nesse ponto o interesse tático e moral de nosso aliado coincide com o nosso.¹

Não era o que Rahn achava. O embaixador alemão, com efeito, preferia as regiões de Friuli ou Carníola, temendo que a proximidade da fronteira suíça levasse os soldados a optar por se refugiarem no país neutro, no lugar de enfrentarem um combate sem esperança. Certos dirigentes fascistas falavam do vale de Aosta ou de Trieste, cuja defesa não poderia deixar de reavivar a lembrança da expedição de Fiume, prelúdio da ascensão do movimento fascista. Outros, finalmente, propunham o Alto Adige, mas Pavolini não queria mandar seus homens para uma região submetida à autoridade de um *Gauleiter* alemão. Escreveu ele a Mussolini:

Fui informado ... de que o projeto alemão daria preferência a Merano ou um setor vizinho. Desnecessário dizer-lhe, Duce, que tal solução tiraria todo o valor de nossa proposta de uma resistência final do fascismo mussolinista em uma fortaleza natural italiana. Em Merano, haveria apenas um governo fantasma, abrigado de má vontade pelo Gauleiter Hofer.²

Mussolini acabou optando pelo projeto defendido pelo secretário do partido e comissário federal de Milão, Vincenzo Costa. Este fizera ver ao Duce que Valteline oferecia vantagens consideráveis. A região formava, ao norte do lago de Como, um reduto de acesso difícil, constituído pelo vale de Adda, ainda repleto de fortes da época da Primeira Guerra Mundial. Gerava sua própria eletricidade e abrigava

vários sanatórios onde os feridos poderiam ser tratados. Finalmente, oferecia amplos esquadros para a Suíça e a Alemanha, através dos estreitos de Bernini e Stelvio.

Nem todos os membros do governo compartilhavam o entusiasmo de Pavolini por uma solução cuja execução seria confiada ao partido. Os partidários do derradeiro combate pela honra estavam agrupados em torno do secretário da organização fascista republicana, de Barracu e Mezzasoma, o qual estava à frente do Minculpop, o Ministério da Cultura Popular. Os outros ministros defendiam uma negociação com os chefes da Resistência e os aliados para que se chegasse a uma solução pacífica da guerra civil e uma transferência do poder sem maiores traumas. O próprio Graziani, que não poderia ser acusado de conivência com o clã dos moderados, rejeitava o plano de Pavolini por considerar seu proponente por demais ligado ao partido, o que a seus olhos era incompatível com a tradição "apolítica" do exército. E deixou bem claro que se o projeto de Valteline se concretizasse, ele não se envolveria, nem tampouco seus oficiais.

Como o mais alto representante da hierarquia militar italiana se recusava a misturar suas tropas aos combatentes da Guarda Nacional Republicana e aos brigadistas de camisa-negra, Mussolini decidiu ir em frente, incumbindo oficialmente Pavolini de montar o projeto do reduto alpino tal como imaginado pelo número um do partido. A decisão foi tomada em meados de setembro, durante a visita do Duce a Milão, ao mesmo tempo em que era rejeitada a ideia de um governo de exílio refugiado na Alemanha. Criou-se uma comissão incumbida de dar conteúdo concreto ao projeto e reunir em Valteline um núcleo de combatentes que teria como principal missão limpar a área com uma série de ações contra os *partisans*.

Chegou-se a afirmar que o projeto de "reduto alpino" nunca havia passado da etapa de propaganda e ilusão. Acontece que não faltam documentos atestando o contrário, tanto de origem fascista – em sua maioria, anotações e cartas dirigidas ao Duce por Pavolini, conservadas em Washington – quanto provenientes do campo adverso, especialmente do "grupo Montezemolo", o serviço de

informação da luta clandestina. Já no fim de fevereiro, informações enviadas aos aliados e aos dirigentes da Resistência no norte da Itália davam conta de uma concentração de unidades das Brigadas Negras nas regiões de Como, Varese e Sondrio, assim como do estabelecimento de uma linha de defesa incorporando obras realizadas na guerra de 1915-18. Um relatório do grupo clandestino, com data de 11 de abril, indica que as forças fascistas concentradas em Valteline reuniam 8 mil homens, que deveriam “aumentar com o influxo das forças fascistas do Piemonte, da Ligúria, da Emília, da Romana, da Lombardia, chegando a 40 mil homens”.³

A existência de uma força militar totalmente dependente do Partido Fascista Republicano e capaz, segundo se afirmava, de sustentar um derradeiro e emblemático combate tanto era uma ilusão quimérica que o anúncio de sua criação não demorou a atravessar os Alpes e a se disseminar nos meios colaboracionistas da França. Assim foi que, no inverno de 1944-45, afluíram para a província de Sondrio cerca de seiscentos homens, em sua maioria integrantes muito jovens da Milícia Francesa, desejosos não apenas de escapar à justiça sumária dos “purificadores” como de participar da última batalha do fascismo. Joseph Darnand, que, depois de fugir para a Alemanha, foi enviado pelos nazistas para o norte da Itália para combater os *partisans*, participaria dos combates em abril ao lado dos milicianos fascistas, para em seguida juntar-se aos alemães em Bolzano, no Alto Adige, e retornar a Valteline por Tirano. Foi nessa aldeia da província de Sondrio que ele enfrentou seu último combate, à frente de um batalhão da Milícia Francesa e de algumas dezenas de SS.

Mussolini dera toda a liberdade a Pavolini para organizar a empreitada. Mas nem por isso deixou de incumbir Giorgio Pini, um de seus fiéis colaboradores – antigo diretor do *Popolo d'Italia*, nomeado subsecretário do Interior em Salò –, de ir a Valteline em março de 1945 para avaliar as forças *partisanas*. O relatório a ele entregue por Pini dava conta de um equilíbrio extremamente precário entre as tropas fascistas e as da Resistência, avaliação que o Duce preferiu não levar a sério. Pavolini lhe prometera reunir os

homens e equipamentos necessários para sustentar um combate de longo fôlego contra os “invasores” anglo-americanos e seus aliados comunistas, e ele não tinha motivo algum para pôr em dúvida a palavra do antigo ministro do Minculpop.

Uma segunda inspeção foi realizada em abril por Asvero Gravelli, outro velho companheiro de armas do Duce, esquadrista de primeira hora e membro do primeiro *fascio* milanês, que se tornara na década de 1930 um dos principais dirigentes da organização da juventude fascista e, em Salò, subchefe do estado-maior da Guarda Nacional Republicana. O relatório de Gravelli não era muito mais otimista que o do colega. Ele constatava, em particular, que a estrada Como-Menaggio, escolhida por permitir a Mussolini chegar a Valteline seguindo a margem ocidental do lago, era fortemente ameaçada pelos grupos de *partisans*, ao passo que a estrada Lecco-Colico-Sondrio, situada a leste do lago e controlada pela legião da Guarda e pela divisão couraçada Leonessa, apresentava menos riscos de interceptação. Gravelli tampouco foi ouvido. Se tivesse sido, o ditador certamente teria tido um fim diferente.

Enquanto isso, era preciso obter a concordância dos alemães para o projeto de recuo em direção a Valteline. Desde o fim de fevereiro, eles estavam em negociações com os anglo-americanos para uma rendição incondicional, e haviam mantido os italianos na ignorância dessas tratativas. Em 14 de abril, cinco dias depois do início da ofensiva aliada contra a linha gótica, realizou-se em Gargnano uma reunião com a participação de Mussolini, Pavolini, Graziani e Anfuso, do lado italiano, e, do lado alemão, Wolff, Dollmann, Rahn e Vieringhoff (o sucessor de Kesselring). Ao fim de duas horas, a reunião foi suspensa sem que nada tivesse sido decidido. Pavolini julgou-se autorizado a dar prosseguimento aos preparativos de defesa do “reduto alpino”, sempre fortemente criticado por Graziani e outros ministros do governo republicano, mas aprovado pelo Duce e tacitamente aceito pelos representantes do Reich.

Em janeiro, ao tomar conhecimento do plano elaborado pelo número um do Partido Fascista Republicano, Wolff procurou

Mussolini para lembrar que, de acordo com os compromissos assumidos, a utilização da Guarda Nacional era da exclusiva competência dos alemães, não sendo aceitável qualquer nova decisão a respeito de sua mobilização. Equivalia a dizer que ele proibia uma concentração de tropas italianas em Valteline, suscetível de atrapalhar as manobras de recuo da Wehrmacht e obrigá-la a enfrentar os *partisans* e as vanguardas aliadas em combates que não estavam nos planos do alto-comando. Na reunião do dia 14 de abril, ele se mostrou muito menos intransigente, assim como seus colegas, certamente porque nesse momento os alemães já estavam praticamente decididos a assinar um acordo de rendição. Os diferentes protagonistas estavam nesse ponto dos entendimentos quando, em 16 de abril, Mussolini reuniu seu gabinete em Gargnano para anunciar a iminente transferência do governo para Milão.

Calmaria milanesa

Não era a primeira vez que o chefe da República Social fazia planos de voltar à capital lombarda. Pressionado pelos alemães, ele concordara em ser afastado de sua querida Milão, em um local considerado “encantador”, com certeza menos exposto aos bombardeios aliados, mas onde se sentia isolado, sabendo que ali fora instalado para melhor ser vigiado. Além disso, detestava lagos. A paisagem e o clima o deixavam melancólico, e o lago de Garda não era exceção. Podia, a rigor, entender que um esteta como Gabriele d’Annunzio apreciasse a paisagem de cartão-postal do Vittoriale, em Gardone Riviera, mas de sua parte não era homem de se satisfazer com um exílio dourado. Esperava, portanto, que um acontecimento inesperado e favorável no campo dos Estados totalitários – por exemplo, a mobilização das armas “terríveis” cujos méritos Hitler não se cansava de louvar – permitisse sua instalação com o governo na cidade dos Sforza.

Milão era para Mussolini a cidade de um segundo nascimento. Renzo De Felice estava certo ao escrever que, ao contrário do que

afirmaram vários de seus biógrafos, a personalidade do Duce, seu caráter, sua visão do mundo devem menos aos traços geralmente atribuídos às populações da região da Romana – os italianos falam de *romagnolità* – do que aos que viria a adquirir durante os dez anos passados em Milão. Esses, afirma De Felice, “ocupam em sua formação moral e política um lugar muito maior que os 25 anos passados em sua Romana natal”.⁴ E ele cita um outro biógrafo do ditador, Giuseppe Prezzolini, para quem Mussolini “não tem a mentalidade agrária”. “Ele não é produto da sociedade agrícola romanholã”, escreve, mas, sim, “nasceu na bigorna de um ferreiro e cresceu em meio às estruturas e chaminés das grandes indústrias milanesas”.⁵

Foi em Milão que Mussolini conheceu a consagração como dirigente socialista e diretor de *Avanti!*. Também foi lá que nasceu a relação amorosa que o manteria ligado por mais de vinte anos a Margherita Sarfatti, jovem burguesa veneziana de confissão judaica que tomou como amante e colaboradora e que foi, de todas as mulheres que conheceu – e às vezes amou –, a de maior importância. Foi na capital lombarda, finalmente, que a aventura fascista nasceu no imediato pós-guerra, conduzindo o antigo socialista revolucionário à primeira linha da contestação antimarxista e antiliberal, prelúdio do estabelecimento de uma ditadura que faria milhões de adeptos na Europa do entreguerras. Como deixar de sentir saudades daqueles dez anos?

Quando a evolução do mapa da guerra colocou a questão da transferência do governo para um lugar mais seguro que as margens do lago de Garda, Mussolini ainda assim hesitou muito antes de contemplar a instalação em Milão. Até então ele evitava voltar a uma cidade que, segundo se dizia, tornara-se hostil a ele. Mesmo no momento de comemorar o aniversário da Marcha sobre Roma, em 28 de outubro, ele recusara o convite de falar aos milaneses. Por que motivo mudou de opinião seis semanas depois? Teria sido por pressão de Ribbentrop e Rahn, que insistiam com o chefe da RSI que ele precisava aparecer mais e falar ao povo? Mussolini, que não gostava que lhe dessem lições, sobretudo no que dizia respeito às

suas relações com os italianos, aproveitou a oportunidade para tentar afirmar sua autonomia no momento em que os alemães pretendiam transferir o governo republicano conforme sua conveniência. Queriam que ele falasse aos compatriotas? Pois bem, ele não se eximiria de fazê-lo! E o faria na cidade que diziam ter passado majoritariamente para o campo antifascista. Assim foi que anunciou aos membros de seu gabinete, em 9 de dezembro, que decidira falar em público em Milão e transferir seu governo para a metrópole lombarda.

Em 16 de dezembro de 1944, ao entrar no Teatro Lírico, tomado por um público numeroso e agitado, ele foi recebido com uma impressionante aclamação. Era a primeira vez que reaparecia em público em Milão desde 1936, e foi esse o último discurso que pronunciou perante um grande auditório – composto, é bem verdade, de militantes escolhidos a dedo. Terá sido estimulado pelo anúncio, nesse mesmo dia, da ofensiva de Runstedt nas Ardenas, ou pelo desejo de desafiar os alemães? O fato é que, tal como nos mais belos dias do fascismo, seu desempenho foi sensacional, entrecortado de gritos e aplausos dos seguidores fiéis. Veterano ator reencontrando seu público após uma longa travessia do deserto, ele foi capaz de recriar durante alguns minutos a magia do verbo e do gesto que tantas vezes havia inflamado as multidões.

Depois de atacar mais uma vez a traição que provocara o desmoronamento da Itália e exaltar “o imenso esforço” realizado pela República Social ao lado do Reich hitlerista na luta contra as “plutocracias reacionárias”, ele prometeu não depor armas antes da vitória final e defender a planície do Pó “com unhas e dentes”. Mencionou as armas secretas que, segundo Hitler, alterariam radicalmente o curso das operações. Mas falou, sobretudo, do futuro da República Social, de sua vontade de aplicar o Manifesto de Verona e imprimir ao regime uma orientação de acordo com os ideais revolucionários do fascismo original. Chegou a declarar que se o partido único devia continuar sendo “responsável pela direção global do Estado”, poderia ser fecundo, “em dado momento da

evolução histórica da Itália”, permitir a existência “de outros grupos com direito de controle e crítica responsável”.

Embriagado por esse primeiro sucesso, Mussolini resolveu testar uma amostragem mais ampla da população milanesa. Durante dois dias, 17 e 18 de dezembro, percorreu a cidade em carro conversível, parando para desfrutar um banho de multidão mais ou menos improvisado e fazendo rápidas visitas a alguns dos lugares míticos da gesta fascista, especialmente a *piazza* San Sepolcro, onde o movimento havia nascido um quarto de século antes e onde Pavolini organizara uma ruidosa manifestação a favor do Duce. Em cada parada, ele discursava aos seguidores, provisoriamente recuperando forças. Ele mesmo parecia reanimado com as manifestações de fidelidade daqueles milaneses que se diziam totalmente conquistados para a causa do antifascismo e que, em muitos casos, não hesitavam em vestir a camisa-negra para ir aclamar o ídolo deposto.

De volta a Gargnano, onde ninguém mais falava em transferir o governo para a capital lombarda, Mussolini não demorou a cair novamente em uma melancolia amarga, respondendo, assim, a um amigo que o cumprimentava por seu desempenho em Milão e pela breve volta do entusiasmo que se havia seguido ao discurso no Teatro Lírico: “Que é a vida? Poeira e altares, altares e poeira.”

Tratativas alemãs e ilusões fascistas

As negociações secretas conduzidas pelos alemães para tentar conseguir uma suspensão de hostilidades na frente italiana começaram no outono de 1944 e tiveram como principal protagonista o *Reichsführer* Himmler. Nas altas esferas nazistas, esperava-se que uma paz separada, e mesmo um simples armistício reduzido a esse teatro de operações, permitisse transferir para a frente oriental – de longe a mais ameaçada – as divisões mobilizadas no norte da Itália.

Na verdade, já na primavera de 1944, quando Roma ainda não fora liberada, já se haviam estabelecido contatos pessoais entre altas personalidades romanas próximas da corte e da Santa Sé e os dois principais representantes do Reich no norte da Itália: o embaixador Rahn e o general SS Karl Wolff, responsável supremo pela polícia alemã. A ligação era feita pelo coronel SS Dollmann, grande conhecedor da Itália, de sua língua e civilização, com excelente trânsito nos meios da aristocracia “negra” e, em consequência, nas redes capazes de favorecer um encontro com o Sumo Pontífice.

Wolff foi o primeiro a ser recebido por Pio XII, em 10 de maio. Segundo o general SS, a entrevista foi cordial, permitindo lançar uma primeira “cabeça de ponte” entre o ocupante da Cidade Eterna e o chefe espiritual do mundo católico. Nada mais, senão um estímulo do Santo Padre à realização de um novo encontro para “definir melhor as perspectivas e modalidades de uma solução de paz”. E disso não se passou, por dois motivos: a queda de Roma, três semanas depois, e o repúdio formal de Ribbentrop, a quem Wolff julgara de bom alvitre comunicar sua visita ao Vaticano, e que considerou que ela constituía uma ingerência inadmissível em sua esfera de competência. Rahn, recebido por sua vez pelo papa alguns dias apenas antes da liberação da cidade, mostrou-se igualmente “impressionado” com sua lucidez e seu empenho de paz. Com os aliados às portas da capital, ele ainda assim teve de reconhecer que as chaves de uma paz separada ou de um armistício parcial já não estavam em Roma, mas em Milão ou na Suíça.

Foi portanto Himmler, que tivera seu papel e poder consideravelmente ampliados depois do atentado de Stauffenberg, quem, no outono, tomou a frente das tratativas secretas com os aliados. Seu objetivo era claro. Considerando que a partida fora perdida na Itália, como havia sido na França depois do desembarque na Normandia, e que o inimigo principal do Ocidente era já agora o comunismo, por que não propor aos aliados trocar o cessar-fogo na Itália pela promessa de utilizar as forças assim disponibilizadas – vale dizer, 25 divisões – para deter o avanço soviético e “salvar a

civilização”? O que teria acontecido, em caso de êxito desse projeto, à República Social e a seu chefe não parece ter preocupado nem um pouco o *Reichsführer*. E ele nem sequer havia se reportado a Hitler, cujos sentimentos amistosos em relação ao Duce podiam lançar a iniciativa pelos ares.

Mas o projeto não precisou disso para dar com os burros n’água. Os entendimentos entre o emissário alemão, general Harster, e um representante do grande patronato italiano, Marinotti,⁶ ocorridos na Suíça e depois em Cernobbio, na província de Como, depararam-se com a recusa por parte dos aliados de qualquer solução que não estivesse de acordo com o princípio acertado em Casablanca, o da rendição incondicional. Quanto aos entendimentos realizados do outono de 1944 a abril de 1945 entre o cardeal Schuster, arcebispo de Milão, e os alemães Wolff, Rahn e Dollmann, com a assistência do coronel Rauff, também fracassaram em virtude da duplicidade das autoridades do Reich – ou melhor, serviram de cobertura a tratativas extremamente importantes realizadas em território suíço nas últimas semanas da guerra.

As negociações que acabariam por levar à capitulação das forças alemãs do norte da Itália foram originadas por um nobre napolitano, o barão Luigi Parrilli. Articulado desde o fim de 1943 com Guido Zimmer, chefe da contraespionagem nazista em Milão, Parrilli estava preocupado sobretudo em salvar a indústria italiana de uma destruição maciça, caso os alemães e seus aliados fascistas decidissem pôr em prática a política de terra arrasada. Teria sido esse o único motivo que levou esse representante da velha classe dirigente italiana a entrar em contato com os agentes americanos do Office of Strategic Services (OSS) e seu chefe, Allen Dulles, para encetar na Suíça entendimentos secretos com vistas a um cessar-fogo honroso para as duas partes? Não teria sido antes para preservar a indústria italiana de uma “socialização” cuja iminência fora anunciada por Mussolini em seu discurso de 16 de dezembro em Milão?

Já em janeiro de 1944, o líder da República Social criara um Ministério da Economia Corporativa para promover a transformação

das estruturas previstas no Manifesto de Verona, confiando sua chefia ao engenheiro químico Angelo Tarchi – decisão que logo provocara fortes resistências. Da parte dos industriais ameaçados pela nacionalização, naturalmente, de grupos suíços no controle de um quarto do capital investido na indústria do norte da Itália, em especial a indústria hidrelétrica, a que corria mais riscos, e também do ministério alemão da Produção Industrial, que temia que a nacionalização levasse à paralisa de setores essenciais para o esforço de guerra. Com isso, a aplicação do projeto foi constantemente protelada. Só em fevereiro de 1945 foram baixados os primeiros decretos de nacionalização, seguidos, em março, de um novo conjunto de decisões: a maioria das grandes empresas siderúrgicas, mecânicas, químicas ou jornalísticas era afetada por essas medidas, entre elas Fiat, Montecatini, a Siderúrgica lombarda, Alfa-Romeo, Dalmine etc.

Decidida por um governo acuado, isolado da população e sob tutela dos alemães, a reforma chegava tarde demais para alcançar seu objetivo, que era obter para o regime o apoio das massas operárias. Do que são prova as eleições promovidas para constituir os comitês incumbidos da cogestão das futuras empresas nacionalizadas: nas fábricas da Fiat, de 30% a 40% dos empregados foram às urnas, mas entre os operários houve apenas 10% de votantes.

Se Mussolini fracassou em seu projeto de mobilizar a clientela popular que há muito se distanciara do fascismo, alguns indivíduos não deixaram de levar ao pé da letra o chefe de governo, tentando lançar com ele as bases de uma “ponte” entre o socialismo e o fascismo. O principal deles, Edoardo Cione, era um jovem filósofo napolitano discípulo de Benedetto Croce, convertido ao socialismo, e que tinha amigos nos dois campos. Foi por intermédio de Carlo Alberto Biggini, ministro da Educação Nacional da RSI, que o Duce conheceu esse personagem que lhe era apresentado como um antifascista idealista e pouco perigoso, sonhando com a reconciliação entre o vermelho e o negro.

Convocado a Gargnano, Cione expôs seus planos a um Mussolini tanto mais atento na medida em que via aproximar-se a hora da capitulação. No lugar de se render aos aliados, podendo perfeitamente imaginar o destino que lhe reservariam, por que não negociar com os resistentes – seus adversários, sem dúvida, mas também seus compatriotas – uma transmissão do poder sem traumas? E já não havia ele começado a fazer contatos com antigos socialistas, especialmente Carlo Silvestri? Ex-jornalista no *Corriere della Sera* de Luigi Albertini, Silvestri estivera entre os acusadores mais virulentos de Mussolini quando do assassinato de Matteotti. Essa atitude corajosa o levava a ser perseguido pelos fascistas, detido, espancado e trancafiado nas “masmorras de fogo” do Mezzogiorno, para afinal ser libertado por intervenção pessoal do Duce. Em dezembro de 1943, ele conseguira ser recebido pelo chefe de governo. Acabava de criar uma organização, a Croce Rossa Socialista, para levar assistência aos antifascistas presos. Não só Mussolini não se opusera a essa iniciativa, como havia comentado com seu secretário, Dolfin: “Silvestri é um homem interessante, com o qual manteremos contato. É um velho socialista que nem sempre foi meu amigo: mas ele ama nosso país, o que basta para que nos entendamos.” Foi o início de uma série de encontros, do qual surgiu uma coletânea de artigos assinados por Giramond e publicados pelo *Corriere della Sera* entre março e maio de 1944. Neles, Silvestri expõe suas ideias em favor da reconciliação entre as facções mais moderadas do neofascismo e da Resistência.

O encontro com Edoardo Cione fazia parte da mesma estratégia. Ela deveria levar à formação de um novo movimento, o Agrupamento Nacional Republicano Socialista: efêmero grupelho reunindo em torno de Cione alguns idealistas até então pouco envolvidos em questões políticas, fascistas em busca de reabilitação futura e um pequeno número de antigos ou pseudossocialistas. Os verdadeiros socialistas, em sua maioria engajados nas fileiras da Resistência, mantiveram-se surdos aos apelos do filósofo napolitano. Contando a partir do fim de março com um órgão de imprensa, *L'Italia del Popolo*, o Agrupamento só encontrou indiferença nas

massas italianas, desaparecendo com a República Social – não sem ter sido violentamente atacado pelos fascistas intransigentes.

Retorno a Milão

Enquanto Mussolini persistia em tentar encontrar um terreno de entendimento com os socialistas engajados na Resistência, os alemães davam prosseguimento às negociações com os serviços secretos ingleses e americanos. O chefe do OSS, Allen Dulles, começara por enviar à Suíça um de seus melhores colaboradores, Paul Blum, para discutir com Wolff, Rahn e Dollmann as condições de uma eventual rendição nazista. No início de março, decidiu ir pessoalmente a Zurique, sendo logo seguido por dois delegados do comando aliado, um britânico, Airey, e um americano, o major Lemnizer. Eles esperariam em Ascona que a situação se decantasse, para o início de negociações oficiais.

Naturalmente, o chefe da República Social era mantido totalmente à parte dessas tratativas secretas. Elas já pareciam a ponto de levar a um cessar-fogo na frente italiana, quando vários obstáculos lançaram o projeto por água abaixo. Para começar, o marechal Kesselring, que acabara por dar sua autorização às negociações em curso, foi transferido para a frente do Reno e substituído por Vietinghoff. Depois, Himmler desautorizou seu antigo braço direito, Wolff, recriminando-o por ter agido sozinho, encontrando-se à sua revelia com Dulles e seu secretário, Gaevernitz. Em Berlim, onde foi convocado pelo *Reichsführer* e por Kaltenbrunner, chefe do SD (serviço de segurança) e da RSHA (polícia de segurança), o general SS foi convidado a não criar caso, sob a ameaça discreta de represálias contra sua família. Não que os dois dirigentes nazistas fossem hostis à conclusão de uma paz separada, mas eles queriam ser os únicos a tomar a iniciativa.

O terceiro obstáculo, que não era o mais fácil de transpor, vinha do Führer em pessoa. Mais uma vez convocado por Himmler e por ele acusado de traição, Wolff foi obrigado a fazer uma visita em

companhia de Kaltenbrunner – que o vigiava havia vários meses e jurara livrar-se dele – ao bunker de Hitler. Em meados de abril, a derrota militar do Reich tornara-se inelutável. Os combates prosseguiram em todas as frentes, mas ninguém, à parte o ditador alucinado da “Grande Alemanha”, duvidava mais do desfecho das últimas batalhas. Wolff tentou defender sua causa diante de uma espécie de fantoche desarticulado, recurvado, o rosto devastado, os olhos injetados de sangue. Curiosamente, e ao contrário do que esperava Kaltenbrunner, o Führer acabou por se acalmar, limitando-se a criticar Wolff por “sua inacreditável falta de consideração com os superiores”, ordenando-lhe que voltasse à Itália para comunicar às autoridades militares alemãs suas ordens formais:

Volte à Itália e diga a Vietinghoff que se defenda até a última gota de sangue. Entendeu bem? É uma ordem! Rendição incondicional? Que besteira! E quanto às suas negociações, espere que os aliados voltem a entrar em contato. Eles entrarão, eles entrarão... Rendição incondicional... Ridículo.⁷

Ao retornar, Wolff não pôde deixar de constatar que as tratativas entre os anglo-americanos e os alemães tinham avançado muito desde sua partida. Em 22 de abril, os chefes nazistas designaram os plenipotenciários militares incumbidos de ir à Suíça para assinar a rendição. No dia 23 pela manhã, depois de dar suas instruções para a transferência do quartel-general para Bolzano, ele rumou, por sua vez, para a Confederação Suíça, convencido de que mais nada poderia impedir os dois beligerantes de pôr fim aos combates no norte da Itália.

Mas estava enganado. Um obstáculo de última hora – e de peso! – postergou mais uma vez a assinatura de um acordo. Informado desde o dia 11 de março, pelo marechal Alexander, do desenrolar dos entendimentos em território soviético, Stálin expressara sua oposição a um armistício, que só poderia ser o prelúdio de uma paz separada e da transferência das divisões alemãs para a frente do Leste. Roosevelt, muito empenhado na manutenção da “Grande

Aliança”, mostrara-se conciliador, aceitando, se necessária, a presença de representantes soviéticos nas negociações. Mas após sua morte, em 12 de abril, seu sucessor, Truman, totalmente carente de experiência nesse terreno, preferiu temporizar e suspendeu o processo no exato momento em que os plenipotenciários alemães atravessavam a fronteira suíça. Situação aparentemente insolúvel, enquanto os combates prosseguiam.

No momento em que a aceitação pelos russos de um cessar-fogo comportando a capitulação do exército alemão parecia a ponto de desbloquear as tratativas entre os beligerantes, sobreveio uma nova complicação, dessa vez devido a divisões no seio do estado-maior nazista. Teria sido a chegada de um plenipotenciário soviético a Caserta, onde seria assinado o texto da rendição, que semeou a confusão? Ou foi apenas consequência de rivalidades pessoais? Seja como for, a volta de Kesselring à frente meridional teve o efeito de envenenar as coisas e causar uma cisão entre partidários e adversários da capitulação incondicional. Somente em 2 de maio, quando ficou claro o risco de um conflito armado entre a Wehrmacht e a SS – mostrando-se esta, contra toda expectativa, favorável à rendição –, é que um cessar-fogo finalmente foi declarado.

Desde meados de abril, portanto, Mussolini fora mantido à parte das tratativas em curso, o que não podia deixar de acentuar o forte ressentimento que nutria em relação aos antigos aliados. À exceção do Führer, de quem ainda merecia toda a simpatia – pelo menos era o que ele dizia –, os dirigentes nazistas não escondiam sua desconfiança em relação ao chefe do governo de Salò. Ao desprezo da maioria deles pelo Duce e ao pouco caso que faziam de seu exército somava-se sua preocupação com a orientação esquerdizante que ele vinha imprimindo à República. Nas duas entrevistas que Anfuso – embaixador da Itália em Roma, nomeado subsecretário de Relações Exteriores após a morte de Mazzolini – tivera com Ribbentrop, em 20 e 23 de março, o ministro nazista mostrara-se particularmente crítico quanto às nacionalizações contempladas pelo poder fascista, sem conseguir extrair do interlocutor senão uma confirmação desse projeto.

Não temos como dizer com precisão em que momento o Duce começou a admitir que seu cúmplice nazista estava a ponto de perder a guerra. Segundo o historiador italiano Duilio Susmel, ele teria sido informado em meados de abril de que as famosas armas secretas cujos méritos lhe haviam sido cem vezes gabados por Hitler não estariam disponíveis antes do início do verão, na melhor das hipóteses, ou só no outono, na hipótese mais pessimista.⁸ Seriam acaso mais eficazes que as utilizadas durante a campanha da França? De qualquer maneira, ainda que não passasse de uma quimera, elas chegariam tarde demais. Em 9 de abril, os exércitos aliados tinham retomado a ofensiva no sul de Bolonha. No dia 14, efetuaram uma primeira incursão, obrigando os alemães a iniciar o recuo para o norte. Em 23, o Pó seria atravessado. Aparentemente, nada mais poderia deter a marcha dos aliados em direção aos vales alpinos e aos lagos.

Em 16 de abril, não obstante as promessas a Wolff de que não haveria negociações com os anglo-americanos através do cardeal Schuster, como indicava um persistente boato, o Duce reuniu seus ministros em Gargnano para comunicar-lhes a transferência do governo para Milão. Rahn fez uma última tentativa de dissuadi-lo a agir dessa maneira, sozinho, sugerindo-lhe que fosse a Merano, a cerca de setenta quilômetros de Brenner, onde se encontrava a embaixada da Alemanha. Mas Mussolini já decidira jogar sua própria carta e morrer, se assim quisesse o destino, "em solo italiano".

Em 18 de abril, o chefe da RSI deixou seu reduto em direção à capital lombarda, decidido a não voltar a pôr os pés nas margens do lago de Garda. Acreditaria ainda em uma possível reação de seus partidários e aliados? Ele nunca duvidara da própria estrela, e agora ela parecia a ponto de se apagar. Tendo reunido seus papéis pessoais e ordenado que os demais fossem atirados no lago, despediu-se dos colaboradores e de alguns amigos, de don Pacino e do padre Eusebio, o capelão militar, declarando ao prefeito, Gioacchino Nicoletti, que apoiava a sua política de reconciliação nacional: "Já não há nada a fazer. Acabou-se!" E a Ottavio Dinale, que lhe dizia "até breve": "Não. Não tenho mais ilusões. É um

adeus.” Sempre o gosto pelo gesto teatral, pela resposta patética, logo desmentidos por uma frase indicando, pelo contrário, que continuava acreditando em algum milagre: a dissensão entre os aliados do Oeste e os russos, o “despertar” do povo italiano, tal como parecera manifestar-se durante algumas horas em Milão em 16 de dezembro, a conclusão de um acordo com os chefes da Resistência, prelúdio da passagem de bastão entre fascistas moderados e socialistas.

Ele também mandou buscar sua irmã Edvige, aconselhando-a a deixar Milão com a família e, se possível, refugiar-se na Suíça. O fim da guerra estava próximo; no futuro, ela deveria recorrer a Churchill se precisasse de proteção. Ele então se despediu, citando Hamlet: “O resto é silêncio”, e acrescentou: “Há algum tempo estou preparado para entrar no grande silêncio.” Uma cena idêntica ocorreu com Rachele no jardim da *villa* Feltrinelli, onde o casal Mussolini caminhou por um momento e se abraçou pela última vez. Em seguida, o Duce comunicou aos guardas SS que deixaria Gargnano em direção a Milão no fim da tarde, mas que estaria de volta dois ou três dias depois. O comboio integrado por seu automóvel partiu por volta das 19 horas, comandado pelo tenente Birzer, e chegou duas horas depois à prefeitura de Milão, na avenida Monforte, onde Mussolini decidira instalar-se, e que seria sua última residência oficial.

A fuga

A estada do ditador em Milão levou exatamente uma semana, durante a qual ele tentou atirar em duas direções: o estabelecimento do “reduto alpino”, conforme os planos de Pavolini – tendo o governo descartado as outras localizações, especialmente as “propostas” pelos alemães –, e as tratativas conduzidas por ele próprio e alguns ministros, tendo em vista um entendimento com as duas principais organizações da Resistência, o Comitê de Libertação Nacional da Alta Itália (CLNAI) e o Corpo dos Voluntários da

Liberdade (CVL). Ao seu redor havia um pequeno grupo de seguidores fiéis que constituíam o último reduto do fascismo italiano: Pavolini, Zerbino, Tarchi, Ricci, Barracu, Farinacci, Mezzasoma, Pisenti, Liverani, ministro das Telecomunicações, Buffarini Guidi, Ugo Bassi, prefeito de Milão, e Costa, secretário federal do partido na região milanese, aos quais se haviam juntado vários militares de alta patente: os generais Montagna, Nicchiarelli, Diamanti, o marechal Graziani e várias pessoas próximas do Duce, entre elas seu filho Vittorio, seu novo secretário particular, Luigi Gatti, o ex-comunista Bombacci e Carlo Silvestri. Reinava nesse estado-maior maltrapilho um clima maisão. Cada um queria falar mais alto para ser ouvido pelo chefe de governo. Cada um tinha as próprias ideias a respeito do comportamento a adotar perante os alemães, os aliados e os chefes da Resistência, cada um, o seu segredo para passar pelas malhas da rede. O ex-ministro do Interior da RSI, Buffarini Guidi, dispensado por Mussolini na primavera de 1944, inclinava-se por uma fuga para a Suíça. Outros recomendavam a Espanha ou Portugal, mas como? Graziani preconizava uma capitulação negociada diretamente com os anglo-americanos. O Duce resolveu a questão declarando que se recusava a buscar asilo em um país estrangeiro.

Não deixa de ser interessante comparar o que dizem e pensam mais ou menos no mesmo momento os dois promotores do eixo Roma-Berlim: Hitler, encerrado em seu bunker em Berlim, durante a reunião dos dias 22 e 23 de abril com os principais colaboradores, e Mussolini, em uma entrevista ao jornalista Gian Gaetano Cabella no dia 20. O Führer, em meio a uma tempestade de invectivas e ameaças contra seus generais, teria reconhecido claramente que não tinha mais condições de dirigir o país, pois suas ordens davam em ouvidos moucos: “Perdemos a guerra!”, urrava. “Mas se estão pensando, senhores, que abandonarei Berlim, estão profundamente enganados. Prefiro meter uma bala na cabeça!”⁹ E mais tarde, na mesma noite, tendo de certa forma recuperado a calma, esclareceu que aguardaria a morte na capital do Reich, que não pretendia deixar-se arrastar de um lugar a outro:

Ele rechaçava todas as objeções; uma tentativa de Himmler de fazê-lo recuar de sua decisão tampouco surtiu efeito; da mesma forma, Ribbentrop tentou chamá-lo à razão, mas Hitler nem sequer quis ouvi-lo. Ao contrário do que pretendia inicialmente, ele não enfrentaria os russos de armas na mão – no mínimo para não cair nas mãos do inimigo, se fosse ferido –, além do fato de que já não estava em condições de combater. Arrebatado pelo calor do próprio discurso, declarou, enfático, que cairia nas escadas da chancelaria.¹⁰

A Mussolini, por sua vez, já não resta – como a Goebbels – outra esperança para seu país senão ver a “Grande Aliança” desagregar-se, dando lugar a uma rivalidade armada entre russos e anglo-americanos. Já não há o que esperar de Hitler, diz ele a Cabella: o homem está acabado e a guerra, perdida. Talvez tivesse havido uma chance de inverter a situação se as famosas “bombas destruidoras” tivessem estado em condições de operação algumas semanas antes. Mas é tarde demais para esperar algo nesse sentido. Resta ao chefe da República Social a possibilidade de buscar um refúgio que só pode ser provisório, e de “trabalhar” para que “o mundo saiba a verdade, absoluta, inegável, sobre a maneira como transcorreram os acontecimentos dos cinco anos de guerra”. E ele acrescentava: “Eu já lhes disse. Vai estourar uma terceira guerra mundial. Democracia capitalista contra bolchevismo capitalista. Só a nossa vitória teria dado ao mundo paz com justiça.”¹¹

A ideia do “reduto alpino” acabara, portanto, por se impor ao Duce. “Teremos de combater como os heroicos fascistas de Florença, Forlì e Bolonha, que disputaram a passagem com o inimigo”, afirmou ele em 23 de abril a um grupo de oficiais da Guarda Nacional Republicana. “De nossa parte, chegaremos a Valteline para formar o último reduto da resistência desesperada.” Entre os últimos dirigentes e as figuras de segundo plano em torno do antigo ditador, nem todos aprovavam o projeto de retirada para o alto vale do Adda. Graziani continuava decididamente contrário, considerando que Pavolini tivera a intenção de enganar Mussolini, levando-o a crer que o “reduto alpino” permitiria resistir a um ataque inimigo, embora a essa altura contasse apenas, no máximo, com algumas centenas de possíveis defensores. Segundo ele, o fanatismo daqueles visionários completamente desligados da realidade não

seria suficiente para enfrentar durante mais do que algumas horas as forças conjugadas dos aliados e dos *partisans*. Dito isso, o número um do partido girou sobre os calcanhares, declarando ao marechal: “O respeito por sua pessoa e pela idade é uma coisa. Tolerar um insulto é outra completamente diferente.”

Enquanto os dirigentes da República Social gastavam energias em disputas inúteis, os aliados davam prosseguimento à ofensiva no norte. Ocuparam Bolonha e Parma em 21 de abril, Módena e Reggio no dia 22, enquanto os *partisans* liberavam Gênova e os homens de Tito tomavam Fiume. Em Milão, onde os antifascistas já ocupavam uma parte da cidade, os boatos mais alarmistas davam conta de expurgos a toque de caixa, antecédidos ou não de processos sumários, e tendo como uma das vítimas principais Leandro Arpinati, *ex-ras* de Bolonha, que se recusara a aderir à República de Salò. O que bem demonstra como era grande o risco de que o Duce e seus últimos seguidores acabassem diante de um pelotão de execução.

Mussolini tinha tanto mais motivos de temer o pior, na medida em que não tinha a menor ideia das intenções dos alemães. Certas revelações sobre as negociações em curso com os aliados tinham vazado havia várias semanas, mas seu exato teor não era conhecido. Além disso, a situação na capital lombarda tornava-se cada dia mais insustentável. Os caças-bombardeiros aliados metralhavam as ruas, fazendo numerosas vítimas. Os *partisans* efetuavam ataques-surpresa e se preparavam para lançar uma convocação de greve geral. Para Mussolini, restavam apenas duas possíveis soluções: um acordo com os chefes da Resistência para a transferência do poder ou a fuga pura e simples na direção do lago de Como e de Valteline.

Desde dezembro de 1944, os dirigentes fascistas tinham feito várias tentativas de buscar um acordo com a cúpula do CLNAI, fosse com prévia autorização de Mussolini ou com o único objetivo de tatear o terreno. Todas elas se depararam com a intransigência dos resistentes. Os principais intermediários eram o cardeal Schuster, Carlo Silvestri, o ministro Zerbino e o industrial Gian Riccardo Cella, que havia comprado a redação e a gráfica do *Il Popolo d'Italia*, o

jornal fundado pelo Duce em novembro de 1915 e ao qual continuava muito afeiçoado. Em 24 de abril, Cella entrou em contato com o advogado Achille Marazza, membro democrata-cristão do Comitê de Libertação e, como ele, favorável a um acerto capaz de evitar um derramamento “fratricida” de sangue. Os dois se encontraram em uma pequena sala da casa de penhores de Milão, onde o industrial comunicou ao interlocutor que o Duce estava disposto a conversar.

Em que bases? Aquelas que Silvestri fora incumbido de formalizar e transmitir aos dirigentes socialistas. Eram elas as seguintes:

Estando aberta a sucessão, em consequência da invasão anglo-americana, Mussolini deseja entregar a República Social aos republicanos e não aos monarquistas, a socialização e todo o resto aos socialistas e não aos burgueses.

Para si próprio, o Duce nada pede. Mas, em contrapartida, exige que o êxodo dos fascistas se efetue tranquilamente, sem reações, legais ou ilegais, que seriam igualmente inoportunas.

A isso, estou autorizado a acrescentar que Mussolini solicita:

1. Uma garantia de imunidade para as famílias dos fascistas e os fascistas isolados que ficarão no local de seu domicílio habitual, com a obrigação de depor armas.
2. A garantia de que as formações militares fascistas e os alemães poderão retirar-se sem ser incomodados, com o objetivo de evitar: confrontos e desordens entre italianos; destruição de instalações pelos alemães; e, de maneira geral, todas as novas desgraças e ruínas nas cidades e no campo.
3. O compromisso das formações de voluntários fascistas de não tomar a iniciativa de operações contra as formações italianas sujeitas ao CLNAI.¹²

Era querer demais, considerando-se o clima insurrecional que reinava no norte da Itália e o alcance das contas a serem acertadas. Assim foi que os socialistas rejeitaram categoricamente as propostas de Silvestri. Eles não se mostravam hostis a um encontro com os

dirigentes fascistas, desde que este levasse a uma rendição incondicional e que as negociações transcorressem no arcebispado. Mussolini hesitava, não confiando muito na lealdade do cardeal Schuster e ainda se sentindo tentado pela retirada para Valteline preconizada por Pavolini. Mas acabou por ceder aos argumentos do prefeito Bassi, que declarou:

Aconteça o que acontecer, Duce, decida ou não procurar o cardeal, os italianos sempre se haverão de perguntar se o senhor fez o possível e o impossível para salvar o que podia ser salvo. Surge então uma pergunta: o senhor acredita que, se vier a negociar pela salvaguarda da população, os italianos poderão criticá-lo por não ter tentado tudo? Jamais poderão fazê-lo. Será o último gesto da sua grande nobreza no governo do país.¹³

O encontro decisivo ocorreu à tarde, na sede do arcebispado. A delegação fascista chegou primeiro: era composta por Mussolini, Barracu, Cella, Bassi e Zerbino, aos quais juntou-se um pouco depois Graziani. Enquanto se aguardava a chegada dos representantes da Resistência, o cardeal Schuster recebeu o Duce em audiência privada. O prelado ficou muito impressionado com o mau estado em que se encontrava o visitante. "Ele entrou no salão", escreveria mais tarde, "com um ar tão deprimido que me deu a impressão de um homem aturdido por uma enorme catástrofe." Na antessala, o abade Bicchierai, secretário do cardeal, pedia paciência aos outros membros da delegação.

A conversa durou uma hora, durante a qual Schuster sondou as intenções do Duce, estimulando-o a continuar pela via da conciliação, tomando "por livre e espontânea vontade o caminho de Santa Helena". Ele apreciava o "seu sacrifício pessoal, começando, assim, por sua capitulação de uma vida de expiação na prisão ou no exílio, para salvar da ruína total o resto da Itália".

Houve nessa cena um momento quase cômico: como Mussolini mencionasse os 3 mil camisas-negras que deveriam defender Valteline, os dois começaram a discutir números: "não mais que

trezentos”, corrigiu o cardeal; “talvez sejam um pouco mais numerosos, mas não muito”, reconheceu o interlocutor. E enquanto esperavam, ele de bom grado aceitava “um pequeno reconforto”: um copo de *rosalio* com um biscoito.

Quando finalmente chegou ao palácio a delegação do CLNAI, composta pelo general Cadorna, Marazza e Riccardo Lombardi, este representando o Partido de Ação, todos ficaram impressionados com a palidez do Duce e a impressão de esgotamento que ele transmitia. Marazza escreveria:

Ele tinha no rosto aquela cor esverdeada de quem não dorme há muito tempo ou esconde algum mal secreto. Os olhos estavam cansados, sem brilho, os movimentos, pesados. Os trajes eram incrivelmente relaxados, calças puídas, sapatos cambados, um paletó descorado, amarrotado, sem insígnias nem condecorações.

Passados os primeiros momentos de extrema tensão, enquanto uns e outros se olhavam com desprezo, Mussolini foi o primeiro a falar, perguntando a Marazza o que ele tinha a propor. “Nada além da rendição incondicional”, respondeu o delegado do CLNAI. Era preciso apressar as coisas, pois logo seria dada a ordem de insurreição geral. Mussolini exigiu garantias para os fascistas e suas famílias. Marazza tratou de tranquilizá-lo nessa questão, com a aprovação dos dois outros delegados. Seria possível tratá-la, mas “depois da rendição incondicional”.

Um acordo parecia possível, até que Graziani, subitamente, lançou-se em uma tirada de radicalização, declarando que era o comandante supremo dos exércitos e que, antes de assinar o que quer que fosse, pretendia reportar-se aos aliados da Itália. Foi então convocado o prefeito Bassi, que acabava de ser informado nos corredores de que os alemães estavam há vários dias em entendimentos com o CLNAI e que um acordo estava para sair. Acuados pelos membros da delegação fascista, Marazza e Schuster tiveram de admitir os fatos. O cardeal chegou a apresentar documentos à leitura dos interlocutores, o que provocou a

indignação de Mussolini, que parecia sair de seu torpor sob o efeito de uma ducha gelada:

Eles nos trataram como escravos e no fim das contas vêm me trair. A partir desse momento, declaro retomar minha liberdade de ação em relação à Alemanha. Voltarei à prefeitura, e é de lá que telefonarei para dar minha resposta.¹⁴

A delegação fascista preparou-se, assim, para retornar ao palácio Monforte. Na escada, Mussolini cruzou com Sandro Pertini, um dos principais dirigentes da Resistência. Tendo chegado muito atrasado à reunião, subindo as escadas do palácio episcopal de quatro em quatro degraus, o futuro presidente da República italiana não reconheceu o Duce. “Se soubesse que era ele, o teria abatido ali mesmo com um tiro de revólver”, diria mais tarde. Na prefeitura, em meio a uma atividade febril, Mussolini acabou de verter toda a sua bile. Caminhava em seu gabinete de um lado para outro, os punhos nos quadris, o queixo estirado, como na época em que falava às multidões romanas, proferindo insultos contra os antigos aliados, acusando Cella e Zerbino de o terem enganado e atraído para uma emboscada. Invectivava, sobretudo, o general Wenning, comandante local, que não estava informado das tratativas em curso, mas que nem por isso deixou de servir de bode expiatório, sendo acusado dos pecados de todos os alemães.

Ao recuperar a calma, sem voltar a cair na espécie de embotamento que tanto impressionara seus colaboradores e os interlocutores no arcebispado, Mussolini pediu a opinião de Graziani, Pavolini, Pisenti, Bassi e Colombo. Seria o caso, como sugeria Bassi, de resistir no bairro da prefeitura à espera dos aliados? Ao Duce não agradava a ideia de mergulhar Milão em fogo e sangue, sem a garantia da chegada dos anglo-americanos a tempo de impedir o pior. Render-se incondicionalmente, como exigia o CLNAI? Mas o prefeito Tiengo explicou que no palácio episcopal os chefes da Resistência esperavam a volta do ditador para detê-lo e levá-lo a um “tribunal popular” cujas intenções era perfeitamente possível

imaginar. Não haveria “um segundo 25 de julho”, declarou Mussolini. E ele decidiu então rumar para Valteline. Eram 20 horas quando, após carregar um caminhão com os dossiês confidenciais de sua Secretaria e uma importante soma em dinheiro, e depois de abraçar o filho Vittorio pela última vez, ele deu ordem de partir. Adeus, Milão!

2. Como, primeira etapa

REUNIDOS NO PÁTIO da prefeitura, depois de ordenada a partida para Como, os companheiros do Duce hesitam sobre o rumo a tomar: seria o caso de seguir o “guia” até o “reduto alpino”, esperar os aliados na perspectiva de uma rendição, contra a promessa de que suas vidas seriam salvas, ou combater os resistentes até o último cartucho, na certeza de que seriam executados caso fossem feitos prisioneiros? Alguns deles contemplan a possibilidade de se misturar à multidão milanesa e buscar refúgio com amigos, na Itália ou em outros países.

Os que finalmente optam por acompanhar Mussolini a Valteline são poucos. Cabe lembrar que o Duce nada fez para reter os outros, completamente voltado para a própria salvação e para o desejo – perfeitamente utópico, no ponto a que as coisas haviam chegado – de entregar aos vencedores um farrapo de legalidade. Assim foi que ordenou ao ministro da Justiça, Pesenti, que permanecesse no cargo para representar a República Social. Também ficaram na prefeitura Bassi, Silvestri, o ministro das Finanças, Pellegrini, o ministro da Agricultura, Moroni, e o general Montagna.

Apesar dos temores manifestados por Asvero Gravelli após sua missão de reconhecimento, o ditador deposto decidira seguir a estrada que, passando por Como e Menaggio, conduzia a Valteline pela margem ocidental do lago. A via constituía uma espécie de corredor natural margeando a montanha, sem saídas laterais. A pista era tão estreita que os veículos blindados não podiam dar meia-volta antes de Menaggio. E, finalmente, os *partisans* controlavam uma parte das zonas montanhosas que separavam o lago da fronteira suíça. Gravelli recomendara enfaticamente, então, que fosse escolhido outro itinerário, passando por Lecco e seguindo a margem

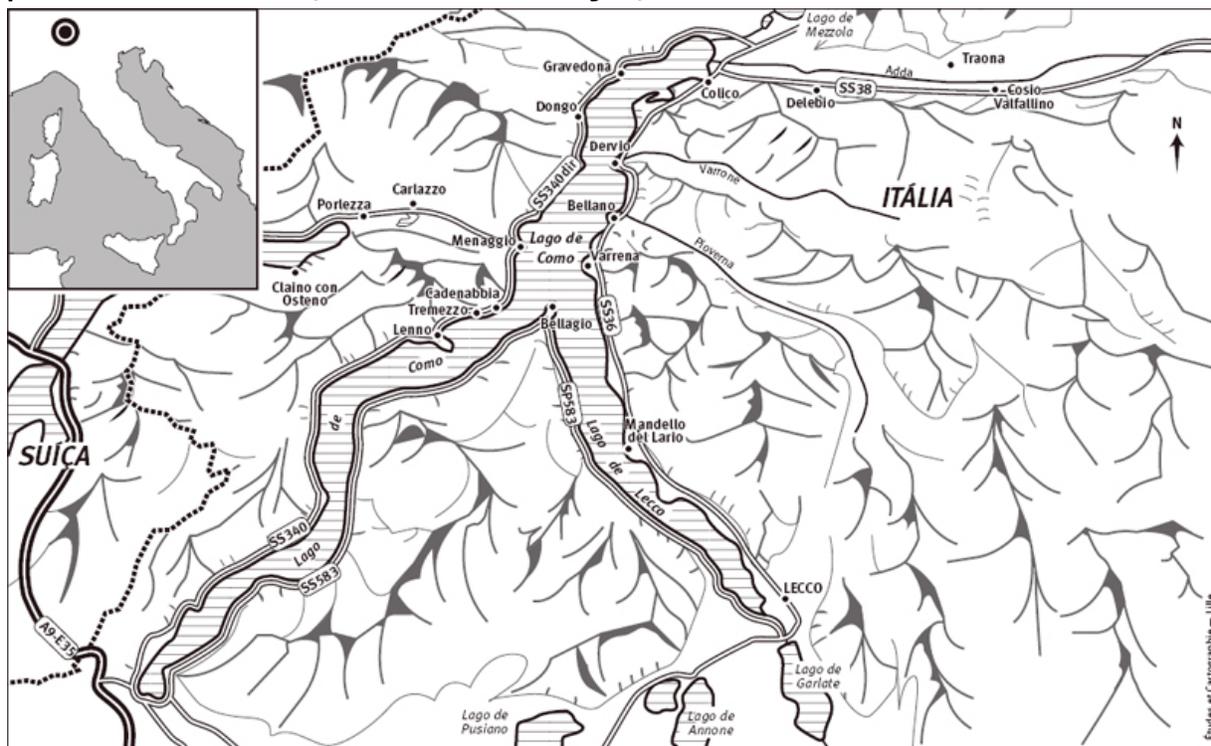
oriental do lago de Como até Colico e Sondrio. Nele, o relevo era menos acidentado, as possibilidades de fuga para leste, maiores, e as forças da Resistência, mais esparsas.

É VERDADE TAMBÉM que perto da estrada de Lecco havia importantes destacamentos da divisão fascista Tagliamento, perfeitamente armados, treinados e aguerridos e, portanto, dispostos a garantir a passagem dos que fugiam. A escolha da estrada Como-Menaggio é, contudo, surpreendente, tanto mais que Mussolini nem de longe podia ser considerado um neófito em matéria de leitura de mapas geográficos, tendo por longo tempo avaliado todos os que cobriam a zona compreendida entre Milão e o alto vale do Adda. Aparentemente ele resolveu de uma hora para outra privilegiar a fuga em direção à Suíça, abrindo mão da intenção, tantas vezes proclamada, de tentar uma última chance em território italiano, e em nenhum outro lugar, enfrentando as forças da Resistência e as tropas do marechal Alexander em um derradeiro ato heroico. É bem verdade que, em 12 de abril, o CLNAI ordenara a captura do ex-ditador e de outros membros da direção fascista, acusados de “traidores da pátria e criminosos de guerra”. Mussolini sabia o destino que o esperava caso fosse detido pelos *partisans*.

“Estou sozinho, tudo acabou”

Enquanto os chefes da Resistência, tendo esperado pouco mais de uma hora no palácio episcopal pela resposta ao ultimato e sendo informados por Bassi, por telefone, de que ele fora rejeitado, davam a ordem de insurreição geral, o Duce tomava o caminho de Como. Do comboio dos últimos fiéis faziam parte Graziani, Mezzasoma, Zerbino, Liverani, Tarchi, Barracu, Gatti, o jornalista Ernesto Daquanno, diretor da agência de notícias Stefani, assim como o mais velho dos filhos ainda vivos do Duce, Vittorio, seu sobrinho Vito – filho de seu irmão Arnaldo – e um outro sobrinho, Vanni Teodorani. Ele havia se instalado em seu Alfa-Romeo em companhia de

Bombacci, outrora professor, como ele, na Romana. Como Vittorio estranhasse que o antigo companheiro de Lenin levasse tão pouca bagagem, Bombacci respondeu que já era escolado nessa matéria. “Eu estava no gabinete de Lenin em Petersburgo quando as tropas brancas de Yudenich cercaram a cidade e nós nos preparávamos para abandoná-la, como Milão hoje”, declarou.



Lago de Como e vias de acesso a Valteline

O pequeno grupo dispersou-se em vários veículos, aos quais se juntaram dois tanques do exército alemão (um deles transportando elementos de uma unidade antiaérea), os automóveis de vários oficiais da Wehrmacht e da SS e ainda militares italianos formando a escolta do marechal Graziani. Claretta Petacci, seu irmão Marcello e a companheira dele, Zita Ritossa, também faziam parte do comboio. O séquito era fechado por um pequeno caminhão Balilla no qual se haviam acomodado Maria Righini, a camareira do Duce, um policial e o motorista, e que também continha importantes documentos secretos. Em Garbagnate, pouco depois de deixar Milão, a caminhonete sofreu uma pane. O motorista e o policial tentaram um conserto com recursos improvisados, mas sem resultado. Tiveram

então de empurrar o veículo até uma pequena fazenda das imediações para esperar ajuda, enquanto Maria Righini conseguia ser levada por um veículo de passagem até a prefeitura de Como, onde Mussolini acabava de chegar. Logo se providenciou a partida de três veículos de escolta, na esperança de pelo menos resgatar os documentos, mas quando eles chegaram a Garbagnate a cidade já estava nas mãos dos *partisans*.

No momento em que a coluna entrava na avenida Sempione, o comandante *partisan* Marozin (conhecido como *Vero* na Resistência) telefonou a Pertini, que continuava esperando a resposta de Mussolini ao ultimato do CLNAI. A resposta foi que deixasse passar o comboio: eram apenas vinte horas e dez minutos e a recusa do Duce de se render incondicionalmente ainda não havia chegado ao palácio episcopal. A cidade estava calma. Os teatros continuavam abertos. No Odeon estava em cartaz uma peça interpretada por Renzo Ricci, Eva Magni e Vittorio Gassman, *Christian*, e no Ars, a revista *Bo-Bi-Bo*, ao passo que a única loteria ainda em funcionamento, a de Turim, comunicava por rádio aos milaneses os números vencedores do dia.

Foi também na noite do dia 25 que os leitores da imprensa fascista tomaram conhecimento do último telegrama de Hitler a seu "único amigo", enviado do bunker onde o chanceler vivia seus últimos dias em Berlim. Seu texto foi publicado na edição vespertina dos jornais milaneses:

A luta pela existência ou a não existência alcançou seu paroxismo. Valendo-se de forças e equipamentos descomunais, o bolchevismo e o judaísmo mobilizaram-se ao máximo para reunir suas forças destruidoras no solo da Alemanha e precipitar nosso continente no caos. Entretanto, com seu obstinado desprezo pela morte, o povo alemão e todos aqueles que são movidos pelos mesmos sentimentos acorrerão em socorro, não importando a dureza do combate, e com seu heroísmo sem igual mudarão o curso da guerra neste momento histórico que decidirá a sorte da Europa pelos próximos séculos.

Pavolini ficou em Milão para reunir um contingente capaz de constituir essa força militar de que há semanas não se cansava de falar aos colegas, e cujo objetivo seria teoricamente a defesa do “reduto alpino”. A noite inteira, o secretário do partido, ao volante de seu carro conversível e em trajes de militante fascista, andou pelas ruas da capital lombarda, onde eram erguidas as primeiras barricadas. Grupos de fascistas percorreram a cidade, alguns tendo como única preocupação encontrar um abrigo seguro ou uma via de retirada ainda não ocupada pelos *partisans*; outros – várias centenas, talvez vários milhares, segundo o comissário federal de Milão, Vincenzo Costa – com a intenção de promover um último ato de resistência heroica em torno da *piazza* San Sepolcro. De uma das janelas do *palazzo* onde funcionava a federação do partido, Pavolini e Costa não se cansavam de arengar os militantes: “Um combate suicida de nada serviria. Mussolini já está em Como, onde nos espera: é para Como que devemos ir! Que estamos fazendo?” E a multidão de militantes respondeu em coro: “Todos para Como!”

Passado esse breve momento de euforia, os dirigentes fascistas trataram de reunir seus homens. Ao alvorecer, a coluna Pavolini estava pronta para pegar a estrada. Ela seria composta, segundo Costa, que certamente tinha tendência a inflar os números, de 178 veículos e três ou quatro tanques leves da Brigada Negra Leonessa, transportando mais de 4.600 camisas-negras e 350 auxiliares. Partindo às seis horas e vinte minutos da via Dante, essa tropa formada por elementos díspares atravessou a cidade lombarda sem enfrentar qualquer empecilho. Mas depois da saída de Milão as coisas se complicaram. Uma esquadrilha de caças-bombardeiros ingleses atacou o comboio em baixa altitude, lançando pelos ares um caminhão de munições e outro veículo carregado de barris de gasolina. Pavolini ia à frente, detendo-se às vezes para encorajar seus homens ou ameaçá-los, não hesitando em atirar com sua pistola para se fazer obedecer.

Na entrada de Como, Costa cruzou com um pequeno grupo de ciclistas em trajes civis, entre os quais reconheceu o prefeito Bassi. E o interrogou: “Que está acontecendo? Para onde se dirige, no

contrafluxo dos que chegam?” A resposta de Bassi não deixou margem a dúvida. Ele estava “voltando para casa”. Pavolini, que se juntara ao federal de Milão, recebeu a mesma resposta, acrescida de breve explicação: “Meu dever foi cumprido. O Duce se foi. Partiu durante a noite sem nada dizer. Que mais teria eu a fazer em Como?” O número um do partido não acreditou no que estava ouvindo: “Mussolini se foi como um ladrão!” Mas não tentou reter Bassi. Que ele simplesmente se abstivesse de apregoar a notícia entre os homens da segunda coluna. “Todos devem achar que o Duce está aqui e que os espera!”¹

Mussolini não permanecera mais de seis horas em Como. Havia chegado à prefeitura pouco depois das 21 horas, sendo recebido por Guido Buffarini Guidi, ex-ministro do Interior da RSI, dispensado pelo Duce em novembro de 1944 por ter se recusado a aprovar as medidas antisemitas preconizadas por Giovanni Preziosi, “inspetor-geral para a raça”. Mais uma vez, Buffarini implorou ao chefe de governo que desistisse do projeto de “reduto alpino” – cuja inconsistência pudera detectar – e rumasse o mais breve possível para a Suíça. O prefeito Celio pronunciou-se no mesmo sentido, mas o Duce não queria saber, não pelos motivos até então invocados, mas porque, segundo as informações que recebera, a Confederação Suíça não pretendia conceder-lhe asilo. Por mais que Celio procurasse mostrar-lhe que seria possível tentar tornar mais flexíveis as autoridades de Berna, com a ajuda do cônsul americano em Lugano, Mussolini recusou-se a aceitar ir mais adiante em um processo que considerava humilhante. Na verdade, ele pretendia manter sua decisão em suspenso até a chegada da coluna Pavolini, cujos primeiros destacamentos eram esperados a qualquer momento.

A cidade de Como estava mergulhada em forte agitação. Cruzavam-se nas ruas pequenos grupos armados, além de numerosos soldados isolados, em busca de sua unidade ou já decididos a trocar a camisa-negra por trajes menos comprometedores. Na prefeitura, o jantar foi sinistro. Mussolini manteve, em seguida, várias reuniões com seus ministros, nas quais

ficou claro que todos, ou quase todos, tinham como única preocupação salvar a própria pele. Pouco depois da meia-noite, Barracu apareceu e comunicou ao ditador que todas as buscas para encontrar a caminhonete Balilla tinham sido em vão, o que provocou um acesso de ira em Mussolini. Ele recriminou Barracu e seus colegas por não terem tomado qualquer medida para vigiar o veículo e seu precioso carregamento nem garantir a segurança de Maria Righini.

O que Mussolini ignorava ao chegar a Como era que não só a população esperava a chegada dos anglo-americanos como uma liberação, o fim de um pesadelo que, para os mais resistentes ao domínio fascista, já durava mais de vinte anos, e para a massa dos italianos, desde 1943, como também que as autoridades da cidade, a começar pelo prefeito Celio e o questor Pozzoli, estavam havia vários dias em contato com o CLNAI com vistas a uma transmissão do poder sem traumas. A chegada imprevista do Duce e de seus principais colaboradores só podia atrapalhar seus planos. Seria necessário, portanto, convencer o senhor ainda ontem todopoderoso da Itália fascista de que tudo havia realmente acabado. Questionado a respeito da relação de forças entre resistentes e camisas-negras, Pozzoli não hesitou em pintar um quadro ainda mais sombrio, declarando que se a população da cidade parecia mais ou menos tranquila, 11 mil *partisans* preparavam-se para fazer sua entrada. Com isso, multiplicava pelo menos por quatro o contingente que a Resistência estava em condições de alinhar perante os 5 mil fascistas reunidos por Pavolini e os que, vindos de outras províncias, esperavam sua chegada a Como para juntar-se a eles.

A mentira era grande, mas Mussolini levou a sério as palavras do questor. Não se haveria mais de esperar que Pavolini chegasse a Como para voltar à estrada em direção a Menaggio, pequena estação turística situada 35 quilômetros ao norte de Como, mais ou menos o equivalente a distância que ainda teria de ser percorrida para alcançar o lugar onde o rio Adda desemboca no lago e onde começa Valteline. Ali se faria uma parada até que chegassem as tropas que Pavolini se dissera convencido de poder reunir.

Antes de deixar Como em direção a Menaggio, Mussolini mandou uma mensagem de despedida à esposa. Em 23 de abril, Rachele ainda se encontrava em Gargnano, esperando a volta do Duce, quando recebeu ordens de ir para Monza, onde ele encontraria a família, o filho menor, Romano (nascido em 1927), e a pequena Anna Maria. Mal haviam chegado à *villa* Reale e um telefonema de Mussolini os instruiu a partir para Como, para onde ele próprio se dirigia. Ele incumbira seu secretário, Gatti, de partir imediatamente de carro para Monza e conduzir sua mulher e os filhos a Como, onde tinham à disposição a *villa* Montero, descrita por Rachele como “uma grande casa triste e isolada”² Ela escreveria alguns anos depois:

Meu marido queria que eu me refugiasse na Suíça e me dissera que na prefeitura de Como me seria dada a gasolina necessária para prosseguir nossa viagem. Quando me informei, responderam-me que não havia nenhuma ordem nesse sentido. Preocupada – pois conhecia muito bem todas as intrigas e armadilhas –, tratei logo de telefonar a Milão. Uma voz desconhecida respondeu que o Duce estava em conferência com Schuster, mas que eu poderia falar com Vittorio. Contei tudo a meu filho; ele me recomendou que procurasse Ola, sua mulher, que havia se instalado há pouco em Como, a fim de lhe pedir gasolina.³

Encher o tanque de gasolina em Como em plena derrocada não era nada fácil. Entretanto, resolvida a questão, o mais difícil ainda estava por vir: chegar à fronteira por estradas em parte controladas pelos *partisans*, escapar à metralha dos aviões aliados e, sobretudo, desviar a meticulosa atenção dos policiais suíços. Ao chegar a Ponte Chiasso, por volta das três da manhã de 26 de abril, a esposa do ditador constatou que a fronteira estava fechada. Uma longa fila de automóveis – entre os quais o de Buffarini, que, segundo Rachele, seguira desde Como o grande Lancia negro em que ela viajava com os filhos – esperava certamente há horas que as autoridades suíças se dispusessem a levantar as barreiras. Rachele desceu do carro para pedir passagem, invocando o direito de asilo. Um dos policiais

foi ao posto da guarda a fim de telefonar para Berna, e a resposta não se fez esperar: não haveria refúgio na Suíça para os Mussolini. Rechaçados pelos dirigentes da Confederação, só restava aos passageiros do Lancia retomar o caminho para Como.

Escreve ainda Rachele:

Paramos na sede da federação fascista. Estávamos na ilusão de que conseguiríamos notícias ou, pelo menos, uma escolta que nos acompanhasse até Valteline. Mas reinava a mais absoluta confusão em todos os gabinetes. Ninguém tinha o menor plano em vista e cada um sugeria as soluções mais contraditórias para escapar à catástrofe; todo mundo falava e discutia em voz alta, alterada pelo nervosismo. Ninguém tinha tempo para cuidar de mim e dos meus filhos, ninguém queria assumir a responsabilidade, sem uma ordem bem clara, de nos escoltar pela estrada do lago.⁴

Antes de tentar entrar na Suíça, Rachele recebera de Benito uma carta que a deixara imensamente triste. Desde sua chegada a Como, o Duce não conseguira ou simplesmente não tentara encontrar a esposa, talvez por receio de ter de enfrentar uma dolorosa cena de despedida. Tarde da noite, um miliciano incumbido da guarda da *villa* Mantero despertou *donna* Rachele. Trazia um envelope com uma breve mensagem rabiscada em lápis azul, e cujo teor não deixava qualquer dúvida quanto à ideia que Mussolini fazia do que o aguardava:

Minha querida Rachele:

Cheguei à última etapa de minha vida, à última página do meu livro. Certamente jamais voltaremos a nos ver, e é por isso que lhe escrevo. Peço-lhe perdão por todo o mal que lhe fiz sem querer, mas você sabe que é a única mulher que realmente amei: perante Deus e perante nosso Bruno, neste momento supremo, eu o juro.

Tenho de ir para Valteline, mas é necessário, eu lhe peço, que você e as crianças tentem chegar à fronteira suíça. Lá, poderão começar uma nova vida. Não creio que os suíços a impeçam de

entrar, pois sempre me esforcei por ajudá-los e você nunca se meteu em política. Se não for possível, procure os aliados: talvez se mostrem mais generosos que os italianos. Confio-lhe Anna e Romano, sobretudo Anna, que é tão jovem e precisa tanto de cuidados e afeto. Você sabe o quanto os amo. Lá do alto, Bruno haverá de ajudá-los. Um beijo, e também às crianças. Do seu Benito.

Ao receber essa carta, Rachele tentou entrar em contato com o marido por telefone. Quando conseguiu, depois de várias tentativas, foi com uma voz cansada e resignada que o ouviu responder, quando lhe falou de todos aqueles que ainda estavam dispostos a lutar por ele e pela Itália: "Não, Rachele, não há mais ninguém ao meu redor. Até o motorista me abandonou. Estou sozinho. Tudo acabou."

Epílogo trágico, mas muito suspeito: ninguém jamais viu a famosa carta, que *donna* Rachele afirmava ter destruído em um momento de desânimo, mas de cujo teor se lembrava nos mínimos detalhes...

A volta de Claretta

Como vimos, após a detenção de Mussolini, Claretta fora encarcerada na prisão de Novara. Libertada em 17 de setembro por ordem do general Wolff, ela logo tratara de ir ao encontro de Mussolini, instalando-se perto de Gargnano. Enquanto a julgava na prisão, o Duce não se preocupara muito com o destino de sua jovem amante. Talvez até tivesse achado que chegara o momento de pôr fim a uma ligação que já durava quase dez anos. Seja como for, ele não precisou de muito tempo para acorrer à *villa* Fiordalisio, alugada por Claretta em Gardone, e onde o casal logo haveria de retomar seus hábitos romanos.

Mas a situação não era fácil. Primeiro, porque Mussolini só podia deslocar-se com autorização do tenente alemão que comandava o

destacamento SS incumbido de sua segurança. E, sobretudo, porque Rachele estava de olho no volúvel marido. Ela fora a última – depois de 25 de julho de 1943 e da queda do Duce! – a tomar conhecimento de sua ligação com a bela romana; agora que sabia com quem estava lidando, não pretendia facilitar as coisas.

Começou, assim, a se criar um clima de vaudeville em torno do “guia” da República Social. Com a cumplicidade dos guarda-costas, Mussolini começou a deixar secretamente a *villa* Orsolino, onde estavam os “gabinetes governamentais”, para ir de carro a Gardone. Em sua ausência, o veículo destacado para transportá-lo ficava bem à vista, diante da porta principal. Em Gardone, onde costumava chegar no fim da noite, o ditador fazia a amante embarcar no carro e o casal partia para um breve passeio, ou para algum refúgio discreto conhecido apenas deles mesmos e do motorista.

Mas Rachele tinha seus informantes. Interrogava os domésticos, assediava o secretário particular do marido e ao menor sinal de infidelidade tinha terríveis acessos de raiva. Benito se enrolava em explicações complicadas e também acabava explodindo, quando não capitulava vergonhosamente diante da ardorosa esposa. Certo dia, ela foi à *villa* Fiordalisio. Estava acompanhada de Buffarini Guidi, que conhecia bem Claretta. Ele precisou negociar longamente com o oficial alemão da guarda até que viessem abrir o portão. A conversa entre as duas durou cerca de três horas, pontuada por gritos, lágrimas, ameaças. Segundo o relato de Rachele, Claretta teria desmaiado várias vezes, sendo reanimada pelo pobre Buffarini.

Os três protagonistas voltarão a ser encontrados em Como na noite de 25 de abril de 1945, só que agora o vaudeville deu lugar a um drama: Rachele foi rechaçada pelos policiais suíços na fronteira da Confederação e não sabe que destino lhe será reservado, a ela e aos filhos; Mussolini está de partida para um local incerto e, segundo ele, foi abandonado por todos; Clara Petacci, finalmente, decidiu acompanhar o amante até o fim que lhe tenha sido reservado. Seu irmão Marcello, médico medíocre que conseguiu, graças às suas relações pessoais, uma cátedra universitária, enriquecendo com vultosos negócios, bem que tentou convencê-la de que não teria a

menor dificuldade de chegar à Espanha, mas nada foi capaz de abalar sua determinação. Antes de deixar Milão, Claretta disse a Asvero Gravelli que estava disposta a morrer ao lado do homem que amava. Também escreveu à irmã Miryam (Miria di San Servolo nos palcos e na tela), no momento em que se preparava para tomar o último avião para Madri, uma carta em que comunicava suas intenções:

Não precisa se afligir por nós. Sigo o meu destino, que é também o dele. Jamais seria capaz de abandoná-lo, aconteça o que acontecer. Não vou destruir por um ato de covardia a beleza suprema da doação que lhe fiz de minha pessoa, e não vou abrir mão de ajudá-lo, de estar junto dele enquanto puder. Você sabe onde estão os meus documentos. Trate de conservá-los e respeitá-los. Guarde-os todos. Eu os confio a você, e você haverá de confiá-los a seu filho, se Deus quiser dar-lhe um.

Como Marcello finalmente também se decidiu, por motivos muito diferentes, a acompanhar a coluna de dirigentes, foi no automóvel do irmão e em companhia dele que Claretta rumou para Como na noite de 25 de abril, seguindo para Menaggio no meio da noite. E só na madrugada do dia 26 Mussolini tomou conhecimento de sua presença no comboio. A essa altura, restavam aos dois amantes sessenta horas de vida.

3. A caminho de Menaggio

PASSAVA UM POUCO das três da manhã quando Mussolini e o pequeno grupo de dirigentes que o acompanhava deixaram precipitadamente Como em direção a Menaggio. Ocorreu então um primeiro confronto entre o chefe da RSI e o tenente SS Birzer, incumbido de escoltar os fugitivos talvez até Merano, onde a Wehrmacht continuava ocupando posições sólidas. Nenhum dos italianos integrados ao comboio tinha a menor ilusão quanto à vontade dos alemães de garantir sua segurança. E Mussolini menos ainda que qualquer outro. Birzer e seu destacamento estavam ali para vigiar seus atos e gestos e impedir qualquer tentativa de fuga na direção da Suíça. Em momento algum ele baixara a vigilância desde Gargnano. Em Milão, quando a pequena delegação fascista foi ao arcebispado negociar com os dirigentes da Resistência, não é que ele conseguira entrar na velha limusine enviada à prefeitura pelo cardeal Schuster? Como Birzer exigia que os veículos da escolta fossem incluídos na coluna, Mussolini decidiu esquivar-se à companhia de seus "protetores". Em artigo publicado em *Epoca*, em 1968, Lazzerio Ricciotti atribui ao tenente SS o relato dessa tentativa fracassada de fuga:

Em Como, percebi que Mussolini provavelmente tentaria fugir para a Suíça, talvez sozinho, talvez mesmo já naquela noite. ... Mobilizei quatro sentinelas e ordenei a meus homens que dormissem vestidos, prontos para qualquer eventualidade. Às quatro e meia, na manhã de 26 de abril, um dos sentinelas começou a gritar: "Karl Heinz está fugindo!" Karl Heinz era o nome pelo qual os comandantes alemães se referiam a Mussolini. Eu dei um salto. Ele já entrara no carro. Bloqueei com o meu a saída da prefeitura. E disse com firmeza: "Duce, o senhor não pode sair sem comunicar a escolta." Ele

respondeu bruscamente: “Retire-se. Posso fazer o que bem quiser e ir aonde quiser. Libere a passagem.”

Chamei então os SS: “Carreguem as armas e preparem as granadas de mão. Cinco homens comigo.” Apontei a metralhadora e avancei. ... Em seguida, disse a Mussolini: “Agora pode partir, Duce.”¹

Deixemos de lado as incertezas cronológicas. Birzer situa a cena às quatro e meia da manhã, embora, segundo a maioria dos depoimentos, o Duce e uma parte de seus colaboradores – ele ordenara a vários ministros que esperassem a chegada de Pavolini – já estivessem a caminho. Em compensação, a natureza das relações dos alemães com o chefe do governo fascista é esclarecida sem ambiguidade. Birzer recebera ordens formais dos superiores e estava decidido a cumpri-las. O Duce é seu prisioneiro. Se preciso for, a força das armas será empregada contra ele e seus seguidores.

Pavolini reaparece

Após esse breve confronto, o tenente Birzer tomou a frente do comboio, seguido pelo Alfa-Romeo de Mussolini, no qual Bombacci voltara a se instalar. Gravelli não se enganara ao recomendar ao Duce que não tomasse o caminho oeste. A estrada era estreita e as curvas frequentes, o que só podia dificultar a utilização de veículos blindados armados de metralhadoras e peças leves. Mas o pequeno grupo chegou sem dificuldade a Menaggio por volta das cinco da manhã, e Mussolini, que há 48 horas não dormia, foi recebido rapidamente na *villa* de Emilio Castelli, membro do conselho federal fascista na província de Como. Pouco depois, chegou outra coluna, trazendo Graziani e os dirigentes que até então haviam permanecido em Como. Atrás vinham Claretta e Marcello Petacci.

As cidades e os hotéis de luxo, antes frequentados por representantes da antiga classe dirigente e do establishment fascista, recebiam havia pouco tempo outros ocupantes – alguns ministros e dirigentes administrativos, líderes do partido, assim como

o pessoal de várias empresas públicas ou privadas – expulsos das margens do lago de Garda ou da capital lombarda pela ofensiva dos aliados e dos bombardeiros. Angelo Tarchi, o ministro da Economia Corporativa, residia em Cadenabbia, perto das *villas* do chefe de polícia Tullio Tamburini e de Edoardo Moroni, à frente da Agricultura. Zerbino instalara-se em Griante e Buffarini Guidi em Lenno, onde o hotel Bellevue sediava os serviços do Ministério do Interior e a direção-geral da grande empresa química Snia Viscosa.

Pode-se dizer que a hospedagem do Duce e de seus companheiros não deixou de gerar sérios problemas para as autoridades da cidade. Após breve passagem pela *villa* de Castelli, para tomar uma xícara de café e trocar algumas informações, Mussolini foi conduzido a um quartinho no segundo andar da escola primária de Menaggio, transformada pelas circunstâncias em caserna, e onde também foi instalado, da maneira que foi possível, o resto do grupo – tarefa tanto mais difícil na medida em que o contingente de fugitivos aumentara em pelo menos cerca de trinta indivíduos com a chegada da segunda coluna.

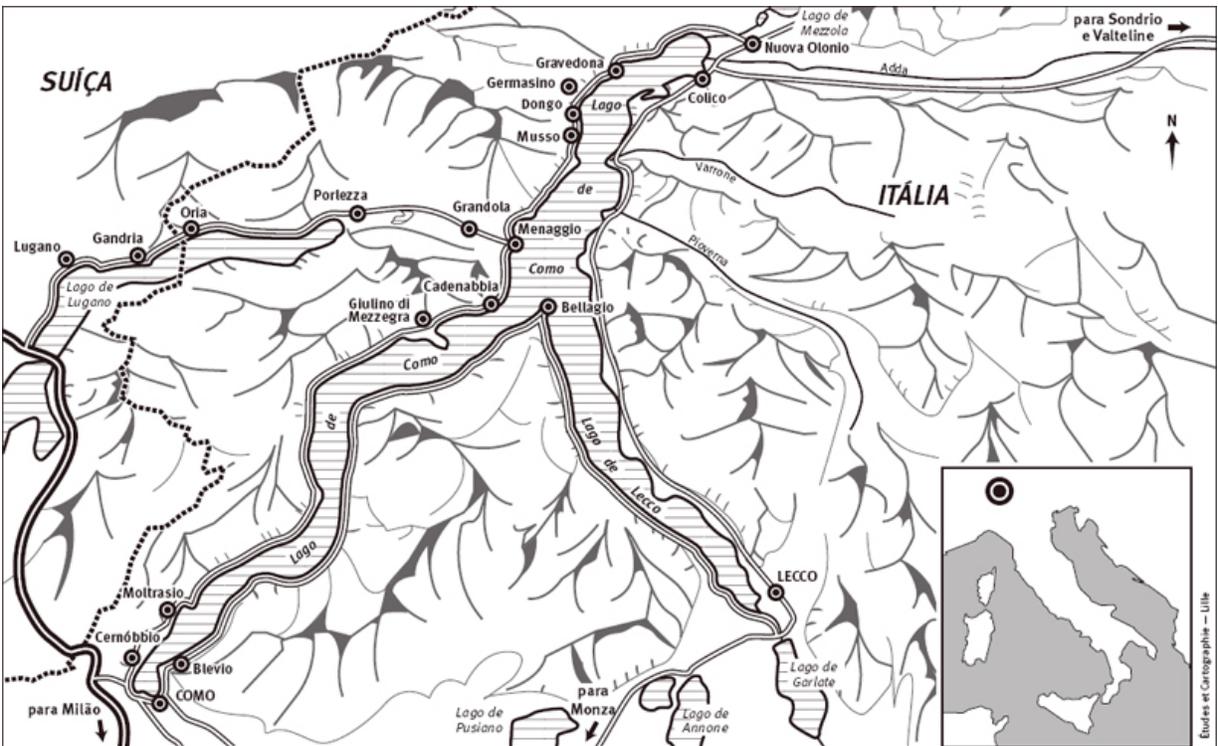
Mussolini dera a Gatti ordens bem claras. Esgotado ou não, teria de estar de pé antes da chegada de Pavolini e seus camisas-negras. Foi então despertado pouco antes das nove horas, para poder fazer novos planos de acordo com as informações que seriam fornecidas por Porta e Castelli. Este entendera perfeitamente que o chefe da RSI precisava ser tranquilizado, sobretudo a respeito da relação de forças entre as unidades com as quais se poderia contar e as da Resistência. Ansioso por ver os fugitivos o mais rápido possível no caminho de Valteline, ele não hesitou em apresentar a situação aos fascistas de um ponto de vista favorável. “A área está perfeitamente tranquila”, disse ele ao Duce. “Toda a região do vale de Menaggio está sob controle.”² Acrescentou que as operações do fim do inverno contra as poucas formações *partisanas* das cercanias as tinham deixado na defensiva. Havia, de fato, uma pequena unidade operando nas proximidades de Dongio, mas dispondo apenas de armamento sumário: nada a temer nessa direção – exatamente a que devia ser tomada pelo comboio.

Essas declarações tranquilizadoras, feitas pelo vice-comissário federal da província com a mão no coração, deixaram o Duce mais calmo. Para reforçar um pouco, Castelli afirmou ao hóspede que, como chefe do fascismo local, assumia pessoalmente o comando de uma companhia integrada à XI Brigada Negra, e que essa unidade, formada por militantes de uma fidelidade a toda prova, podia “a qualquer momento” ir em socorro dos dirigentes em fuga. E havia ainda aqueles cuja chegada a Menaggio era aguardada com ansiedade: os cerca de 5 mil camisas-negras que Pavolini prometera reunir em Milão e conduzir até o “reduto alpino”, garantindo com isso a segurança do Duce e de seus companheiros.

Acontece que o número um do partido se fazia esperar. Como vimos, ao chegar a Como na noite de 5 para 6 de abril, à frente de uma coluna de duzentos veículos, ele fora informado de que os fugitivos já tinham pegado a estrada rumo a Menaggio. O bom senso teria recomendado que dedicasse então algumas horas a passar em revista o contingente, efetuar um controle rigoroso da disciplina e examinar seriamente suas motivações. Mas o bom senso não estava nos genes e muito menos na cultura política de Alessandro Pavolini. Sem se preocupar com o moral de suas tropas, ele entrou no automóvel particular da jovem Elena Curti para ir prestar contas a Mussolini. Os dois tiveram uma breve conversa, durante a qual o secretário do partido mais uma vez garantiu ao interlocutor que 5 mil combatentes bem armados estavam prontos para segui-lo e juntar-se em Menaggio à coluna dos dirigentes, acompanhando-o até Valteline. Em seguida, voltou a Como, não sem antes comunicar ao Duce que Rachele e seus dois filhos não tinham sido autorizados a entrar na Suíça e haviam voltado à *villa* Montero. Mussolini não fez qualquer comentário.

Só mesmo por uma falta de consciência o chefe das Brigadas Negras poderia imaginar que, após sua partida, seus homens esperariam pacientemente que retornasse. E o que constatou ao chegar a Como é que, de fato, estava longe de confirmar as notícias tranquilizadoras que havia levado ao chefe da RSI. Entregues à própria sorte, sem diretrizes nem informação de espécie alguma,

senão a que cada comandante de unidade julgava estar em condições de fornecer a seus homens, e cujo caráter contraditório só podia contribuir para aumentar a confusão, os brigadistas não demoraram a manifestar o pouco entusiasmo que neles despertava a ideia de ter de dar continuidade à luta. Os que em Milão pareciam mais combativos não eram agora os últimos a proclamar seu desejo de “voltar para casa”. Alguns tinham até mesmo começado a se relacionar com os *partisans*, não hesitando em trocar suas insígnias fascistas pelas braçadeiras do CVL. Tudo isso diante dos olhos de uma população que já tratava de arrancar as imagens e os símbolos do regime deposto e contemplava, estupefata – a liberação da vingança popular viria mais tarde –, as centenas de fascistas que acampavam tranquilamente nos parques públicos, nas praças e ao longo das avenidas da cidade.



Principais etapas da última viagem de Mussolini

A decomposição do pequeno exército que tivera a ingenuidade de se considerar indefectivelmente comprometido com o regime já estava por demais avançada quando Pavolini chegou a Como, por

volta do meio-dia. Muitos brigadistas tinham pura e simplesmente desertado. Os outros esperavam que seus oficiais acabassem de negociar a rendição com os chefes da Resistência e os agentes aliados que havia várias semanas pululavam na região. O ex-ministro do Minculpop não pôde deixar de sentir os limites da modelagem totalitária do “homem novo” confrontado com as realidades da derrota. Por mais que corresse de um grupo a outro para tentar despertar com apelos vibrantes o fervor patriótico e a fé mussolinista dos legionários, nada pôde impedi-los de debandar, depor armas ou entregá-las ao adversário da véspera.

A Pavolini restava apenas dirigir-se quase sozinho a Menaggio, onde as coisas tinham evoluído muito no dia 26. Pouco depois das nove horas, o Duce e Clara Petacci tinham tido oportunidade de trocar algumas palavras sob o olhar discreto, mas vigilante, de dois SS. Meia hora depois, o secretário Gatti, preocupado em manter o Duce incógnito, organizou a retirada dos ministros e oficiais para Cadenabbia, aldeia situada à beira do lago, a alguns quilômetros ao sul de Menaggio. Mussolini, que continuava esperando Pavolini e se mostrava cada vez mais inquieto, declarou que de sua parte não arredaria pé enquanto o número um do partido não tivesse dado notícias.

Depois de algumas horas de exaltadas discussões a respeito do que se faria caso Pavolini não retornasse, o que parecia cada vez mais provável, ou o fizesse sem os famosos reforços, os dirigentes se deram conta de que pelo menos em um ponto estavam de acordo: em Cadenabbia, corriam o risco de morrer de tédio. Decidiram então voltar a Menaggio – à exceção de Graziani, que preferiu retornar a seu posto de comando para dar as últimas instruções às forças armadas republicanas.

Ao retornarem, no início da tarde, eles foram informados de que um novo plano havia sido adotado pelo Duce. Para não provocar a curiosidade ou mesmo a hostilidade que já se manifestava na população da cidade, o pequeno exército de Pavolini seria aguardado em Grandola, localidade ainda dentro do território italiano, mas a uma distância de apenas cerca de quinze quilômetros

da fronteira suíça. Os dirigentes e seu “guia” – Mussolini nunca merecera tão pouco esse título – foram acomodados no hotel Miravalle, onde passaram o resto da tarde.

O tempo estava execrável. Entre uma peça musical e outra, o rádio do hotel transmitia as notícias da insurreição e do avanço dos aliados. Em Milão, o Comitê de Libertação tinha revogado a legislação social da RSI. Um decreto criando tribunais populares e cortes marciais especificava em seu artigo 5 que

os membros do governo fascista e os líderes do fascismo que suprimiram as garantias constitucionais acabaram com as liberdades populares, criaram o regime fascista, comprometeram e traíram o destino do país e o conduziram à catástrofe serão punidos com a morte e, nos casos menos graves, com prisão perpétua.

Eram acusações aplicáveis a Mussolini e a seus auxiliares diretos. O temor de ser fisicamente eliminado após um arremedo de processo ou, pior ainda, exibido em uma jaula de cidade em cidade, como um animal de circo, não era novidade para o Duce. Pois não havia ele, segundo depoimentos de vários carcereiros de Campo Imperatore, tentado se matar na noite de 11 para 12 de setembro de 1943, cortando as veias com uma lâmina de barbear? Dessa vez, simplesmente, já não se tratava de uma vaga ameaça. O decreto baixado pelo CLNAI equivalia a uma condenação de morte, caso Mussolini e os dirigentes caíssem nas mãos dos *partisans*.

Pode-se imaginar facilmente o estado de ânimo dos fugitivos ao ouvirem as notícias transmitidas pela rádio milanese, recém-ocupada pelos insurgentes. Mussolini não era o mais abalado. Mais que seus companheiros, ele tivera tempo de meditar sobre a aproximação da morte e preparar-se para um fim que certamente teria desejado mais glorioso. Para se distrair da espera, quis caminhar sob a chuva com a jovem Elena Curti, a cujo respeito ninguém ignorava, na caravana, que provavelmente era filha natural do ditador. Mas a visão do amante conversando no jardim do hotel com a bela jovem ruiva que conseguira descartar em Gargnano provocou um acesso

de fúria em Petacci. Seguiu-se uma cena, durante a qual Claretta tropeçou em um tapete e machucou o joelho. Tragédia, comédia, mais uma vez a história misturava gêneros e papéis.

O mais fascista dos fascistas

Em Como, Pavolini tentou até a noite do dia 26 remobilizar suas tropas. Mas já era tarde demais. Na ausência do chefe, os brigadistas só pensavam em uma coisa: conseguir dos comandantes da Resistência um acordo que lhes permitisse depor armas com a garantia de salvar a cabeça e, se possível, a liberdade. O texto dessa capitulação condicional foi assinado durante a noite. Ele estabelecia que as forças fascistas teriam de evacuar a cidade até as sete da manhã e tomar a estrada em uma única coluna, precedida de um veículo do CLNAI com uma bandeira branca. O comboio poderia então rumar sem problemas para o vale de Intelvi, onde os fascistas esperariam os aliados para a rendição, de acordo com as regras militares. De lá, veículos seriam enviados em busca de Mussolini, para trazê-lo igualmente para a zona neutralizada do vale de Intelvi.

Na manhã do dia 27, a coluna fascista tomou a direção norte seguindo pela margem ocidental do lago, a mesma que deveria ter seguido até Menaggio sob o comando de Pavolini. Ao chegar a Cernobbio, a menos de dez quilômetros de Como, foi bloqueada por uma multidão ameaçadora que, recusando-se a aceitar o acordo assinado à noite, impediu-a de prosseguir seu caminho. Nem os protestos de seus chefes, Romualdi e Costa, de volta a Como para tentar convencer os *partisans* a respeitar os compromissos assumidos, nem as intervenções dos representantes do CLNAI, nem mesmo as dos agentes aliados que também se tinham comprometido com as promessas feitas aos brigadistas puderam vencer a resistência da população reunida na praça de Cernobbio. Os fascistas foram capturados sem combate, amarrados com recursos improvisados e atirados de qualquer maneira em

caminhões, para serem acomodados em campos de prisioneiros improvisados.

Pavolini, por sua vez, partira para Menaggio. Ao chegar, por volta das quatro da manhã do dia 27, Mussolini e seus companheiros já estavam na localidade, depois de longas horas de espera em Grandola. Tirado da cama em pleno sono, o Duce constatou que o secretário do partido, tendo feito a viagem em um grande veículo blindado, trazia consigo apenas uma dúzia de homens. Seguiu-se uma forte alteração entre os dois. Mussolini acusava o interlocutor de o ter enganado, levando-o a crer que poderia facilmente reunir 5 mil camisas-negras ou mais até. Pavolini retrucava que não podia ser responsabilizado pela falta de combatividade de suas tropas, e que, se havia alguém a ser culpado, só poderia ser aquele que, conhecendo as fraquezas de seus colaboradores, mantivera-os em seus postos, a começar pelo secretário do partido, ou seja, ele mesmo.

Mas já não era hora de avaliar as responsabilidades de cada um. A defecção das unidades reunidas em Como tornava quimérico o projeto de "reduto alpino". Com que forças se poderia ainda contar para garantir, mesmo que por alguns dias apenas, ou algumas horas, a defesa de Valteline? Quanto à outra solução, a fuga para a Suíça, revelara-se igualmente ilusória na tarde do dia 26, quando havia fracassado uma nova tentativa. Em Grandola, os homens de Birzer tinham impedido os fugitivos de deixar o hotel Miravalle por uma saída de emergência que dava para a montanha e chegar à fronteira suíça por atalhos de contrabandistas. Bastara ao tenente SS posicionar várias sentinelas ao redor do hotel para desestimular os candidatos à expatriação antes mesmo que comesçassem a pôr em prática seu projeto.

Uma terceira tentativa ocorrera por volta das dezesseis horas, tendo como protagonistas não mais o Duce e sua amante, mas os dirigentes Buffarini Guidi e Tarchi, assim como um ex-chefe de polícia de Bolonha, Fabiani. Já agora Mussolini era vigiado de muito perto pelos homens de Birzer para ter condições de se juntar aos candidatos à fuga, mas não criou qualquer dificuldade para autorizar

os três a tentar entrar clandestinamente na Suíça. Empreitada arriscada, e que também terminou em fracasso. Os fugitivos foram detidos no caminho por *partisans*. Fabiani conseguiu fugir e levar a notícia a Grandola, onde Mussolini tentou em vão convencer Birzer a ir libertar os dois dirigentes. Tarchi também conseguiu escapar. Buffarini teve menos sorte: depois de fugir, foi recapturado e condenado à morte por um tribunal especial, sendo fuzilado em Milão em 10 de julho de 1945.

Em pleno impasse, Mussolini decidiu, em acordo com seu mentor germânico, buscar refúgio em Merano, no Alto Adige. Essa solução fora mencionada com frequência nas tratativas de meados de abril, e tinha o apoio do alto-comando alemão. Em Merano, com efeito, a Wehrmacht contava com forças consideráveis, encostadas na barreira alpina e em condições de recuar facilmente para a Baviera pelo desfiladeiro de Stelvio. Mas era preciso que os dirigentes fascistas e seu séquito chegassem até lá. Se Valteline estava próxima – cerca de trinta quilômetros apenas separavam Menaggio da foz do Adda no lago de Como –, Merano ficava longe, com acesso difícil. Para chegar à cidade, o comboio teria de percorrer mais de duzentos quilômetros de uma estrada acidentada e sob constante ameaça de um ataque da aviação aliada.

No fim da tarde do dia 26, o Duce ficou sabendo que ainda poderia tentar fugir por via aérea. Para isso, teria de ordenar ao seu grupo que levantasse acampamento imediatamente em direção a Chiavenna, localidade situada a cerca de vinte quilômetros da extremidade setentrional do lago de Como, onde um avião de transporte estava pronto para decolar e levá-lo à Baviera. A fuga era factível, desde que se agisse mais rapidamente que os homens da 52ª Brigada Garibaldi, que esperavam chegar ao local para botar as mãos no ditador. Mas houve tergiversação. Birzer demorou a dar sua autorização. O próprio Mussolini fazia corpo mole, ainda convencido de que no último minuto apareceriam na praça principal de Menaggio os primeiros elementos da coluna Pavolini. Quando se decidiu, em plena noite, ordenar a partida para a manhã seguinte, o

avião acabava de levantar voo, vazio, do pequeno aeródromo de Chiavenna.

4. A detenção de Mussolini

JUNTAMENTE COM PAVOLINI, chegara a Menaggio um destacamento motorizado de cerca de duzentos soldados alemães de uma unidade antiaérea comandada pelo tenente Fallmeyer. Mussolini e sua escolta de SS decidiram juntar-se a esse reforço, cujo destino era precisamente a cidade de Merano, no Alto Adige. Ninguém ignorava que a empreitada seria difícil. A montanha estava cheia de grupos armados que podiam a qualquer momento sair de um vale e cortar o caminho dos fugitivos. Mas, afinal de contas, se os italianos já estavam neutralizados, os homens de Fallmeyer e os de Birzer representavam uma força suficiente para rechaçar ou aniquilar os *partisans* que viessem a ser encontrados. Além disso, por acaso haveria para o Duce e seus companheiros uma alternativa à fuga para o norte ou à expectativa – e, finalmente, à certeza – de serem capturados e fuzilados?

Pavolini banca o “comandante de tanque”

A coluna, reunindo o que restava do governo da República Social, os poucos brigadistas resgatados em Como por Pavolini e os SS de Birzer e Fallmeyer, deixou Menaggio pouco depois das cinco da manhã. A fila dos veículos estendia-se por mais de um quilômetro. À frente ia uma curiosa engenhoca blindada na qual Pavolini se instalara na saída de Como, assumindo o seu comando. Vinham em seguida os seis caminhões da Flak (a defesa aérea alemã), três outros caminhões transportando os homens de Birzer e os que haviam sobrado da debandada de Como, dois automóveis Alfa-Romeo 2800, um deles o do Duce, e dois veículos de escolta do

serviço de segurança do Reich. Birzer estava em um 4×4 que mudou várias vezes de posição – certamente para que o tenente SS pudesse, a qualquer momento, localizar seus “protegidos”.

Atrás do automóvel do Duce, logo abandonado pelo dono, enfileiravam-se os veículos ocupados pelos oficiais, ministros e altos funcionários do partido, acompanhados pelas famílias e por amigos, para os quais a expedição tinha ares de debandada. Em Menaggio, a esposa do ministro Ruggero Romano, então no quinto mês de gravidez, conseguiu apenas um leito improvisado em uma residência particular em que se dispuseram a recebê-la em companhia do filho menor, de quatro anos, enquanto o ministro e o filho mais velho passavam a noite no próprio carro, um Farina 1500 ultrapassado.

Assim tomaram a estrada, na madrugada, os últimos representantes da Itália republicana, em sua maioria já presentes no comboio que partira de Milão: os ministros Zerbino, Mezzasoma, Romano e Liverani, o subsecretário Barracu, o filólogo Goffredo Coppola, “magnífico reitor” da Universidade de Bolonha e presidente da Academia da Itália. O carro de Marcello Petacci, sempre acompanhado da irmã Clara, de sua companheira e dos filhos, fechava o séquito. Ostentava as insígnias do corpo diplomático, oferecendo aos ocupantes – pelo menos era o que se esperava – uma chance a mais de escapar aos *partisans*.

Não levou nem uma hora para que a coluna percorresse a metade do caminho até a pequena aldeia de Musso, situada a apenas quatorze quilômetros de Menaggio. Cada curva mais acentuada da estrada representava uma dificuldade para o motorista do veículo blindado, obrigando-o a efetuar numerosas e cansativas manobras. Atrás dele, todo o comboio esperava. Nesse ritmo, levariam mais de um dia para chegar à extremidade setentrional do lago.

Foi em uma dessas paradas que Pavolini, deixando bruscamente seu veículo encouraçado, dirigiu-se a passos rápidos para o Alfa-Romeo do Duce, cumprimentou-o à romana, ante o olhar perplexo do incontornável Birzer e declarou: “Duce, o meu dever é garantir pessoalmente a sua segurança. Peço que me acompanhe no veículo

blindado.” Birzer teria podido resistir, lembrar ao secretário do Partido Fascista Republicano que trazia no bolso uma ordem escrita do Führer de proteger seu amigo e conduzi-lo são e salvo até a Alemanha. Mas nada fez. As coisas já iam longe demais, o desenlace estava muito próximo para que ele se arriscasse em um confronto com Pavolini. Quanto a Mussolini, tinha entrado em nova fase de abulia. Ouvindo o convite, sem margem a réplica, do seu ex-ministro da Propaganda, lançou um olhar interrogativo na direção do oficial SS. Interpretando seu silêncio como um consentimento tácito, desceu do carro e se encaminhou para o veículo à frente do comboio, seguido pelo agente Pietro Carradori, um fiel entre os fiéis, que carregava as duas grandes sacolas de couro cheias de documentos das quais o Duce não se separara em momento algum desde a partida de Milão. Atrás deles se haviam acomodado no blindado Nicola Bombacci, o comissário federal de Como, Paolo Porta, e a jovem Elena Curti.

Confronto em Musso

Quando o “tanque” deu novamente a partida, em meio a uma enorme barulheira de ferragens e gases queimados, Mussolini estava sentado entre o condutor, Chiavacci, e um soldado armado de metralhadora. Pavolini cedera-lhe o lugar e estava atrás dele, meio retirado, esboçando um gesto de proteção a cada sobressalto causado pelo mau estado da estrada. O ditador nem tentava mais resistir, nem por mero sinal de irritação, ao que em outros tempos teria considerado uma intolerável violação de sua dignidade. Aceitava seu destino. Não fora precisamente o que havia confessado semanas antes à jornalista Maddalena Mollier, esposa do adido de imprensa alemão, por ele recebida em Gargnano para entregar-se literalmente a uma confissão, misturando compaixão e desprezo por si mesmo?

A morte tornou-se para mim uma amiga, não me causa mais medo. ... Para mim, as únicas portas que se abrirão são as da morte. O que é justo. Eu me enganei e vou pagar, se minha pobre vida ainda vale alguma coisa. Nunca me enganei enquanto segui meu instinto; e sempre quando obedeci à razão. Sou responsável tanto por aquilo que fiz de bem, e que ninguém pode negar, quanto por minhas fraquezas e minha derrota. Sim, minha senhora, minha estrela se apagou. Eu trabalho, me ocupo, sabendo que tudo é uma farsa. Espero o fim da tragédia e – estranhamente distante de tudo – não me sinto mais como um ator, mas apenas como o último espectador.¹

Os outros passageiros do blindado e os membros da tripulação haviam se acomodado como possível, até mesmo no piso do veículo, sacudidos ao ritmo das mudanças de velocidade e da pavimentação irregular da estrada. A viagem transcorreu assim durante cerca de hora e meia, encontrando apenas as dificuldades decorrentes da estreiteza do caminho e das dimensões do veículo blindado. Eram aproximadamente sete da manhã quando ele teve de se deter algumas centenas de metros antes das primeiras casas da aldeia de Musso. A passagem era barrada por um grosso tronco de árvore e várias pedras. E logo estourou uma fuzilaria, opondo ao blindado os cerca de vinte *partisans* que haviam montado a emboscada. Aos tiros ritmados da metralhadora, por trás de sua couraça de metal, respondiam os dos agressores, armados de simples fuzis, armas automáticas e granadas. O confronto não durou mais do que três ou quatro minutos, fazendo uma única vítima: um pobre operário italiano, um certo Antonio Appolloni, empregado em uma pedreira de mármore da região e que tentava tranquilamente chegar ao local de trabalho.

Os alemães e a Flak foram os primeiros a levantar uma bandeira branca. Com sua superioridade numérica e sua potência de fogo, e tendo a fuzilaria mostrado claramente para que lado pendia a balança, eles não tinham a menor intenção de se render: pretendiam, ao contrário, tirar proveito da desproporção entre os

contingentes em confronto e de suas próprias armas para negociar em posição de força a passagem pacífica do comboio.

Enquanto, por sua vez, um representante do grupo de resistentes também avançava com uma bandeira branca na mão, para entrar em negociação com os SS, Pavolini, tendo introduzido mais munição em sua metralhadora, abriu uma janela do blindado para espiar lá fora e avaliar a situação. No local em que o tanque fora imobilizado, a estrada era particularmente estreita, entre a encosta abrupta da montanha e a mureta que à direita passava por cima do lago. O monstrengo estava preso entre a barreira erguida pelos *partisans* e os veículos do comboio. Estes não tinham como efetuar qualquer manobra para sair dali. Que fazer senão tentar, de um lado, forçar a passagem e, de outro, uma investida em posição de evidente inferioridade? O confronto que haveria de se seguir só poderia ser sanguinolento para os dois campos, e ninguém ali estava com muita pressa de retomar o combate. A situação parecia inextricável.

Quando os dois homens com a bandeira branca se encontraram, a meio caminho entre o blindado e a barricada, declararam seus nomes e posições. Diante do capitão Fallmeyer estava o comandante da 52ª Brigada Internacional Garibaldi, o conde Pier Luigi Bellini Delle Stelle (*Pedro*,^a na Resistência), um advogado florentino há muito engajado com os *partisans*. Os dois – cada um acompanhado de dois adjuntos – discutiram longamente maneiras de evitar uma matança inútil. *Pedro* logo entendeu que os alemães estavam preocupados apenas em voltar para casa. Ora, seu objetivo não era capturar algumas dezenas de SS, mas ele pressentia que no comboio barrado na entrada de Musso deviam estar vários representantes importantes do establishment fascista. Não dispendo de meios de arrancá-los à escolta, optou por ganhar tempo e esperar reforços até o momento em que, com a relação de forças favorável aos *partisans*, pudesse exigir que os fascistas lhe fossem entregues.

Sob o olhar desconfiado de Pavolini e dos ocupantes do blindado, Fallmeyer e *Pedro* trataram então de passar o tempo até chegar a uma decisão comum, andando de lá para cá na terra de ninguém

que separava os dois grupos, trocando cigarros ou conversando com os outros emissários. Mussolini, silencioso e calado, não deixava transparecer a menor emoção, como se assistisse à cena de um planeta distante. Mal esboçou um gesto quando viu afastar-se na direção de Dongo um automóvel onde se haviam acomodado os seis negociadores. *Pedro* finalmente convencera o interlocutor de que não poderia assumir sozinho a responsabilidade de autorizar a passagem do comboio, precisando consultar os superiores. E, por sinal, achava que poderia convencer o comandante em chefe das unidades *partisanas*, desde que Fallmeyer o acompanhasse a Morbegno, cerca de quinze quilômetros mais ao norte, onde se encontrava o quartel-general da divisão Garibaldi.

A coluna esperou cerca de seis horas na entrada de Musso pela volta dos dois plenipotenciários. Para matar o tempo e esticar as pernas, a maioria dos soldados alemães saiu dos veículos, formando pequenos grupos animados em que se trocavam lembranças de guerra e comentários mais ou menos otimistas quanto ao resultado das negociações com os *partisans*. Os italianos estavam mais tensos, muito menos confiantes que os colegas alemães no resultado dos entendimentos. Sabiam que tinham a vida suspensa por um fio e que as chances de saírem daquela situação diminuía a cada hora. Assim, alguns aproveitaram a parada forçada em Musso para fugir, levando pelo menos uma parte do butim recolhido ao deixar Milão, fosse em virtude de uma distribuição ordenada por Mussolini em pessoa, fosse porque cada dirigente tomara o cuidado, antes de partir, de esvaziar os caixas do Estado e recolher todos os valores, espécies e objetos preciosos acumulados no exercício de suas funções.

Alguns conseguiram evadir-se. Outros se refugiaram entre os habitantes, oferecendo verdadeiras fortunas a quem lhes proporcionasse roupas civis, ou implorando aos seus anfitriões – em troca de dinheiro – que aceitassem compartilhar o bolo, para que ficasse fora do alcance de roubos e requisições, e isso “até o fim da guerra”! Mais audaciosa, ou menos ingênua, a esposa do ministro Romano, Rose Marie Mittag, conseguiu chegar à fronteira da Suíça

em um caminhão da Flak, levando uma quantidade impressionante de malas abarrotadas de valores de todo tipo, devidamente confiscados pela alfândega suíça. O inventário é dos mais eloquentes: trezentos quilos de prataria, setecentos gramas de ouro, 1.350 moedas do mesmo metal, 166 mil liras, quatro anéis de brilhante, 63 mil dólares, 2.700 libras esterlinas, 17 mil francos suíços, 1 milhão de francos franceses e uma quantidade de objetos preciosos das mais diversas procedências e de todos os tipos,² certamente destinados a compensar as dificuldades do exílio...

A espera prolongada em Musso permitia a Claretta ir ao encontro do amante no veículo blindado, e ela aproveitou a oportunidade com tanto maior ardor na medida em que o lugar, como vimos, era ocupado por alguém que ela considerava uma rival; não tinha a menor intenção de se apagar diante daquela mocinha. Mas tampouco desejava confirmar diante dos outros passageiros o papel de favorita oficial. Desde o início do relacionamento, Mussolini exigira dela uma certa discrição nesse terreno, embora sua condição de amante preferida do Duce fosse do conhecimento da maioria dos italianos. "Você não vai querer bancar a presidenta, não é mesmo?", dissera-lhe ele, sem rodeios. "Já houve uma mulher que me levou a fazer besteiras, e não pretendo aturar uma segunda."

Clara Petacci não tinha intenção de bancar a presidenta nem a ambição de substituir Sarfatti no papel de conselheira política e cultural desempenhado pela veneziana durante quase quinze anos ao lado do ditador. Tinha apenas um desejo: estar perto do homem que amava. Antes de entrar no blindado que obstruía a passagem, Claretta vestira por cima de seu tailleur uma espécie de macacão de mecânico, pondo na cabeça um boné de aviador. Certamente esperava, assim, despistar a curiosidade dos outros passageiros, a começar por Pavolini e Elena Curti. Mas de nada adiantou. De qualquer maneira, ninguém a impediu de entrar no veículo. Ao se aproximar de Mussolini, ela disse, simplesmente: "Como vai, Excelência?" Foi apenas um sussurro, ao qual o ditador respondeu com um "Bem, obrigado, senhora" que mal chegou a ser ouvido. Havia horas ele praticamente não pronunciava uma única palavra.

Pela porta aberta do blindado, contemplava a montanha, com o olhar mortiço, o corpo recurvado, em uma postura que não deixava de evocar a morte. Um único detalhe contrastava com essa atitude relaxada: ele acabara de se barbear. Não por vaidade, mas porque seu barbeiro pessoal, o soldado Otello Montermini, aproveitara a espera para exercer seu ofício e o Duce não quisera recusar-lhe essa honra.

Entendendo que não teria outra resposta, Claretta passou o resto da manhã junto do amante, aconchegada como um cão injustamente repreendido, calada, imóvel, afastando o olhar de Mussolini apenas para fulminar a jovem rival.

Dongo

Pouco depois das treze horas, Fallmeyer estava de volta a Musso, trazendo ordens redigidas pelo próprio *Pedro*. No intervalo, como ele esperava, o pequeno exército de *partisans* aumentara, contando já agora mais de uma centena de combatentes. Antes de partir para Morbegno, *Pedro* ordenara a um de seus principais lugares-tenentes, o comissário político *Bill* (Urbano Lazzaro), que mobilizasse o dispositivo tático de sua brigada para minar a ponte de Vallorba, cerca de quinze quilômetros ao norte. A destruição da ponte sobre o rio Mera impediria definitivamente o caminho dos fugitivos em direção a Chiavenna e à Suíça, caso fosse esse – como acreditavam os chefes da Resistência – o objetivo de Fallmeyer e seus homens.

As condições estabelecidas pelo chefe da 52ª Brigada Garibaldi não mostravam qualquer indulgência para com os italianos. A passagem era autorizada aos alemães, com a ressalva de que seus veículos deveriam deter-se em Dongo para vistoria e inspeção. Todos os italianos e os veículos civis seriam entregues aos *partisans*. Tratava-se, portanto, de um ultimato, cuja execução não agradava a Fallmeyer. Sua honra de oficial o impedia, a princípio, de entregar os prisioneiros ao inimigo, sobretudo se este não pertencesse a um exército regular. Mas a missão de que fora incumbido consistia em

levar seus homens até Merano, e haveria outra maneira de desempenhá-la a não ser obedecendo às imposições dos *partisans*? O drama de consciência era ainda mais doloroso para Birzer, pessoalmente incumbido por Hitler da segurança do colega fascista e de seu séquito. Mas, após a partida dos compatriotas da Flak para o norte, o tenente SS dispunha, no máximo, de cerca de trinta homens. Assim foi que os oficiais decidiram aceitar as condições estabelecidas por *Pedro*, fingindo acreditar que lhes era pedido “apenas” que entregassem italianos a outros italianos, fascistas, é certo, mas que nem por terem aderido à RSI teriam esquecido a traição do 25 de julho.

A notícia do acordo entre os alemães e os resistentes logo se espalhou pelo comboio, deixando indignados Pavolini e Utimpergher, comissário federal de Lucca e seu principal subalterno. O número um do partido não havia esperado esse momento para se questionar sobre as chances de o seu veículo blindado resistir a um ataque dos *partisans*. Com seus oito metros de comprimento, dois metros de largura e quatro de altura, ele certamente impressionava os adversários. Equipado com um canhão de vinte milímetros no interior de uma torre móvel e de três metralhadoras de oito milímetros, ele parecia praticamente inexpugnável de longe. Visto de perto, contudo, o formidável monstrengo oferecido a Pavolini pelos fascistas de Lucca não demorou a se revelar apenas de valor dissuasivo. Tratava-se, com efeito, de um simples ônibus Lancia 3RO, encouraçado por um hábil artesão de Piacenza com placas metálicas de nove milímetros. Pelo peso, pela lentidão e pela ausência de mobilidade tornava-se alvo privilegiado para os lançadores de granadas e outros artefatos incendiários.

Os passageiros do blindado logo viram avançar em sua direção o *Obersturmführer* Birzer, acompanhado de dois SS. Ele queria anunciar pessoalmente a Mussolini que Fallmeyer atendera às exigências dos *partisans* e que a unidade da Flak por ele comandada preparava-se para seguir em frente sem os italianos. Como sua missão não tinha mais razão de ser, a partir do momento em que

seus "protegidos" eram feitos prisioneiros por *Pedro* e sua brigada, ele teria de acompanhar os compatriotas em sua retirada.

Mussolini não se deu conta imediatamente da gravidade da situação. Julgou ter entendido que Birzer vinha anunciar-lhe que o comboio se preparava para partir novamente. O tenente SS teve de explicar duas vezes para fazê-lo entender, expondo em seguida o estratagema que imaginara para tentar salvá-lo. O ditador deposto teria de se conformar em abandonar os companheiros e entrar em um caminhão da Flak, após vestir um uniforme alemão. Conseguiria com esse disfarce de combatente escapar à revista que certamente ocorreria em Dongo? As chances de sucesso eram muito pequenas, e a Mussolini não agradava a ideia de vestir um uniforme estrangeiro, ainda que de um país amigo. Foi encorajado por Pavolini. "Fique conosco, Duce, não nos abandone", dizia o secretário do Partido Fascista Republicano. O tenente SS o calou com um gesto de mão, prosseguindo então: "Daqui a pouco, Duce, os *partisans* vão passar em revista a coluna. Sem dúvida alguma, vão reconhecê-lo. O senhor precisa decidir-se."

Enquanto os homens de 52ª Brigada Garibaldi se preparavam efetivamente para começar a revista, sem esperar a partida para Dongo, Claretta e Elena se alternavam junto de Mussolini para que ele aceitasse fugir nas condições nada honrosas que acabavam de lhe ser expostas. Claretta acompanhara a cena com muita atenção, sentada no degrau de acesso ao blindado. Aproveitando um breve momento de silêncio e constatando que o amante voltara-se por um momento em sua direção, ela pronunciou, com a voz tão firme quanto possível, essas palavras: "Duce, faça o que estão dizendo. Salve-se. O senhor precisa se salvar."

Ouvindo essa voz ao mesmo tempo terna e imperiosa, Mussolini de repente saiu do torpor. Levantou-se, dirigiu à amante um olhar para tranquilizá-la e, voltando-se para Birzer, declarou que se conformava em fazer o que era exigido dele, acrescentando, para o tenente SS, que seu dever era defendê-lo. "É o que estou fazendo, Duce", respondeu Birzer, "e pretendo levá-lo são e salvo ao território do Reich."

A cena que se seguiu foi particularmente penosa. Mussolini teve de pedir ajuda a Claretta e Birzer para vestir o pesado capote de um sargento da Luftwaffe. Seu corpo emagrecido dançava dentro do enorme casacão, que o cobria da cabeça aos pés. O capacete que lhe foi entregue tampouco cabia. E ainda por cima – fosse pela emoção ou por simples falta de jeito – ele o colocou na cabeça em posição invertida. O drama estaria para se transformar em farsa? Todos suspenderam a respiração. Pavolini nem deu tempo para que os ocupantes do blindado reagissem. Com o olhar duro, foi ao encontro do ditador, transformado em possível objeto de zombaria, e com um gesto nervoso acertou a posição do capacete.

Até então, Mussolini aparentemente não se dera conta de que estava de fato abandonando seus companheiros. Terão sido os trajes que teve de vestir, completados por um par de óculos escuros, que de repente o levaram a se revoltar? Ele não daria mais um passo, disse a Birzer, se seus ministros não fossem autorizados a segui-lo. E se os chefes *partisans* se mostrassem intransigentes, “que pelo menos deixassem sua amiga acompanhá-lo”. Como nenhum dos dois pedidos foi aceito – de que adiantava disfarçá-lo de soldado alemão, se era para desembarcar em Dongo acompanhado dos dirigentes e da favorita? –, Mussolini foi tomado de violenta fúria, atirando no chão o capacete que tanta dificuldade tivera para ajustar e declarando que se recusava a prosseguir.

Desde que fora incumbido em Gargnano de protegê-lo e vigiá-lo, Birzer aprendera a administrar os acessos de raiva do Duce. Bastava deixar passar a tempestade, o que, ao contrário das explosões do Führer, raramente levava mais que alguns minutos. Ele esperou então que o antigo senhor da Itália fascista se acalmasse, voltasse a botar o capacete na cabeça e se declarasse pronto para seguir o *Obersturmführer*. No momento em que passava pela porta do blindado, Pavolini tentou uma última vez retê-lo, mas Mussolini o afastou com um gesto de desprezo: “Onde estão suas quiméricas Brigadas Negras?”, perguntou. “Onde estão todos os homens que me havia prometido?” E, dirigindo-se aos outros fascistas, que esperavam daquele homem, que tanto haviam admirado e adulado,

um sinal de gratidão e compaixão, acrescentou essa frase, que encheu de lágrimas os olhos dos mais fiéis, a começar pelo secretário do partido: “Vou-me com os camaradas alemães porque não posso mais confiar nos italianos.”³

No momento de entrar no caminhão da Flak com a placa WH 529527, Mussolini voltou-se mais uma vez para Birzer e declarou:

Aceito sua ideia a contragosto. Não quero cair nas mãos dos partisanos. Trago comigo documentos da maior importância. São as provas de que tentei com todas as minhas forças impedir a guerra. Elas me permitem ficar perfeitamente tranquilo e confiante no julgamento dos povos.

Examinaremos mais adiante nesta narrativa o teor desses “documentos da maior importância”, dos quais várias testemunhas declararam ter tomado conhecimento após a detenção do Duce. Desde Milão, ele se esforçara por não perder de vista as três sacolas que os continham. Antes de se separar dos companheiros, entregou uma delas a Vito Casalinuovo, seu ajudante de campo, outra a Clara Petacci e guardou consigo a terceira. Cercado dos homens de Fallmeyer, ele apertava a bagagem contra o corpo, tão preocupado que lhe fosse tomada que não viu o que acontecia naquele instante na estrada.

Em lágrimas, Claretta seguiu o amante até o caminhão da Flak e tentou entrar nele com a ajuda dos soldados. A um gesto de Birzer, dois SS imediatamente acorreram para afastar a jovem e a atiraram sem compaixão na vala, onde ela caiu, coberta de poeira. Não tendo se machucado, ergueu-se e foi levada de volta ao automóvel do irmão, no fim da fila.

De Musso a Dongo, a cidadezinha onde os caminhões seriam inspecionados, são apenas três ou quatro quilômetros. O que significa que, liberado o caminho, o comboio alemão levou apenas alguns minutos para chegar à praça central do povoado. Eram exatamente quinze horas e trinta minutos quando os *partisans* levantaram a lona posterior do primeiro veículo. Nada encontraram

que merecesse registro, como tampouco nos dois seguintes. Só no quarto caminhão é que encontraram, encolhido em seu capote azinhavre, com seu capacete e o olhar escondido por trás de espessos óculos escuros, o chefe de governo da RSI. Ele havia levantado a gola, fingindo, a conselho dos “camaradas”, um profundo sono etílico. Certamente teria escapado se um dos *partisans*, Giuseppe Negri (nome de guerra *Zocolin*), não julgasse distinguir por baixo dos trajes do fugitivo o homem que dirigira a Itália por mais de vinte anos. Negri falou de sua suspeita a *Bill*, segundo no comando da 52ª Brigada Garibaldi, que imediatamente se dirigiu ao caminhão.

Tendo também reconhecido o ex-ditador, *Bill* subiu no caminhão e bateu em seu ombro, chamando-o de “camarada”. O suspeito não se mexeu. *Bill* insistiu: “Excelência.” Nada. A terceira tentativa valeu: “Cavaliere Benito Mussolini.” Não mais podendo negar o óbvio, o Duce levantou-se, tirou o capacete, abaixou a gola e entregou sem resistência a metralhadora que os alemães lhe haviam dado antes da partida de Musso.

Bill não conseguia acreditar que tivera a sorte de botar as mãos tão facilmente no homem mais procurado da Itália. Seu primeiro reflexo foi ordenar aos *partisans* que cercavam o caminhão que apontassem as armas contra a tripulação. Como imaginar que os alemães permitiriam a detenção do líder da República Social sem qualquer reação? Passados dois ou três minutos, ele se tranquilizou. Sua brigada não tinha caído em uma armadilha. Os alemães que se encontravam nos caminhões da Flak não tinham a menor vontade de se envolver em uma batalha. E, no entanto, eram mais numerosos e estavam mais bem armados que os resistentes. Mas nenhum deles tinha a intenção de questionar o acordo entre Fallmeyer e *Pedro*. Nenhum deles pensava em mover um dedo para defender o amigo de Hitler, no mínimo por serem essas as ordens do tenente SS. Muito pelo contrário, os alemães baixaram o degrau traseiro do caminhão para facilitar a descida do prisioneiro. *Bill* esperou que ele estivesse solidamente com os pés na terra para comunicar sua detenção “em nome do povo italiano”, segundo a fórmula consagrada.

O prisioneiro foi então levado à prefeitura da aldeia, transformada por algumas horas em quartel-general da Resistência local. Durante esse breve deslocamento, Mussolini pôde avaliar a impopularidade, ou melhor, o ódio causado na população por sua cumplicidade com Hitler e as atrocidades cometidas em seu nome pelos milicianos e brigadistas de camisa-negra de Pavolini. Muitos habitantes de Dongo usavam o lenço vermelho da Resistência comunista. A morte imediata do tirano era exigida aos gritos. Sua sobrevivência muito deveu – mas por quanto tempo? – ao sangue-frio de *Bill* e à disciplina por ele imposta a seus homens. “Enquanto estiver sob minha guarda, Duce”, disse ele ao prisioneiro, “sua segurança pessoal estará garantida.”

Na prefeitura de Dongo, a maioria dos companheiros do primeiro comboio seguiu ao encontro de Mussolini. Mal o último caminhão da Flak se afastou da barricada erguida pelos *partisans*, e os homens da 52ª Brigada começaram a interceptar os veículos que tentavam fugir em direção a Menaggio e Como, capturando seus ocupantes. Só o blindado de Pavolini ficara no mesmo lugar, imobilizado. Para permitir a passagem dos caminhões de Fallmeyer, ele tivera de chegar para a esquerda da estrada, quase encostando na superfície rochosa. Não era a melhor posição para executar uma marcha a ré e tentar tomar o caminho de volta, especialmente se a manobra tivesse de ser executada debaixo de metralha.

Em tais condições, por que não tentar o impossível? Uma primeira tentativa ocorrera antes mesmo que Mussolini acabasse de se fantasiar de sargento da aviação alemã. Vários jovens milicianos fascistas dominaram dois soldados da escolta, ameaçando mantê-los prisioneiros se o blindado não fosse autorizado a se afastar. Outro homem talvez tivesse cedido, mas Birzer não era desses que abandonam facilmente a presa. Lançando mão de um lança-foguetes antitanque, forçou os captores a libertar os prisioneiros.

Enquanto isso, Barracu, Casalnuovo e Utimpergher tinham conseguido entrar em contato com *Pedro*. O comandante da 52ª Brigada Garibaldi – que servira como oficial no exército italiano – considerava desonroso que um militar entregasse os aliados à

própria sorte, sabendo também que não poderia livrar a maioria deles do pelotão de fuzilamento. E tanto mais se inclinava a encontrar uma solução de compromisso na medida em que sentia certa simpatia pelo velho Barracu, com sua venda de couro tapando o olho perdido na Etiópia e sua medalha do mérito militar orgulhosamente presa no paletó. Decidiu-se então que os fascistas não se oporiam à partida dos caminhões alemães em direção a Dongo, ao passo que os passageiros do automóvel blindado e seu séquito seriam autorizados a dar meia-volta em direção a Como.

Nos dois campos, era forte a desconfiança do adversário. Nem todos os homens da 52ª Brigada partilhavam a compaixão do chefe pelo grupinho de dirigentes. *Pedro* e *Bill* sabiam que eram minoria absoluta em uma unidade formada, principalmente, por militantes comunistas. Assim foi que o advogado florentino deu o tom: "Não se arisquem a avançar um metro sequer, meus homens têm ordem de abrir fogo."

No interior do blindado, também eram os mais intransigentes que davam as ordens. Pavolini ainda tinha em mente o seu "reduto alpino", mas podia ver perfeitamente que sua fortaleza de metal tinha poucas chances de romper o bloqueio. Não havia saída, então, a não ser aceitar as condições estabelecidas por *Pedro*. "O principal é sair dessa", disse ele. "Depois, veremos." O que ele queria dizer: marcha a ré na direção sul e, à primeira oportunidade, "rumamos para a montanha".

Apenas três quartos de hora haviam passado desde o momento em que começara em Dongo a inspeção dos caminhões da Flak. Um pesado silêncio reinava no blindado. As expressões eram tensas. Com o dedo no gatilho do fuzil ou da arma automática, os fascistas esperavam que os *partisans* se manifestassem, quase como uma libertação. Eram precisamente dezesseis horas e quinze minutos quando Pavolini ordenou ao motorista que desse a partida, segundo o acordo com *Pedro*. O motor rugiu com estridor, mas o veículo não se deslocou um centímetro. As rodas traseiras estavam presas na vala à beira da estrada, e para liberá-las o motorista tinha de acelerar ao máximo. Merano Chiavacci, que estava no comando, era

um verdadeiro ás, mas não conseguiu impedir que a máquina, ao irromper da vala, se projetasse até o meio da estrada. O salto à frente, logo contido por uma enérgica freada, não passou de dois metros, mas foi suficiente para dar ao campo adversário a ideia de uma traição, com a imediata resposta de tiros de armas automáticas e lançamento de granadas, o que suscitou uma resposta dos ocupantes do blindado.

Após esse primeiro confronto, os fascistas não puderam deixar de constatar sua inferioridade em relação a adversários que desfrutavam vantagem numérica e posição ocupada no terreno. Uma granada danificou a roda anterior direita do blindado, impedindo Chiavacci de dar marcha a ré. O veículo estava, portanto, definitivamente imobilizado. A bordo, dois homens tinham sido mortalmente feridos: o esquadrista Taiti, conhecido como "Vovô", e o motorista de Claretta, o sargento Gasperini.

Quando a fuzilaria recomeçou, depois de uma pausa de talvez dois ou três minutos, os fugitivos ficaram em dúvida. Deveriam render-se, na esperança de algum milagre, quem sabe a chegada das vanguardas aliadas? Ou entregar-se a um combate já de início perdido, no mínimo pela honra e pela fidelidade à causa? Barracu, favorável à rendição, foi duramente chamado à ordem por Pavolini. "Temos de morrer como fascistas, e não como covardes", exclamou o número um do partido. E, abrindo a porta do blindado, foi saindo, metralhadora a tiracolo, ao encontro dos *partisans*. Foi seguido por vários adeptos – De Benedictis, Porta, Casalnuovo –, que seriam todos capturados antes do fim da tarde.

Pavolini foi o último a render-se, depois de dificultar bastante a vida dos que o perseguiam. Escondido por trás de rochas ou em matagais à beira do lago, ferido por um tiro de fuzil de caça, o corpo mergulhado na água gelada havia várias horas, o comandante das Brigadas Negras só aceitou levantar os braços após ter descarregado a última carga da metralhadora. Foi imediatamente levado a Dongo, onde também escapou por pouco do linchamento e reencontrou a maioria dos companheiros de infortúnio. Banhado em conhaque – foi o que se conseguiu para aplacar um pouco a dor e desinfetar as

feridas –, ele foi trancafiado em uma sala da prefeitura ao lado da que era ocupada por Mussolini. Os dois não voltariam a se ver.

^a Todos os prenomes em *itálico* são nomes de guerra de combatentes engajados na Resistência. O glossário intitulado “Quem é quem”, no fim do livro, esclarece a identidade de cada um deles.

5. Apostas e manipulações

O ANÚNCIO DA DETENÇÃO de Mussolini pelos homens da 52ª Brigada Garibaldi chegou aos representantes do CLNAI, em Milão, às dezessete horas e trinta minutos do dia 27 de abril, uma hora e vinte minutos depois de o Duce ser reconhecido no disfarce de sargento da aviação alemã. Seguiu-se uma chuva de telegramas fonados, chamadas telefônicas e mensagens encaminhadas por estafetas, sempre com o objetivo de informar sobre o acontecimento às organizações da Resistência, especialmente ao CVL, à Guarda das Finanças e ao comando das Brigadas Garibaldi.

Quem quer a cabeça de Benito Mussolini?

Para avaliar a relação de forças de que dependeria sob muitos aspectos o destino do ditador e de seus ministros, cabe lembrar quais eram então os componentes da Resistência italiana no norte e no centro do país. Ela nascera da transformação em movimentos clandestinos dos "comitês antifascistas" fundados depois do 25 de julho. A partir do outono de 1943, logo depois, portanto, da criação da República Social Italiana, grupos de *partisans* foram constituídos nas regiões não liberadas pelos aliados. Eles reuniam muitos oficiais e soldados empenhados em escapar à remobilização decretada por Mussolini, militantes fascistas aos quais se juntaram todos os que se viam ameaçados pelas milícias do Partido Fascista Republicano ou pelo Serviço do Trabalho Obrigatório na Alemanha. Em ligação com os anglo-americanos, esses grupos haveriam de desempenhar o papel de auxiliares ativos dos aliados na liberação do centro da Itália, no verão de 1944, e logo também do norte do país.

Nas cidades, foi por iniciativa do Partido Comunista Italiano (PCI) que se formaram os Gruppi d'Azione Patriotica (GAP), organizações estritamente compartimentadas, empenhadas em ações de guerrilha urbana contra os alemães e as forças fascistas: atentados a bomba, execução de militantes fascistas, ataques a milicianos e soldados da Wehrmacht etc. Após a liberação de Roma (junho de 1944), o Comitê de Libertação Nacional (CLN) – criado em 9 de setembro de 1943 – instalou-se na capital, incumbindo o Comitê de Libertação Nacional da Alta Itália (CLNAI), que se desenvolvera de maneira autônoma com sede em Milão, da missão de coordenar as forças resistentes do território ocupado. Ao mesmo tempo era fundado o Corpo de Voluntários da Liberdade (CVL), composto de cinco chefes *partisans* representando as diferentes tendências da Resistência com o apoio de um conselheiro militar, o general da ativa Raffaele Cadorna – neto do general que ocupara Roma em 1870 e filho do chefe do estado-maior da Primeira Guerra Mundial –, e de dois comandantes adjuntos, o comunista Luigi Longo e o dirigente do Partido da Ação, Ferruccio Parri.

No fim de 1944, a Resistência no norte e no centro da Itália foi oficialmente consagrada, com a assinatura de um acordo pelo qual o estado-maior aliado concordava em colaborar com o CLNAI, fornecendo armas, material e dinheiro. Este, por sua vez, aceitava as diretrizes do alto-comando aliado, protegendo os recursos econômicos da região contra as tentativas de destruição do inimigo e garantindo, após a retirada deste, a ordem pública até a chegada das tropas anglo-americanas. Dias depois, o governo italiano (então presidido por Ivanoe Bonomi) delegava seus poderes ao CLNAI na zona ocupada. Foi portanto na condição de representante universalmente reconhecido da Itália resistente que essa organização desencadeou a insurreição popular no norte da Itália em abril de 1945.

O pluralismo que caracteriza então a composição dos órgãos dirigentes da Resistência não deve se iludir quanto à verdadeira relação de forças entre os diferentes partidos, seja no que diz respeito à adesão das massas a esta ou àquela organização, seja no

que se refere ao peso de seu aparelhamento militar. Ora, nessa questão da força militar não se pode contestar a superioridade esmagadora do PCI, em termos tanto de contingente quanto de mobilização. As Brigadas Garibaldi, representando sozinhas cerca de 80% do potencial de combate da Resistência italiana, eram um produto direto do Partido Comunista. Mas nem por isso deixavam de contar em suas fileiras com certo número de dirigentes de unidades ligados a outras correntes e que haveriam de se destacar pela coragem, a autoridade e o talento militar, como o monarquista Aldo Gastaldi, o anarquista Emilio Canzi e ainda Pier Luigi Bellini Delle Stelle, comandante da 52ª Brigada.

Desde 12 de abril, como vimos, Mussolini era objeto de uma decisão do CLNAI determinando a captura do ex-ditador, acusado – com os outros membros do governo de Salò – de “traidor da pátria e criminoso de guerra”. Semelhante declaração, deixando de esclarecer a quem caberia julgá-los, selava implicitamente a sorte dos acusados. Em 25 de abril, em sua última reunião clandestina, o comitê milânês especificava, sem margem para dúvidas, que os membros do governo republicano e os dirigentes da RSI estavam sujeitos à pena de morte assim que se comprovasse sua culpa quanto à supressão das garantias constitucionais e das liberdades públicas e à implantação de um regime ditatorial e de responsabilidade direta nos acontecimentos que haviam levado o povo italiano à catástrofe. Só os “casos menos graves” – não se esclarecendo quais seriam – poderiam “beneficiar-se” da prisão perpétua.

Titular das funções governamentais nos territórios ocupados pelo exército alemão e seus auxiliares fascistas, o CLNAI era composto de representantes de cinco partidos antifascistas: Emilio Sereni e Luigi Longo, pelo Partido Comunista; Sandro Pertini e Rodolfo Morandi, pelo Partido Socialista; Leo Valiani e Ferruccio Parri, pelo Partido de Ação (herdeiro do movimento Giustizia e Libertà); Giustino Arpesani e Stefano Jacini, pelo Partido Liberal; e Achille Marazza e Augusto De Gasperi (irmão de Alcide De Gasperi, que viria a ser presidente da Itália), pela Democracia Cristã. Os comunistas estavam, portanto,

longe de ser majoritários nessa constelação de organizações políticas que tinham em comum a participação na luta contra o fascismo. Mas eram os únicos que podiam invocar um apoio popular e uma força insurrecional consideráveis, capazes de exercer forte pressão sobre os responsáveis pelas decisões em Milão, constituindo com os socialistas e os “acionistas”, muito menos numerosos e influentes, uma coalizão nitidamente voltada para a esquerda. Só mesmo se Mussolini tivesse se tornado ingênuo ou fosse muito mal-assessorado é que poderia imaginar que no momento do segundo desmoronamento do fascismo conseguiria que a direção socialista se distanciasse de seus aliados para receber das mãos do antigo diretor de *Avanti!* as últimas migalhas de um poder que os seguidores de Pertini e Valiani se preparavam para conquistar na rua, em ação conjunta com as outras organizações de esquerda.

De qualquer maneira, quando a notícia da detenção do Duce pelos homens de *Pedro* e *Bill* chegou a Milão, o poder estava para cair nas mãos de um pequeno grupo de seis ou sete pessoas que formaram um Comitê Insurrecional ligado aos três partidos de esquerda – PCI, PSI e Partido de Ação – e sem vinculação direta com o CLNAI ou o CVL. Entre eles estavam, em posição de destaque, Luigi Longo, Emilio Sereni, Sandro Pertini e Leo Valiani. Foi esse comitê que, por iniciativa própria, ordenou a execução de Mussolini e dos demais dirigentes, fazendo com que a decisão fosse posteriormente aprovada por todos os membros do Comitê de Libertação Nacional, em total contradição com a missão por este confiada pouco antes ao *coronel Valerio*, e que consistia em capturar o ex-ditador e levá-lo vivo a Milão.

É evidente que os comunistas desempenharam nesse caso um papel primordial, a começar pelo número um do partido, Palmiro Togliatti, que declararia mais adiante, na condição de secretário do PCI e vice-presidente do governo, que também ordenara que Mussolini e os outros membros do governo republicano fossem mortos. Mas talvez não tenham sido eles os mais encarniçados na exigência de abater o ditador. É o que indicam, especialmente, várias declarações de Sandro Pertini. São do número um do Partido

Socialista – e futuro presidente da República italiana – essas palavras, pronunciadas no dia 27 de abril, às 21 horas, pela rádio da avenida Sempione:

O chefe dessa quadrilha, amarelo de ódio e medo, preparava-se para atravessar a fronteira suíça quando foi detido. Deverá ser entregue a um tribunal popular para ser julgado sumariamente. É o que queremos, embora consideremos que para esse homem o pelotão de fuzilamento seria uma honra muito grande. Ele mereceria ser morto como um cão raivoso.¹

Segundo o advogado Achille Marazza, cujo depoimento, publicado em *Oggi Illustrato*, data de 1965, a decisão de executar o Duce após sua captura pelos *partisans* da 52ª Brigada Garibaldi não teria sido objeto de qualquer deliberação coletiva prévia no CLNAI. E ele acrescentava:

Na tarde de 29 de abril de 1945, houve uma reunião do CLN na prefeitura. Durante essa reunião, Pertini falou da necessidade de que o comitê publicasse um comunicado oficial afirmando que o CLN ordenara a captura e execução de Mussolini, assumindo, assim, a responsabilidade pelo que ocorrera.²

Hoje parece líquido e certo que na manhã de 27 de abril Pertini, Longo, Sereni e Valiani já haviam formado seu Comitê Insurrecional, e que esse organismo, cujo objetivo era mobilizar e orientar politicamente a sublevação milanesa, decidira que Mussolini, que acabara de cair nas mãos dos *partisans*, seria fuzilado sem julgamento. Foi necessário então avalizar a execução do chefe da República Social e seus companheiros, o que implicava a aprovação do Comitê de Libertação Nacional. Foi esse o tema da reunião do dia 29, na qual ocorreram discussões acaloradas entre os representantes dos três partidos de esquerda e os das organizações moderadas, liberais e democratas-cristãs. Mais uma vez, Pertini desempenhou o papel de procurador, exigindo arduamente dos colegas mais

hesitantes que se associassem aos dirigentes do Comitê Insurrecional, para apresentar uma imagem de unanimidade a todos aqueles que pudessem recriminar o CLNAI por sua cumplicidade com os responsáveis pelo macabro espetáculo da *piazzale* Loreto. E assim, por voto de consenso, foi adotada a seguinte resolução:

O CLNAI declara: que a execução de Mussolini e seus cúmplices, por ele ordenada, é a conclusão necessária de uma fase histórica que ainda deixa nosso país coberto de ruínas materiais e morais. Ela é a conclusão de uma luta insurrecional, ponto de partida de um renascimento e de uma reconstrução da pátria. O povo italiano não poderia ter recuperado uma vida livre e normal – que lhe foi recusada pelo fascismo durante vinte anos – se o CLNAI não tivesse oportunamente mostrado uma determinação intransigente de corroborar um julgamento já feito pela história. Só ao preço desse claro rompimento com um passado de vergonha e crimes, o povo poderia ter garantias de que o CLNAI estava decidido a promover com firmeza a renovação democrática do país. Só a esse preço o necessário expurgo dos remanescentes fascistas pode e deve acompanhar a conclusão da fase insurrecional na mais estrita legalidade. O fascismo é o único responsável pela explosão de ódio popular que nessa única oportunidade degenerou em excessos, compreensíveis apenas no clima desejado e criado por Mussolini. O CLNAI, que foi capaz de dirigir a insurreição, admirável em sua disciplina democrática, transmitindo aos insurretos o senso de responsabilidade desse grande momento histórico, e soube sem hesitação fazer justiça aos responsáveis pela ruína da pátria, considera que nessa nova era que se abre ao livre povo italiano tais excessos não devem se repetir. Nenhum excesso seria justificável no novo clima de liberdade e estrita legalidade democrática que o CLNAI está decidido a restabelecer, estando já agora concluída a luta insurrecional.³

Essa declaração não se destinava apenas a legitimar perante o “tribunal da história” a eliminação física do Duce – de acordo com a

imagem que os dirigentes do Comitê Insurrecional pretendiam forjar no próprio calor da ação libertadora – e a imagem de um povo rebelado e empenhado em pôr fim simbolicamente à tirania do regime mussolinista. Indiretamente, ela também se dirigia aos aliados e, particularmente, aos americanos.

Com efeito, não estava nos planos de Roosevelt nem de seu sucessor na Casa Branca favorecer a execução do Duce. Quaisquer que fossem suas motivações, que abordaremos em detalhes mais adiante, no entendimento dos americanos o chefe da RSI deveria ser capturado e levado a um tribunal internacional, como ocorreria com os dirigentes nazistas e japoneses, mas certamente não fuzilado sem julgamento.

Churchill não compartilhava o ponto de vista do colega americano. “Alguns de nós”, dissera ele a Roosevelt, “considerarão que uma execução sumária seria oportuna, na medida em que limitaria o processo à simples identidade dos culpados. Outros preferiram que eles [Mussolini e os dirigentes italianos] fossem presos. Pessoalmente, a questão me deixa indiferente.” O que o velho leão não disse ao interlocutor foi que, julgado em um tribunal formado por iniciativa dos vencedores e levando em consideração o direito de defesa, seria grande para o Duce a tentação de questionar chefes de Estado e governos envolvidos com ele e seu regime em relações de maior ou menor cumplicidade. Acontece que o hábil e eloquente ditador dispunha de uma correspondência secreta com Churchill que se dizia altamente comprometedora para este. O primeiro-ministro britânico não era assim tão “indiferente” a essa questão quanto dizia em suas conversas com Roosevelt, e neste, como em muitos outros pontos, os dois grandes aliados ocidentais não tinham os mesmos pontos de vista.

A posição americana, de qualquer maneira, não deixava margem a dúvidas. E para impedir que o ex-ditador fosse eliminado secretamente pelos *partisans*, fora enviado à Itália um verdadeiro batalhão de oficiais e agentes dos serviços secretos, sobretudo do célebre Office of Strategic Services (OSS), com a missão de efetuar diretamente a detenção e transferência do Duce para a retaguarda

das linhas aliadas ou então colaborar – com o mesmo objetivo – com os chefes das Brigadas de Assalto Garibaldi.

Para que Mussolini se salvasse seria necessário, no entanto, que os homens do OSS fossem ouvidos pelos representantes do CLNAI e do CVL, ou conseguissem, de alguma maneira, infiltrar-se nas outras organizações combatentes. Entre as tentativas ocorridas antes e depois do anúncio da detenção do Duce, a que melhor traduz a oposição entre a visão dos dirigentes milaneses e a vontade clara e energicamente manifestada pelo alto-comando aliado teve como protagonista o general Raffaele Cadorna, comandante em chefe das forças da Resistência.

A ação iniciou-se em 27 de abril de 1945, às 21 horas e trinta minutos, quando o coronel barão Sardagna, no comando dos *partisans* da região de Como e homem de confiança de Cadorna, comunicou-lhe a detenção do Duce. Não houve reação imediata do general, que uma hora depois recebeu de Sardagna um telegrama fonado enviado pelas autoridades aliadas. A mensagem era anônima, mas o tom era imperioso: “Transfiram Mussolini para Milão o mais rápido possível. Evitar atirar em caso de fuga.” Dois outros telegramas fonados encaminhados durante a noite exigiam detalhes sobre “a exata situação do Duce”, anunciando que, se quisessem entregá-lo, um avião seria enviado para apanhá-lo.

A operação foi montada pelo agente G. McDonough, membro do Counter Intelligence Corps (CIC). O objetivo era transportar Mussolini até Blevio, onde o industrial Cademartori colocara sua *villa* – do outro lado do lago – à disposição do prisioneiro. De Moltrasio, ele seria conduzido até lá de barco, e em seguida seria possível chegar ao pequeno aeroporto de Blesso, onde o fundador do fascismo seria entregue aos aliados.

Não se sabe muito bem o que acabou determinando o fracasso desse projeto, senão, provavelmente, a pressa com que teve de ser improvisado. O fato é que, à uma da manhã do dia 28, Sardagna recebeu de Cadorna uma chamada informando que a operação estava suspensa e pedindo que encontrasse um refúgio para o prisioneiro nas proximidades de Como. O general apressou-se a

confirmar o fiasco da empreitada, uma vez que era pessoalmente hostil à entrega de Mussolini aos anglo-americanos. Ele explicou sua posição em um livro de memórias publicado em 1975:

Ante a necessidade de decidir de imediato e a impossibilidade de entrar diretamente em contato com o CLNAI, que não mais se reunia em caráter permanente, baseei-me no princípio que pautara todos os atos de minha vida de soldado: perguntei-me apenas qual seria a solução mais prejudicial para a Itália, sem levar em conta considerações de ordem pessoal. Que bem poderia fazer à Itália a captura de Mussolini pelos aliados? Que bem lhe teria feito o processo espetacular que haveria de se seguir, e que fatalmente seria transformado no julgamento da política italiana dos vinte últimos anos, em um momento em que era tão necessário fazer silêncio em torno de fatos e circunstâncias nos quais seria muito difícil distinguir as responsabilidades de um povo e as de um chefe? Quem haveria de imaginar que, diante de tal descrédito, a sobrevivência de Mussolini ainda podia ser útil ao país?

Em hipótese alguma eu teria voluntariamente procedido à entrega de Mussolini nas mãos dos aliados, para que fosse julgado e executado pelo estrangeiro. ...

Diante de uma ordem cuja execução não podia escapar à minha competência, como tampouco à minha apreciação, um ato imposto por forças inelutáveis e acontecimentos dos quais só é possível ter ideia reportando-se a essa época e se pondo no lugar de alguém que tivesse de enfrentar tal situação de extrema incerteza e exasperação coletiva, eu agi nos limites de uma responsabilidade precisa, à qual não pretendia então, como não pretendo hoje, esquivar-me.⁴

O coronel Valerio entra em cena

Decidida pelo pequeno grupo de dirigentes políticos que assumiu o comando da insurreição milanesa, aprovada pelo comandante em

chefe da Resistência combatente, sem dúvida desejada por um povo que, depois de levar o Duce às nuvens, considerava-se traído e vítima de sua megalomania, a eliminação do homem que por mais de vinte anos presidira o destino da Itália parecia de fato inelutável, visto que mesmo aos que desejavam livrá-lo de uma justiça sumária – como os dirigentes americanos – não desagradava a ideia de um julgamento desembocando em uma condenação à pena capital. Aos que exigiam a aplicação imediata da decisão tomada pelas instâncias dirigentes do movimento insurrecional, restava apenas encontrar um ou vários executores. E não seria preciso procurá-los por muito tempo.

A perseguição dos fugitivos na direção do lago de Como, e depois de Valteline ou da Suíça, começou logo depois que o Comitê Insurrecional decidiu promover a execução de Mussolini. Entre os representantes do comitê estava um personagem que passaria a desempenhar um papel de primeiríssimo plano na operação. Walter Audisio – seu nome verdadeiro – ficou conhecido na Resistência pelo pseudônimo de *coronel Valerio*. Contador, ele teve de trabalhar durante os anos da Grande Depressão em uma fábrica de chapéus da marca Borsalino. Ao mesmo tempo, engajou-se na luta clandestina contra o regime mussolinista, o que o fez ser detido pela OVRA, a polícia política fascista, e deportado para a ilha de Ponza por um período de cinco anos. Libertado em 1939, vamos encontrá-lo, depois do armistício de setembro de 1943, à frente de grupos de *partisans* em ação na província de Mântua e na região de Alexandria. Audisio-*Valerio* não era, portanto, um comunista de primeira hora. Após a adesão ao partido, no entanto, ele foi capaz de, por suas qualidades de líder e organizador tático da guerrilha, chegar ao topo da hierarquia *partisan*. A relação de amizade e clientelismo que mantinha com Luigi Longo tampouco era alheia à sua ascensão na organização comunista. Em 1945, ele fazia parte da direção do CVL e assumiu as funções de inspetor-geral das Brigadas Garibaldi.

Durante a reunião do Comitê Insurrecional ocorrida em 27 de abril, às 23 horas, na sede do comando-geral, na qual seria decidida a sorte do ex-ditador, *Valerio* estava presente. Oficialmente, tratava-

se apenas, a essa altura, de ir buscar Mussolini em Dongo e trazê-lo de volta a Milão com seu séquito. A missão foi então proposta a dois dos chefes *partisans* que participaram da reunião, Italo Pietra e Luchino Del Verme. Mas eles a recusaram, temendo ter de executar em seguida uma ordem cuja legitimidade não reconheciam. *Valerio* declarou, pelo contrário, que “a questão o interessava” e acabou se apresentando como voluntário.

Se a questão parecia tão “interessante” ao inspetor das Brigadas Garibaldi, é porque ele conhecia o reverso das cartas. Pouco tempo antes, em uma reunião do CVL na qual foi perguntado a Luigi Longo o que deveria ser feito caso Mussolini fosse capturado, o dirigente comunista não hesitou: “Ele terá de ser morto imediatamente, de maneira brutal, sem dramas, sem frases históricas.” *Valerio* assimilou a lição. Sabia o que deveria fazer se a missão lhe fosse confiada.

Conhecendo cada um o seu papel, podia-se passar à fase de execução. Mas era preciso dar à operação uma capa de legalidade. Como não fora baixada nenhuma sentença com ordem explícita de execução – o que só aconteceria, como vimos, *post mortem*, na reunião do CLNAI em 29 de abril –, *Valerio* conseguiu, com uma série de blefes, obter os passes necessários. Acompanhado de outro alto dirigente da Resistência, o operário Aldo Lampredi (*Guido*), ele procurou o general Cadorna e afirmou ter sido incumbido pelo Comitê de Libertação Nacional de proceder à eliminação de Mussolini, única maneira de evitar que o Duce caísse nas mãos dos aliados. O general se deixou convencer facilmente porque era esse, de fato, o seu maior temor, e, assim, assinou uma autorização sem qualquer comentário. Outro documento, com a assinatura de um oficial de ligação entre o OSS e o CLNAI, também foi entregue aos dois, autorizando-os em caráter permanente a circular na região do lago de Como com escolta armada. Munidos desses dois passes, conseguidos arditamente, e de um terceiro, entregue pelo comando do CVL, *Valerio* e *Guido* partiram por volta das sete da manhã. Seu automóvel foi seguido por um caminhão ocupado por uma dúzia de *partisans*, sob as ordens de um brigadista da guerra da Espanha, Alfredo Mordini (o *Riccardo*). Para os fascistas

capturados em Dongo e para seu chefe, começava a contagem regressiva.

6. Interrogatórios

ANTES DE DAR CONTINUIDADE ao relato dos acontecimentos que levaram à execução de Mussolini e Clara Petacci, voltemos nossa atenção por um instante para os protagonistas que desempenharam papel decisivo no desenrolar dos fatos na região onde o Duce viveu suas últimas horas.

Alguns deles, tendo sobrevivido aos grandes acertos de contas do imediato pós-guerra, deixaram depoimentos que, de maneira geral, questionam o de Walter Audisio. Teremos oportunidade de examinar esses relatos mais adiante, tendo em mente que se o do *coronel Valerio* – várias vezes retocado pelo autor – constituiu durante décadas a vulgata oficial, é hoje amplamente desmentido pelos historiadores, sobretudo no que diz respeito à resposta a esta pergunta fundamental: onde, como e por quem o ex-ditador e sua amante foram mortos?

Uma “brigada internacional” no coração da Resistência combatente

Ligada na hierarquia das organizações combatentes controladas pelo PCI à 56ª Divisão Garibaldi, operando na região a noroeste do lago de Como, a 52ª Brigada de Assalto tinha a particularidade de ser composta por uma boa parte de militantes estrangeiros, especialmente poloneses. Eram sobreviventes da debacle de 1939 que foram para a Inglaterra, engajaram-se no exército britânico, vieram a ser capturados pelos alemães durante a batalha da Itália e, afinal, fugiram; ou então militantes políticos, em sua maioria comunistas, que haviam escapado à repressão nazista na Alemanha,

na Rússia ou na Polônia e também tinham conseguido chegar a Londres.

O subcomandante da brigada, Urbano Lazzaro, nome de origem Karol Urbaniec, o homem que deteve Mussolini, podia ser de origem polonesa ou tcheca, mas nasceu na Itália, em Quinto Vicentino, em 1924. Estava, a princípio, mobilizado na Guarda das Finanças, a polícia alfandegária e financeira italiana, mas, recusando-se a servir no exército da RSI, foi detido pelos SS e incluído em um contingente de deportados de partida para a Alemanha. Tendo fugido, conseguiu chegar à Suíça e de lá à região do lago de Como, onde logo se integrou às primeiras formações de *partisans*. Vamos reencontrá-lo em 1944, já agora, apesar de politicamente mais próximo dos monarquistas que dos comunistas, na condição de comissário político da 52ª Brigada Garibaldi, com o pseudônimo *Bill*.

A trajetória do chefe dessa unidade de combate não é muito diferente do percurso habitual de seus outros integrantes. Pier Luigi Bellini Delle Stelle vinha de uma família da aristocracia florentina oficialmente registrada como tal no almanaque da nobreza italiana. Fez estudos clássicos no Liceu Forteguerri de Pistoia, para onde a família teve de se mudar, e depois em Florença. Era um rapaz sério, estudante aplicado, pouco inclinado a se orgulhar das origens e aparentemente pouco atraído pela militância política. Acabara de completar 23 anos quando o regime mussolinista desmoronou, após a pequena revolução palaciana de 25 de julho. Como no caso de tantos jovens italianos que aderiam às organizações *partisans*, ele era levado à ação clandestina menos por motivos ideológicos do que pelo espetáculo das atrocidades cometidas pelos ocupantes alemães e seus auxiliares *repubblichini*. Ele se explicaria a respeito em um livro publicado em 1962:

Mussolini e os seus nada mais eram do que usurpadores que só se mantinham no poder graças ao apoio dos alemães e a métodos ferozes de repressão. ... Minha indignação com todos eles aumentava a cada dia. ... Assim foi que me convenci de que seria impossível para mim ficar de braços cruzados à espera da salvação e

da liberação por parte de outros, de que era uma questão de dignidade humana participar ativamente. ... A aquiescência, especialmente nesses acontecimentos trágicos em que está em jogo o destino da humanidade, torna-se cumplicidade.¹

Não foi apenas em virtude de uma decisão refletida e amadurecida que o jovem florentino se engajou na Resistência, mas por um desses acasos da vida que nos fazem ser arrastados por uma causa que nos transcende. O caminho de Bellini Delle Stelle foi cruzado por uma visita à sua irmã Eleonora, professora em Gravedona, no lago de Como. Foi através dela que aquele que passaria a responder pelo codinome *Pedro* entrou para as fileiras do CVL para combater ao lado dos comunistas, sem, no entanto, compartilhar suas ideias e objetivos. Depois de ter comandado um dos destacamentos que compunham a 52ª Brigada Garibaldi, o Giancarlo Puecher Passavalle, e conduzido em condições extremamente difíceis muitas operações contra os alemães e os fascistas na região do monte Berlinghera, ele se encontrou, na primavera de 1945, à frente dessa unidade. O contingente não tinha mais do que cinquenta homens e o armamento era dos mais básicos, mas *Pedro*, assim como *Bill*, seu subcomandante, revelou-se hábil estrategista. Conseguiu, como vimos, bloquear a coluna ítalo-alemã na entrada de Musso em 27 de abril, imobilizá-la durante várias horas e sustentar a ilusão de uma força que estava longe de poder mobilizar.

Acrescentemos a esses dois nomes Luigi Canali (o *capitão Neri*), chefe de estado-maior da brigada e subcomandante do conjunto das divisões de Assalto Garibaldi nas regiões de Lario e Valteline, sua companheira, Giuseppina Tuissi (a *Gianna*) – ambos eliminados em acerto de contas entre *partisans* comunistas ocorridos em maio e junho de 1945 –, assim como o comissário político *Pietro Gatti*, nome verdadeiro Michele Moretti, um dos raros sobreviventes desse expurgo interno.

Mussolini em Germasino

A presença do Duce em Dongo preocupava o comandante da 52ª Brigada. *Pedro* tomara conhecimento, por intermédio de várias personalidades fascistas que haviam buscado a proteção do pároco de Musso – a começar por Bombacci –, de projetos que visavam libertar o ditador. Eles poderiam ser executados tanto por representantes das Brigadas Negras ou membros da SS quanto por agentes dos serviços secretos aliados, ou, pior ainda, indivíduos enviados pela direção do CVL, vale dizer, o Partido Comunista. Acontece que *Pedro*, com formação de jurista, abraçara a missão de entregar seu prisioneiro a uma autoridade constituída, como o CLNAI, para que fosse julgado por italianos e com todas as garantias formais.

Foi assim que, na ausência de *Bill*, a caminho de Domaso, o comandante da 52ª Brigada decidiu, com o aval de *Neri* e *Pietro* – tendo este acabado de retornar de Musso, onde tratara de recuperar valores e objetos preciosos furtados aos prisioneiros –, aceitar a proposta do sargento Buffelli, da Guarda das Finanças. Ele recomendava a transferência do ex-chefe do governo fascista e outros prisioneiros para Germasino, localidade a alguns quilômetros de Dongo, onde havia justamente um quartel da polícia alfandegária. Lá, seria mais fácil do que na prefeitura de Dongo garantir a vigilância e a proteção dos prisioneiros. Tanto mais que o boato da detenção do Duce não demorara a se espalhar pelas imediações, atraindo das aldeias e dos povoados vizinhos uma multidão de curiosos cada vez mais numerosos e agitados.

Ainda não eram dezenove horas quando o ex-ditador foi posto em um veículo onde se acomodaram também *Pedro*, Porta e Buffelli. Todos os depoimentos dão conta da aparente serenidade do homem que no momento da detenção mostrara-se completamente apático. O relato do seu interrogatório na prefeitura de Dongo feito pelo advogado Giuseppe Rubini, que acabara de ser nomeado prefeito da cidade pelo CLN, traça, com efeito, o perfil de um homem aparentemente seguro de si e confiante no julgamento da história:

Eu confrontei Mussolini com toda a sua vida. Ao ser introduzido na prefeitura, ele já não era o mesmo que um minuto antes: estava calmo, pensativo, pretendia defender-se com habilidade e esperava ser julgado. Falava em voz baixa, pesando e controlando perfeitamente a polêmica. Às vezes, dava-me razão. Falava com calma e sem ênfase.

Perguntei-lhe se se lembrava do nome de Spillacci, Aldo Spillacci, garibaldino, professor da Romana, autor de poesias e textos de grande valor, assim como de uma tese de pediatria, e amigo de infância de Mussolini, que invejava sua popularidade. Spillacci era antifascista e por causa disso tivera problemas.

- O poeta? – respondeu Mussolini.
- Não se trata do poeta, mas do patriota – respondi-lhe.
- Por quê? – perguntou ele.
- Porque ele escapou por pouco de ser morto pelos esquadristas.

...

Mussolini não negou. Falei-lhe então da guerra. Disse-lhe:

– Ao declarar guerra à Inglaterra e à América, você traiu milhões e milhões de compatriotas que vivem no exterior, e que se viram de uma hora para outra entre o martelo e a bigorna. ...

Por que declarou guerra? Será que o Tratado de Versalhes era um mal tão grave que justificasse uma declaração de guerra e um desastre?

– Eu não queria a guerra. Foram os representantes do povo que a quiseram.

– Não, não foram os representantes do povo – retruquei –, mas indivíduos que não representavam ninguém, pois os verdadeiros representantes do povo são eleitos em eleições livres.

– Eu sempre governei com o consenso do povo italiano. Obtive grande maioria em duas eleições sucessivas.

– Quais eleições? Você as chama assim, mas as eleições são livres quando existe liberdade de imprensa, de reunião, de escolha!

...

– Eu sempre governei em absoluta legalidade! – respondeu vigorosamente Mussolini.

– Ora, vamos! Em 1922, você optou por ficar prudentemente em Milão. Comandou a Marcha sobre Roma, que eu prefiro chamar de Marcha da Escória sobre Roma, pois foi um verdadeiro ataque de indivíduos ilegalmente associados aos poderes constituídos; você deveria ter sido julgado com todos os colaboradores. Mas o rei, em vez disso, o nomeou primeiro-ministro. Você chegou ao poder graças à intervenção de um rei. Em seguida, quando a opinião pública insurgiu-se contra você por causa do assassinato de Matteotti, foi o mesmo rei que o autorizou a acabar com a liberdade de imprensa e de pensamento. Era essa a sua legalidade.

Mussolini não fez qualquer objeção. Retomei então o argumento da guerra. Mussolini respondeu que não só os ministros mas também o povo tinha desejado a guerra.²

Curioso depoimento, que, naturalmente, deve ser encarado com prudência, pois se trata da retranscrição por *Bill* de uma conversa que não deixou nenhum outro vestígio. Por sinal, o próprio Rubini forneceu várias versões dessa conversa, que não chegam a se contradizer, mas nem por isso deixam de ser diferentes. Chama a atenção em especial a relativa moderação do acusador e o sangüefrio do acusado, assim como o interesse quase exclusivo dos dois interlocutores pelo período do entreguerras.

Já é menor o grau de informação de que dispomos sobre o que disseram os passageiros do veículo em que se deu a transferência de Mussolini para o quartel de Gervasino. Entre os que acompanharam o prisioneiro, *Pedro* foi o único que deixou passar algumas vagas informações, no geral do mesmo teor que a narrativa do prefeito de Dongo. Mussolini não teria parado de falar, sempre muito calmo, tentando justificar-se e situar suas decisões políticas no devido contexto. Como o comandante da 52ª Brigada Garibaldi o criticasse por ter permitido que seus colaboradores, os Pavolini, Farinacci e outros fanáticos dos mais variados tipos, tratassem com a mesma ferocidade que os SS os patriotas que caíam nas mãos dos

brigadistas de camisa-negra, ele respondeu que nada tivera a ver com isso, que fizera tudo que estava a seu alcance para impedir essas práticas desumanas.

Da narrativa em terceira pessoa que Bellini Delle Stelle deixou a respeito dos acontecimentos de Dongo – e que seria publicada por *Bill* em 1948, depois do seu próprio diário – desprende-se um curioso sentimento de compaixão pelo antigo senhor da Itália fascista:

Pedro admira a paisagem desses lugares para ele novos, as belas montanhas do Alto Lario, ainda recobertas de neve. ... *Pedro*, mergulhado na contemplação do esplêndido cenário, não presta muita atenção ao diálogo entre os viajantes sentados atrás dele. Observa os montes distantes, especialmente o Berlinghera, e pensa no longo ano que lá passou, nas privações sofridas, nos perigos que correu, na vida muito dura e, no entanto, serena que levava.

E todos aqueles sofrimentos por que passou deve-os ao homem que está sentado atrás dele e que, por vontade do destino, caiu em suas mãos. Ele tenta analisar os sentimentos que lhe desperta o prisioneiro. Mas não consegue. Nada sente de muito definido em relação a ele. Entende que deveria odiá-lo, que teria todo o direito de lhe dirigir palavras duras, de gritar-lhe na cara todo o desprezo que provoca nos italianos, ou pelo menos em todos os italianos que compartilharam seus ideais e perto dos quais sofreu e combateu.

Mas no lugar de tudo isso, agora que o tem em seu poder, indefeso, agora que poderia aproveitar-se da situação e fazê-lo experimentar, depois de tantos anos de poderio, o que significa sentir-se impotente diante de outros homens, o que lhe vem é quase um sentimento de piedade. Ali está, portanto, aquele homem poderoso, o homem que durante tanto tempo teve a Itália a seus pés, que governou e dominou uma nação inteira e aterrorizou o mundo, reduzido às simples proporções de um desgraçado homem comum, obrigado a se submeter passivamente à vontade dos outros, sujeito às mesmas angústias e aos mesmos medos que qualquer dos tantos indivíduos que formavam o rebanho do qual se fez guia.³

Talvez faltassem apenas dois ou três quilômetros a percorrer quando *Pedro*, repentinamente deixando de lado os seus pensamentos, sentiu vontade de acender um cigarro. Cavalheiro, voltou-se e ofereceu um ao prisioneiro. Mussolini agradeceu mas disse que não fumava. Seguiu-se um breve diálogo:

- Mas como, não fuma nunca?
- Muito raramente, só alguns poucos cigarros às vezes, e sempre dos mais leves.
- É muito bom não ter esse vício. Sempre invejei os que não o têm. Não há nada pior que ter vontade de fumar e não conseguir nenhum cigarro.
- Não, realmente, nunca tive muita vontade de fumar. Nas poucas vezes em que fumo, é mais para passar o tempo do que por necessidade.

O tom era quase amistoso. A maneira como os garibaldinos incumbidos da guarda do quartel tratavam o ex-ditador não denotava qualquer especial animosidade. Os oficiais ofereceram-lhe um jantar com risoto, cabrito ao forno e salada, conversando com ele até, aproximadamente, as 23 horas. Chegaram até nós alguns depoimentos, reproduzidos pela imprensa italiana pouco depois da execução de Mussolini, a respeito do diálogo que se deu entre o Duce e seus interlocutores enquanto *Pedro*, acompanhado de Buffelli e do sargento no comando da praça, efetuava uma inspeção em regra do quartel e das cercanias.

De que se falou, então? Mussolini recusou-se a falar da situação interna da Itália, mas não perdeu a oportunidade de dar sua opinião sobre os acontecimentos e os protagonistas da vida internacional, distribuindo notas baixas e altas sem se preocupar muito com a distinção entre aliados e adversários. Não escondeu sua admiração pelo povo russo, cuja coragem e capacidade de resistência Hitler não soubera avaliar, como tampouco entendera os motivos de sua adesão ao regime stalinista. Perguntado sobre o que pensava dos Estados Unidos e do papel que haviam desempenhado no desenrolar

do conflito, Mussolini respondeu que ninguém poderia contestar a importância que tivera para os aliados o formidável poderio industrial americano, mas que o verdadeiro vencedor da guerra fora Stálin.

Antes de deixar o local, o chefe da 52ª Brigada ordenou aos garibaldinos e carabinieri que se mostrassem particularmente vigilantes. O que *Pedro* temia, acima de tudo, era um ataque dos grupos fascistas do vale de Cavargna. Se isso ocorresse, seria necessário resistir até a chegada de reforços. Qualquer que fosse o preço a ser pago, Mussolini precisava ficar nas mãos dos defensores.

Claretta desmascarada

A última recomendação de *Pedro* era dirigida ao Duce em pessoa. Ele podia estar certo de que seria tratado com toda a consideração, desde que não tentasse fugir. Acrescentou que se o prisioneiro tivesse algum pedido a fazer, sentia-se no dever de tornar sua estada ali o menos penosa possível. Mussolini agradeceu calorosamente, acrescentando que não tinha nada de especial a pedir. Mas assim que o outro começou a se afastar, mudou de opinião. Não queria nenhum favor pessoalmente, para ele próprio, mas ficaria agradecido a quem se dispusesse a levar seus cumprimentos a uma certa senhora que tinha sido capturada pelos homens da 52ª Brigada Garibaldi em Dongo e que estava viajando “com o cônsul espanhol”.

Da conversa em Germasino entre o ex-ditador e o jovem *partisan* florentino, sabemos apenas o que este último se dispôs a reproduzir no relato mais tarde enviado a Urbano Lazzaro (*Bill*) e em seu próprio livro, publicado em 1962.⁴ Não havia testemunhas, o mesmo tendo ocorrido no longo interrogatório com Petacci efetuado por *Pedro*. O que significa que devemos ler esse material com prudência, especialmente no que diz respeito à maneira como o interrogador tomou conhecimento da identidade da prisioneira.

A dar-se crédito ao relato de Bellini, Mussolini tergiversou por muito tempo antes de fornecer o nome de sua amiga e o motivo que

o levava a pedir ajuda ao interlocutor. “Bastava que dissesse à pessoa em questão que a cumprimentava e que ela não precisava preocupar-se com ele.” Naturalmente, essas palavras, ditas com certo constrangimento e acompanhadas de um olhar que desmentia a aparente indiferença do Duce, não podiam deixar de intrigar o comandante da 52ª Brigada, levando-o a botar Mussolini contra a parede. Ou bem o prisioneiro concordava em declarar o nome dessa “conhecida” ou ela seria interrogada em Dongo até revelar a própria identidade. Desse modo, “depois de lançar um rápido olhar para o grupinho de pé perto da porta”, escreve *Pedro*, “como para se certificar de que suas palavras não seriam ouvidas, quase em um murmúrio, ele disse: ‘É... a Petacci!’”

Em troca dessa confiança, ele gostaria que o chefe *partisan* se comprometesse a não dizer nada a ninguém. *Pedro* garantiu-lhe que faria o uso mais discreto possível do que acabara de ouvir, mas não pôde prometer que guardaria segredo. E despediu-se pela segunda vez do ex-ditador: “Fique tranquilo. Espero que já tenha entendido que não caiu nas mãos de delinquentes.”

Essa versão dos fatos foi fortemente contestada por outros membros da 52ª Brigada, especialmente por seu subcomandante, *Bill*. Mussolini não podia ignorar que, ao revelar o nome de sua amiga ao chefe de uma unidade de *partisans* composta majoritariamente por comunistas, punha em risco a vida da jovem. Além disso, antes de entrar no caminhão da Flak, horas antes, ele havia entregue a Claretta uma das três pastas cheias de documentos de arquivos que esperava fazer chegar à Suíça, por intermédio dela. Em suma, Bellini trata aqui de fazer bonito, desempenhando o papel do chefe guerreiro que teria conseguido, sem violência, com que o Duce confessasse o nome da misteriosa “burguesa” mantida em cativeiro em Dongo. Há indicações de que, na realidade – é essa a tese sustentada por *Bill* –, foi ao voltar de Germasino, e talvez mesmo antes, na chegada dos prisioneiros a Dongo, que o comandante da 52ª Brigada ficou sabendo da identidade da referida senhora.

Seja como for, ao retornar de Germasino, *Pedro* tratou logo de interrogar a amante de Mussolini. Para isso, a prisioneira havia sido transferida da sala da prefeitura, onde era mantida com os outros fugitivos, para um cômodo menor, fechado a chave e tendo sua porta permanentemente guardada por um *partisan* armado, “para evitar indiscrições”. Eram dezenove horas e dez minutos quando *Pedro* e sua prisioneira se instalaram nesse lugar, e 21 horas e trinta minutos quando o deixaram. *Bill* tem razão ao se dizer surpreso com o fato de em tal momento, quando os confrontos com as Brigadas Negras estavam longe de ter chegado ao fim, um comandante de unidade combatente se dispor a ocupar quase duas horas e meia de seu tempo trocando com Petacci palavras que dificilmente poderiam, de alguma forma, mudar o curso dos acontecimentos.

É que durante seu “interrogatório”, Bellini Delle Stelle passou do questionamento ríspido e quase ameaçador de quem pretende arrancar uma confissão a um sentimento de benevolência em relação a essa mulher que só queria uma coisa: se não pudesse salvar o homem que amava, morrer com ele. *Pedro* não tinha, *a priori*, uma opinião muito lisonjeira da amante do Duce. Considerava-a uma aventureira que havia se ligado a um homem poderoso por interesse, não merecendo grande indulgência. O interrogatório começara, assim, com um breve diálogo de surdos entre a jovem, que fingia nada saber de Clara Petacci e de suas relações com o Duce, e o chefe *partisan*, que, irritado com as negativas da velha favorita, acabara por recorrer à ameaça. Disse ele:

E agora, minha senhora, para não ser obrigado a recorrer a práticas desagradáveis para conseguir a verdade, práticas que os impiedosos partidários do seu amante usavam corriqueiramente contra meus companheiros de luta, o que eu faria de imediato se continuar a mentir, é preciso que me responda a verdade, e apenas a verdade.⁵

Tendo a prisioneira, finalmente, reconhecido que de fato era Clara Petacci, mas ao mesmo tempo negado que durante anos

tivesse servido de inspiração à política mussolinista, a conversa voltou-se para o destino reservado pelos *partisans* ao ex-ditador:

– É um prisioneiro – clama Petacci. – Não tem mais como fazer mal a ninguém. Mas até quando ficará nas mãos de vocês? Que farão com ele? A quem vão entregá-lo?

– Ainda não sei como responder. Já comuniquei ao comando de Milão que Mussolini foi capturado com quase todos os representantes de seu governo, e aguardo as decisões a serem tomadas.

– Mas vocês deveriam entregá-lo aos aliados. Ele estaria mais seguro com eles.

– Os aliados! Mas eu sou italiano, sou um soldado do exército italiano. Tenho de prestar contas ao meu comando e ao meu governo. Os aliados não têm nada a ver com isto. Farei tudo para evitar que Mussolini caia nas mãos deles.⁶

E como a interlocutora reconhecesse que seria melhor a morte imediata do que um processo no qual o fundador do fascismo teria todas as chances de ficar à mercê de um público inimigo e exposto à zombaria geral, *Pedro* respondeu com desprezo, a darmos crédito ao relato feito por ele mesmo dessa conversa:

– Ele poderia ter morrido imediatamente, minha senhora, e até deveria. Quando foi descoberto e detido, estava armado em um contingente muito mais numeroso que o nosso. Por que será que não atirou? Ele não tentou se defender, iniciando um combate do qual poderia ter saído vitorioso e que lhe permitiria fugir. Na pior das hipóteses, teria sido morto, é verdade, mas pelo menos teria sido morto combatendo, uma morte de homem corajoso, ao invés de se deixar capturar assim, como um rato assustado. Ele não se comportou como homem, perdeu a oportunidade de salvar pelo menos em parte sua reputação aos olhos do mundo e da história.⁷

Quanto mais se prolongava o interrogatório, mais *Pedro* acusava Clara de ter sido conselheira de Mussolini, e mais a jovem tinha

dificuldade de resistir. Ela acabou por desmoronar, irrompendo em soluços e implorando ao chefe *partisan* que acreditasse que nunca tivera outro objetivo, outra razão de acompanhar Mussolini em seus empreendimentos, senão o amor que sentia pelo chefe da República Social. Era o momento de virada do interrogatório:

Pedro começa a se comover: nunca foi capaz de suportar a visão de uma mulher chorando, e começa a sentir piedade dela. Teve, a princípio, um pensamento fugaz: "Cuidado! Ela pode estar representando. Tudo bem, se for assim, é uma excelente atriz!" Mas depois, pela maneira como aquela mulher falou, ante seu belo rosto transfigurado por uma dor indubitavelmente sincera, em virtude de todo um conjunto de coisas, as nuances da voz e todo o seu comportamento, ele rapidamente se convenceu de que ela de fato estava sofrendo intensamente. Aproxima-se então dela, põe a mão em seu ombro com delicadeza e diz: "Vamos, minha senhora, acalme-se. Eu lhe peço, pare de chorar! Fico perturbado, me faz mal. Acredito em tudo que está dizendo. Garanto-lhe que realmente estou acreditando. Não veja em mim um inimigo, embora às vezes as circunstâncias nos coloquem em situação de nos considerar assim. Farei tudo que puder pela senhora, para deixá-la menos angustiada. Mudei completamente de opinião a seu respeito. Vejo-a mais como uma infeliz do que como uma aventureira. Sinceramente. ... Acalme-se e me diga se posso fazer alguma coisa pela senhora."⁸

Claretta rapidamente se agarrou à boia lançada pelo *partisan* florentino. Não para tentar salvar a própria pele, e menos ainda a do ditador deposto. Ela entendeu que, na melhor das hipóteses, Mussolini seria levado a júri popular, com as consequências imagináveis. De Bellini Delle Stelle não poderia conseguir sequer que se opusesse pela força a uma execução sumária, efetuada por um comando de *partisans* comunistas. Mas ele podia permitir-lhe ir ao encontro do homem que amava e cujo destino jurara partilhar. Para isso, ela teria de convencer seu carcereiro da intensidade de seus sentimentos. É o que tratava ardorosamente de fazer, em um longo

monólogo que *Pedro* ouvia quase sem se mexer, decididamente conquistado por essa mulher que lhe abria o coração:

– O senhor certamente vai me perguntar – diz ela – como é possível amar um homem a esse ponto e segui-lo, enfrentando sérios riscos. Meu amor por Mussolini foi e continua sendo imenso. Talvez o senhor seja jovem demais para entender, mas quando um dia amar, vai se lembrar das minhas palavras.

Seguiu-se uma evocação das circunstâncias em que Clara conheceu o Duce, tornando-se sua amante e, afinal sua confidente, alguém a quem se podia dizer tudo e que nada – nem mesmo as traições – seria capaz de desviar da adoração que tinha por seu herói. Conversa de mocinha sentimental, dir-se-ia, mas que, naquele momento, apresentava uma carga afetiva a que Bellini não se mostrava insensível. Não, prosseguia Clara, ela nunca tivera vontade nem oportunidade de desempenhar algum papel político. A influência que acaso tivesse sobre ele era de natureza muito diversa:

– Não foi difícil para mim conquistá-lo fisicamente – prossegue ela. – Muito mais difícil fazer-me senhora de sua alma e de seus sentimentos. Mas aos poucos, de forma irremediável, a simplicidade do meu afeto e a sinceridade do meu amor modificaram seu temperamento sentimentalmente fechado e ciumento. ... Era o que eu desejava, e que agora tinha. A alegria íntima de me sentir necessária a alguém, eu, pobrezinha, que só assim encontrava minha razão de ser e meu único objetivo na vida. Eu não queria poder, glória nem riqueza. ... Nunca quis aparecer, e sim levar uma vida isolada e simples.⁹

Aproximando-se o fim, Claretta tinha medo da separação e não conseguia juntar coragem para deixar seu ídolo. Em suas palavras, já era possível entrever o pedido que estava por fazer:

– Esse amor fez com que eu sempre estivesse perto dele, o máximo possível. Nos momentos felizes e nesses tempos de infelicidade. Quando começou a se delinear o fim, nunca me veio a ideia de abandoná-lo, nem mesmo por um momento. Pressentia que era necessária para ele, tanto mais necessária pela quantidade de deserções entre os amigos.

Acompanhei-o a Milão, a Como, a Menaggio. E o teria acompanhado em sua triste viagem de proscrito, expondo-me a todos os riscos, embora fosse tão fácil para mim, se não o amasse, escapar sozinha, desconhecida, fugir para o exterior, em segurança com minha família. Não lhe parece que é a melhor prova de um amor autêntico, do meu amor, e não um sórdido cálculo ditado pelo interesse?¹⁰

Já eram 21 horas. Estava na hora de a prisioneira dizer o que esperava desse jovem comandante que ouvira sua longa explicação sem manifestar a menor impaciência. Começou então o diálogo que assinalava o fim do interrogatório e colocava o florentino diante de um dilema inesperado:

– Eu lhe agradeço por ter me ouvido com tanta paciência. Espero que pelo menos sirva para que compreenda como é grande meu amor por Mussolini e como é doloroso para mim estar separada dele. E é a esperança de ter sido entendida que me dá coragem para lhe pedir esse favor que você pode me fazer, e que é a única coisa que poderá me deixar feliz.

– Diga, minha senhora. Eu^a prometo que, se for possível, farei tudo que estiver ao meu alcance para atendê-la

Claretta Petacci me olha com um brilho de esperança nos olhos; fica calada por um momento, e então, em um impulso, inclina-se ligeiramente para a frente, toma minha mão e, olhando-me fixamente, implora com a voz embargada:

– Deixe-me ficar com ele!

Eu dou um salto. Jamais teria esperado aquele pedido. Perplexo por um momento, demoro um pouco a responder. Petacci continua

apertando minhas mãos, e recomeça, com a voz dolorosa:

– Deixe-me ficar com ele! Deixe-me ficar com ele! Que mal pode haver? Não diga que não é possível.

– Não, senhora, não é que eu não queira Está me pedindo algo que eu não esperava e que envolve minha responsabilidade; não quero que aconteça alguma coisa. ... A situação ainda é tão incerta. Não se sabe o que pode acontecer. É possível que os fascistas queiram libertá-lo. A senhora poderia correr risco, e eu não quero assumir semelhante responsabilidade.

– Não é verdade! – interrompe violentamente Petacci, com um olhar quase cruel. – Não é verdade! Agora estou entendendo. O senhor quer fuzilá-lo. É isso! É isso! Agora eu sei. Meu Deus! O senhor quer fuzilá-lo! ...

– Mas, minha senhora, estou dizendo...

– Não diga nada, não vou acreditar. ... O senhor quer fuzilá-lo, eu sei, estou sentindo. Talvez já tenha recebido essa ordem. Mas o que eu estou pedindo é isso. Não pode me recusar. ... Quero morrer com ele. Minha vida não teria mais sentido após sua morte. ...

– Acalme-se, minha senhora. Juro que não tenho a menor intenção de fuzilar Mussolini. Enquanto ele estiver em minhas mãos, nada de mal lhe acontecerá. Fique tranquila, pode acreditar em mim.

– De verdade?

– Dou-lhe minha palavra

– Mas por que então não quer que eu fique com ele?

– Eu não disse que não quero que fique com Mussolini; apenas estava me perguntando se tenho condições de fazê-lo.

A conversa chega ao fim. *Pedro* levanta-se. *Claretta* aproxima-se dele e volta a tomar-lhe a mão. Ele a retira delicadamente.

– Então me promete?

– Espero poder dizer-lhe sim. Mas agora tenho de ir. Espere-me aqui. Fique calma e tenha confiança.¹¹

-
- ^a Para facilitar a compreensão do leitor, passo as falas de *Pedro* da terceira para a primeira pessoa.

7. Reencontro

DE VOLTA À PREFEITURA de Dongo, onde os prisioneiros tinham sido acomodados como havia sido possível no salão principal, *Pedro* procurou informar-se sobre o estado de saúde de Pavolini e Barracu. O primeiro fora gravemente ferido nos confrontos da tarde, mas não parecia correr risco de morte. Repousava em uma maca na sala ao lado, mais ou menos afastado da agitação ambiente. Barracu fora atingido com menos gravidade no braço. Quando o chefe da 52ª Brigada apareceu, ele estava fumando tranquilamente, e foi sem aparentar qualquer sinal de sofrimento ou preocupação que recebeu seu carcereiro. Os dois trocaram algumas palavras de cortesia antes de serem interrompidos pela chegada de Michele Moretti (*Pietro*), comissário político da brigada, e Luigi Canali (o *capitão Neri*), subcomandante do grupamento de divisões de assalto Garibaldi de toda a zona Lario-Baixo Valteline: dois personagens importantes cuja aprovação Bellini queria obter no caso da promessa feita a Clara Petacci.

Nenhum dos dois, tendo ouvido do florentino a explicação sobre a maneira como havia descoberto a identidade da jovem que viajava em companhia do suposto "cônsul espanhol", opôs-se ao reencontro dos dois amantes. *Pedro* tomou nota, agradeceu aos dois companheiros de armas e pediu-lhes que não divulgassem a informação, nem tampouco a decisão que tomara de transferir o Duce de Germasino, onde ninguém mais ignorava sua presença, para um lugar mantido rigorosamente sob segredo. Mas qual?

Foi de *Neri* a proposta que parecia mais convincente. Ele dizia conhecer uma casa isolada, situada em uma zona relativamente deserta e bem-controlada pelos *partisans*. O problema era que ficava a cerca de uma hora e meia de carro de Dongo, sendo necessário,

para lá chegar, passar por Como, onde os combates não haviam cessado completamente. A estrada percorrida dois dias antes pela coluna de fugitivos estava a essa altura interrompida em diversos pontos por barreiras garibaldinas. Seria necessário, assim, pedir passagem a cada uma dessas paradas, correndo o risco de ter de passar por uma inspeção perigosa. À falta de uma solução menos arriscada, contudo, decidiu-se adotar a do *capitão Neri*, marcando-se a partida para aproximadamente meia-noite.

A primeira coisa que *Pedro* fez ao deixar seus dois principais tenentes foi ir ao encontro de Clara Petacci para lhe anunciar que seu pedido não encontrara qualquer objeção. A princípio, a jovem mostrou-se incrédula. O comandante da 52ª Brigada com certeza se revelara benevolente e compreensivo com ela, mas não havia se comprometido a atender ao seu pedido. Como é que conseguira em tão pouco tempo convencer os militantes comunistas, que constituíam a espinha dorsal de sua brigada? Não haveria ali alguma astúcia para fazê-la desmoronar, quem sabe para saber mais a respeito do conteúdo dos documentos que lhe haviam sido entregues por Mussolini? Bellini tratou logo de tranquilizá-la. Relata ele:

Uma alegria quase indescritível transfigura seu rosto: uma alegria mais que humana, misturada a comovida gratidão e um sincero reconhecimento. Por um momento, ela olha para Pedro, o olhar brilhante, enquanto tremem os cantos da boca. Mal consegue dizer: "Ó! Meu Deus! Meu Deus!" E então se inclina bruscamente, pega as mãos de Pedro e as leva aos lábios, repetindo com a voz embargada de emoção e angústia: "Ó! Obrigada! Obrigada! O senhor é muito bom. Ó! Obrigada! Obrigada! Obrigada!"¹

Coube então explicar à prisioneira que a segurança de Mussolini, e portanto a sua também, exigia que fossem transferidos para um lugar cuja existência só seria conhecida de algumas poucas pessoas de confiança. A mudança ocorreria à noite. Seria necessária pelo menos hora e meia de estrada, e não era certo que fosse possível

transportar os dois amantes no mesmo veículo. Podia-se temer, enfim, que uma sentinela mais perspicaz reconhecesse o chefe da RSI em uma das barreiras de *partisans*, ou que o pequeno comboio fosse metralhado por um destacamento isolado de milicianos fascistas. Mas nenhuma dessas advertências foi capaz de comprometer a alegria de Clara Petacci.

Volta de Mussolini a Dongo

Antes de voltar a Germasino, *Pedro* foi ao hotel onde Marcello Petacci se havia comodamente instalado. Até então, com efeito, ninguém reconhecera o irmão da amante de Mussolini sob a identidade do "cônsul espanhol". Julgando-se protegido pelo título e pelos documentos falsos em seu poder, o *professore* recebeu o comandante da 52ª Brigada com uma arrogância que desagradou sobremaneira ao interlocutor. Em tom de comando, manifestou o desejo de entrar em contato com o consulado da Espanha em Milão e "receber informações sobre don Juan Muñoz y Castillo". Dizia-se "incumbido de uma missão importante e esperado na Suíça". *Pedro* não caiu nessa tentativa de intimidação para atender à exigência de alguém que ainda não era seu prisioneiro, mas que, a seus olhos, já era um suspeito. Respondeu que faria tudo que tivesse de ser feito, mas que estava fora de questão autorizar a partida sem que se soubesse com clareza quem era ele.

Eram quase 23 horas quando *Pedro* deixou Dongo em direção ao quartel de Germasino. Chovia torrencialmente. A noite estava escura, com alguns raios iluminando por breves instantes uma paisagem tão sinistra àquela hora quanto parecera encantadora durante o dia. O motorista não conhecia bem o caminho. Não havia nenhuma aldeia, nenhuma casa isolada que permitisse aos dois passageiros do carro localizar-se. Depois de muitas hesitações, eles se preparavam para dar meia-volta quando, afinal, divisaram um grupo de casas rústicas sem nenhuma luz acesa. Por cerca de meia hora, vagaram de casa em casa, batendo em vão na porta, até que

uma delas acabou por se abrir, aparecendo um personagem desgrenhado, barbudo e com um chapéu encardido. *Pedro* apresentou-se ao sujeito, que fizera menção de recuar ao vê-los, mas logo se mostrou tranquilizado pelas palavras amistosas do interlocutor e pelo lenço vermelho que os dois traziam no pescoço, sinal de que pertenciam à Resistência armada. Propôs-se inclusive a acompanhá-los até a estrada para Germasino, o que eles aceitaram, aliviados por, finalmente, conseguirem chegar ao lugar onde Mussolini estava detido.

Pelo relato desse episódio feito por *Bill*, *Pedro* teria sido acompanhado a Germasino por um terceiro homem, o *capitão Neri*, sinal da desconfiança dos dirigentes comunistas em relação ao aristocrata florentino. Mas isso está longe de poder ser confirmado. Eu tenderia a achar mais digno de crédito o relato do comandante da 52ª Brigada Garibaldi, mas nem por isso deixa de persistir uma certa dúvida quanto ao que realmente aconteceu em Dongo e Germasino durante a noite de 27 para 28 de abril.

Pedro chegou ao quartel da Guarda das Finanças pouco depois da meia-noite, ou seja, com uma boa hora de atraso em relação ao previsto. Constatou que suas ordens haviam sido rigorosamente obedecidas. Várias sentinelas estavam montando guarda no pátio e na entrada do prédio. Outros guardas tinham sido enviados em patrulha pelas imediações para verificar se havia alguma iminência de ataque. No primeiro andar, o sargento Buffelli também estava em seu posto. *Pedro* cumprimentou-o e logo o informou do objetivo de sua vinda. Buffelli só podia mesmo regozijar-se por ser isentado de uma responsabilidade que em muito superava sua competência militar e o mirrado contingente de sua guarnição. Acompanhou então Bellini ao segundo andar, onde ficava o compartimento no qual o ex-ditador estava deitado: uma espécie de depósito do qual havia sido retirado o habitual amontoado de cobertores, capotes e outros objetos militares. Antes de abrir a porta, fechada com um simples cadeado, Buffelli resumiu em algumas frases o que acontecera naquela noite. Mussolini comera com apetite o jantar que

lhe havia sido servido e depois conversara com os carcereiros, para afinal recolher-se à sua cela por volta das 23 horas.

O Duce estava deitado de costas, com as cobertas puxadas até os olhos. Buffelli aproximou-se da cama e perguntou se ele estava dormindo. O prisioneiro respondeu que não, que estava apenas cochilando. Que queriam com ele? *Pedro*, um pouco mais atrás, deixou que o sargento explicasse que o comandante da 52ª Brigada estava chegando de Dongo para levá-lo a outro refúgio. Por um breve momento, o rosto de Mussolini deixou transparecer intensa preocupação. "Já?! Era o que eu esperava", declarou, voltando-se para *Pedro*, que se adiantara alguns passos. "Já me levanto."

Ele precisou de apenas alguns minutos para se preparar. Ao deixar o local, sua expressão recobrou uma aparente serenidade. Tremia um pouco, mas de frio. Buffelli convidou-o a vestir o casaco do qual não se separara desde que fora detido. Mussolini recusou-se: "Não! Não!", exclamou. "Não quero mais saber desse capote alemão!" Foram buscar então um casaco da Guarda das Finanças, que ele vestiu sem pestanejar com a ajuda do sargento, além de um cobertor.

Na hora de deixar o prédio, *Pedro* explicou ao Duce que fora decidido cobrir seu rosto com ataduras, para que não fosse reconhecido pelas sentinelas que montavam guarda nas barreiras e que certamente apareceriam na estrada até Como. Uma vez que o prisioneiro aquiesceu com a cabeça, *Pedro* e Buffelli logo começaram a envolver seu crânio e o rosto com longas bandagens. Terminada a operação, ficavam à mostra apenas os olhos, o nariz e a boca. Seria mesmo difícil, em uma inspeção noturna diante de um posto de guarda, reconhecer naquela figura de ferido o antigo senhor da Itália fascista!

O retorno a Dongo foi tão rápido e fácil quanto fora complicada a ida. A chuva estava menos intensa e o motorista, percorrendo agora caminhos conhecidos, podia tirar todo o proveito da própria habilidade e audácia. *Pedro* e seu prisioneiro, sentados lado a lado no banco de trás do automóvel, mal tiveram tempo de trocar algumas frases. Breve e estranha sequência, cujo caráter surrealista

bem podemos imaginar: o jovem *partisan* florentino, lenço vermelho no pescoço e metralhadora nos joelhos, dialogando com o homem invisível. Mas a conversa merece ser reproduzida pelo que nos permite entrever – na versão fornecida por Bellini – da relação bastante ambígua de Mussolini com a amante.

Mussolini voltou a cabeça enfaixada para *Pedro* e perguntou, com voz hesitante:

– Diga-me, por favor, conseguiu falar com aquela senhora?

– Sim. Conversei com ela, e ela ficou feliz de saber que o senhor foi bem-tratado.

– E como ela está?

– Oh!, não está mal. Nós a tratamos com toda a consideração. Simplesmente, está muito abatida e preocupada com o futuro.

Mussolini calou-se. Pouco depois, *Pedro* retomou:

– Em compensação, posso dar-lhe uma notícia que certamente vai deixá-lo feliz. A senhora insistiu muito para que a trouxesse ao seu encontro, e acreditamos poder atendê-la...

– Como?! – exclamou Mussolini, estupefato.

– Por enquanto, vamos encontrá-la em Dongo, onde nos espera. Depois, prosseguiremos viagem juntos, até o novo destino.

– Mas por que ela pediu isso?

– Oh!, isso o senhor deve saber melhor do que eu.²

Como interpretar essa aparente frieza do Duce ao tomar conhecimento de que a mulher com quem tinha um relacionamento amoroso há doze anos decidira compartilhar seu destino? Seria uma indiferença fingida, para enganar Bellini quanto à verdadeira natureza de seus sentimentos e assim salvar Clara? Ou seria cansaço de fato? O ex-ditador já fizera mais de uma tentativa de rompimento com a amante cujo ostensivo apego acabara por entediá-lo. Após sua libertação e a volta ao poder em setembro de 1943, ele ignorara solenemente a existência da jovem, encarcerada por várias semanas em Novara e afinal libertada por ordem do general Wolff, sem que o amante acoresse ao seu encontro. Como vimos, não fora a pedido

seu que o chefe de polícia alemão acabara libertando e em seguida conduzindo Claretta a Gardone, mas por intervenção pessoal do Führer. Mas, apesar da evasiva, o chefe da RSI não deixara de acorrer em seguida à *villa* Fiordaliso.

Em Gargnano, delineando-se já o fantasma da debacle, Mussolini não se preocupara muito com o que poderia acontecer a Clara quando os aliados e os *partisans* viessem a dominar a península. Certamente considerava que a amante dispunha de trunfos suficientes para escapar ao inevitável “expurgo”. Em Milão, onde se desenrolava o último ato da história da República Social, o Duce praticamente não tivera contato com a jovem, senão por telefone. Em 25 de abril, quando ele empreendeu viagem com sua caravana de dignitários fascistas e a escolta alemã, ela não tentou acomodar-se num dos veículos ocupados pelos oficiais e colaboradores mais próximos do Duce. Viajou no automóvel de seu irmão Marcello, pedindo-lhe que seguisse no fim do comboio. E mal conseguiu trocar algumas palavras com Mussolini.

Talvez fosse essa preocupação com a discrição, das mais inúteis se lembrarmos que a maioria dos italianos havia muito estava a par das escapadas sentimentais do “guia”, a causa do pouco entusiasmo manifestado por Mussolini com a notícia dada por *Pedro*. Tal como na presença dos ministros, ou na de Birzer ou Fallmeyer, ele não queria fazer papel de colegial apaixonado reencontrando a amiguinha depois de um longo período de férias.

Mas pode ser que haja outra razão, ligada à hipotética relação que a amante do Duce teria tido com certos serviços secretos estrangeiros, especialmente alemães e britânicos.

Hoje, dos *diari* de Clara Petacci (seus diários íntimos), conhecemos apenas a ponta de um iceberg reproduzida em diferentes escritos, quase sempre jornalísticos, sobretudo em um trabalho publicado recentemente pelo editor italiano Rizzoli, mas dizendo respeito apenas – e não à toa – ao período anterior à guerra.³ Acompanhados de muitos documentos pessoais (correspondência entre Clara e o Duce, transcrições de conversas telefônicas etc.), esses “diários” representam uma fonte de

informações de excepcional interesse, e não só por nos darem acesso à intimidade dos amantes. Acontece que essa mina de ouro ainda hoje está fora do alcance dos pesquisadores no que se refere a todo o período do imediato pré-guerra e aos anos de 1940-45, por decisão de um Tribunal de Recursos italiano em 1956. Conservados e organizados no Archivio Centrale dello Stato, eles só poderão ser consultados a partir de 2015. Muitos historiadores, entre eles o autor destas linhas, tentaram obter autorizações especiais, ainda que limitadas, a questões ou sequências específicas, sem conseguir sensibilizar o guardião administrativo e político. Teremos, portanto, de esperar a data estabelecida pelo tribunal para saber um pouco mais sobre as relações de Claretta com o mundinho das informações.

Apesar dos obstáculos criados há quase setenta anos para a consulta a essa fonte, vazaram muitas coisas que só poderiam ter sido acessadas em discretas visitas aos arquivos romanos. Elas serviram para confirmar ou então desmentir hipóteses levantadas a partir de outras fontes ou de depoimentos diretos ou indiretos que, no mínimo, podem ser considerados múltiplos e bastante contraditórios! É bem verdade que um assunto dessa natureza não podia deixar de atrair a cobiça editorial. Pois não se tratava de acabar com a imagem – aceita pela maioria das pessoas – da mulher apaixonada e por isso levada ao sacrifício supremo, botando em seu lugar a de uma espiã introduzida na intimidade de Mussolini pelos serviços secretos nazistas no outono de 1943? O que não teria impedido a ex-favorita, caída novamente nas graças do amante com o apoio pessoal do Führer, de manter contato com os “agentes de Churchill”, valendo-se das redes formadas por seu irmão Marcello nos últimos meses da guerra e tendo como principal objetivo preparar o exílio do clã Petacci na Suíça.

Examinaremos em capítulo posterior a questão do papel atribuído aos serviços secretos estrangeiros na morte de Mussolini, ao mesmo tempo nos questionando sobre o crédito que merece a tese de uma Claretta espiã, incumbida por seus patrocinadores de recolher informações confidenciais e documentos comprometedores.

Tenhamos em mente, por enquanto, que é provável que o Duce tenha tomado conhecimento das indiscrições reais ou supostas de sua amante, o que com certeza deixou temporariamente abalada a confiança que nela depositava. O que sabemos do relacionamento epistolar ou telefônico entre os dois amantes nos últimos meses da guerra nos inclina a imaginar uma relação de desentendimentos e reconciliações, aos quais provavelmente não serão alheias as imprudências de Clara. Não é impossível que elas tenham acabado por semear a dúvida na mente do ditador, mas isso não parece muito certo. Não devemos esquecer que ele lhe confiou uma parte dos documentos que deveriam garantir, caso fosse julgado, sua defesa diante dos inimigos e da história. Afinal, sua aparente indiferença às revelações de *Pedro* talvez resulte apenas da angústia que, desde a partida de Milão, tomou conta desse morto-vivo em que se transformara o senhor da Itália fascista.

De Dongo a Bonzanigo

Antes de partir para Germasino, *Pedro* (segundo sua versão dos fatos, que diverge da versão de *Bill*)⁴ marcara encontro com seus dois comandados na ponte da forja, a poucos quilômetros de Dongo, para garantir um mínimo de discricção à operação planejada. Ao se aproximar da ponte, viu a distância *Pietro*, que, para se distrair da espera, caminhava na estrada. Outro automóvel estava parado, completamente apagado, junto à calçada; nele se encontravam Clara Petacci, *Neri* e sua companheira, a *partisane Gianna*, assim como dois outros garibaldinos que seriam deixados em Brunate com a missão de cuidar dos prisioneiros. Um deles era Guglielmo Cantoni, o *Sandrino* ou *Menefrego*,⁵ e o outro, Giuseppe Frangi, o *Lino*. *Bill* não estava presente: *Pietro* deixara em Dongo uma ordem escrita para que assumisse o comando da brigada.

Achando que tinha de mudar de veículo, Clara Petacci desceu do automóvel e se dirigiu para o que transportava *Pedro* e Mussolini. Ao vê-lo, com o rosto e o crânio envolto em ataduras, ela pareceu

assustada. Achou que o Duce tinha sofrido um atentado e ficara gravemente ferido. *Pedro* explicou em poucas palavras o motivo da encenação, indicando aos companheiros com um gesto que os amantes podiam ser deixados a sós por um momento. Um breve encontro. Mal deu tempo de trocar algumas palavras formais:

- Boa noite, senhora.
- Boa noite, Excelência.
- Por que pediu para vir ao meu encontro?
- Prefiro assim. Que lhe aconteceu? Por que essas ataduras?
- Fique tranquila. Não me aconteceu nada.

Pedro introduziu no primeiro automóvel, ao lado do motorista, o garibaldino *Lino*, e no banco traseiro, entre *Neri* e *Pietro*, Petacci. Mussolini acomodou-se no segundo automóvel, entre *Pedro* e *Gianna*, ficando *Menefrego* ao lado do motorista. Por volta das duas e meia da manhã, tendo-se certificado de que tudo estava em ordem, o florentino deu ordem de partida em direção a Como.

A presença de uma jovem nesse grupo de *partisans* aguerridos sem dúvida destoava. Aos 22 anos, com um físico atraente – os depoimentos não deixam de mencionar seus olhos azuis e a silhueta esguia –, Giuseppina Tuissi, a *Gianna*, era um autêntico produto do proletariado rural. Seu pai era ferreiro, e sua mãe, operária agrícola. Engajada nas fileiras garibaldinas, ela ficou profundamente abalada com a morte do noivo, Gianni Alpini, fuzilado diante de seus olhos pelos fascistas da Brigada Móvel Ettore Muti. Em setembro de 1944, foi destacada como ajudante pessoal de Luigi Canali (*Neri*), então comandante da 52ª Brigada Garibaldi. Desse encontro e da ação comum na luta surgiu uma forte paixão que não deixou de despertar ciúmes em pretendentes rejeitados pela bela *Gianna*. Ela foi detida juntamente com *Neri* em janeiro de 1945, sendo submetida às piores torturas. Libertada em março, reencontrou o companheiro. Essa proximidade ao mesmo tempo militante e sentimental explica por que *Neri* fazia questão de que a assistente – agora promovida à

função de agente de ligação – estivesse a seu lado em uma operação que exigia a maior discrição.

Ao decidir transferir Mussolini e Petacci para um local desconhecido dos dirigentes do movimento insurrecional, *Pedro* mostrara-se algo reticente à ideia de envolver uma mulher na empreitada. Mas *Neri* conseguira convencê-lo de que se tratava de uma militante de capacidade mais do que comprovada e que tinha sua total confiança. O comandante da 52ª Brigada, sabendo que a jovem tinha pesados acertos de conta a fazer com o fascismo, decidiu não tirar o olho dela. Por isso a instalou no banco traseiro do segundo veículo, no qual ele próprio se sentava ao lado de Mussolini.

– Se se mexer, atiro – ameaçou *Gianna*, com a pistola voltada para o ex-ditador.

– O senhor fez mais do que suficiente para justificar as contas que temos de acertar com os fascistas e os alemães.

– Preocupe-se com coisas mais importantes – ordenou *Pedro*. – Acalme-se! Se houver alguma surpresa no trajeto, aí sim, atire! Mas somente nesse caso.

Os dois Fiats 1100 negros – a escolha havia recaído em modelos discretos – seguiam a boa velocidade, debaixo de uma chuva pesada que deixava a pista escorregadia e tornava perigosas as curvas, quando o automóvel da frente se viu alvejado, perto de Menaggio, pelo fogo de um grupo de *partisans* que descia da montanha. *Pedro*, que seguia no outro veículo, imediatamente ordenou ao motorista que parasse, invectivando, indignado, o comandante. Em Cadenabbia, foi necessário parar mais uma vez, em uma barreira dos resistentes. Um deles, que pertencera à mesma unidade de combate de *Pedro*, inclinou-se para ver quem estava sentado no banco traseiro do 1100. Ao reconhecer o antigo companheiro de luta, perguntou-lhe, apontando com o dedo o personagem coberto de ataduras que estava a seu lado: “Quem é essa múmia?” “É um

dos nossos garibaldinos que foi ferido”, respondeu *Pedro*, “e bem gravemente. Deixe-nos passar.”

O comboio pôde então passar sem problemas pelas dezoito barreiras montadas pelos *partisans* na estrada de Dongo a Moltrasio, detendo-se em cada uma delas um ou dois minutos que aumentavam o atraso acumulado desde a partida de *Pedro* para Germasino. Em Moltrasio, a poucos quilômetros de Como, fez-se uma parada para avaliar a situação; aparentemente estava ocorrendo uma batalha; caberia assumir o risco de se ver diante dos soldados aliados ou dos fascistas? No bar onde *Pedro* e *Neri* discutiam, corria o boato de que os americanos tinham entrado em Como, deparando-se, no entanto, com forte resistência por parte dos fascistas e dos alemães. Revelava-se, assim, altamente arriscado atravessar a cidade para chegar ao lugar – Brunate – para onde se pretendia levar Mussolini e sua amante. Seria necessário encontrar outro refúgio, tanto mais que o plano Cadorna-Sardagna-Cademartori fracassara. Uma mensagem telefônica de Sardagna para os dois dirigentes garibaldinos chegara ao bar Sport de Moltrasio: a operação fora cancelada, Cadorna pedia que se encontrasse um refúgio para o Duce nas imediações de Como.

Não há indicações de que *Pedro* e *Neri* tenham tomado conhecimento dessa contraordem, mas eles não puderam deixar de constatar, margeando o lago por algumas centenas de metros, que não havia qualquer embarcação à espera do ex-ditador. Bellini Delle Stelle decidiu então ordenar um recuo para o norte. Teve de insistir muito com seu comissário político, *Pietro*, que temia cair em uma armadilha. *Neri*, por sua vez, teria preferido que fosse mantido seu plano inicial, sem levar em conta o risco de atravessar Como em plena batalha. Finalmente, tendo aceitado os argumentos do comandante da 52ª Brigada, ele propôs outra solução, que pareceu aceitável aos dois colegas. A cerca de quinze quilômetros de Moltrasio, ele conhecia uma pequena aldeia na encosta da colina, Bonzanigo di Mezzegra, onde ficava a residência de Lia e Giacomo De Maria, simples camponeses amigos dos *partisans*, com os quais *Neri* muitas vezes encontrara refúgio quando perseguido pelos

milicianos fascistas. Fortes laços se haviam estabelecido entre a família De Maria e a de Luigi Canali. Este, durante suas inspeções no lago, pudera desfrutar a lealdade e a discrição do casal. Sua casa era uma sólida construção rural, fácil de defender contra um bando de invasores e suficientemente ampla para receber vários hóspedes. O acesso dava-se por Avezzano, passando por uma estrada estreita e por uma vereda. Não havia qualquer outra construção à vista num raio de várias centenas de metros: o local era ideal para quem quisesse passar despercebido de eventuais curiosos.

Assim, os dois automóveis voltaram à estrada, na direção norte. A cada posto de controle dos garibaldinos era necessário, como no início, responder às perguntas dos encarregados, especialmente aqueles que, lembrando-se da primeira passagem, manifestavam certa surpresa por ver o pequeno comboio de retorno. Era-lhes então explicado que não fora possível levar o ferido até Como, e que a essa altura já era urgente levá-lo de volta para casa. Por todo o trajeto do retorno, Mussolini manteve-se calado, aparentemente preocupado com o que poderia indicar o abandono do plano inicial por parte dos chefes *partisans*, ou com o que ele sabia a respeito.

Os dois veículos não levaram mais do que quinze ou vinte minutos para chegar a Avezzano, onde a estrada do lago (a Via Regina) desemboca na rodovia pavimentada que conduz a Bonzanigo. Chegando-se ao caminho estreito que conduz a Mezzegra, decidiu-se deixar os dois Fiats 1100 ao pé da colina e subir até a residência dos De Maria, indo *Neri* à frente, como batedor, para avisar aos amigos da chegada dos hóspedes. Montando guarda nos veículos, ficaram apenas os dois motoristas.

JÁ PASSAVA DAS TRÊS DA MANHÃ desse 28 de abril de 1945. O caminho que conduzia Mussolini e sua amante ao último refúgio era escarpado, pedregoso e lamacento. Os amantes o percorreram com dificuldade, ele ainda envolto em suas bandagens; ela, à beira do esgotamento. Clara não comeu nem dormiu, e a pouca bagagem que levava parecia a ponto de lhe cair das mãos a qualquer momento. Mais uma vez, é do jovem conde florentino que parte o

gesto de compaixão. *Pedro* toma-lhe a bolsa das mãos e a entrega a *Menefrego*. Oferece então o braço à jovem para ajudá-la a caminhar e acaba por ordenar uma parada. Retomado o caminho depois de dois minutos de pausa, Mussolini dá o braço à amante. Será que o teria feito por simples reflexo masculino ou porque subitamente se deu conta da própria fraqueza e incapacidade de desempenhar seu papel? Ao socorrer Clara primeiro, Bellini Delle Stelle não apenas se comportou como um cavalheiro; ele confrontou seu prisioneiro com a própria ruína.

8. A missão do *coronel Valerio*

A ESSA ALTURA DA NARRATIVA, a história complica-se singularmente, pois pelo menos duas versões contraditórias se opõem. O relato do *coronel Valerio* sobre sua “missão” foi durante quase quarenta anos a versão oficial. O próprio Walter Audisio trabalhou por sua divulgação publicando várias narrativas que serviriam, em 1975, à redação de um livro intitulado *In nome del popolo italiano*.¹ Temos a nosso alcance toda uma série de depoimentos nos quais vamos encontrar o melhor e o pior, e que sob muitos aspectos, a começar pela execução do Duce e de sua amante, contradizem a vulgata que os dirigentes do Partido Comunista tentaram impingir.

Já em 1945, Walter Audisio fornecia três versões diversas de sua missão: a primeira em um relatório ditado em Milão em 29 de abril; a segunda em uma série de artigos “baseados no relatório do *coronel Valerio* e outros documentos”, publicados em *L’Unità*, o órgão do PCI, em novembro/dezembro de 1945, com o título “Come giustiziai Mussolini” [Como executei Mussolini]; e o terceiro em outra série de artigos, também publicados em *L’Unità*, mas dessa vez com a assinatura de Audisio. Nesses diferentes documentos, a identidade do ex-contador transformado em inspetor-geral das Brigadas Garibaldi não é revelada ao público. Sabe-se apenas que Mussolini e Clara Petacci foram abatidos pelas balas de um certo *coronel Valerio*, transformado em herói nacional. Mas dois anos depois, em 3 de março de 1947, em entrevista ao jornalista americano John Pasetti, o suposto responsável pela execução declarou em francês: “Sim, eu, o contador Walter Audisio, sou o *coronel Valerio*. Fui eu que fuzilei pessoalmente Mussolini.”

Segundo Urbano Lazzaro (*Bill*), essa surpreendente confissão foi gravada e fornecida à Rádio Lausanne, da qual Pasetti era

correspondente em Roma, mas o governo suíço proibiu a transmissão por motivos políticos.² No entanto, o furo jornalístico não foi ignorado. Menos de uma semana depois dessa entrevista, o diário romano *Il Tempo* tornou-se o primeiro a divulgar a declaração de Audisio em uma série de oito artigos assinada pelo jornalista Alberto Rossi e intitulada “Il mistero di Dongo è crollato, il Colonello Valerio è Walter Audisio” [O mistério de Dongo veio abaixo, o coronel Valerio é Walter Audisio].

A direção do Partido Comunista, que até então se prevalecia do mito encarnado pelo *coronel Valerio* – e veremos por que mais adiante –, não podia mais adiar o reconhecimento da verdadeira identidade do “heroico dirigente” ao qual fora confiada a missão de eliminar o ex-ditador. Já em 22 de março, um comunicado levado a público pela Secretaria do PCI reconhecia que *Valerio* era ninguém menos que Walter Audisio. O que seria confirmado no dia seguinte, em artigo assinado por Marino e intitulado “Colui che fece giustizia per tutti” [Aquele que fez justiça por todos], e em 27 de agosto, em uma entrevista concedida pelo “justiceiro” ao jornalista Vitantonio Napolitano. Mas a realidade era mais complicada.

Preparativos

Voltemos aos acontecimentos que antecederam a partida de Dongo do comando incumbido da execução do Duce e de sua amante, que são os menos contestados. Os depoimentos posteriores fornecem, sobretudo, informações complementares que não alteram, de maneira drástica, o esquema como um todo, à exceção notável do depoimento de *Bill*, o primeiro a considerar a versão de Audisio – corroborada pela direção comunista – uma impostura.

Em Milão, o anúncio da captura de Mussolini pelos homens da 52ª Divisão Garibaldi causou surpresa e afobação, querendo cada qual, em função do lugar ocupado na hierarquia da insurreição, e também da filiação a essa ou àquela organização, fazer valer sua própria solução ao problema representado pelo ex-ditador. Ele

deveria ser fuzilado? E com quem? Ou julgado por um “tribunal popular”, o que só poderia levar ao mesmo resultado? Ou ser entregue aos aliados, que não tinham necessariamente a mesma opinião quanto ao destino a ser dado ao principal dirigente fascista? Já vimos que o Comitê Insurrecional decidiu que ele seria morto pelos *partisans* no próprio local onde fora detido. Essa era também a vontade do estado-maior do CVL, ao passo que o CLNAI queria que ele fosse reconduzido a Milão e julgado de acordo com os procedimentos legais.

Ao deixar a metrópole lombarda, portanto, *Valerio* não dispunha de ordens precisas, assinadas pelos representantes das principais autoridades da Resistência. Mas nem por isso deixava de estar informado, graças a Longo, das verdadeiras intenções dos membros da direção comunista. Ele sabia decifrar suas mensagens. Por exemplo, a que o secretário do partido, Palmiro Togliatti, mandou divulgar pelo rádio em 26 de abril:

Para Mussolini e seus cúmplices imediatos, uma única coisa deve bastar para que paguem com a vida pelo interrogatório de identidade. E isso deverá ocorrer em Milão, estamos convencidos, se não intervierem à última hora forças estranhas à vontade da nação.

O que redundava em conceder carta branca ao encarregado da missão, criativo o bastante, como se sabe, para encontrar um bom motivo para executar os prisioneiros.

Antes de deixar Milão rumo a Como, *Valerio* já sabia qual era sua verdadeira missão. Disso é prova sua insistência junto ao general Cadorna para que fosse posto à sua disposição um destacamento de uma dúzia de homens, para formar o pelotão de fuzilamento. Os contingentes da Divisão Gramsci de além-Pó (*Oltrepò*), em Pávia, acabavam justamente de chegar a Milão. A maior preocupação do subcomandante-geral das Brigadas Garibaldi, Pietro Vergani, foi levá-los no fim da tarde para a *piazzale* Loreto, onde quinze presos políticos haviam sido executados em 9 de agosto de 1944 por um destacamento da Brigada fascista Ettore Muti, sendo em seguida

expostos exemplarmente à população milanesa. Vergani pronunciou, diante dos quinhentos *partisans* ali reunidos, um discurso veemente no qual exigia a imediata entrega de Mussolini a um tribunal popular e sua execução pública, em memória dos mártires da *piazzale Loreto*.

Estava dado o tom. Mas ainda era necessário que o general Cadorna autorizasse, o que foi feito quando *Valerio*, acompanhado de Lampredi-*Guido*, fez-lhe o pedido. O comandante em chefe das forças *partisanas* haveria de negá-lo mais tarde de modo enfático, declarando que imediatamente pensou “num desses golpes de força habituais dos comunistas”. Presumindo, talvez, que o destacamento pedido por *Valerio* teria como missão exclusiva servir de escolta aos emissários do CLNAI, teria ele julgado que a missão consistia apenas em levar Mussolini e os demais dirigentes fascistas a Milão? Os depoimentos a respeito são contraditórios, mas o de Italo Pietra, futuro diretor do *Giorno* e do *Messaggero*, não deixa margem a dúvidas. Escreve ele:

Cadorna imediatamente pôs à disposição os elementos necessários à operação, quando solicitados por aquele a quem fora confiada a missão de ir a Dongo. A pessoa em questão encontrava-se no mesmo cômodo, sem que ninguém soubesse quem era nem prestasse atenção nela, no meio da confusão e da agitação geral. Era um homem de estatura média, com bigodes negros, um rosto longo e largo, de boné basco na cabeça e capa de chuva clara nos ombros. Soube-se em seguida que era conhecido como “coronel Valerio”. ... Ele encontrara anteriormente Cadorna em companhia do comunista Lampredi e afirmava ter recebido do Comitê de Libertação ordem para executar Mussolini.³

Foi necessário então encontrar executantes de uma fidelidade e discrição a toda prova. Orfeo Landini, subcomandante do destacamento, relata que, por volta das 22 horas e trinta minutos, o comandante de sua unidade recebeu a solicitação para formar um pelotão de execução composto dos melhores combatentes. Para ser

atendido, *Valerio* não hesitara em comparecer pessoalmente. Explica Landini:

Eu mesmo escolhi com o camarada Albero (Alberto Cavallotti) e o inspetor de zona Riccardo (Alfredo Mordini) os elementos que, por pertencerem às brigadas Crespi e Capettini, assim como ao SIP [Servizio Informazioni Partigiani], gozavam majoritariamente de nossa confiança. No total quatorze homens, além de Riccardo e eu. Um automóvel e uma caminhonete foram postos à nossa disposição. No automóvel se acomodaram o coronel Valerio, o inspetor Riccardo, Guido e o motorista; na caminhonete, os quatorze homens, o motorista e eu.⁴

Depoimento confirmado pelo de Albero:

Uma vez escolhidos os homens, nós os reunimos no saguão das escolas da Via Romagna e, sem especificar os objetivos da expedição, dissemos-lhes apenas o seguinte: “Vocês terão de cumprir uma missão muito delicada; serão comandados pelo coronel Valerio, mas Riccardo estará com vocês.”

A referência a *Riccardo-Mordini* não é casual. Não é ele o responsável pela operação, mas possui um carisma que tem a ver com seu passado garibaldino. Ele combateu com as brigadas internacionais na Espanha, depois na França ocupada, ao lado dos FTP.^a De volta à Itália, depois do 8 de setembro, ganhou entre os *partisans* reputação de combatente corajoso, próximo de seus homens e politicamente firme. Comparado com ele, *Valerio* fazia figura pálida. Cavallotti-Albero não se eximiria de dizê-lo:

A missão em Dongo não foi chefiada por um de nós [de Pávia]. Ela coube a Audisio, que nem mesmo sabia, Deus o tenha, usar uma arma. Embora fosse um grande patriota, apesar de ter estado na prisão, de ser uma pessoa muito respeitável, com as armas ele não sabia o que fazer.

Tendo partido de Milão em 28 de abril às sete da manhã, o pequeno grupo composto pelos chefes da expedição e sua escolta chegou uma hora depois a Como. *Valerio* acomodara-se em um Fiat 1100, cujo para-lama fora pintado de branco, e vestira um traje cáqui, com as insígnias de tenente-coronel. Sua primeira providência foi procurar o tenente-coronel Sardagna, ajudante de campo do general Cadorna, mostrando-lhe os dois passes que lhe haviam sido entregues por ele e pelo capitão americano Daddario e pedindo que pusessem à sua disposição um veículo grande o suficiente para acomodar os garibaldinos e os prisioneiros que, a princípio, ele deveria conduzir a Milão. Como Sardagna respondesse que não tinha autoridade para atender a seu pedido, ele exigiu ser recebido pelo prefeito Bertinelli, e dele ouviu, bastante irritado, que não dispunha de caminhão algum. Seguiu-se uma acalorada discussão entre o chefe da expedição e os representantes do CLN local, que decidiram transferir Mussolini e seus colaboradores mais próximos para a prisão de Como, escoltados pelos *partisans* da 52ª Brigada, para em seguida entregá-los aos aliados.

Preocupado por não ver Lampredi e Mordini por perto, *Valerio* saiu e constatou que haviam partido uma hora antes em um automóvel com motorista e destino desconhecido. Em seu livro *Gli ultimi cinque secondi di Mussolini*, o jornalista Giorgio Pisanò tenta entender os motivos que levaram os dois a deixar de lado o "coronel" e atrasar sua partida. Ele considera que, das três pessoas oficialmente incumbidas de ir a Dongo arrebanhar os prisioneiros, Lampredi era o único informado de que Mussolini seria executado, pois a decisão fora tomada quando já era bem avançada a tarde do dia 27, à revelia do CLNAI e do CVL, pelo Comitê Insurrecional formado por Longo, Pertini, Valiani e Sereni, vale dizer, pelos representantes da tendência mais radical do movimento antifascista. *Guido*-Lampredi não podia saber que *Valerio* tinha interpretado no mesmo sentido a ordem que recebera de deter o Duce e conduzi-lo a Milão. Lá, ele só entrara em contato com *Valerio* no momento de deixar a cidade, talvez com a ordem de vigiá-lo e impedir que

criasse obstáculos para os camaradas encarregados de executar a “sentença”.⁵

Permanecem muitas dúvidas a respeito do que fizeram, entre o início da manhã e sua chegada a Dongo no início da tarde, o *coronel Valerio*, por um lado, e, por outro, *Guido* e seu companheiro *Riccardo*. O primeiro passou a maior parte do tempo tentando conseguir um automóvel para si mesmo e um caminhão para a escolta, ao mesmo tempo em que discutia com os moderados do CLN. Acabou ordenando a detenção e a transferência para Dongo de seu presidente, o republicano Oscar Sforzi, e do comandante militar da praça, Cosimo De Angelis. Finalmente, confiscou, de pistola em punho, um automóvel e um furgão.

Enquanto isso, é provável que Lampredi e Mordini, antes de seguirem na direção de Dongo, tenham desviado em Mezzegra para ir a Bonzanigo identificar os lugares onde Mussolini e Clara Petacci estavam presos. Tinham tomado conhecimento de sua presença em Bonzanigo antes de deixar Como, ao passar no início da manhã pela sede da federação do PCI, que já estava de posse da informação. *Guido* reconheceria mais tarde:

Enquanto na prefeitura as tratativas de *Valerio* se arrastavam, Lampredi tentou saber a maneira mais simples de chegar a Dongo: foi à sede do Partido Comunista, onde encontrou o secretário Aglietto, que pouco tempo antes fora informado do que havia acontecido comigo e com *Neri*.⁶

Assim se explicaria que, tendo partido de Como várias horas depois de *Guido* e *Riccardo*, o “coronel” em momento algum tenha se deparado na Via Regina, quase deserta, com o automóvel que lhe havia sido “tomado de empréstimo” pelos dois colegas. E, de fato, ele chegou a Dongo dez minutos antes deles.

Valerio exige, Pedro resiste

É um homem apressado e de mau humor que desce do automóvel por volta das duas da tarde na praça de Dongo, pouco antes da chegada do furgão confiscado em Como, transportando os garibaldinos incumbidos da execução do Duce e de cerca de quinze outros prisioneiros. Mais alguns minutos e chega também, acompanhado do chefe de pelotão, *Riccardo*, o mesmo Lampredi que praticamente lhe fora imposto como adjunto e que não manifestara o menor sinal de arrependimento pela peça que lhe pregara em Como.

Pedro não se mostrou muito mais receptivo. Nem *Bill* nem o capitão *Neri* nem ele pediram reforço. Que estavam fazendo ali aqueles garibaldinos armados até os dentes e que, mal desceram do furgão, já se posicionavam num círculo para dar cobertura ao chefe? Quando *Valerio* manifestou a intenção de falar ao comandante da 52ª Brigada, este o convidou a ir até seu gabinete. "Muito bem, vamos lá", disse o "coronel", sem tentar disfarçar o mau humor e fazendo sinal discretamente para que seus homens o acompanhassem.

O gesto não passou despercebido a *Pedro*, que, desde a véspera, temia cada vez mais o surgimento de um comando de milicianos fascistas camuflados de *partisans*. Pareceu-lhe, assim, conveniente preparar uma reação, caso ele e seus homens se vissem de repente diante de inimigos. Para começar, cumpria separar o destacamento desse desconhecido que se dizia coronel. "Mas os seus homens não podem ficar embaixo", disse ele (a praça ficava abaixo do prédio municipal). "Não", respondeu *Valerio*, "eles vão ficar lá para montar guarda na porta do escritório."

Sempre desconfiado, *Pedro* teve a excelente ideia de perguntar aos homens se haviam almoçado. Um deles respondeu que não haviam comido nada desde a manhã, e ele então propôs que fossem à cozinha para se servir, o que eles fizeram sem se preocupar com a possível reação de *Valerio*, obrigado a acompanhar *Pedro* até a prefeitura. Antes de entrar, ele ordenou a um de seus homens que montasse guarda na porta: "Não deixe entrar absolutamente ninguém", avisou ele bem alto, para ser ouvido por toda a 52ª

Brigada. “Quero conversar sozinho com o comandante. Infeliz daquele que entrar!”

Sentados os dois frente a frente no exíguo escritório de *Pedro*, *Valerio* tirou do bolso os dois documentos comprovando sua identidade e a autoridade que lhe fora conferida pelos órgãos milaneses da Resistência. No documento com a assinatura de um certo Pieri e o timbre do comandante-geral do CVL estava escrito que “todo representante dessa organização, assim como todo membro do CLN, deve prestar apoio, assistência e obediência ao portador deste documento”.

“E o que quer de mim?”, perguntou *Pedro*. A resposta foi fulminante, dando lugar a um debate exaltado entre o ex-contador e o conde florentino: “Quero que me entregue Mussolini e os outros prisioneiros capturados em Dongo na coluna alemã. Tenho de levá-los para Milão antes desta noite. Se tiver uma lista, entregue-a a mim.”

Que podia fazer Bellini Delle Stelle? Como se opor à ordem, mesmo considerando-a um abuso de poder? Ele não podia deixar de obedecer àquele que fora designado como seu superior pelos dirigentes do movimento insurrecional. Tanto mais que *Valerio* pressionava: “Você já entendeu”, afirmou ele, em tom arrogante, “que estou aqui com plenos poderes e que, portanto, me deve obediência. Peço que me entregue os prisioneiros!” Seguiu-se um breve diálogo no qual o encarregado da missão revelou o verdadeiro motivo de sua presença em Dongo.

- Por quê? – pergunta *Pedro*. – Que vai fazer com eles?
- Vou fuzilá-los.
- Fuzilá-los? Não é possível. De modo algum.
- Como assim? E você, que pretende fazer com eles?
- Entregá-los, é claro.
- Entregá-los? A quem? Aos aliados?
- Não. Vou entregá-los ao governo italiano, ao nosso comando-geral.

– Aqui sou eu que represento o comando-geral, e tenho plenos poderes. Portanto, sou eu que decido. ... E não aceito discussão, nem muito menos que me barrem o caminho.

Essas últimas palavras foram pronunciadas num tom particularmente agressivo e ameaçador. Mas *Valerio* aceitou que o interlocutor consultasse por alguns momentos os outros membros do estado-maior da brigada ali presentes, *Pietro*, *Neri* e *Gianna*, esperando impacientes, ao pé da escadaria da prefeitura, algum esclarecimento sobre o que estava acontecendo. *Pedro* comunicou-lhes em poucas palavras as exigências de Milão e o dilema em que se encontrava, como também seus subordinados: obedecer às ordens transmitidas por *Valerio* e acumpliciar-se com uma negação de justiça ou resistir, com o risco de represálias aí implicado.

Quando *Pedro* vai então ao encontro do enviado de Milão, é para lhe anunciar que decidiu aceitar o *diktat* imposto pelos órgãos dirigentes da insurreição, mas que “ele mesmo e também seus colegas e toda a 52ª Brigada Garibaldi não assumem qualquer responsabilidade no que *Valerio* ordenou que seja feito”, acrescentando que “nem um só garibaldino vai participar da execução”.

Essa abdicação forçada não foi suficiente para tranquilizar *Valerio*. Pois o ex-contador tinha contas pessoais a acertar com o jovem aristocrata florentino. Eles não pertenciam ao mesmo mundo nem à mesma família política. *Pedro* era monarquista, e na recente conversa deixara bem clara sua distância em relação ao interlocutor. Este não se privava de marcar bem sua autoridade. Tirou da manga, por exemplo, um anúncio que deixou perplexos *Pedro* e até *Guido-Lampredi*, apesar desse último ser corresponsável pela operação. Depois de um comentário venenoso à meia-voz – “Tudo bem, que seja!” –, ele tirou do bolso a lista dos prisioneiros e a leu em voz alta: “Benito Mussolini: condenado à morte!”, e desenhou uma cruz ao lado do nome do ex-ditador. Os presentes ficaram estarecidos. O ar tornou-se irrespirável, escreveu Bellini Delle Stelle em seu “relatório original”, do qual tiramos o relato dessa sequência de

acontecimentos.⁷ Aguardou-se a continuação, como se cada um se sentisse diretamente ameaçado pelo irascível encarregado da missão.

“Clara Petacci: condenada à morte!”, e ele desenhou outra cruz, mas *Pedro* dessa vez interveio, decidido. “*Valerio*”, disse ele, “não acho justo que condene uma mulher à morte pelo simples fato de ter sido amante do Duce.” “Sou eu, e somente eu, que decido quem deve ou não ser fuzilado!”, exclamou *Valerio*, fora de si e prosseguindo: “Barracu: condenado à morte!” Mais uma cruz no papel, e nova intervenção do florentino: “Mas Barracu é um soldado, um condecorado de 1915. Você não pode fuzilá-lo. E, além do mais, parece-me que ele nunca fez mal algum.”

“Ele era secretário da presidência do Conselho da República de Salò”, prosseguiu o encarregado da missão, “o que basta para apagar até mesmo o mais puro e valoroso passado! Liverani: condenado à morte! Coppola: condenado à morte! Utimpergher: condenado à morte! Daquanno: condenado à morte! Capitão Calistri: condenado à morte! Mario Nudi...”

“Um momento”, interveio *Pedro*. “Devo lembrar que o capitão Calistri não foi capturado na coluna nem no automóvel blindado, mas se apresentou espontaneamente a nós E, além disso, não fazia parte do governo de Salò! “Ele estava na coluna, é o que basta”, retrucou *Valerio*, causando indignação no interlocutor. “Mas então”, exclamou *Pedro*, “fuzile também os motoristas, as mulheres, as crianças, as esposas dos ministros, pelo simples fato de que estavam na coluna! Tudo isso é um absurdo!”

Sem dar tempo para que o comandante da 52ª Brigada pudesse recobrar o fôlego, *Valerio* levantou-se. Vermelho de indignação e batendo com o punho na mesa, berrou: “Repito mais uma vez que quem decide aqui sou eu! Chega desses comentários e interferências! Não quero ouvir mais uma única palavra. Entendido? ... Mario Nudi: condenado à morte!”, prosseguiu. “Pavolini: condenado à morte! Mezzasoma: condenado à morte! Romano: condenado à morte! Bombacci: condenado à morte! Paolo Porta:

condenado à morte!” E depois de cada nome, traçou uma cruz a lápis na lista.

É difícil saber se, nesse relato redigido vários anos depois de acontecimentos dos quais foi ao mesmo tempo testemunha e protagonista, *Pedro* não estava exagerando para assumir papel de herói. Escreveu: “A voz de *Valerio* estava carregada de raiva, com um leve tom de satisfação. *Pedro* tinha a impressão de estar vivendo os dias de terror da Revolução Francesa. Não conseguia acalmar-se. Mas já entendera que nada podia fazer.” *Valerio* necessariamente teria a última palavra. “Todos esses serão fuzilados”, declarou, ansioso para acabar com aquilo. “Reúna-os todos e se prepare para entregá-los a mim imediatamente.”

Nem todos estavam em Dongo. *Pedro* explicou ao representante do Comitê Insurrecional que cinco ou seis dos ministros e outros dirigentes destinados ao pelotão de fuzilamento estavam em Germasino, a meia hora de estrada, ao passo que Mussolini e sua amante foram por iniciativa sua levados a um refúgio distante. *Valerio* ordena que busquem imediatamente os dirigentes fascistas em Germasino. “Em seguida”, anunciou ele, triunfante, ao florentino, “iremos juntos buscar Mussolini e Petacci.”

Não menos impaciente de pôr fim àquele pesadelo e temendo que seus homens tomassem alguma atitude contra a escolta do “coronel”, *Pedro* não esperou que ele dissesse mais nada. Deixou o prédio comunitário, desceu à praça, convocou quatro garibaldinos e, em dois automóveis, rumou para Germasino.

^a Franc-Tireurs et Partisans (Franco-Atiradores e *Partisans*), os guerrilheiros da Resistência francesa durante a ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial. (N.T.)

9. Última noite, última manhã

ERA UM POUCO MAIS das três da manhã quando os prisioneiros e sua escolta chegaram ao local, descrito por *Neri* como de difícil localização para quem ali não estivesse estado muitas vezes, como ele. Visitante habitual, ele foi o primeiro a entrar no pátio, acompanhado de *Pietro*, e foi bater à porta dos De Maria. Três pancadas pouco espaçadas, seguidas, após breve pausa, de uma quarta: um código há muito usado pelos *partisans* em busca de refúgio. O dono da casa, Giacomo, veio abrir, com uma vela na mão. Vendo que um grupo de várias pessoas, algumas armadas, esperava diante do portão, veio-lhe uma desconfiança que desapareceu assim que reconheceu o comandante adjunto das Brigadas Garibaldi. “Ah, é você!”, disse. “Venha, entre!” “Trago pessoas para serem hospedadas”, respondeu *Neri*. Como Giacomo aquiescesse com um gesto, o capitão chamou os companheiros, que também entraram na residência dos De Maria.

Lia não esperou ser chamada para acender uma ou duas velas e uma lâmpada a óleo no primeiro andar e jogar um feixe de lenha na chaminé da cozinha. Quando os visitantes entraram, momentos depois, labaredas altas já estalavam. Todos eles, fossem *partisans* ou prisioneiros, reuniram-se ao redor do fogo. *Neri* dirigiu-se ao anfitrião, apontando Mussolini e Clara: “Não teria um quarto para esses dois? Preciso que permaneçam aqui por 24 horas, no mais absoluto segredo.”

Giacomo apressou-se a responder que hospedaria os dois desconhecidos pelo período que *Pedro* considerasse necessário. Seria preciso apenas um pouco de tempo para acomodá-los decentemente. Ele ia acordar os dois filhos e mandá-los à pastagem,

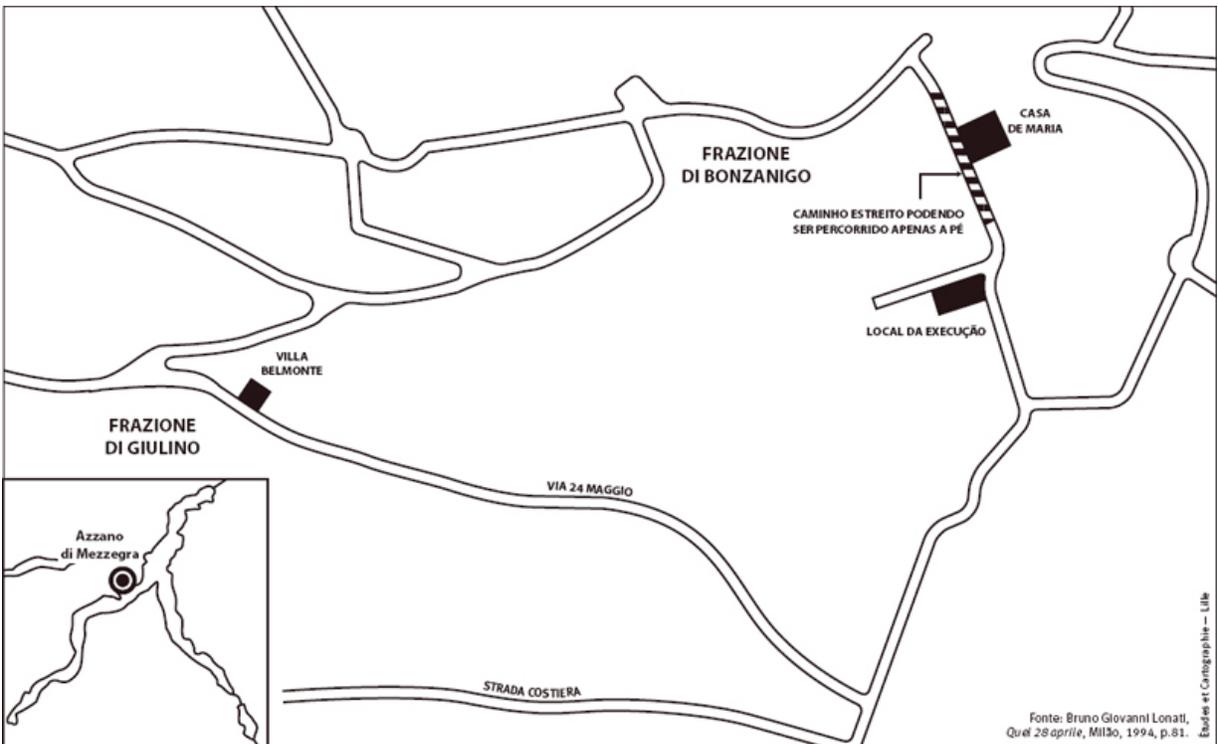
onde os De Maria tinham um estábulo que poderia servir-lhes de abrigo durante a noite.

Depois que os dois filhos se levantaram e deixaram o quarto no segundo andar para rumar em plena noite para a montanha, sem reclamar, Lia não precisou de mais de dez minutos para mudar os lençóis, pôr um pouco de ordem no quarto e retornar à cozinha, onde esquentou uma chaleira cheia de um sucedâneo de café (há muito tempo o “autêntico café” desaparecera dos hábitos dos lares italianos), saboreado com prazer pelos hóspedes.

Neri, Pedro e Pietro fizeram uma inspeção do local. Não por desconfiarem dos proprietários, mas para se certificar – como fizera Bellini em Germasino – de que os prisioneiros não teriam como fugir, escapando às sentinelas, nem serem libertados por um comando fascista na calada da noite. O quarto posto à sua disposição era de pequenas dimensões, tendo no centro uma cama “matrimonial” e, à direita da entrada, uma janela sem grade. *Pedro* a abriu e constatou que ficava a pelo menos oito metros do solo e, portanto, não poderia ser usada por candidatos a fuga, especialmente tratando-se de uma mulher cansada e de um sexagenário há muito desacostumado aos exercícios físicos. O sanitário era reduzido ao mínimo: um vaso com uma bacia e uma pequena toalha. A mobília consistia simplesmente de duas cadeiras, um cabide, uma imagem na cabeceira da cama, representando a Madona de Pompeia, a foto de um caçador alpino da época da Grande Guerra, duas mesinhas de cabeceira e um pequeno baú.

Concluída a inspeção, *Pedro* e *Neri* desceram ao encontro dos anfitriões. Estavam para se despedir quando Petacci reteve o comandante da 52ª Brigada para perguntar se era possível conseguir mais um travesseiro. Como Bellini promettesse cuidar do caso, Clara fez um segundo pedido. Disse ter uma maleta contendo um pequeno *nécessaire*, que lhe fora tirada em Dongo e que não conseguira reaver. Havia nessa maleta “coisas que lhe seriam muito úteis” e outras “coisinhas” que lhe eram particularmente caras. Ficaria muito agradecida se *Pedro* conseguisse encontrá-la e mandasse restituí-la. O florentino disse que faria o possível e

cumprimentou os anfitriões, retirando-se. Voltou instantes depois ao segundo andar, entregou pessoalmente a Clara Petacci o travesseiro adicional e então, indo ao encontro dos companheiros de armas na cozinha, bebeu com eles uma última xícara de café. Restava apenas agradecer aos donos da casa pela hospitalidade e despedir-se. Eram cinco e quinze da manhã quando os três companheiros, além de *Gianna*, deixaram a residência dos De Maria.



Azzano di Mezzegra: lugares nos quais transcorreram as últimas 24 horas de vida de Mussolini e

Enfim, sós

Teve início então a “última noite” de Mussolini e Claretta, que seria ao mesmo tempo a primeira. De fato, ao longo dos doze anos de relacionamento, eles jamais tinham tido a possibilidade de passar juntos uma noite inteira. Embora sua relação carnal e sentimental com Petacci fosse do conhecimento geral, ou quase, o Duce desejava manter as aparências e a imagem que dele fazia a

iconografia oficial. Não era de modo algum indiferença de sua parte. Mussolini dificilmente conseguia dispensar por um dia sua presença, mas quase sempre eram encontros breves no *palazzo* Venezia, onde o senhor da Itália tinha instalado seu gabinete e onde Clara adquirira certos hábitos. Ela em geral chegava por volta das três da tarde, acomodava-se para ler, ouvir discos ou conversar com o camareiro Navarra no apartamento privado do ditador. Ele praticamente nunca aparecia antes das seis, quase sempre cansado e apressado. Navarra esclarece:

Quando ele se atrasava, o que retardava muito seu retorno à *villa* Torlonia [sua residência oficial], o namoro do “dia” ficava reduzido a uma breve meia hora aproveitada à noite no horário do motorista, que ficava esperando na porta, e dos policiais posicionados ao longo do caminho.¹

Durante o episódio da República de Salò, eles tiveram de se contentar com encontros secretos em Fiordaliso e depois Mirabella. E, nos dois últimos dias, com algumas palavras apenas.

E então estavam de novo frente a frente – por quanto tempo ainda? – em um quarto iluminado a velas e sem aquecimento. Ao pé da montanha, as noites ainda são frias no fim de abril, e eles tinham apenas, para se aquecer, um velho cobertor cinzento do exército italiano, estendido por Mussolini sobre a amante quando ela disse estar com frio, e o capote que lhe fora emprestado na Guarda das Finanças em Germasino.

Ao chegar à casa dos De Maria, Mussolini ainda tinha a cabeça envolta em ataduras. Nem o dono da propriedade nem sua esposa se permitiram qualquer comentário a respeito. Somente ao passar em frente à porta do quarto, que ficara entreaberta, é que Giacomo entreviu o hóspede retirando a máscara de gaze e o reconheceu. A propaganda com sua imagem desenvolvida pelo regime fascista desde o fim da década de 1920 chegara a tal nível, sobretudo no que dizia respeito à pessoa do “guia”, que nem mesmo nas paragens mais retiradas do interior alguém podia escapar completamente ao

seu alcance. De Maria nada disse, nem mesmo à mulher. Preferia manter-se alheio a uma questão que não estava ao seu alcance e evitar qualquer iniciativa que pudesse prejudicar os amigos *partisans*.

Ao deixar a casa, *Neri-Canali* e seus companheiros tinham confiado a guarda dos prisioneiros aos dois garibaldinos que haviam participado da expedição do dia: Giuseppe Frangi (*Lino*) e Guglielmo Cantoni (*Sandrino* ou *Menefrego*). Eles teriam de alternar na guarda diante da porta do quarto em que se encontravam Mussolini e Claretta. A porta ficara entreaberta para que a sentinela pudesse acompanhar gestos e movimentos do casal e intervir ao primeiro ruído suspeito. O que significava privar os dois de qualquer intimidade. Explicaram, posteriormente, que os prisioneiros tinham passado uma parte da noite conversando, na maioria das vezes cochichando, de tal maneira que não tinham conseguido em momento algum entender o que diziam. Em entrevista ao jornalista Ferruccio Lanfranchi, *Sandrino* disse ter precisado intervir durante a noite para “interromper as efusões” dos dois amantes, sem nada esclarecer quanto à natureza dessas efusões.

O que terão feito nessa “última noite”? O que disseram um ao outro? Entre sono e vigília, quais terão sido seus pensamentos, suas expectativas, suas angústias? Nenhum dos dois teve tempo de deixar um depoimento escrito nem de se confidenciar com alguém. E para quem, fosse *Sandrino*, *Lino* ou o casal De Maria, poderiam voltar-se para expressar seus sentimentos? Que imagens de um passado tumultuado, alternadamente glorioso e miserável, terão desfilado na cabeça do ex-senhor da Itália fascista? Que leitura a antiga favorita fazia de seus doze anos de “reinado”? A resposta tem a ver apenas com a ficção, e não com a história.

Mussolini e Clara dormiram até tarde. Lia De Maria os viu do pátio, plantados diante da janela escancarada, contemplando o grandioso panorama do lago e da montanha. Já havia parado de chover e o sol voltara a aparecer, envolvendo em sua luz ainda tímida uma das mais belas paisagens do mundo.

Tendo a fazendeira perguntado se os hóspedes precisavam de algo, Petacci pediu um prato de polenta e um copo de leite. Lia trouxe duas porções, acompanhadas de um prato de salame e de um pedaço de pão (iguaria rara e racionada na Itália de 1945). Claretta comeu com vontade. Mussolini limitou-se a duas fatias de salame, um pouco de pão e um copo d'água, recusando o leite, que, durante muito tempo, constituía o essencial de sua alimentação, mas que fora estritamente proibido pelo doutor Zachariae, o médico salvador enviado por Hitler. Os restos dessa frugal colação ficaram na mesa durante vários dias após a partida do casal.

Teria sido necessário que Mussolini não tivesse perdido toda a esperança de escapar à morte para que se mostrasse repousado e animado ao despertar. Ele poderia imaginar que um comando fascista conseguiria libertá-lo – eventualidade muito improvável – ou que os entendimentos secretos com os elementos mais moderados da Resistência levariam, afinal, à entrega dos prisioneiros aos aliados e a um processo judicial. De qualquer maneira, ele fez sua toalete, mas sem se barbear, falando pouco, respondendo “*Bene, bene*” a quem quer que se dirigisse a ele, aparentemente indiferente ao que acontecia ao seu redor. *Sandrino* e *Lino* bem que tentaram manter uma conversa com o ex-ditador, mas de nada adiantou. Ele só conseguiu sair de seus devaneios por um breve momento, ao ouvir uma voz na casa – certamente um curioso informado de que os De Maria estariam hospedando uma personalidade importante – anunciando que os aliados tinham ocupado Como. Mussolini abriu a porta do quarto e perguntou se a notícia fora confirmada. Responderam que sim, o que o fez mergulhar em profunda meditação.

Como era a cidade em que o fascismo triunfante construía na década de 1930 uma “Casa do Partido”, cuja arquitetura, em parte inspirada nos princípios da escola funcionalista, contrastava com o pesado estilo monumental dos prédios destinados à mesma função na maioria das cidades italianas. Será possível que Mussolini se lembrasse das palavras do arquiteto Terragni sobre os objetivos

ideológicos de seu projeto, em uma época em que o antigo professor socialista ainda não era visto como um deus vivo?

Hoje, graças à vontade do Duce, foi criada a nova consciência, que inspira o pensamento e dará uma forma imperecível ao movimento fascista.

Trata-se do mito solar em sua progressão luminosa. Trata-se de concentrar a expressão em uma ideia fundamental, inspiradora de toda a nova vida italiana: a adoração do Chefe A concepção dos dois projetos que apresentamos baseia-se nesta ideia principal: criar um ambiente digno do grande chefe. O projeto é mostrar Mussolini aos italianos tal como os italianos o veem, o ouvem, o adoram.²

Desse modo, o tempo que lhe restava de vida, algumas horas apenas, foi dedicado por Mussolini a devanear, quase sempre sentado no leito "matrimonial", falando apenas para tentar tranquilizar a amante, cada vez mais preocupada e nervosa. Ele presumia que algo importante estava para ocorrer, mas o quê? Retornariam *Pedro* e *Neri* para anunciar aos prisioneiros que seriam entregues aos aliados? Ou seriam enviados outros *partisans* para assassiná-los? Enquanto isso, *Lino* e *Sandrino* marcavam passo no corredor do primeiro andar, perguntando-se por que tinham esquecido de substituí-los.

Na aldeia vizinha, os boatos corriam soltos. Havia quem tivesse visto à noite dois automóveis estacionados na Via Regina, dos quais tinham descido várias pessoas, logo tomando o caminho que levava à casa dos De Maria. Outros tinham percebido que uma dessas pessoas – um homem que parecia já sem forças – tinha o rosto e o crânio envoltos em ataduras. Um ferido grave? Um personagem importante cujo anonimato era preciso preservar? Teriam acaso deduzido que podia ser o antigo senhor da Itália fascista, que diziam estar tentando fugir para a Suíça, ou teria alguém dado o serviço em Como ou Dongo? Se o segredo havia sido revelado, o responsável certamente não fora Giacomo. Ele fora à aldeia pela manhã, mas se eximira de dizer uma palavra que pudesse levar algum curioso a

seguir a pista de seus hóspedes. Quanto a Lia De Maria, não deixou por um instante sequer o perímetro de sua residência, cuidando das tarefas domésticas como se nenhum incidente tivesse perturbado o ritmo de vida habitual na casa. Aguardava-se o retorno de *Neri*, mas foi *Valerio* quem apareceu.

10. A execução

A citação duvidosa do *coronel Valerio*

Separamo-nos do *coronel Valerio*, incapaz de controlar seu nervosismo e ao mesmo tempo exultante por ter imposto sua vontade ao orgulhoso cavalheiro florentino na praça de Dongo, enquanto o chefe da 52ª Brigada, *Pedro*, ia em direção a Germasino. Lá estavam detidos seis dirigentes – Barracu, Pavolini, Porta, Casalnuovo, Bombacci e Utimpergher – dos quinze cujos nomes, acompanhados de uma cruz, tinham sido incluídos pelo emissário do CVL na lista dos condenados à morte. Ao chegar a Dongo, *Pedro* os encontrou conversando animados, aparentemente indiferentes ao destino que lhes estava reservado. Pavolini, sobretudo, apesar de gravemente ferido, parecia de excelente humor, extasiado com a beleza da paisagem. Casalnuovo, ao perguntar por que Mussolini tivera a má ideia de passar por uma estrada cujos riscos conhecia, recebeu uma resposta irônica do ex-secretário-geral do partido: “O que você acha? Mussolini sempre tem razão” – uma referência ao slogan que durante anos aparecera nos muros e espaços públicos reservados à propaganda fascista nas cidades italianas. Sem perder um instante sequer – ele temia que o mau humor de *Valerio* provocasse um confronto entre seus homens e os do irritável “coronel” –, *Pedro* acomodou os prisioneiros nos dois automóveis destinados a transportá-los e tomou o caminho de Dongo!

Eram quinze horas e dez minutos, segundo o depoimento de *Bill-Lazzaro*, quando *Valerio*, por sua vez, deixou Dongo em direção a Giulino di Mezzegra. Estava acompanhado de *Guido-Lampredi*, Michele Moretti (*Pietro*) e talvez – sua presença é contestada – do capitão *Neri* (Luigi Canali) e de *Riccardo* (Alfredo Mordini). *Valerio*

afirma que, ao se aproximar da casa dos De Maria, separou-se dos colegas para avançar sozinho, bateu à porta, aberta pela dona da casa, e em seguida – sempre sozinho e de metralhadora em punho – irrompeu no quarto onde estavam os dois prisioneiros.

A partir desse momento, os relatos divergem, inclusive os do próprio Audisio. Pois não afirma ele, em sua versão de 29 de abril, ditada à prima Franca De Tomasi, na época datilógrafa do CVL de Milão, que subiu ao segundo andar por uma escada de madeira e entrou num compartimento sem janela? Em suas próprias recordações, *Bill* faz questão de lembrar que a escada era, na verdade, talhada na pedra, que o quarto de fato tinha uma janela e que, se *Valerio* tivesse chegado sozinho, de metralhadora em punho, ao corredor onde *Lino* e *Sandrino* montavam guarda, com ordens de atirar sem vacilar em qualquer desconhecido que não estivesse acompanhado de *Pedro*, *Bill* ou do *capitão Neri*, inevitavelmente teria sido recebido com rajadas de armas automáticas.¹ Seria necessário, então, que o enviado dos dirigentes da Resistência milanesa, que além do mais não era nenhum guerreiro destemido, estivesse acompanhado por pelo menos um de seus colegas conhecido das duas sentinelas garibaldinas.

Audisio afirma em seguida que, tendo irrompido no quarto onde estavam detidos o ex-ditador e sua amante, viu de pé diante da cama um Mussolini aterrorizado, os olhos saltando das órbitas, o lábio inferior trêmulo, e cuja primeira reação foi perguntar: “O que está acontecendo?” O Duce usava um capote marrom-escuro, um boné da Guarda Nacional Republicana sem insígnias e um par de botas rasgadas na parte superior. Prossegue *Valerio*:

Eu pretendia executá-lo em um lugar não muito distante da casa. Para conduzi-lo até lá, precisei recorrer a um estratagema. Respondi-lhe:

- Eu vim para libertá-lo.
- Verdade?
- Rápido, rápido, temos de sair daqui. Não há tempo a perder.
- Para onde vamos?

– O senhor está armado? – perguntei, como se quisesse oferecer-lhe uma arma.

– Não, não, não tenho arma – respondeu o Duce, indicando, pela entonação da voz, que entendera a situação.

Mussolini adiantou-se para sair do quarto, mas eu o detive:

– Primeiro a senhora.

Petacci não estava entendendo o que acontecia, mas rapidamente juntou seus objetos pessoais.

– Rápido, apressem-se – voltei a dizer.

Nesse momento, incapaz de controlar a impaciência, Mussolini dirigiu-se para a porta. Mas Petacci foi a primeira a sair. Mal ela passou pela porta do quarto e Mussolini transformou-se completamente.

– Eu sabia que não seria abandonado – declarou. – Vou lhe dar um império.

Ainda estávamos na entrada. Em vez de responder, eu disse a Petacci:

– Vamos, vamos! – e a empurrei para fora. Ela juntou-se a Mussolini e os dois me seguiram.

Percorremos o caminho que ia da casa ao local onde estava estacionado um automóvel. Enquanto caminhávamos, Mussolini lançou-me um olhar de gratidão. Murmurei-lhe então:

– Também libertei o seu filho, Vittorio.

Com a resposta que ele daria, eu esperava descobrir onde estava Vittorio.

– Obrigado, de todo o coração. E onde estão Zerbino e Mezzasoma? – perguntou ele.

– Também estamos a ponto de libertá-los – respondi.

– Ah! – e ele parou de se dirigir a mim.

Quando os prisioneiros e os *partisans* que os acompanhavam chegaram ao automóvel, Mussolini estava convencido de ter voltado a ser um homem livre. Pelo menos é o que afirma *Valerio*, cujo

relato parece afastar-se cada vez mais da verdade. O Duce fez um gesto para Claretta, convidando-a de certa maneira a entrar primeiro no carro, mas logo sendo chamado à ordem pelo chefe da expedição. “Entre o senhor, ficará mais protegido”, disse ele. “Mas com esse boné fascista pode criar problemas para nós.” Mussolini concordou e, tateando com uma das mãos a cabeça descoberta, exclamou: “E isso?!” *Valerio* não estava com humor para gracinhas. “Pois bem, enterre seu boné até os olhos!”, retrucou.

A chuva começara a cair de novo. Mussolini e Claretta haviam se acomodado no banco traseiro do *millecento*, enquanto Lampredi sentava-se na frente, ao lado do motorista, e *Valerio* postava-se no estribo, para ao mesmo tempo orientar o veículo e vigiar seus prisioneiros. Moretti seguia a pé, com a metralhadora apontada para um alvo que não se sabia qual seria.

Não havia mais de uma centena de metros entre a casa dos De Maria e a *villa* Belmonte, o lugar escolhido por Audisio para a execução. Optou-se, no entanto, por um itinerário complicado para dissuadir eventuais curiosos. A *villa* era uma bela residência de veraneio de um engenheiro chamado Bellini. Era cercada por um muro baixo e separada da estrada por uma pesada grade de ferro, cuja utilidade como substituta eventual de um poste de execução logo foi pressentida por *Valerio*. Quando o Fiat parou a alguns metros da grade, o emissário do CVL milanês mandou os condenados e os garibaldinos descerem, mas não o motorista, Geninazza. Ordenou a Lampredi e Moretti que bloqueassem a estrada dos dois lados da *villa* e fez sinal a Mussolini e sua amante para que avançassem na direção do portão.

O Duce não demorou a se dar conta de que *Valerio* deliberadamente o enganara sobre suas verdadeiras intenções. Tinha o olhar perdido de alguém que entendeu, como escrevera a Rachele dias antes, que “a última página de sua vida” seria virada. Claretta chorava. Antes de deixar a casa dos De Maria, ela vestira seu casaco de pele e calçara sapatos de verniz de salto alto, pouco indicados naquelas circunstâncias. Dirigindo-se a Mussolini, murmurou: “Está contente porque eu o segui até o fim?” Ele não

ouviu, ou pelo menos não reagiu. *Valerio* os teria então empurrado para a grade, para em seguida pronunciar a sentença de morte: “Por ordem do comandante-geral do Corpo de Voluntários da Liberdade, fui incumbido de fazer justiça em nome do povo italiano.”

Pelo menos é assim que o emissário do Comitê Insurrecional apresenta os fatos. Na primeira versão de seu relato, ele descreve uma Claretta que se precipita em direção à sua arma apontada, para impedi-lo de atirar, e em seguida se pendura no pescoço do amante, gritando: “Ele não pode morrer!” E encena para a posteridade um Mussolini tremendo de medo, enquanto ele mesmo puxa o gatilho de sua metralhadora, que emperra, e em seguida lança mão de uma pistola, que também trava, para afinal se apropriar da arma de *Pietro*, uma PM MAS 38 de fabricação francesa, com a qual finalmente consegue cumprir sua missão. Enquanto o Duce, atingido por cinco projéteis, cai fulminado de joelhos, a cabeça inclinada sobre o peito, Claretta, recusando-se a se afastar daquele cujo destino decidiu compartilhar “até o fim”, também é abatida.

Esse relato, publicado no *L’Unità* de 30 de abril de 1945, passou por uma primeira “maquiagem” antes de sair novamente, na forma de uma série de artigos, a partir de 18 de novembro de 1945, no diário oficial do Partido Comunista. A maneira como *Valerio* evoca então sua chegada à casa dos De Maria e seu primeiro contato com os prisioneiros difere sensivelmente do relato anterior, tanto nas informações fornecidas quanto no tom atribuído ao “justiceiro”. Vamos aqui deter-nos em um ponto que pode parecer sem importância, e mesmo algo escabroso, mas que sem dúvida é revelador do lado rude e mesmo brutal do personagem:

Petacci não conseguia entender exatamente o que estava acontecendo. Mas ante meu olhar inquisidor tratou de buscar seus objetos pessoais, demorando-se na procura da calcinha, que não conseguia encontrar.

– Vamos, depressa.

E ela:

– Mas não estou encontrando minha calcinha.

– Saia logo daí! Esqueça isso.

Para Urbano Lazzaro (*Bill*), que, como Bellini Delle Stelle, não tem propriamente *Valerio* em alta estima, a cena relatada por este só pode ser pura invenção. E ele invoca como prova o depoimento de Giacomo De Maria recolhido por ele mesmo e pelo agente americano Lada-Mocarski (OSS 441). De Maria ouvira da própria mulher, Lia, que, ao acompanhar Mussolini e sua amante até o quarto dos filhos, e enquanto o Duce se livrava das ataduras, Claretta pedira-lhe em voz baixa que a levasse ao banheiro. A fazendeira respondera-lhe então que havia uma bacia cheia d'água e um vaso sanitário no quarto, não sendo, portanto, necessário deslocar-se até o banheiro, que ficava no pátio e onde faltava um mínimo de conforto. Cada vez mais incomodada, a jovem tivera então de explicar a Lia, baixando ainda mais a voz, que nem a bacia nem o vaso poderiam ser-lhe úteis, pois ela estava menstruada e precisava trocar o absorvente higiênico.

Diante de tal circunstância, a dona da casa não pôde deixar de atender ao pedido de Petacci. Coube então a *Sandrino-Menefrego* acompanhar a antiga favorita do ditador até o fundo do pátio, valendo-se apenas da luz pálida de uma minúscula lamparina a óleo. Para *Bill*, fica perfeitamente claro, com esse episódio, que Petacci não podia ficar sem a calcinha, fosse em pé ou na cama, e que o diálogo reproduzido por *Valerio* não passava, portanto, de pura fantasia.

Resta o fato – certamente intrigante – de que, ao ser exposto o cadáver da infeliz Claretta, pendurado pelos pés na *piazzale* Loreto em 29 de abril, não havia qualquer roupa íntima cobrindo o púbis da jovem executada. Por sinal, foi necessária a intervenção de um padre, dom Pollarolo, que prendeu a saia de Petacci nas pernas com seu próprio cinto, para que a macabra exposição não se tornasse ainda mais obscena e indigna de uma sociedade civilizada.

***Valerio* contestado**

A “novela” em 24 episódios publicada no principal órgão do Partido Comunista em novembro-dezembro de 1945, com o título *Come giustiziai Mussolini* [Como executei Mussolini], era antecedida por um texto de apresentação assinado por Luigi Longo, então secretário-geral adjunto do PCI, o qual se pretendia definitivo:

Nestas páginas, são as testemunhas oculares e os protagonistas da captura e da execução de Mussolini e seus acólitos que têm a palavra, assim como os patriotas incumbidos pelo comando-geral do Corpo de Voluntários da Liberdade das missões oficiais que levaram a efeito e às quais nos referimos aqui. Desse modo, nada de relatos romanceados nem de mistificações, apenas a realidade, relatada sem enfeites por aqueles que a viveram e em grande medida a criaram.²

Acontece que, se em linhas gerais o relato retoma o que *Valerio-Audisio* ditara meses antes à prima e fora publicado no *L'Unità* de 30 de abril, não deixa de apresentar incoerências e contradições suficientemente numerosas para que nos perguntemos se o autor realmente foi testemunha e, mais ainda, ator principal dos acontecimentos que narra.

Citaremos aqui apenas algumas das “falhas de memória”, confusões e cenas evidentemente inventadas pelo emissário dos dirigentes da Resistência milanesa. Assim é que *Bill* se espanta, por exemplo, por ser incluído por *Valerio* entre os colegas presentes em Giulino di Mezzegra, embora não tivesse arredado pé de Dongo durante toda a expedição. Com efeito, ele estava ocupado, com oito outros garibaldinos que haviam recebido a mesma ordem, de preparar a execução de Marcello Petacci. O subcomandante da 52ª Brigada mostra-se ainda mais surpreso com o fato de *Valerio* tê-lo confundido com *Pietro* – que de fato fazia parte do comando incumbido da execução –, embora tivesse se dirigido a ele várias vezes em Dongo chamando-o pelo nome de guerra.

Entre os episódios inventados, truncados ou nitidamente manipulados pelo ex-contador, o mesmo *Bill-Lazzaro* destaca tudo

aquilo que *Valerio* escreve a respeito de sua chegada à casa dos De Maria: ele a descreve pequena, embora se tratasse de uma ampla construção de três andares, e nela teria entrado sozinho, tentando, assim, passar uma reputação de coragem que nada tinha a ver com os fatos.

Cabe acrescentar que uma quarta versão, publicada no *L'Unità* em 26 de março de 1947 e reproduzida dois dias depois em um comício comunista que reuniu 40 mil pessoas na basílica de Massenzio, também contém uma série de detalhes equivocados. E, no entanto, ela seria examinada e autenticada por Emilio Sereni e Luigi Longo antes da publicação póstuma do livro de Walter Audisio, em 1975. É verdade que quase dois anos haviam transcorrido desde a execução do Duce e de sua amante, mas o acontecimento era de relevante importância para que cada um daqueles que o “viveram e em grande medida o criaram”, *dixit* Longo, tivesse na memória cada plano do filme que havia protagonizado. Acontece que a lista de confusões sobre lugares e pessoas aumentou ainda mais. O caminhão confiscado por *Valerio* em Como para levar a Dongo os integrantes do pelotão de fuzilamento transformou-se em um “pequeno ônibus”. Na realidade, não foi nesse veículo que os chefes *partisans* foram para Mezzegra, mas em um ou dois Fiats 1100, tendo o caminhão permanecido em Dongo até a volta de *Valerio* com os companheiros. Ninguém exigiu de Mussolini e Clara que se acomodassem em um banco de pedra antes de serem fuzilados, pelo simples motivo de que nunca houve um banco de pedra diante da grade da *villa* Belmonte. Da mesma forma, Petacci não podia ter “caído morta na relva úmida”, sabendo-se que na época só havia terra e seixos no caminho da entrada da *villa*.

Particularmente confusas e contraditórias são as alegações de Audisio a respeito da última sequência de acontecimentos da execução. E o fato é que elas constituem o episódio principal da lenda, aquele que durante décadas ficou gravado na cabeça dos italianos, sendo em seguida exportado da península e aproveitado com satisfação por biógrafos e “documentaristas” em busca de assunto substancial.

Segundo seu próprio relato, à chegada do veículo em frente ao portão da *villa* Belmonte, Audisio manda Mussolini descer e o empurra contra o muro da propriedade. Convidada a segui-lo, Petacci coloca-se ao lado do amante, à direita da grade. O chefe do comando ordena a Moretti e Lampredi que tomem distância de cerca de cinquenta metros na estrada, de ambos os lados do local escolhido para a execução, para evitar que algum curioso atrapalhe o desenrolar da ação. Faz então a leitura da sentença para os dois condenados, dizendo em seguida a Claretta, agarrada ao pescoço de Mussolini: "Saia daí se não quiser morrer também." A jovem afasta-se alguns centímetros, enquanto Audisio puxa o gatilho da arma, uma metralhadora de procedência ignorada e que emperra, deixando o atirador indignado. Cavalotti entregara-lhe uma metralhadora americana Thomson recém-lançada, mas ao que parece não foi essa a arma utilizada por Audisio. Nova tentativa de sua parte, dessa vez com uma pistola de calibre 9mm, que também se recusa a funcionar. Não resta ao "justiceiro" outra solução senão recorrer a *Pietro*-Moretti (que, não devemos esquecer, devia estar a cinquenta metros dali) e tomar emprestada sua arma, uma MAS 38 de calibre 7,65mm, não sem antes ter duramente interpelado Mussolini, que, segundo ele, estaria "tremendo de medo". Ele dispara então uma rajada de cinco tiros que matam não só o ditador deposto como também sua amante. São exatamente dezesseis horas e dez minutos, segundo a versão comunista dos fatos, assim relatada pelo enviado do CLNAI e do CVL:

Disparei cinco tiros no coração de Mussolini Ele não morreu, e eu disparei mais uma rajada furiosa de quatro tiros. Petacci, que estava a seu lado, petrificada, e que ao mesmo tempo perdera a consciência, também caiu, rígida como um pedaço de madeira, e assim ficou, caída morta na relva úmida.³

Os fuzilados de Dongo

Deixemos de lado, por enquanto, as diferentes versões da execução do Duce e de Clara Petacci, tal como relatadas nos escritos e nas declarações públicas de Walter Audisio e dos principais dirigentes do PCI, assim como as procedentes de outras fontes, quase sempre em oposição formal com a vulgata difundida pelos órgãos comunistas. Retomaremos essa questão em capítulo posterior. Enquanto isso, voltemos a Dongo, para onde *Valerio, Pietro, Guido* e talvez também *Neri* retornam por volta das dezessete horas, depois de terem deixado os dois cadáveres aos cuidados de *Lino* e *Menefrego*.

Valerio é o primeiro a descer do automóvel, o boné enfiado até as orelhas, com o ar radiante e satisfeito de quem acaba de cumprir um ato heroico. Assim que o motorista para o veículo, ele se precipita em direção a *Pedro* para comunicar-lhe sua proeza e pespegar-lhe um beijo que deixa atônito o comandante da 52ª Brigada Garibaldi: “Vitória, camarada!”, clama ele, bem alto, para que todos os garibaldinos presentes na praça da prefeitura, assim como os fascistas a ponto de serem fuzilados, prestem atenção para ouvir a continuação: “Justiça foi feita!”

Estupefato, *Pedro* começa por se livrar dos abraços do incômodo companheiro, e afinal retruca, meio cético, meio assustado: “Mas como? Você os fuzilou?” “Eu fiz justiça”, diz *Valerio*. “Sim, fiz justiça!”

É então retomado o diálogo do início da tarde – *Pedro*, escandalizado e humilhado por ter de obedecer a alguém que confunde autoridade com abuso de poder; *Valerio*, por um passe de mágica promovido, pelos dirigentes milaneses, à patente de coronel e a executor das grandes missões.

“Mas não havíamos combinado”, pergunta o primeiro, “que os prisioneiros seriam trazidos para cá?” “Eu sei”, responde seu interlocutor, furioso por encontrar resistência. “Mas procedendo assim eu ganhei tempo.”

Ser promovido da função de mero contador à posição de exterminador-mor de um ex-ditador e de uma parte de seu governo, com direito de vida e morte sobre este ou aquele, é algo certamente capaz de lisonjear o ego descomunal de Walter Audisio. Dongo agora é sua casa. Pode ordenar, humilhar, condenar sem precisar

consultar previamente os dirigentes do CLNAI e do CVL nem os do Partido Comunista (que muitas vezes são os mesmos). Pois não se prevaleceu da ausência de Bellini, que fora a Germasino em busca dos seis dirigentes detidos no quartel da Guarda das Finanças, para ordenar aos homens de sua escolta que detivessem dois representantes do CVL de Como, Oscar Sforzi e Cosimo De Angelis, que suspeitava pretenderem transferir Mussolini para a prisão San Donnino, em Como, a fim de ser entregue aos aliados?

Logo depois de chegar a Dongo – afirma Sforzi em um “relatório” redigido durante o julgamento de Pádua^a –, perguntei explicitamente ao *coronel Valerio* – que manifestava com sinais evidentes sua intenção de agir de maneira independente e arbitrária – como pretendia resolver a questão dos prisioneiros e dos valores, deixando claro, por minha vez, que, em nome do CLN de Como, propunha-me a cumprir nossa missão particular de caráter estritamente legal.

Ante a firmeza de minha atitude, *Valerio* ordenou *ex abrupto* minha detenção. Fui então escoltado por três *partisans*, com as mãos para o alto e a metralhadora no ombro, até uma sala da prefeitura local. ...

Por culpa do *coronel Valerio*, a nova ordem democrática começava, assim, com um ruidoso episódio de violência e desprezo pelo direito.⁴

Foi também por ordem de *Valerio* que Marcello Petacci foi condenado à morte e executado. O irmão de Claretta, como sabemos, estava de posse de um passaporte com identidade falsa de “cônsul espanhol”. No interrogatório a que o submeteu antes de partir para Germasino, *Pedro* percebeu que havia algo errado nas declarações do motorista do automóvel que conduziu Clara Petacci de Milão a Dongo. Marcello lhe falara de documentos extremamente importantes que não podiam deixar de ser entregues às autoridades suíças. Mas não dissera que ele próprio fora à Suíça dias antes para negociar a entrada de Mussolini e de sua irmã, Claretta. O comandante da 52^a Brigada não tivera tempo de aprofundar o

interrogatório, mas jurara a si mesmo que haveria de retomá-lo depois que o Duce e sua amante tivessem sido transferidos para o novo esconderijo. Estava convencido de que a missão do “cônsul espanhol” consistia, no fim das contas, em conseguir do governo de Londres, por intermédio dos suíços, que fosse salva a vida de Mussolini, em troca de documentos comprometedores para o primeiro-ministro britânico.

Apenas quando Audisio chegou a Dongo é que o “espanhol” foi identificado. Por *Valerio* em pessoa. Só que inicialmente este último, com toda a boa-fé, julgou ter reconhecido Vittorio Mussolini. Na noite da véspera, a rádio do CLNAI anunciara que o filho mais velho do Duce viajava pela região ao volante de um automóvel, que era portador de documentos espanhóis e que certamente tentaria cruzar a fronteira para a Suíça. Naturalmente, o “diplomata” que se mostrara arrogante com o comandante da 52ª Brigada Garibaldi começou por negar, de tal maneira que *Valerio* incumbiu *Bill*, enquanto ele próprio fosse a Bonzanigo cumprir sua missão de exterminador, de fazer com que o prisioneiro falasse, e de fuzilá-lo caso se recusasse. Marcello não tinha estofo de herói. E, por sinal, de que teria servido que se sacrificasse para proteger um segredo que os *partisans* não demorariam a descobrir? Assim foi que confessou aos carcereiros que os documentos verdadeiros estavam escondidos no quarto do hotel de Dongo, onde passara a noite anterior, e que seriam encontrados sem dificuldade. O nome de Petacci, revelado a *Valerio* quando voltou de Bonzanigo, foi acrescentado à lista dos quinze dignitários fascistas anteriormente selecionados pelo enviado de Milão.

Faltava então cumprir a macabra tarefa de eliminar os dezesseis condenados à morte. Ela foi antecedida de nova discussão entre *Pedro* e *Valerio*. Como este ordenasse que lhe fossem entregues sem demora os dirigentes e os parentes do ditador morto, o interlocutor recusou-se, sem rodeios, a obedecer: “Quem tem de cuidar disso é você”, retrucou. “Você tem seus homens. Não quero assumir nenhuma responsabilidade nesse caso.” “Sendo assim”, respondeu *Valerio*, “destaque um de seus garibaldinos para acompanhar cada

condenado até a praça. Em seguida, meus homens formarão o pelotão de fuzilamento. Está bem assim?"

O comandante da 52ª Brigada não se mostrou mais cooperativo quando lhe pediram que assistisse à execução. Por mais que *Valerio* lhe fizesse ver que na qualidade de comandante da zona não podia esquivar-se dessa obrigação, teve como resposta apenas um dar de ombros e um pálido sorriso de desprezo.

Havia ainda outro terreno no qual os dois se enfrentariam. *Pedro* estava a ponto de se retirar quando um de seus homens o deteve, dizendo que um religioso queria falar com ele. Tratava-se de um frade capuchinho de Dongo, que pedia autorização para receber a confissão dos condenados que desejassem a extrema-unção. Os ministros Romano e Liverani já haviam comunicado que gostariam de morrer com a assistência de um sacerdote, mas *Valerio* se disse com pressa de voltar para Milão, pois, segundo ele, as "necessidade militares" tinham primazia sobre as religiosas. Concederia, portanto, apenas três minutos ao padre Accursio para cumprir seu dever, o que o impedia de receber individualmente a confissão de cada prisioneiro. E sem mais comentários deu início à chamada dos condenados à morte, sendo cada um deles acompanhado então por um garibaldino até o local da execução.

O padre capuchinho não teve alternativa senão pronunciar uma absolvição coletiva, o que não está realmente de acordo com as normas da Igreja católica, exceto, é verdade, em casos considerados excepcionais. Bellini Delle Stelle, que nesse momento tentou mais uma vez alterar a determinação exterminadora do emissário de Milão, descreveu assim a cena:

O padre então caminha em direção aos condenados. Na praça, a multidão que se juntara para assistir à execução faz silêncio. Alguém que está mais próximo do padre se ajoelha. O céu está azul, o sol brilha, o lago está calmo. A voz do padre, clara e solene, passa como um sopro pela praça. Um dos condenados inclina a cabeça e ouve: "Peçam perdão a Deus por seus erros, tenham fé em Sua

grande misericórdia, na bondade divina, o que já não podem esperar dos homens. E orem, orem ...”⁵

Aparentemente insensível à cena diante de seus olhos, *Valerio* olhou para o relógio com ar irritado. Os três minutos já se haviam passado. Estava fora de questão prorrogar o prazo. O padre capuchinho ergueu os braços para o céu e deu a absolvição geral, enquanto os condenados se ajoelhavam, imitados por uma parte da multidão.

Foi então que, lembrando-se de que o suposto “cônsul espanhol” fora identificado não como o filho mais velho do Duce, mas como irmão de Clara Petacci, *Pedro* aproximou-se do colega e lhe explicou por que *Bill* não mandara fuzilá-lo: por falta de um local apropriado. “Mande trazê-lo para cá”, exclamou *Valerio*, “e o ponha junto com os outros condenados. Ele também deve ser fuzilado!”

Na verdade, quando Marcello deixou a prefeitura, onde estivera detido em uma sala separada da que ficaram os dirigentes, incapaz de dar um passo e sustentado por dois garibaldinos, os condenados foram unânimes em dizer que não queriam ser fuzilados junto com o “traidor” Petacci, por eles acusado de ter negociado secretamente com o inimigo britânico. Pressionado por *Pedro* a atender ao pedido, *Valerio* dispôs-se a concordar. Marcello seria fuzilado, mas depois da execução dos quinze companheiros de Mussolini.

Barracu solicitara, em consideração a seu passado de ex-combatente da Grande Guerra condecorado duas vezes, o privilégio de ser fuzilado de frente para o pelotão. *Valerio* recusou, não obstante novo desentendimento com o comandante da 52ª Brigada. “Ele será fuzilado de costas, como os outros!” E em seguida, voltando-se para o homem que designara como chefe do pelotão: “Repita as ordens! Quero que esta execução seja perfeita!” Foram necessários dois ensaios para que a cena finalmente pudesse desenrolar-se de acordo com a vontade algo neurótica de Walter Audisio. E então, dada pelo comandante do pelotão a ordem de abrir fogo, os quinze condenados foram abatidos pelas costas, com metralhadoras, tendo o rosto voltado para o lago, depois de gritarem

três vezes "Viva a Itália!". Terão pensado em algum momento, durante essa cerimônia de expiação, no homem que os antecederam no caminho da morte, depois de tê-los coberto de honrarias e benefícios?

Ainda não eram exatamente dezessete horas e vinte minutos quando foram caindo Barracu, o ex-comunista Bombacci, Gatti, Mezzasoma, Alessandro Pavolini, último secretário do Partido Fascista, Zerbino, Ruggero Romano, Paolo Porta, chefe do Partido Fascista na Lombardia, Goffredo Coppola, reitor da Universidade de Bolonha, Daquanno, diretor da agência de notícias Stefani, Augusto Liverani, Mario Nudi, o coronel Vito Casalnuovo, ajudante de campo de Mussolini, Utimpergher e o desafortunado piloto militar Pietro Calistri, envolvido contra a vontade em uma aventura política fora do seu controle.

A missão ainda não estava totalmente concluída. Ainda faltava um cadáver: o de Marcello Petacci. Ele não chegara sozinho a Dongo. Além da irmã Claretta, que esperava salvar graças à sua condição de falso cônsul espanhol, ele trouxera também sua concubina, Zita Ritossa, e os dois filhos que tivera com ela, que assistiram à tentativa de fuga do pai e sua execução.

No exato momento em que *Valerio* gritou "E agora tragam Marcello Petacci!", ele saiu correndo na direção do lago, na louca esperança de escapar aos garibaldinos que vinham ao seu encontro para levá-lo ao local da execução. Mas a praça estava cheia de *partisans* armados, naturalmente, mas também de camponeses que tinham vindo das aldeias e povoados próximos para assistir ao espetáculo. Impedido de prosseguir em sua corrida, submetido, espancado, conduzido ao terreno sobre o lago onde jaziam os corpos crivados de balas dos executados, ele conseguiu desvencilhar-se uma segunda vez, e depois uma terceira. Descendo os degraus que conduziam ao lago, vigorosamente, os *partisans* descarregaram em sua direção a munição de suas metralhadoras. Não houve milagre para o "traidor Petacci". Atingido por várias balas, o corpo de Marcello desapareceu na água. Um barco logo foi enviado para resgatar seus despojos, levados para junto dos corpos

dos outros fuzilados, amontoados à espera da transferência para Milão.

^a Cf. Capítulo 13.

11. *Post mortem*

Os CADÁVERES DO DUCE e de Claretta Petacci ficaram duas horas na chuva, até que um veículo os resgatou em Giulino di Mezzegra para transportá-los a Dongo, onde *Valerio*-Audisio os mandou jogar em um caminhão, juntamente com os dos outros fuzilados daquela tarde. Era cerca de uma e meia da manhã do domingo, 29 de abril, quando o fúnebre comboio partiu rumo a Milão. Meia hora depois, o caminhão e sua escolta foram detidos num posto de controle mantido pelos *partisans* da 110ª Brigada Garibaldi e submetido a uma inspeção que provocou o mau humor de *Valerio*. Ele ameaçou o chefe do posto com um relatório por abuso de poder para o comandante-geral do CVL. O resto do trajeto ocorreu então sem problemas até Milão, aonde os “justiceiros” do ditador chegaram pouco depois das três da manhã. E não a um lugar qualquer.

Piazzale Loreto

Valerio decidira levar os corpos dos dignitários fascistas à *piazzale* Loreto, o lugar onde haviam sido expostos os das vítimas da matança de 10 de agosto de 1944. Decisão pessoal e longamente amadurecida, a darmos crédito a *Valerio*, que jurara vingar as vítimas do 10 de agosto, executadas ante seus olhos. Mais uma vez, a realidade parece diferente. Segundo o depoimento de Lampredi – um dos menos sujeitos a dúvida entre os personagens que se envolveram diretamente nos acontecimentos de Dongo –, a decisão foi tomada no trajeto de volta, e foi coletiva. Nem por isso deixa de ser verdade que se tratava de uma vingança. “Vingança lógica, quase escolástica”, escreve o historiador Sergio Luzzatto.

Vingança lógica porque a Resistência já suportara demais as exibições mortuárias do fascismo de Salò para resistir à tentação de uma compensação. Vingança escolástica, por outro lado, porque o imaginário *partisan* transformara a *piazzale* Loreto em símbolo da *nemesis* da Resistência.¹

Em Gargnano, por sinal, Rachele Mussolini tinha recebido uma carta anônima com esta ameaça: “Vamos levar todos eles à *piazza* Loreto?”² Símbolo igualmente, eu acrescentaria, da história do fascismo italiano, nascido em 21 de março de 1919 em Milão, em reunião constitutiva do primeiro feixe de combate na *piazza* San Sepolcro, e entregue *post mortem* à vingança popular a poucas centenas de metros do local em que nascera.

Os cadáveres de Mussolini, Claretta Petacci e dos dezesseis fuzilados de Dongo foram entregues à guarda de vários *partisans*. O de Achille Starace, ex-secretário-geral do partido e grande organizador da “revolução cultural” fascista no fim da década de 1930, vale dizer, da radicalização totalitária do regime, juntou-se aos demais no início da manhã. Sem nada saber das execuções da véspera, Starace deixara sua residência por volta das sete horas para fazer a caminhada diária. Reconhecido, imediatamente detido e em seguida espancado, ele foi arrastado até o lugar onde *Valerio* deixara suas vítimas. Diante do cadáver de Mussolini, ele fez a saudação “romana” e tombou, fuzilado nas costas por uma rajada de metralhadora.

Mais ou menos à mesma hora, no momento em que os garibaldinos incumbidos da guarda dos fuzilados dormiam, os primeiros passantes viram os corpos alinhados na esplanada. Uma hora depois, uma multidão começava a juntar-se, convocada a constatar que “justiça fora feita” por um carro de som que percorreu a cidade durante boa parte da manhã.

Os cadáveres haviam sido expostos no chão, de certa forma oferecidos à fúria vingadora de uma população que se aproximava para certificar-se da queda da ditadura, dessa vez definitiva. Não se tomara qualquer medida para conter a multidão e impedir que a

exposição dos corpos se transformasse em catarse bárbara. A cada hora a massa de “curiosos” e “justiceiros” aumentava, clamando e fazendo as mais diversas sevícias nos restos mortais do Duce e de sua amante. Alguém pôs na mão do ditador a haste de uma bandeirola fascista, transformada em cetro ridículo. Alguém mais empurrou seu corpo sobre o de Claretta, por sua vez depositado nas pernas de Marcello Petacci. E mais alguém gritou para o Duce: “Faça agora seu discurso, vamos, faça!” Uma mulher deu cinco tiros no cadáver de Mussolini, “para vingar seus cinco filhos mortos”. Os espectadores das primeiras fileiras, irresistivelmente empurrados na direção dos corpos, pisoteavam-nos, esmagando os rostos com os calcanhares, cuspidos no que se transformava, com o passar dos minutos, em horríveis montes de carne cujos traços se tornavam cada vez mais difíceis de distinguir. Donas de casa atiravam neles legumes e pão integral, cardápio obrigatório dos cinco anos de guerra. Alguém urinou no corpo de Clara Petacci, gesto seguido de atos comparáveis, e mesmo ainda mais aviltantes, por parte de pessoas das quais jamais se teriam imaginado tendências sádicas.

Para obrigar a multidão a recuar e impedir que os restos mortais dos fuzilados fossem massacrados, alguns *partisans* acabaram atirando para o alto, esvaziando os cartuchos de suas metralhadoras ou aspergindo a massa com extintores de incêndio. De nada valeu: um gigante de braços musculosos e cobertos de sangue erguia um a um os cadáveres, enquanto a multidão escandia seus nomes.

Eram onze horas quando uma equipe de bombeiros surgiu em um canto da praça e conseguiu afastar a multidão, procedendo em seguida a uma lavagem dos cadáveres cobertos de sangue e cusparadas. Ao chegarem ao local, os homens de *Valerio* tinham colocado os fuzilados perto de um posto de gasolina em construção, tendo por cima uma treliça metálica na qual os “vigilantes do fogo” penduraram pelos pés os despojos de sete fuzilados: Mussolini, Claretta Petacci, Zerbino, Marcello Petacci, Pavolini, Bombacci e Barracu, cujo corpo, mal preso, acabaria caindo e seria substituído pelo de Starace.

Nesse dia 29 de abril de 1945, o cadáver de Clara Petacci ofereceu aos milhares de milaneses que vieram clamar vingança na *piazzale* Loreto o espetáculo obsceno do seu púbis desnudado. Só depois que um desconhecido conseguiu um alfinete de fralda com uma senhora idosa que estava na primeira fileira, com ele tentando de alguma forma prender as abas da saia, e que um padre de passagem, dom Pollarolo, a prendeu ao redor das pernas de Clara com seu próprio cinto, é que a jovem recuperou um pouco de decência póstuma. O episódio seria anedoticamente macabro se não servisse para confirmar as reservas já mencionadas a respeito do depoimento de *Valerio*, e mesmo de sua presença em Giulino di Mezzegra. Como observa Urbano Lazzaro, o *Bill*, com base em declaração de Giacomo De Maria, falando em nome de sua esposa, Lia, parecia evidente que Claretta não estava em condições de dispensar o uso de roupa íntima “nem na cama nem em pé”. *Bill* conclui daí que a frase atribuída à amante de Mussolini – “*Ma non ho le mutandine!*” – era uma invenção de *Valerio*, saída de sua imaginação no momento em que constatou que a ex-favorita, pendurada na treliça e com a saia caída, não estava de calcinha.

Debate em torno de um tiranicídio

Sabemos da resolução tomada pelo CLNAI no exato dia em que se efetuava o ritual macabro da *piazzale* Loreto. Ela mencionava a “determinação intransigente” do órgão dirigente da Resistência de “corroborar um julgamento já pronunciado pela história”. Admitia-se que “a explosão de ódio popular tinha degenerado em excessos”, mas considerava-se que os únicos responsáveis por isso eram o fascismo e seu chefe. Com essa declaração, soprada por Sandro Pertini no ouvido dos companheiros, os altos dirigentes da Resistência deixavam bem clara, de maneira solidária, sua vontade de rompimento com o fascismo, servindo a execução do Duce e de vários de seus ministros, de certa forma, para simbolizar o fim de

uma época e o surgimento de uma nova Itália, baseada na aliança das forças que haviam participado da luta contra a ditadura.

A ênfase no “caráter único” dos “excessos” cometidos pela multidão milanesa pretendia frisar bem o papel central desempenhado pelo governo da República Social, e acima de tudo por Mussolini, na tragédia da qual o povo italiano fora ao mesmo tempo protagonista e vítima. Como se a eliminação física do ditador e a cerimônia bárbara na *piazza* Loreto pudessem apagar de uma só vez as atrocidades da guerra civil e reconciliar os italianos. Desde então, não cessou mais o debate entre aqueles que, na Itália mas também fora dela, tendem a desculpar com maior ou menor convicção não só os “excessos” cometidos por alguns milhares de milaneses, mas também os dirigentes do movimento insurrecional, ou, pelo contrário, os condenam em nome de princípios humanitários que, é bem verdade, nem sempre se revelam isentos de pressupostos ideológicos.

Começemos pelos chefes da Resistência. Nem todos eram comunistas. Pertini, que conduziu a toque de caixa a reunião do dia 29 de abril e a quem se deve basicamente o texto da proclamação do CLNAI e sua adoção pelos membros presentes, era socialista. Leo Valiani deixara o PCI após o pacto germano-soviético e aderira ao movimento Giustizia e Libertà, e mais tarde ao Partido de Ação. Mas ambos eram próximos dos comunistas, e às vezes até mais intransigentes do que eles. Sobretudo quando se tratava de examinar a questão da execução do ex-ditador, imediata ou adiada para um futuro indeterminado. Sua atitude pode ser explicada em grande medida pela preocupação de “seguir” o Partido Comunista, pelo menos no que se referia ao “expurgo” na cúpula, e entrar em concorrência com ele em matéria de influência junto às massas. A mensagem de Pertini aos colegas não filiados ao “partido da classe operária” era clara: seria um suicídio distanciar-se dos comunistas, condenando com demasiada severidade os excessos de uma multidão entregue por algumas horas ao estado de selvageria.

Seria uma mera manobra eleitoreira em um país que assistiria a uma acentuada ascensão da extrema esquerda marxista? O antigo

Partido Socialista reconstituíra-se em 1942-43 com o nome de Partido Socialista Italiano de Unidade Proletária (Psiup), fundindo-se com a corrente radical de Lelio Basso, de orientação leninista, e a ala reformista liderada por Giuseppe Saragat. Em torno de Pietro Nenni, faziam parte da direção personalidades que, a exemplo de Sandro Pertini, haviam desempenhado papel importante no exílio político. Em 4 de agosto de 1943, o Psiup assinou com o PCI um pacto de ação unitária que parecia indicar o início da reunificação do movimento operário italiano. Na verdade, as posições dos dois partidos eram por demais divergentes para que esse projeto se concretizasse.

Sob vários aspectos, o Psiup estava mais próximo em 1945 do Partido de Ação e mesmo do Partido Republicano do que de sua formação marxista. Essa situação obrigava os socialistas – se quisessem aproveitar no plano eleitoral a onda revolucionária que se desencadeava na Itália – a entrar em concorrência com o Partido Comunista, tanto no terreno das lutas sociais quanto em questões que facilmente poderiam levar a um consenso. A condenação e a execução clandestina de Mussolini inscreviam-se nessa perspectiva, não isenta de certo populismo. O povo falou; fez justiça, castigou à sua maneira o protagonista e os coadjuvantes da tragédia que a ditadura fascista representou para as massas italianas. É verdade que cometeu “excessos”, mas de quem era a culpa?

A mensagem era clara. Em *Avanti!*, o espetáculo da *piazzale Loreto* era considerado “horrível” mas “necessário”. “O povo foi obrigado”, brandia o jornal, “a executar seu tirano para se libertar do pesadelo de uma ofensa irreparável.”³ Permitiu-se, assim, que as coisas corresse soltas durante várias horas. Nenhuma intervenção das brigadas garibaldinas, nenhum movimento no sentido de enviar ao local dirigentes do CLNAI ou do CVL para tentar deter o massacre. O mal era “necessário”. O povo fora “obrigado”. O povo? Mas não falavam também em nome do povo os esquadristas da Marcha sobre Roma, os fascistas dos anos 1920 e 1930, os *repubblichini* sob as ordens de Pavolini... e de Mussolini? E esse *coronel Valerio*, que se dizia o único executor do Duce, não

pronunciou a sentença de morte precisamente “em nome do povo italiano”?

Mas seria abusivo atribuir a responsabilidade exclusiva pela cena ocorrida no coração da metrópole milanesa aos dirigentes do movimento insurrecional. A guerra não acabara, e havia uma ameaça de revolução: uma revolução partindo da base e que os chefes da Resistência, mesmo os mais intransigentes, podiam ter muita dificuldade para canalizar. E como era necessário encontrar bodes expiatórios para os crimes cometidos pelos *partisans* da República de Salò ou dos quais foram cúmplices, que se deixasse a vingança popular cumprir sua função de catarse, de “purificação”, ainda que ao preço de uma reprovação universal.

À parte o excesso de violência que tradicionalmente acompanha toda guerra civil, o episódio da *piazzale* Loreto apresenta, aos olhos do historiador, um outro significado. Ao pisotear o corpo e o rosto do Duce, deixando-o irreconhecível, ao reduzir seu cadáver ao estado de fantoche grotesco e obsceno, não terão os profanadores, de certa maneira, cometido tais abusos contra si mesmos? É bem verdade que não estavam obrigatoriamente presentes nesse 29 de abril na *piazzale* Loreto – por acaso? por necessidade? – as mesmas pessoas que tinham aclamado Mussolini na saída do Teatro Loreto quatro meses antes. Tudo bem que houvesse ali inúmeros antifascistas há muito convencidos da perversidade do regime. E também vítimas mais recentes da selvageria nazista e republicana. Mas naquela multidão heterogênea, quem não teria em dado momento, três, cinco ou dez anos antes, vibrado com os discursos triunfalistas do ditador? Antes de se tornar o “homem mais odiado da Itália” – ao lado de Ciano e Starace, e também Pavolini –, não fora ele o mais amado pelos italianos? O corpo e o rosto contra os quais investiram os justiceiros da *piazzale* Loreto não foram durante pelo menos quinze anos objeto de culto e adoração em todas as camadas da sociedade? Não foi o carisma pessoal de Mussolini que representou a pedra angular do consenso de massa? E caberia estranhar em tais condições, tendo o César taumaturgo traído as esperanças de seu

povo, conduzindo-o à debacle, que os gestos profanadores tivessem convergido para a imagem concreta, palpável, do herói decaído?

É preciso dizer que, nessa inversão da imagem do “guia” da Itália fascista, os meios de comunicação da época – jornais, principalmente de esquerda e sobretudo de extrema esquerda, mas também programas de rádio e *cinegiornali* – desempenharam papel decisivo, acompanhando ou provocando o ódio e talvez ainda mais o desprezo de muitos italianos pela pessoa do Duce. A propaganda do regime havia se refestelado na exaltação quase obsessiva do “super-homem” conduzido pela Providência à direção do país. Grande desportista, com excelente desempenho em todas as disciplinas dos músculos, piloto intrépido ao volante de seu automóvel de corrida ou de seu avião particular, operário e camponês de elite, capaz ao mesmo tempo de moldar o metal na bigorna da forja paterna e colher o trigo nas célebres “batalhas do grão”, ele também era um combatente indomável, herói da Grande Guerra. Para não falar do charme irresistível do “sedutor” de botas. Quantas mulheres italianas, a exemplo da heroína encarnada por Sophia Loren no filme *Um dia muito especial*, de Ettore Scola, não terão exibido na parede de sua cozinha, ou devotadamente disposto em um álbum – como a jovem Clara Petacci –, pelo menos uma fotografia do Duce recortada de uma revista fascista?

Era essa imagem que precisava ser destruída – a guerra e a ferocidade dos contingentes da SS fizeram o resto – em meio a uma população que estava longe de ter sido universalmente conquistada para a causa do antifascismo militante. Era preciso, sobretudo, destruir o mito do combatente corajoso que chegou perto da morte em Carso, em fevereiro de 1917. *Valerio* se incumbiria de dar o tom em seus relatos sobre a execução do Duce, e isso já na versão publicada no *L'Unità* de 30 de abril de 1945, apenas dois dias após a morte de Mussolini. Não importa muito que ele tenha tomado a iniciativa ou agido por ordem dos mais altos dirigentes do partido. Se *Valerio* pôde tirar uma lição de sua participação na Guerra Civil Espanhola, nas fileiras das brigadas internacionais, foi que a arma mais eficaz para se livrar de um inimigo ou de um concorrente

incômodo (anarquista, trotskista, socialista revolucionário) é difamá-lo junto às massas, acusando-o de traição ou covardia. Não era necessário, assim, levar o “justiceiro” de Mussolini a apresentar uma versão aviltante de seu comportamento em Giulino di Mezzegra. Ele sabia por experiência própria o que deveria dizer para que a direção do PCI, da qual não pretendia distanciar-se ostensivamente, pudesse fazer do seu relato a base de um artigo de fé entregue aos militantes e à massa do povo italiano. No texto por ele ditado, o Duce tornava-se um covarde aterrorizado pela súbita aproximação da morte. Seriam necessárias décadas para que o depoimento tardio de Lampredi (1972) permitisse aos historiadores retificar a imagem de um Duce trêmulo de medo diante de seus carrascos, um autêntico “farrapo humano”, na expressão empregada por Togliatti, número um do partido, em sua revista *Rinascita*. Voltaremos ao assunto.

Um último ponto merece ser frisado na questão das motivações que podem ter levado tantos milaneses à *piazzale* Loreto naquele 29 de abril de 1945, quando mal chegaram ao fim os combates da liberação. Não seria a maneira mais segura e imediata de se certificar da morte do tirano? Para avaliar a questão, precisamos nos situar no contexto dos últimos dias da guerra. Seria absurdo imaginar que, prisioneiro dos *partisans*, como anunciava há vários dias a rádio controlada pelos resistentes, Mussolini pudesse escapar ao castigo prometido pelos dirigentes do movimento insurrecional? Era preciso ver, eu quase diria que era preciso tocar seu corpo sem vida para estar certo de que mais cedo ou mais tarde o ditador deposto não viria a reaparecer, milagrosamente salvo da morte no último minuto por uma intervenção dos aliados ou de algum destacamento isolado de milicianos fascistas. Sergio Luzzatto tem razão ao escrever que “o desaparecimento do cadáver de Hitler, organizado pelos serviços secretos soviéticos como arma para a Guerra Fria que estava nascendo, poderia ter contribuído para o mito da sobrevivência do Führer”.⁴ Ao decidir exhibir o cadáver do Duce à multidão milanesa, os *partisans* tentaram precaver-se contra o surgimento de um mito dessa natureza, tanto mais suscetível de

ocorrer na Itália, já que poderia encontrar eco numa população fortemente impregnada de superstições.

Só algumas centenas, talvez alguns milhares de milaneses “privilegiados”, aqueles que conseguiram postar-se nas primeiras fileiras e ali permanecer o suficiente para fixar na memória a imagem do ditador punido, puderam dar um depoimento direto sobre o que haviam visto na *piazza* Loreto. Mas esse testemunho teve prolongamento na difusão em toda a Itália das fotos tiradas em 29 de abril por magotes de jornalistas, entre os quais se encontravam os melhores fotógrafos de imprensa da metrópole lombarda, a começar por Loreto Fedele Toscani, da agência Publifoto. É verdade que os jornais da época não se prestavam muito à impressão de fotos, mas já no dia seguinte à exposição dos cadáveres essas reproduções fotográficas circulavam por todo o país, entre elas duas séries de cartões-postais publicados com a autorização explícita do escritório do Corpo de Voluntários da Liberdade. Esse comércio de imagens não demorou a chegar aos países aliados e depois aos neutros.

Autópsia e tribulações do cadáver de Mussolini

Uma vez destruída a imagem viva do guia derrubado e vencido, uma vez atestada sua morte por dezenas e dezenas de milhares de fotos – para não falar do documentário de dezesseis minutos filmado no calor dos acontecimentos pelo cinegrafista italiano Carlo Nebbiolo, e cuja existência foi revelada recentemente, em artigo publicado em 26 de fevereiro de 2005 em *La Repubblica* –, que destino dar a seus restos mortais desarticulados e conspurcados? Não teria chegado o momento de trocar a imagem do tirano exposto à fúria vingativa do povo pela do tirano oculto, ainda ontem adulado, hoje odiado pelos súditos? Outro grande clássico na história mundial dos monarcas e ditadores. Se a exposição pública do corpo de Mussolini tinha, entre outras, a finalidade de comprovar aos olhos de todos que o déspota de fato estava morto, e com ele o sistema que conduziu à guerra e

à ruína da Itália, era preciso agora que ele desaparecesse, ou pelo menos que sua última morada não viesse logo a se transformar em lugar de recordação para os nostálgicos da ordem mussolinista.

Faltava providenciar uma formalidade ao mesmo tempo legal e simbólica: a autópsia do ditador morto. Ela só seria efetuada pelos médicos-legistas da Universidade de Milão às sete e meia do dia 30 de abril, vale dizer, quase dezoito horas depois que os bombeiros, com a ajuda de alguns homens da brigada garibaldina Crespi, retirassem os cadáveres do Duce, de Petacci e de Starace e os transportassem para o salão do Instituto Médico-Legal da universidade, na via Ponzio, enquanto os restos mortais dos outros fuzilados eram guardados na câmara frigorífica situada no subsolo.

A encenação não chegara ao fim. Durante toda a noite e uma parte da madrugada, muitas pessoas que nada tinham a ver com a medicina legal desfilaram diante dos corpos, detendo-se mais, como seria de esperar, diante do corpo do Duce. Nesse cenário macabro podiam ser encontrados *partisans* armados, jornalistas, curiosos, alguns de posse de um simples passe fornecido por um comandante de brigada ou um representante, autoproclamado ou não, dos organismos dirigentes da insurreição, enquanto outros simplesmente tinham conseguido introduzir-se naquele antro da morte aproveitando-se de algum empurra-empurra. Falava-se alto, proferiam-se palavras de zombaria e insulto. Os mais audaciosos chegavam até a mesa de mármore onde jazia o "guia" da Itália fascista, à espera do bisturi dos médicos-legistas. Constatou-se até a presença de um cinegrafista americano, da equipe incumbida de registrar para os serviços de propaganda dos Estados Unidos sequências filmadas dos principais acontecimentos da guerra. Passando de uma mesa a outra, ele não hesitava em deslocar os corpos, em voltar os rostos para as poucas fontes de luz existentes no ambiente, para aumentar o efeito espetacular de uma cena que teria prosseguimento durante a autópsia. Curzio Malaparte, sempre em busca de episódios sensacionais, falaria anos depois da sinistra "partida de pingue-pongue" que teria sido jogada pelos enfermeiros durante uma pausa da autópsia, atirando uns contra os outros as

vísceras de Mussolini.⁵ Pouco importa que, baseado no depoimento altamente suspeito de um obscuro funcionário aposentado presente naquele momento, o episódio seja dos mais duvidosos.

Sob a vigilância do médico Guido, membro do comando-geral do CVL, a necrópsia foi realizada pelo doutor Mario Cattabeni, com a ajuda dos professores D'Abundo, Enea e Scolari. O corpo despido de Mussolini fora preparado numa mesa anatômica. Pesava 72 quilos, com altura aproximada de 1,66 metro (não fora possível medi-lo com precisão por causa da considerável deformação traumática do crânio). Do relatório da primeira autópsia do cadáver, redigido ali mesmo pelo doutor Cattabeni, sob o controle dos colegas, especificaremos aqui apenas as conclusões principais, tais como apresentadas ao público semanas depois.⁶

A primeira diz respeito ao crânio e ao rosto, muito danificados, do homem que se orgulhara durante anos de possuir uma "cabeça de *Panzer*". Ao ser desprendido sem maiores cuidados da treliça onde estava pendurado, o cadáver caíra fragorosamente na plataforma do caminhão onde estavam os corpos dos outros fuzilados, ocasionando o parcial esmagamento da caixa craniana e as numerosas fraturas, sendo difícil saber se decorriam desse choque final, da anterior chuva de pontapés, pauladas e coronhadas distribuídas generosamente pela multidão ou das balas dos justiceiros de última hora.

Sabia-se, pelo menos, que as únicas lesões que haviam acarretado a morte resultavam dos tiros de armas de fogo. Sete orifícios de entrada foram assim identificados como tendo sido produzidos com toda a certeza ainda em vida do Duce, cada um deles acompanhado do respectivo orifício de saída. Nenhum fora infligido à vítima antes da execução. O legista afirmava também que os golpes mortais tinham atingido o tórax, com o condenado de frente para os executores, que a morte fora imediata e que, segundo toda a probabilidade, Mussolini fizera um gesto com o braço direito para tentar proteger-se.

As lesões ocorridas após a morte revelavam uma verdadeira fúria assassina da parte dos que as haviam provocado, como se, na

precipitação da deposição do cadáver, se tivesse pretendido aniquilar completamente a pessoa do ditador, atirando no rosto, rasgando as carnes e arrebatando a matéria cerebral.

Das conclusões obtidas no exame das vísceras de Benito Mussolini, revela-se – o que não é menos surpreendente – que ele podia ser considerado ao morrer um indivíduo perfeitamente sadio, e mesmo “excepcionalmente sadio”. Coração de volume normal, artérias coronárias e aorta em excelente estado. Nada digno de nota nos pulmões, no intestino, no baço ou no fígado. Estômago e vias urinárias não apresentavam qualquer sinal aparente de patologia. Essas duas últimas menções eram tanto mais inesperadas na medida em que desmentiam boatos que corriam havia décadas a respeito do estado de saúde do “guia”, desde a época em que era apenas um dirigente local do Partido Socialista. Desde os vinte anos de idade, Mussolini de fato sofria de cólicas gástricas extremamente dolorosas e que podiam interromper suas atividades durante vários dias. Convencido de sofrer no mínimo de uma úlcera estomacal, ele experimentara todas as terapias possíveis. Consultara dezenas de médicos de reputação nacional e internacional, dera ouvidos a todos aqueles que, mais próximos ou admiradores distantes, afirmavam poder aliviá-lo e mesmo curá-lo, mas não conseguira livrar-se desse problema recorrente, sem dúvida de origem psicossomática, e cujos acessos mais violentos tinham coincidido com grandes momentos de estresse ligados aos altos e baixos de sua vida pessoal e de sua atividade governamental. O fato é que, à falta de um diagnóstico na esfera dos conhecimentos psicofisiológicos, muito pouco disseminados na época, o Duce seguia um regime draconiano. Trocara as bebidas alcoólicas fortes e o café pela camomila, o suco de laranja e o leite – pelo menos até que o doutor Zachariae também lhe proibisse este último. Comia relativamente pouco, fazia uso excessivo da magnésia efervescente e eliminara o cigarro da sua vida.

Um dos trunfos de que se valeu Mussolini para construir sua lenda pessoal foi não esconder seu problema de saúde – conhecido de todos, *urbi et orbi*, desde os primeiros anos de reinado –, mas

instrumentalizá-lo para reforçar sua imagem de homem muito sensível ao cansaço e à dor, levando uma vida ascética, o mesmo tipo de vida que ofereceria ao povo italiano quando chegasse o momento da austeridade e do racionamento. A “úlceras” do guia da nação transformara-se num verdadeiro lugar-comum na Itália na década de 1930. Encontramos nos arquivos do seu gabinete particular centenas de cartas e mensagens de pessoas de todos os meios, residentes em todas as regiões da península, e que em algum momento sentiram necessidade de se dirigir ao Duce para manifestar interesse por sua saúde, dar-lhe o endereço de um médico reputado ou de um curandeiro, ou, ainda, recomendar-lhe um remédio capaz de livrá-lo de sua “úlceras no estômago”. A maioria dessas cartas era enviada por pessoas humildes, muitas vezes do mundo rural, habituadas a aparições milagrosas, e davam testemunho de uma autêntica devoção ao destinatário.

Acontece que a autópsia revelava que os problemas gástricos de que Mussolini fora acometido antes mesmo de chegar ao poder não tinham a ver com uma lesão grave da parede estomacal. A “úlceras” do Duce não terá passado, assim, de um mito a mais na construção da lenda mussolinista. Nada de úlceras, nem tampouco de uma doença venérea que Mussolini teria contraído na juventude, especialmente a sífilis. O problema é diferente por ser esse boato pura invenção, o que não quer dizer que a vítima não tenha contribuído para sua difusão, no mínimo através de confidências feitas a amigos após as crises de depressão cuja origem era atribuída pelo futuro Duce a relações sexuais precoces com uma prostituta de Forlì.

Assim foi que, durante toda uma parte de sua vida, Mussolini julgou-se acometido de sífilis, mal considerado na época praticamente incurável. É possível que, ainda jovem professor na escola onde trabalhava em Tolmezzo, no Friuli, ele tivesse sido salvo do suicídio pelo desvelo de um de seus companheiros de bebedeiras, o estudante Dante Marpillero. Em meio à angústia da doença incurável – e não era a primeira vez –, ele teria planejado pôr fim a seus dias, e Marpillero, visitando-o na pensão onde morava, o teria

encontrado em seu quarto manipulando uma pistola carregada, depois de ter redigido várias cartas explicando seu gesto. Ele o teria então impedido de efetuar o ato, convencendo-o a procurar o hospital onde seria tratado (como também ocorreria mais tarde em Bolonha) não de sífilis, como temia, mas de uma forma aguda de gonorreia.⁷

Como foi que se passou desse episódio da vida privada de dois jovens razoavelmente desregrados ao boato público? Ao que parece, o primeiro a divulgar, em círculo restrito, informações sobre a doença de que o fundador do fascismo teria sofrido foi o inspetor-geral de Segurança Giovanni Gasti, em relatório ao Ministério do Interior a respeito das atividades do primeiro *fascio italiano di combattimento*. Em uma ficha biográfica anexada a esse documento, Gasti descrevia o chefe dessa organização como “de constituição física forte, apesar de sofrer de sífilis”. Ele se limitava então a reproduzir o que circulava numa Itália em plena ebulição, na qual valia tudo e ninguém se preocupava em citar ou, muito menos, verificar fontes. Estava dado o tom para a elaboração de uma lenda contra a qual Mussolini, apesar de dispor de poderes consideráveis, não podia grande coisa, a não ser tentar convencer-se de que não contraíra uma doença incurável.

Assim foi que em 1925 ele quis se submeter ao teste conhecido pelo nome de “reação de Bordet-Wassermann”, com o objetivo de buscar anticorpos da sífilis. O resultado não deixou qualquer dúvida: ele não estava acometido de uma doença luética – o que não impediu que chegassem boatos até os mais altos escalões do Estado. Em 1942, quando Mussolini ficou confinado em seu quarto na *villa* Torlonia devido a problemas de saúde, praticamente suspendendo toda a atividade, o chefe de polícia Arturo Bocchini sugeriu a Ciano, genro do Duce e seu sucessor designado, que o submetesse a “um intenso tratamento antilúético”.

Ao longo da autópsia, vários funcionários, todos médicos e membros do serviço de saúde do exército americano, assistiram à operação, tomando notas e tirando muitas fotos. De volta à base e tendo tido conhecimento do relatório oficial de Cattabeni, eles

também redigiram um breve relato, que foi publicado e transmitido às agências de notícias em 1º de fevereiro de 1946, e no qual se diziam de pleno acordo com o texto elaborado pelos legistas italianos. Nessa ocasião, o coronel James E. Ash, diretor do Instituto de Patologia do Exército dos Estados Unidos, declarou a um jornalista que era "raro que a autópsia de um cadáver revele um índice tão baixo de decomposição espontânea".

Não dispomos de conclusões sobre o estado do cadáver de Claretta Petacci pelo simples motivo de que não houve necrópsia. O clínico Piero Bucalossi opôs-se a que fosse realizada, por respeito à jovem cujo único crime fora a fidelidade até a morte, e talvez também por ser filha de Francesco Saverio Petacci, também médico e herdeiro de uma linhagem de grandes médicos que trabalhavam na órbita do Vaticano. Na época, Bucalossi era conhecido entre os resistentes pelo nome de guerra *Guido*. Era também o de Aldo Lampredi, o outro executor designado pelos chefes do movimento insurrecional. Por causa dessa homonímia, circulou o boato de uma intervenção desse último para evitar o exame dos restos mortais de Petacci, pois poderia confirmar a tese de certos comentaristas de que a jovem teria sofrido sevícias sexuais antes de ser morta.

A autópsia efetuada por Cattabeni e colaboradores não encerrou a odisseia dos despojos do ditador fascista. Assim que foi concluída, transferiu-se o corpo para o cemitério de Musocco, em Milão, onde foi sepultado na maior discrição. Mas não o suficiente para que o túmulo anônimo escapasse a ultrajes ou, ao contrário, sinais de devoção da parte de extremistas dos dois lados. Quase um ano depois da execução de Mezzegra, na noite de 23 de abril de 1946, para ser preciso, um antigo funcionário da República Social, Domenico Leccisi, e dois outros jovens fascistas, como ele membros de um fantasmagórico Partido Fascista Democrático, entraram no cemitério de Musocco, abriram a fossa na qual fora enterrado o Duce, levantaram a tampa do caixão, tiraram o cadáver, envolvendo-o em uma lona de tenda, e fugiram sem qualquer problema.

Inicialmente guardados na igreja franciscana do cemitério de Sant'Angelo, os restos foram recuperados após a detenção dos três

neofascistas e escondidos em um baú no convento de Certosa de Pávia, para onde haviam sido transportados por dois padres franciscanos. Em 14 de agosto de 1946, efetuou-se uma segunda autópsia, a cargo do professor Antonio Cazzaniga, diretor do Instituto Médico-Legal, em um corredor do necrotério da via Ponzio. Estavam presentes o procurador da República, o juiz de instrução Ascondi e um vice-questor milanês. O objetivo da operação, realizada em condições um tanto precárias, era certificar que de fato se tratava dos restos mortais de Mussolini. Eis um trecho do texto publicado dois dias depois pela imprensa milanese:

Ao redor fora mobilizado um rigorosíssimo dispositivo de segurança e vigilância, para impedir os curiosos de se aproximar. A tampa do baú, que já fora aberta no escritório da *Questura*, sendo em seguida fechada a chave, foi novamente levantada. Apareceram dois sacos de tela engomada que constituíam, um dentro do outro, o duplo envoltório, exterior e interior, dos restos. Retirados do baú, os dois sacos foram desatados e esvaziados em uma coberta estendida no pavimento de ladrilhos da varanda. Viu-se então que os despojos estavam reduzidos a um esqueleto decomposto.⁸

Apesar das dificuldades encontradas pelos legistas em virtude do estado de decomposição do cadáver – no qual estavam faltando a mão direita e o pé esquerdo –, essa nova necrópsia permitiu identificar os despojos do ditador, graças em particular aos impactos ainda detectáveis de projéteis. De qualquer maneira, os legistas se disseram suficientemente satisfeitos com as investigações efetuadas para publicar o seguinte comunicado: “Consideramos que o cadáver examinado é o mesmo que foi autopsiado como sendo o de Benito Mussolini em 30 de abril de 1945, pelos professores Cattabeni, Scolari e D’Abundo, e em seguida submetido ao levantamento antropométrico do professor Antonio Astuti.”

Seguiu-se um longo período de segredo em nome das razões de Estado e de contingências de política interna e externa impostas pela Guerra Fria. Por ordem do governo democrata-cristão, que não

queria que se repetissem as profanações do cemitério de Musoccò nem, sobretudo, que o túmulo do antigo ditador fosse transformado em lugar de culto pelos nostálgicos do *ventennio* fascista, os despojos de Mussolini foram enterrados, com a concordância do cardeal Schuster, em uma capela do convento capuchinho de Cerro Maggiore, a cerca de vinte quilômetros de Milão.

Os restos mortais permaneceram onze anos nesse retiro, conhecido apenas por alguns dirigentes políticos e um punhado de religiosos. Em 1957, em clima de relativo “degelo” das relações Leste/Oeste, o governo italiano considerou que os despojos do “guia” morto podiam ser devolvidos à família. Depois de uma terceira autópsia, de simples identificação, e da entrega a *donna* Rachele do cérebro de Mussolini, conservado num vaso de formol no Instituto de Medicina Legal de Milão, eles foram sepultados, de acordo com a última vontade manifestada pelo Duce, no cemitério Cassiano em Predappio, sua aldeia natal, que haveria de se transformar por muito tempo em lugar de peregrinação e culto para os sobreviventes e inconsoláveis discípulos do empreendimento fascista.

12. Controvérsias e acertos de contas

Luigi Longo, inspirador e principal executor do Duce?

O questionamento parcial da versão de *Valerio* a respeito da execução de Mussolini foi inesperadamente reforçado com a publicação, na edição de 23 de janeiro de 1996 do *L'Unità*, de um relato dos fatos que não combinava muito com a narrativa fornecida meio século antes pelo emissário do CLNAI e do CVL. O autor era um dos principais protagonistas da operação, Aldo Lampredi (*Guido*), morto em 1973, e fora a convite de Armando Cossutta que o relato havia sido depositado no ano anterior no Instituto Gramsci de Roma. A fonte parecia ter credibilidade por ter sido afiançada por um dos dirigentes mais representativos da ortodoxia stalinista no Partido Comunista Italiano. No que dizia respeito às condições em que Audisio e Lampredi tinham sido incumbidos pelos órgãos dirigentes da Resistência de ir a Dongo efetuar a execução do ditador, de sua amante e dos dignitários da RSI detidos naquela localidade, os depoimentos dos dois convergiam, assim como na maioria dos pontos relativos aos acontecimentos da manhã de 28 de abril, desde a partida de Milão até a chegada a Dongo, confirmando Lampredi-*Guido* que *Valerio* o antecederia no local em que o Duce e seus companheiros eram vigiados pelos homens da 52ª Brigada Garibaldi. Sobre o prosseguimento das operações e especialmente a execução, em contrapartida, os relatos divergiam. Escreveu Lampredi:

Caminhamos a pé até o automóvel, fizemos os prisioneiros entrarem e eu me sentei ao lado do motorista. Audisio subiu no para-lama

traseiro e talvez Moretti no outro. O trajeto era curto, de tal maneira que rapidamente chegamos à cerca da *villa* Belmonte, onde pretendíamos realizar a execução. Enquanto Audisio se certificava de que não havia ninguém por perto e talvez esperássemos a chegada de *Lino* e *Sandrino*, que na verdade só chegaram depois da execução, aproximei-me da porteira, do lado onde estava sentado Mussolini, inclinei-me sobre ele e lhe disse algumas frases no seguinte sentido: “Quem diria que você, que tanto perseguiu os comunistas, teria um dia contas a lhes prestar?” Mussolini nada disse, e Petacci dirigiu-me um longo olhar interrogativo, para o qual só deve ter encontrado em meus olhos uma fria resposta.

Fizemos Mussolini e Petacci descerem do automóvel e se sentarem diante do muro, perto da grade. Ela, à sua direita. Audisio não leu nenhuma sentença, talvez tenha dito algumas palavras, mas não estou certo. Apontou a metralhadora, mas a arma não funcionou. Eu estava à sua direita. Lancei mão da pistola que trazia no bolso do capote e puxei o gatilho, mas em vão: a pistola tinha emperrado.

Chamamos então Moretti, que estava à nossa esquerda, perto da lavanderia. Audisio empunhou sua metralhadora e atirou nos dois condenados.

Tudo isso ocorreu num lapso de tempo muito curto, no qual Mussolini manteve-se imóvel, inibido, enquanto Petacci gritava que não podíamos fuzilá-los e se agitava perto dele, como se quisesse protegê-lo com o próprio corpo. Terá sido talvez o comportamento da jovem, de tal maneira contrastando com o seu, que no último momento levou Mussolini a um sobressalto, endireitando-se, apertando os olhos e abrindo a gola de seu capote, para em seguida gritar: “Atirem no coração!”¹

Esse relato é muito semelhante ao depoimento que *Sandrino*, um dos dois garibaldinos incumbidos da vigilância do Duce e de sua amante na residência do casal De Maria, prestara já em 1945 ao jornalista Ferruccio Lanfranchi, e que foi por este reproduzido numa audiência do julgamento de Pádua em maio de 1957. Segundo essa

fonte, baseada em testemunhas diretas, *Sandrino* estava presente no momento da execução e, assim como seu colega, assistiu à cena da morte. Ora, segundo ele, esta não ocorrera exatamente como relatada por Audisio. *Sandrino* vira *Valerio* dar dois tiros de pistola em Mussolini, que, atingido ou não, permaneceu de pé. Chamado a ajudar, Moretti disparou uma rajada que atingiu o Duce e Claretta. Ele caiu sobre um joelho e um cotovelo. Ela levantou os braços, cerrando os punhos, e tombou a seu lado. Foi então que *Valerio* deu dois outros tiros em Mussolini, que ainda se mexia.

Do depoimento de *Sandrino* poderíamos tirar duas conclusões. A primeira, que em momento algum o fundador do fascismo deu o menor sinal de "covardia", como afirmava *Valerio* em suas diferentes intervenções divulgadas pela imprensa comunista; a segunda, que Moretti talvez tivesse mais motivos que seu colega de reivindicar o título de "justiceiro" do Duce.

Mas ainda continuávamos num roteiro em que o papel principal teria sido desempenhado, tendo ou não disparado a bala decisiva, por Walter Audisio, agindo por ordem dos dirigentes da Resistência milanesa. Acontece que é precisamente para a questão da identidade do personagem escondido sob o pseudônimo de *coronel Valerio* que se voltou a investigação retrospectiva de Urbano Lazzaro (*Bill*), vice-comissário político da 52ª Brigada Garibaldi e, portanto, também testemunha direta do que aconteceu em Dongo nas duas visitas do ex-contador de Alessandria a essa localidade. Eis o que ele escreveu em 1993, no início de um capítulo dedicado ao enviado do Comitê Insurrecional milânês:

O *coronel Valerio* não era o contador Walter Audisio. Serei mais preciso: esse *coronel Valerio*, que, juntamente com Aldo Lampredi e Alfredo Mordini, chegou a Dongo nas primeiras horas da tarde de 27 de abril de 1945, no automóvel Fiat com placa BN 8840, seguido do caminhão do qual desceram Alfredo Mordini, Orfeo Landini e o pelotão de execução; esse *coronel Valerio* que logo entrou na linha de mira da minha pistola ..., que afinal me ordenou que fuzilasse imediatamente o falso conde espanhol, no qual reconhecera Vittorio

Mussolini; pois bem, esse *coronel Valerio* não era o contador Walter Audisio. E o digo com certeza porque tive oportunidade e todo o tempo de observar essa pessoa, de estudá-la e situá-la; uma pessoa, por assim dizer, que jamais esqueci.

O verdadeiro *coronel Valerio* era Luigi Longo²

O nome fora pronunciado, e que nome! O de um dos principais dirigentes do Partido Comunista, vice-comandante do CVL, e que terminaria sua carreira política como secretário-geral do PCI entre 1964 e 1972. *Bill* teria identificado o ex-chefe das brigadas internacionais da Guerra Civil Espanhola graças a uma fotografia tirada em maio de 1945, pouco depois da execução do Duce. Interrogada várias vezes pelo vice-comissário político, Lia De Maria teria reconhecido formalmente os três homens que foram buscar Mussolini e Petacci em sua residência em 28 de abril de 1945, a saber, Lampredi, Moretti e Longo (nome de guerra, *Gallo*). Já o rosto de Audisio lhe era perfeitamente estranho, o que só podia confirmar as suspeitas de *Bill*. Escreveria ele:

Eu vi Walter Audisio pela primeira vez em fotografia quando foi apresentado por Pietro Secchia como o *coronel Valerio* na basílica de Massenzio, em Roma, em março de 1947. Eu disse então a Pietro, a Sforini, a Bertinelli e a Grassi que aquele não era o *coronel Valerio* que eu tinha visto em Dongo.

Ele teria confirmação disso durante o processo do ouro de Dongo em 1957. Escreveu *Bill*:

Eu vi o contador Walter Audisio. E fiquei estupefato: aquele homem não era o verdadeiro *coronel Valerio*. Para me certificar de que não estava enganado, fiz um teste. Afirmei diante dos juízes que *Valerio* me ordenara na prefeitura de Dongo que tirasse os sapatos de Marcello Petacci. "Que sapatos?", perguntou Audisio, espantado.

Calei-me, como bom mentiroso, mas a armadilha tinha funcionado. Como poderia o verdadeiro *Valerio* desconhecer um

detalhe tão inusitado e estranho? Quando saímos da sala, *Pedro*, que em várias oportunidades afirmara que *Valerio* e Audisio eram a mesma pessoa, disse-me: “Você o apanhou com a história dos sapatos: esse sujeito não é o verdadeiro *coronel Valerio*.”

Não entraremos aqui nos detalhes dos vários argumentos expostos por *Bill-Lazzaro* para demonstrar que o Partido Comunista, do qual foi por sua vez militante convicto e ativo, cometeu uma fraude ao levar Walter Audisio a assumir a identidade do *coronel Valerio*, transformando-o – uma vez revelada ao público a participação que teria tido na eliminação de Mussolini e seus companheiros – num autêntico herói nacional. E, por sinal, a investigação de *Bill* apresenta contradições e partes obscuras às vezes tão patentes quanto as que denuncia no adversário. Mas pelo menos ele teve o mérito de contribuir, com outros, para a dessacralização de um mito que repousava em uma usurpação de identidade e de levar o PCI a reconhecer que as diferentes versões do depoimento soprado nos ouvidos de Audisio pelos dirigentes da época continham muitas inverdades.

Dois livros, publicados, respectivamente, em 1968 e 1978³ vieram corroborar a “hipótese Longo”. Seu autor, Franco Bandini, outro ardoroso defensor da tese da “dupla execução” – de que trataremos mais adiante neste capítulo –, diz-se convencido de que por trás da figura mítica do *coronel Valerio* esconde-se a pessoa muito real de Luigi Longo, e não a de Walter Audisio, mais modesta, apesar dos serviços prestados. E Bandini explica que Longo dera-se conta em Milão de que o general Cadorna, apesar de suas negativas, preparava-se para libertar Mussolini, escondê-lo até a iminente chegada dos aliados e, afinal, entregá-lo em suas mãos, como exigia a convenção de armistício de setembro de 1943. Daí a decisão de efetuar pessoalmente a eliminação dos prisioneiros, a pressa de chegar a Dongo e depois a Mezzegra e a arrogância com que impusera sua autoridade aos chefes da 52ª Brigada.

A tese da dupla execução

A publicação em 1996 – um ano antes da morte do autor – do livro de Giorgio Pisanò intitulado *Gli ultimi cinque secondi di Mussolini* [Os cinco últimos segundos de Mussolini] forneceu novos elementos à tese, defendida em especial por Franco Bandini, de que Mussolini e Clara Petacci teriam sido executados uma primeira vez separadamente, com várias horas de intervalo, em lugares e com *modus operandi* diferentes, e depois novamente fuzilados, agora juntos e já na condição de cadáveres, diante da grade da *villa* Belmonte. Muito contestada, por motivos nem sempre decorrentes do respeito às regras da “ciência histórica”, essa tese merece, em minha opinião, mais do que um simples dar de ombros. É possível não compartilhar todas as suas conclusões, como no meu caso, e ao mesmo tempo considerar que o trabalho de investigação de campo efetuado por Giorgio Pisanò é, sob muitos aspectos, exemplar.

O autor não esconde o fato de que sua investigação se baseia essencialmente em depoimentos orais (mas onde estão os arquivos?) nem sua filiação à corrente neofascista. Jornalista, diretor do semanário *Candido*, membro fundador do Movimento Social Italiano e primeiro-secretário dessa organização na federação de Como, ele seria eleito senador em 1972, conservando o mandato durante vinte anos. Em 1995, depois da “virada de Fuggi” e da transformação do MSI em Aliança Nacional, ele optou por se manter fiel à “direita nacional”, já agora representada pelo pequeno partido de Pino Rauti.

Em abril de 1945, Pisanò, então com 24 anos, encontrava-se em Valteline como oficial da X Flotilha MAS, uma unidade militar independente mobilizada sob a bandeira da República Social. Também atuava como tenente nas Brigadas Negras republicanas. O que significa que participava dos combates contra a Resistência e da repressão que os acompanhava, o que não pode deixar de inclinar o leitor a uma atitude de grande prudência no exame de seus escritos, embora o interesse dos depoimentos recolhidos e o talento do jornalista investigativo sejam inegáveis.

Giorgio Pisanò deu início à sua investigação em fevereiro de 1956, após a publicação, em *L'Europeo*, de uma série de artigos de

Franco Bandini criticando as diferentes versões da morte de Mussolini e Claretta Petacci relatadas pelo famoso *coronel Valerio*. À leitura dos depoimentos colhidos por Bandini, ficava claro que faltava um, talvez menos insignificante do que se imaginava: o de Guglielmo Cantoni, o *Sandrino* ou *Menefrego*, um dos dois garibaldinos incumbidos de vigiar os gestos e movimentos do Duce e de sua amante na residência dos De Maria.

Casado desde 1946 com uma antiga *partisane*, Savina Santi, *Sandrino* não se limitava a cultivar a terra em Pian di Spagna, ao norte do lago. Desde 1950, efetuara várias investigações para os periódicos *Meridiano d'Italia* e *Settimo Giorno* sobre os homicídios cometidos por *partisans* comunistas, que haviam ensanguentado a região depois do imediato pós-guerra: cerca de 450, dos quais aproximadamente sessenta só na cidade de Como. Acontece que uma parte desses homicídios teve como vítimas, ou supostos autores, pessoas que de alguma forma haviam se envolvido com a eliminação de Mussolini e de Petacci, e também com o desaparecimento do “tesouro de Dongo”. Talvez *Sandrino* tivesse revelações a fazer a respeito dessas duas questões, desde que se conseguisse conquistar sua confiança e despertar seu apetite de lucro – que, no fim das contas, revelou-se modesto.⁴ Resultou daí uma primeira série de confidências da parte do ex-*partisan*, da qual se depreendia que as afirmações de Audisio sobre a operação de Mezzegra eram, no mínimo, truncadas.

Sandrino afirmava, no artigo assinado com seu nome, mas redigido por Pisanò, que não participara da execução diante da grade da *villa* Belmonte. Ele chegara às pressas ao local depois de os três executores terem cumprido sua missão, e era categórico: não fora *Valerio* a abater o chefe do fascismo e sua amante. A rajada mortífera fora obra de Moretti. *Valerio* limitara-se a atirar em dois cadáveres. *Sandrino* nada mais quis dizer, temendo ser também alvo de represálias. “Existem outros pontos a respeito das últimas horas de Mussolini”, teria declarado ao interlocutor. “Mas nada mais posso dizer. Tenho de manter segredo. Não falarei, nem se me oferecer

milhões. A gente só tem uma vida. Quando chegar o momento, vou contar tudo, até o fim. E serei eu a procurá-lo.”⁵

Mas ele não o procuraria nem nada diria. Nem durante o julgamento de Pádua, em 1957, tampouco nas entrevistas que concedeu a Pisanò ao longo da década de 1960. A cada vez, ele confirmaria que o justiceiro do Duce não fora *Valerio*, que Moretti é que havia disparado a rajada mortal e que ele próprio detinha um segredo que se comprometera a não revelar, sob pena de também ser eliminado.

Vinte e sete anos haviam transcorrido desde a expedição de Giulino di Mezzegra, quando *Sandrino* morreu repentinamente, levando para o túmulo o seu segredo e deixando como referência para o diretor de *Candido* apenas um nome que lhe escapou na última conversa. Esse nome fora esquecido pelo jornalista já agora eleito senador. Para resgatá-lo, ele só poderia recorrer à viúva do ex-*partisan*, Savina Cantoni, o que se revelou difícil porque ela não tinha lá grande simpatia por um ex-combatente da República Social, tendo sido ela mesma, aos dezesseis anos, estafeta no contingente garibaldino da região de Lario e encarcerada durante dois meses em uma prisão de Como, ao lado da *partisane Gianna*.

Giorgio Pisanò precisou de muita paciência para conseguir que Savina Cantoni se dispusesse a cooperar na “busca da verdade sobre os acontecimentos de Mezzegra”. O senador pelo MSI soubera por *Sandrino* que este tinha redigido um relatório para a eventualidade de ser eliminado, no qual relatava o que vira em 28 de abril de 1945 na residência dos De Maria e nas imediações da *villa* Belmonte. Pisanò também encontrara em suas anotações o nome da pessoa que estava de posse desse documento: um certo Giulini, ex-secretário comunal em Gravedona. Era provavelmente a pista correta, e por isso Pisanò procurou mais uma vez Savina Cantoni, já agora menos hostil ao ex-oficial da milícia republicana. A decepção foi grande. Estávamos em 1995, e Giulini morrera três anos antes. A viúva de *Sandrino* sabia que o marido redigira um relatório sobre a morte de Mussolini e Petacci, mas ele nunca lhe dera a conhecer seu

teor. Como Giulini também estava morto, por que não procurar seu sobrinho, que poderia ter tomado conhecimento do dossiê?

Não entraremos nos detalhes da investigação que acabaria levando Pisanò a passar do sobrinho, Ugo Tenchio, que de nada se lembrava, ao tabelião Casnati, igualmente desinformado da existência do hipotético relatório, passando por dom Bianchi, pároco de Gera, a aldeia em que Giulini fora prefeito. Nem sinal do documento procurado, apenas informações colhidas aqui e ali, ao sabor dos encontros e entrevistas. Giulini teria reconhecido na presença de testemunhas estar de posse do relatório-testamento de *Sandrino*, um texto redigido em 1945 e que só deveria ser levado a público cinquenta anos depois, em decorrência de um juramento coletivo imposto aos executores do Duce e de Petacci, assim como às pessoas presentes no momento da execução dos dois prisioneiros. Onde estava guardado o relatório e aos cuidados de quem? Sobre esses dois pontos, nada transpirou.

Foi, afinal, da parte de Savina Cantoni que vieram as revelações decisivas. Interrogada no início de 1996 pelo diretor de *Candido*, a viúva de *Sandrino* acabou reconhecendo que tinha medo. De quem? Dos sobreviventes da operação de 28 de abril, ora! E ela se recusava obstinadamente a dizer algo mais. Somente na segunda entrevista com Pisanò, em 8 de fevereiro de 1996, é que resolveu falar. À pergunta "Mussolini e Petacci foram mortos à tarde diante da grade da *villa* Belmonte?", ela respondeu:

Não. Eles não foram mortos à tarde diante da grade da *villa* Belmonte. Ouvei meu marido contar que nessa manhã estava de guarda na porta do cômodo onde se encontravam os prisioneiros, Mussolini e Petacci, quando viu subirem a escada Michel Moretti e dois outros *partisans* que não conhecia nem nunca tinha visto. Os três ordenaram-lhe que ficasse no patamar, distante do quarto, enquanto eles entravam no local. ...

Ainda no patamar, meu marido ouviu um dos três dizendo: "Agora vamos levá-los a Dongo para fuzilá-los." E um outro gritando:

“Não vamos matá-los aqui.” E depois outras vozes engroladas, os gritos da mulher e detonações de armas de fogo ...⁶

Era praticamente tudo que ela sabia. Do relatório de *Sandrino*, supondo-se que de fato existisse, não se falava mais. Pelo menos não estava mais no centro da investigação, que vinha a tomar um novo rumo, do qual se depreendia que a lenda do *coronel Valerio*, “justiceiro” de Mussolini diante da grade da *villa Belmonte*, fora inventada. Era pelo menos o que a viúva Cantoni acabara por confessar ao entrevistador, para, em seguida, orientá-lo na direção de uma pista que haveria de se revelar decisiva.

Após as confidências de Savina Cantoni, Giorgio Pisanò decidiu concentrar suas pesquisas no terreno onde haviam transcorrido, meio século antes, os últimos minutos do Duce e de sua amante e sua execução. Seguindo os itinerários que podem ter sido percorridos pelos executores e suas vítimas, e confrontando suas conclusões com as diferentes versões fornecidas por Audisio, o jornalista obteve a confirmação do fato de que os dois prisioneiros foram executados uma primeira vez pela manhã, para em seguida serem transportados até diante da *villa Belmonte* e fuzilados depois de mortos, pouco depois das dezesseis horas.

Ele também descobriu uma casa situada a apenas algumas dezenas de metros da residência dos De Maria. Era habitada por uma família numerosa, bem conhecida na região, da qual fazia parte Dorina Mazzola Vanini, que tinha cerca de vinte anos à época daqueles acontecimentos. A recepção foi particularmente cordial. Dando continuidade ao artigo do *L'Unità* que revelava alguns novos elementos, muitos em contradição flagrante com a vulgata oficial divulgada desde 1945 pelo PCI, Dorina tinha vontade de falar, sobretudo do que pudera observar de sua janela na manhã de 28 de abril: “Eu vi quando mataram Claretta Petacci”, diria ela sem rodeios. Seguiu-se uma longa entrevista na qual a senhora Mazzola entregou ao interlocutor cópia de um relatório de cerca de trinta páginas por ela assinado. Nele, Dorina relatava os fatos que pudera testemunhar.

Tendo sido despertada à meia-noite por ruídos de passos, ela entrevira pelas venezianas da janela de seu quarto um grupo de homens armados, visivelmente *partisans*, acompanhados de duas mulheres, sem que se soubesse de onde vinham ou para onde iam. Depois, nada mais, até oito da manhã, quando, tendo se levantado um pouco mais tarde que de hábito, ela ouviu duas detonações de armas de fogo, seguidas de muitos tiros de fuzil e pistola:

Mais alguns segundos, e começou uma discussão furiosa na casa dos De Maria. Giacomo De Maria berrava, batendo com os punhos numa mesa, e Lia De Maria chorava e gritava, desesperada: "Como é que uma coisa assim pode acontecer na nossa casa?"

Depois, enquanto a discussão continuava, percebi que no pátio diante da casa estavam vários homens que se movimentavam entre a porta da casa e a do porão. ...

O que me chamou a atenção foi que entre eles se percebia um indivíduo careca que, apesar da manhã cinzenta e fria, usava apenas uma camiseta branca e se deslocava mancando, a passos lentos. ... Foi então que apareceu no janelão do segundo andar da casa dos De Maria uma jovem que gritava: "Socorro! Ajudem-nos!" Mas ela foi puxada para o interior, enquanto continuava a gritar e chorar. Enquanto isso, o homem careca de camiseta branca tinha desaparecido e eu ouvi, bem distintos um do outro, sete tiros de arma de fogo. Todos disparados diante da casa dos De Maria.

O alarido prosseguia. Homens entravam e saíam correndo da casa. ... Houve em seguida uma fuzilaria no pátio diante da casa dos De Maria, e finalmente toda a confusão cessou.⁷

Às onze horas, Dorina Mazzola foi "chamada" pelos pombos da criação paterna, exigindo sua ração, com bicadas e bater de asas. Do ponto de observação onde se havia instalado, protegida por um monte de ferragens que a escondia de eventuais importunos, ela assistiu à transferência do corpo de Mussolini da casa dos De Maria para o automóvel negro estacionado mais adiante, aparentemente destinado a essa finalidade. Prossegue ela:

Eu voltara a ouvir as queixas desesperadas da mulher que pedira socorro. Dessa vez, mais perto. E de repente surgiram, na virada do caminho, outros homens que se davam os braços e caminhavam lentamente. Por trás deles surgiu uma mulher que caiu de joelhos diante do que estava no meio dos três, beijando-lhe os pés. ...

Na medida do possível, desloquei-me então para a esquerda, sempre por trás do monte de ferragens. E vi quando um dos *partisans* aproximou-se da jovem, dizendo-lhe alguma coisa enquanto acariciava seus cabelos e tentando fazê-la levantar-se. Mas ela continuava desesperada. ...

[*Chegam ao local cerca de quinze outros garibaldinos.*] Eles cercaram os três homens que caminhavam de braços dados. Tive a impressão de que levantaram um braço e depois outro do homem que estava no centro Percebi que haviam trocado o capote do homem do meio. Ele usava inicialmente um capote militar e agora outro de aspecto civil e de cor marrom. Tudo me parecia muito estranho. Mas quando os três homens, depois de algumas evidentes hesitações, decidiram adiantar-se alguns passos, eu me dei conta imediatamente de que o indivíduo do centro não se sustentava nas pernas. Ele era apoiado pelos dois outros pelas axilas. E tinha a cabeça caída para a esquerda. Esse homem estava morto.

Foi então que, sempre escondida, Dorina assistiu ao fim de Claretta Petacci. Ouviu inicialmente vozes altas de *partisans* que não estava vendo, mas que, com toda a evidência, tratavam de afastar os curiosos – sem dúvida atraídos pelas detonações –, gritando: “Afastem-se! Saiam daqui! Voltem para onde estavam!” Apareceu então, na curva do caminho, a jovem visivelmente aterrorizada. Ela tentava correr, com um lenço na mão direita, uma bolsa sob o braço esquerdo. Continua Dorina:

Nesse momento, alguém disparou uma rajada de metralhadora. As balas passavam zunindo perto de mim. Algumas atingiram as paredes da minha casa e da loja, à minha esquerda, onde meu pai depositava móveis velhos.

Os pombos, assustados, saíram voando, ao mesmo tempo em que tinha início entre os *partisans* um verdadeiro fim de mundo. Os homens berravam, xingavam, se insultavam, e as mulheres gritavam de pavor. Parecia que todos tinham enlouquecido. As primeiras palavras que consegui entender foram: “Mas que merda! Olha só o que você fez!” E depois: “Quem foi o imbecil que atirou? De onde foi que saiu? É melhor nem aparecer, ou lhe amarro os intestinos no pescoço!”⁸

Depois de trocar o ponto de observação do segundo andar por uma janela do térreo, de onde podia observar mais de perto o cadáver do homem de camiseta branca e capote marrom, já agora manchados de sangue, Dorina Mazzola desviou o olhar na direção de onde vira surgir a jovem, dando então com outros *partisans* que carregavam pelo braço outro corpo protegido por um capote. “Foi então”, escreve ela em seu relatório, “que entendi por que não estava mais ouvindo o choro desesperado da mulher: o cadáver era dela. A rajada de metralhadora destinara-se a ela. No campanário da igreja soaram nesse momento as doze badaladas.”⁹

Dorina Mazzola ainda tinha muitas revelações a fazer. Um vizinho dissera-lhe que tinha visto *partisans* tirar de um carro negro um homem morto, coberto de sangue, e que tinha sido lavado na fonte da aldeia. A caminho de Avezzano, aonde fora fazer compras, pessoas da região lhe haviam informado que Mussolini e Petacci tinham sido fuzilados por garibaldinos em frente à grade da *villa* Belmonte. Conversando dias depois com um jovem resistente, Paolo Guerra, futuro prefeito comunista de Tremezzo, ela lhe contou o que havia visto. E ele respondeu: “Cale a boca, caso contrário será morta.” Por isso ela se mantivera calada durante cinquenta anos.

Do resto Pisanò veio a tomar conhecimento através de outros informantes, a começar por Savina Cantoni, novamente interrogada em 28 de fevereiro, pelo casal Vanotti, que tinha conhecido *Sandrino*, e por outro casal, os Nastri, também depositários de confidências do antigo garibaldino. Os Nastri forneceram detalhes importantes sobre o que acontecera na manhã de 28 de abril na

casa dos De Maria. Segundo seu depoimento, os *partisans* que entraram no quarto não eram os que matariam Mussolini e que, nesse momento, esperavam no pátio, e sim os outros, os que o arrastaram pela escada e o prenderam com cadeado no estábulo. Foi lá que Mussolini teria sido abatido por volta das nove da manhã, para em seguida ser transportado, coberto de excrementos de vaca, até uma fonte pública, para ser lavado, e depois para a frente da grade da *villa* Belmonte, onde teria ocorrido a encenação da falsa execução.

Faltava esclarecer uma questão: dentre os *partisans* presentes no local, quem tinha disparado os tiros de pistola ou as rajadas mortais? Os confidentes de *Sandrino* eram unânimes: referindo-se às supostas declarações do ex-garibaldino, eles sustentavam que nem Lampredi nem Moretti podiam ser considerados diretamente responsáveis pela eliminação do ditador, como tampouco *Valerio-Audisio*. Depois de examinar o uso do tempo de cada um deles, cotejar as fontes orais de que dispunha e sopesar as razões apontando em uma direção ou outra, o diretor de *Candido* chegou à mesma conclusão que Lazzaro: o executor de Mussolini só podia ser Luigi Longo. E ele enumerava os motivos que a seus olhos corroboravam a tese de *Bill*. Escreve ele:

Assim é que chegamos a Luigi Longo, na época chefe incontestado da frente antifascista no norte da Itália, fosse como presidente do Comitê Insurrecional ... que assumira plenos poderes políticos e militares, fosse na qualidade de comandante das Brigadas Garibaldi, que representavam mais de 90% do contingente *partisan*, ou ainda como responsável pela organização do Partido Comunista acima da linha gótica.¹⁰

Desde a noite de 27 para 28 de abril, Longo era mantido informado hora a hora do que acontecia em Dongo, graças à eficiente rede de comunicação do Partido Comunista. Ele ficara sabendo que a operação de transferência de Mussolini e de Petacci para Brunate fracassara e que os dois prisioneiros tinham sido

transportados para Bonzanigo di Mezzegra, onde os chefes da 52ª Brigada Garibaldi pretendiam escondê-los até poder entregá-los aos aliados. Mas Longo não queria saber disso de modo algum. Estava em questão a autoridade do Comitê Insurrecional, que determinara a eliminação do ex-ditador sem esperar que um hipotético “tribunal popular” confirmasse ou não essa decisão.

Não era a primeira vez que o ex-inspetor-geral das brigadas internacionais da Guerra Civil Espanhola tivera de recorrer à justiça sumária para fazer valer as ordens da direção stalinista, inclusive entre os adversários do fascismo. Assim foi que rapidamente tomou a decisão de agir por conta própria. Deixando Milão em direção a Como, já às sete da manhã ele se encontrava na sede do PCI dessa cidade, onde o esperavam dois dirigentes locais do partido, Gorreri e Mentasti, assim como Moretti e *Neri*, que se haviam adiantado ao chefe para levá-lo até Bonzanigo di Mezzegra. Às nove horas, Longo chegou ao pátio da casa dos De Maria e imediatamente ordenou que Mussolini fosse trazido à sua presença.

Isso significa que o futuro secretário-geral do PCI acabou pessoalmente com a vida do ditador? Pisanò não fornece um argumento decisivo a esse respeito. Examinada de perto, sua investigação apresenta, como a de Urbano Lazzaro, quase tantas incertezas, contradições e lacunas quanto as diferentes versões de *Valerio-Audisio*. As “provas” que supostamente forneceria da tese da dupla execução decorrem basicamente de depoimentos orais, dos quais apenas um é de primeira mão – o de Dorina Mazzola, que praticamente assistiu ao vivo à transferência dos restos mortais do Duce e à morte de Clara Petacci. Mas nem por isso deixa de ser verdade que foram, de fato, as confidências por tanto tempo guardadas pela velha senhora e, afinal, fornecidas sem rodeios ao jornalista e senador neofascista que puseram fim à *omertà* generalizada, cinquenta anos depois dos acontecimentos, como haviam determinado os executores de abril de 1945. As conclusões a que chega Pisanò, morto em 1997, a respeito dessa liberação coletiva nem sempre são convincentes. Mas não será depreciando seu trabalho por motivos ideológicos ou acadêmicos e criticando as

“elucubrações de um saudosista da ditadura”, como se chegou a escrever quando do lançamento de seu livro, que haveremos de contribuir para fazer valer uma verdade para a qual sua investigação obstinada sem dúvida contribuiu.

Claretta teria sido torturada e violentada?

Nem todas as narrativas publicadas, nem todas as hipóteses levantadas desde 1945 a respeito dos “acontecimentos” de Dongo e Mezzegra merecem a atenção. Eu tenderia a incluir nessa categoria o estudo publicado em 2008 por Alberto Bertotto, professor associado de medicina na Universidade de Perúgia, com o título *La morte di Mussolini. Una storia da riscrivere*¹¹ [A morte de Mussolini. Uma história a ser reescrita]. A tese de Bertotto lhe foi sugerida pelos resultados do exame – realizado após a autópsia de Cattabeni – em dez gramas de material cerebral de Mussolini efetuado nos Estados Unidos a pedido de especialistas americanos que pretendiam analisar o tecido cerebral do ex-ditador. Desse procedimento, realizado pelo doutor W.E. Haymaker no Instituto de Patologia de Washington com o objetivo de verificar se o Duce apresentava ou não traços de uma afecção luética, Bertotto tirou a conclusão, no mínimo inesperada, de que ele teria tentado suicidar-se, quando acompanhado de Petacci na casa dos De Maria, rompendo nos dentes uma cápsula de cianeto. Agonizante, teria sido liquidado por uma rajada de metralhadora disparada por Giuseppe Frangi (*Lino*), o colega de *Sandrino*, incumbido, como ele, da vigilância dos dois prisioneiros.

A lista dos supostos “justiceiros” de Mussolini e de sua amante provavelmente não está fechada, assim como a das testemunhas indiretas. No último capítulo deste livro, trataremos do relato feito pelo *partisan* Bruno Giovanni Lonati, comissário político da 101ª Brigada Garibaldi, sobre seu próprio papel nos acontecimentos do dia 28 de abril de 1945 e das relações que teria tido com os serviços secretos britânicos. Mas devemos, antes, examinar uma questão que

muito deu o que falar e que diz respeito mais especificamente a Clara Petacci: teria ela sido vítima de violências e mesmo de sevícias sexuais antes de ser morta?

Em 1956, a pedido dos pais de Clara, o tribunal de Como determinou uma investigação sobre o assassinato dela. A acusação tinha como alvo Walter Audisio, eleito em 1948 deputado pelo Partido Comunista Italiano e quase universalmente conhecido então como o “*Valerio justiceiro*” da *villa* Belmonte. Os delitos e crimes de que era acusado o ex-contador de Alessandria eram os seguintes: homicídio voluntário com agravante, profanação de cadáver, espancamento, roubo e apropriação indébita. Não se falava de estupro nem de tortura. É bem verdade, como sabemos, que, por expressa solicitação do clínico Bucalossi, não se fizera autópsia da jovem em abril de 1945. Seus restos mortais foram simplesmente fotografados de todos os ângulos, sendo em seguida enterrados ao lado dos de Mussolini e – após o sequestro do corpo do Duce – transferidos para a quadra número dez do cemitério de Musocco.¹²

Em fevereiro de 1957, a pedido da família, o cadáver de Claretta foi novamente deslocado e depositado em uma sepultura de trinta anos – mas não por muito tempo, pois começou a circular o boato de que a amante de Mussolini teria ocultado objetos de valor em seu corpo ao se deslocar para Dongo na companhia do irmão Marcello e de sua concubina, Zita Ritossa. E foi, por sinal, graças a ela, a quem fizera confidências e que veio a dar com a língua nos dentes, que os Petacci, para evitar uma profanação semelhante à que ocorrera com os despojos de Mussolini dois anos antes, efetuaram, em abril de 1957, nova exumação, para em seguida sepultar definitivamente os restos mortais de Claretta no túmulo da família no cemitério de Verano, em Roma. Foram então encontrados, costurados no forro de seu casaco e em seu sutiã, uma caixinha de pó de arroz de ouro, uma pequena corrente de ouro e um diamante de treze quilates. Em consequência disso, o advogado da família, Andrea D’Attilia, redigiu um documento oficial declarando que, em decorrência das operações de reconhecimento e reconstituição dos restos mortais da jovem “realizadas com todas as garantias necessárias e na presença

de um médico da administração sanitária e de funcionários qualificados”, ele estava em condições de atestar que “Clara, ainda em vida, recebeu um violento golpe no rosto, que provocou a ejeção de um incisivo não recuperado e o rompimento de mais um, que foi encontrado em meio aos despojos no caixão”. Por outro lado, “a maçã do rosto direita apresentava um buraco profundo, com segmentos de ossos afundados no interior”. Para o especialista, não era possível que semelhante fratura tivesse sido produzida *post mortem*.

Essas constatações clínicas não podiam deixar de provocar polêmica. Houve quem quisesse enxergar aí, por motivos tanto comerciais quanto políticos, a “prova” de que a jovem, antes de ser abatida, fora vítima de sevícias corporais e de um estupro coletivo cometido pelos garibaldinos. Para corroborar essa interpretação escabrosa dos últimos momentos de Clara Petacci, invocou-se a proibição do CLN de que os legistas milaneses fizessem uma autópsia no corpo da amante do Duce, com o único objetivo de ocultar as violências a que ela teria sido submetida. Houve até a transmissão radiofônica de uma entrevista em que um suposto médico declarava, ao vivo, que os tiros de armas de fogo que teriam matado os dois hóspedes da casa dos De Maria tinham sido disparados depois de sua morte. O médico, não identificado, mas cujas declarações seriam reproduzidas em artigo publicado no jornal de extrema direita *Il Borghese*, dizia ter assistido à necrópsia de Clara (mas qual necrópsia?), tendo constatado que ela não morreria em consequência das balas atiradas contra ela e Mussolini, mas dos golpes recebidos e de uma grave hemorragia decorrente da introdução violenta de um bastão ou objeto similar nos orifícios anovaginais.

Que crédito pode dar o historiador a essa versão dos últimos momentos de Claretta e do ex-chefe da República Social? Este, com efeito, ao se levar em conta os adeptos da tese do estupro assassino, tampouco teria sido poupado pelos garibaldinos. Ele também teria sofrido a tortura do bastão, sendo em seguida espancado e sufocado até morrer: declarações gratuitas, baseadas

apenas no depoimento de um desconhecido mantido no anonimato. Mas o próprio Pisanò não hesita, em seu livro, em dar como certa uma versão dos fatos que em parte contradiz a sua – a saber, a versão da execução separada dos dois condenados.¹³

No que diz respeito a Claretta Petacci, as coisas são um pouco mais complicadas, mesmo se afastadas – por falta de provas – as acusações a respeito de torturas que teria sofrido e das causas de sua morte. Cabe lembrar que no processo de 1956 não se falou de “estupro coletivo”, como o define hoje nosso direito penal, sem senso do ridículo, já que nenhum depoimento direto permitia escorar semelhante acusação. Mas continuam de pé as dúvidas decorrentes da ausência de roupa íntima no corpo de Clara Petacci, constatada por *Valerio* durante a exposição dos corpos na *piazzale* Loreto, e que obrigara o chefe dos “justiceiros” a encontrar uma explicação plausível (um incidente em que se haviam defrontado os passageiros do furgão que transportava os corpos dos fuzilados e um contingente das Brigadas Garibaldi), e também, naturalmente, a questão do ferimento na maçã do rosto e dos incisivos quebrados, constatados pelo advogado dos Petacci na operação de reconhecimento dos restos mortais da jovem em 1957. De qualquer maneira, se houve estupro, o que me parece absolutamente improvável, não terá sido nas condições descritas. Não é possível, como fez Giorgio Pisanò, considerar decisivo o depoimento de Dorina Mazzola descrevendo o assassinato da amante de Mussolini e ao mesmo tempo aceitar afirmativas baseadas em vagos boatos destinados a desacreditar um pouco mais o adversário político.

A eliminação de Mussolini: uma questão política?

A decisão de eliminar fisicamente o fundador do fascismo inseria-se em um contexto de concorrência entre o Partido Comunista, dono de uma preponderância política e militar incontestável, e as outras organizações mobilizadas sob a bandeira do antifascismo, a começar

pelo Partido Socialista. Mas as turbulências e dissensões que afetavam essas diferentes organizações nas últimas semanas da guerra não se resumiam a essa rivalidade. Elas também se davam no interior do governo, nomeado pelo soberano e que deveria governar toda a península a partir de Roma, sob a chefia de Ivanoe Bonomi, e nessas próprias organizações – inclusive, para não dizer sobretudo, no interior do Partido Comunista.

Em 1945, os comunistas italianos iam de vento em popa. Tendo sobrevivido a mais de quinze anos de repressão fascista, não sem grande dificuldade, o PCI encontrara na luta clandestina e na militância conduzida, a partir de 1942, nas indústrias e nos sindicatos oficiais um segundo fôlego que lhe permitira surgir na Liberação como a força política mais poderosa, mais bem-organizada e mais preparada para tomar o poder. Em abril de 1945, parecia claro que os dirigentes comunistas não precisavam esforçar-se muito, tendo em vista a desordem generalizada e a grave miséria das massas italianas, para transformar a guerra dos *partisans* em uma ampla insurreição popular. É bem verdade que os exércitos aliados não teriam deixado de reagir diante de tal processo. Mas a questão não chegou a ser colocada. O secretário-geral do partido, Palmiro Togliatti, refugiado na União Soviética durante a guerra, retornara de Moscou em março de 1944 com ordens muito precisas de Stálin: nada de revolução em um setor no qual, de certo modo, estava em jogo o destino da Europa e que o senhor da União Soviética considerava – muito antes da “partilha” de Yalta – estar destinado a seus parceiros ocidentais. A “reviravolta de Salerno”, em outras palavras, o realinhamento tático do PCI programado por Togliatti, aceitando deixar a questão do regime político (república ou monarquia) entre parênteses, abria, assim, uma era de cooperação com as outras organizações antifascistas, visando, antes de mais nada, apressar a liberação do território nacional para, em seguida, mobilizar um processo de democratização do Estado, primeira etapa do que o dirigente comunista considerava ser o “caminho italiano para o socialismo”.

Se de modo geral o PCI seguiu seu principal dirigente – simples questão de disciplina *partisane* –, alguns comunistas que combateram durante meses nas unidades garibaldinas receberam com frieza as ordens moscovitas transmitidas por *Ercole* (nome de guerra de Togliatti). Já no outono de 1943, quando ele preconizou, falando de Moscou, a colaboração com o marechal Badoglio, a base militante reagiu fortemente, mobilizada ao redor de Luigi Longo, e rejeitou a ideia de uma participação no governo presidido pelo velho marechal. Também estava fora de questão aceitar a preservação da monarquia. Em 1945, radicalizadas pelos atos de violência das milícias fascistas e dos SS, pelos sofrimentos durante a luta *partisane*, pelo sentimento de que chegara o momento de transformar a guerra civil patriótica em luta de classes, uma parte dos militantes, minoritária, é bem verdade, mas decidida, não hesitava mais em denunciar como “reviscionista” a linha política imposta por Togliatti.

O que não significa que tenha havido duas linhas facilmente identificáveis na direção do partido: a do secretário-geral e a dos partidários da “guerra revolucionária”. Togliatti era por demais hábil para fazer o jogo de eventuais detratores. No caso da eliminação de Mussolini, como vimos, ele não deixara de reivindicar a iniciativa. Longo fora ainda mais longe: organizara a operação de Mezzegra e Dongo, e talvez mesmo a tivesse dirigido, sob o pseudônimo de *coronel Valerio*.

Nas bases, a divisão entre os “radicais” e os “moderados” era mais acentuada. Terminada a guerra, acabou levando a sanguinolentos acertos de contas, como na região do Lario. A política nem sempre era a motivação dominante daqueles que mantinham acesa a nostalgia da época da Resistência. Em nome do “expurgo” inacabado e da “revolução traída”, quantos atos homicidas cometidos por motivos muito diferentes: ciúmeiras e conflitos pessoais, antigas disputas entre “panelinhas”, sede de lucro, dificuldade de adaptação para homens e mulheres que em poucas semanas passaram da condição de heróis à de simples figurantes.

De maneira geral, a prestação de contas deu-se em prejuízo dos vencidos: militantes conhecidos e não raro tendo cometido os mesmos crimes que seus justiceiros, militantes de camisa-negra que complementavam a ação da SS ou da Wehrmacht ou simples companheiros de estrada do fascismo. Mas o campo dos vencedores tampouco foi poupado, o que ficava patente, antes mesmo da execução do ditador deposto, nos conflitos em que se opunham, no interior da organização comunista e mesmo de algumas unidades garibaldinas, os partidários de uma linha moderada, envolvendo a colaboração com os aliados, e os adeptos de uma política de rompimento, com vistas à conquista imediata do poder. Ao longo desta narrativa, encontramos vários exemplos, todos anteriores à morte do Duce: os dirigentes do PCI de Como, Sforzi e De Angelis, embarcados à força por *Valerio* e, mais adiante, encarcerados por ordem sua na prefeitura de Dongo, as relações tensas entre *Bill* e o mesmo *Valerio*, Lampredi e Mordini, deixando este último em Como para serem os primeiros a identificar os lugares onde estavam escondidos Mussolini e a amante etc. Até os primeiros dias de maio de 1945, quando os canhões se calaram, a maioria dessas dissensões partidárias não levou realmente a autênticas ações de comandos contra militantes do outro campo. Muito diferente foi o que ocorreu nos meses que se seguiram à capitulação alemã. Só na região do Lario, centenas de militantes pagaram com a vida a filiação a essa ou àquela facção da organização comunista – quase sempre ao clã togliattista. Com a vida, mas também com a honra: muitas vezes bastava denunciar como criptofascistas ou traidores – sem a mais leve sombra de prova – aqueles cuja eliminação se desejava, para que não se enfrentasse grande dificuldade em executá-la. A *omertà*, ditada pelo terror, fazia o resto.

Entre as vítimas desses acertos de contas que desempenharam papel importante nos acontecimentos de 28 de abril de 1945 em Giulino di Mezzegra e em Dongo estão Luigi Cantoni (o *capitão Neri*) e sua companheira, Giuseppina Tuissi (*Gianna*). Ambos, como vimos, integravam a pequena equipe de *partisans* que, para livrar Mussolini e Clara Petacci da justiça sumária preconizada pelo Comitê

Insurrecional, tinham tentado encontrar-lhes um refúgio, primeiro nas vizinhanças de Como, depois em Giulino di Mezzegra, onde o próprio *Neri* costumava esconder-se para escapar aos milicianos fascistas. O que significa que ele participou da operação de transferência do chefe da RSI montada por Sardagna e Cademartori com a bênção do general Cadorna.

Teria sido esse o motivo que levou ao assassinato de *Neri-Cantoni* pelos antigos camaradas de partido na noite de 7 para 8 de maio de 1945, cerca de dez dias apenas após a execução do Duce e de Claretta? A justificativa fornecida pelos mandantes do assassinato foi que *Neri* traíra seus companheiros de armas ao ser torturado na sede do *fascio* de Como, a célebre “casa de vidro” do fascismo – torturas que seriam comprovadas em outubro de 1946 no tribunal da cidade por antigos carcereiros de camisa-negra. Encarcerado juntamente com sua companheira, *Gianna*, no início de janeiro de 1945, *Neri* conseguira fugir três semanas depois, em condições rocambolescas. O que, no entanto, não teria sido suficiente para torná-lo suspeito aos olhos de alguns de seus camaradas de partido se não tivesse ocorrido nos dias subsequentes uma onda de detenções de dirigentes locais. O que teve como efeito imediato voltar contra ele indivíduos que esperavam apenas uma oportunidade favorável para se livrar de um companheiro de armas cujos reputação e carisma atentavam contra sua própria imagem.

Em 25 de fevereiro, em um depósito de Milão, vários desses representantes da tendência radical do partido, liderados por Amerigo Clocchiati, decidiram constituir-se em “tribunal popular” para debater a culpa do *capitão Neri*. À exceção de Pietro Vergani (*Fabio*), comandante-geral das divisões garibaldinas da Lombardia, nenhum deles conhecia pessoalmente *Neri*, mas corria na região o boato de que sua suposta fuga tivera como contrapartida a entrega aos fascistas de uma lista de dirigentes garibaldinos. Quem poderia dar crédito a tal boato? É verdade que Luigi Canali não era um stalinista de estrita observância. Ele representava, segundo Giorgio Cavalleri,

o tipo do idealista puro. Para ele, o comunismo representava, não sem uma certa tendência utopista, a síntese política e humana de todas as aspirações: liberdade individual, justiça social, promoção das classes populares, mas também honra, coragem, honestidade. Sentimentos que pareciam antes ligados ao patrimônio do socialismo humanitário (ao qual o *partisan* de Como, por tradição de família, estava longe de ser estranho) do que talvez ao comunismo.¹⁴

Um elétron livre, se quiserem, mas também um combatente acima de qualquer suspeita, parecendo difícil a quem conhecesse seu passado imaginar por que teria sido levado a trair.

E, no entanto, foi aparentemente sem maiores dilemas que o “tribunal popular” reunido em Milão condenou *Neri* à morte, por “covarde envolvimento com o inimigo fascista”, sem qualquer referência a fatos concretos e unicamente com base na suspeita de que teria falado sob tortura – o que seria desmentido pelos soldados do exército de Salò que estavam no quartel onde ele foi provisoriamente encarcerado e de onde realmente conseguiu fugir. Quanto a *Gianna*, os “juízes” decidiram que seu caso não devia ser separado do de seu companheiro. Pois não tinha sido libertada depois de sofrer terríveis torturas, graças à intervenção de um capitão da polícia alemã, no momento em que estava a ponto de ser mandada para um campo de extermínio? Que teria dado em troca da vida e da liberdade? Pouco importa: não era disso que a acusavam. *Gianna* seria perseguida e eliminada pelo simples fato de ser a amante de *Neri*.

O veredicto de 25 de fevereiro não teve consequência imediata. Os camaradas de Como não saíram correndo para encontrar os dois condenados. Quanto a Bellini Delle Stelle e Moretti, respectivamente comandante e comissário político da 52ª Brigada Garibaldi, apressaram-se, pelo contrário, a nomear Canali chefe do estado-maior da brigada, cargo criado naquela circunstância para valorizar seu papel na luta *partisane*.

Resta o fato de que, na véspera da execução de Mussolini, a sentença pronunciada contra o casal era teoricamente incontornável.

Neri e *Gianna*, informados a respeito, redigiram em conjunto um relatório sobre os acontecimentos que haviam protagonizado durante o cativeiro e nas semanas subsequentes. *Neri* tentou até mesmo encontrar-se com dirigentes comunistas de cuja hostilidade estava informado para tentar convencê-los de sua inocência e da de sua companheira: em vão. Mas nem isso o levou a deixar a zona de combates, certo de que a verdade acabaria sendo reconhecida, em vez de fugir para a Suíça, como tinham feito a partir de novembro de 1944 vários dirigentes das unidades garibaldinas, a começar por seu principal adversário e acusador, Dante Gorreri, secretário do PCI de Como.

Sobre o que ocorrera em Mezzegra em 28 de abril, *Neri* sabia o suficiente para que aqueles que o haviam condenado e a sua amante à morte quisessem passar à execução. Outras razões militavam no mesmo sentido, algumas de ordem puramente material e relativas ao “tesouro de Dongo”, de que trataremos no próximo capítulo, outras de caráter decididamente pessoal: ciúmeira em relação a um combatente de prestígio ou decepção amorosa de apaixonados rejeitados pela bela *Gianna*. Tudo isso encobrindo dissensões reais na organização comunista. O resultado foi o duplo assassinato, com algumas semanas de intervalo, do *partisan* recém-promovido a chefe de estado-maior da 52ª Brigada Garibaldi e de sua antiga estafeta.

Antes de se livrar do “criminoso de guerra *Neri*” – expressão com que era designado na sentença do “tribunal popular” –, os mandantes de sua execução ordenaram a eliminação de seu amigo Giuseppe Frangi (*Lino*). Este tomara conhecimento do que estava sendo tramado pelas costas de Canali e tentara adverti-lo. Foi abatido em 5 de maio de 1945. Seu cadáver seria encontrado à beira do rio Albano, em pleno centro de Como, mas as circunstâncias de sua morte jamais seriam esclarecidas.

O assassinato de *Neri* ocorreu dois dias depois, na noite de 7 para 8 de maio, em condições que tampouco seriam esclarecidas. De acordo com certas fontes, ele teria sido abatido em Altaia del Naviglio Pavese, Milão. Para outros, teria sido liquidado em Pizzo,

pequena localidade entre Moltrasio e Cernobbio, tendo o cadáver sido atirado no lago, sem nunca ter sido encontrado. Falou-se também de um quartel de Como de onde o chefe *partisan* teria sido arrancado à força à noite, sendo transportado para uma localidade ao norte do lago e assassinado por um comando dirigido por dois executores das missões sujas do partido, Maurizio Bernasconi e Dionisio Gambaruto.

Para os mandantes dessa eliminação de um companheiro de armas que se tornara incômodo, faltava então apagar os traços de sua memória. Assim foi que as semanas que se seguiram à execução do Duce assistiram a uma série de assassinatos políticos, sendo o mais odioso deles o de *Gianna*. A jovem sofrera demais com os maus-tratos impostos pelos malfeitores fascistas, por se conformar em ser acusada de cúmplice de um covarde e de ter colaborado com os próprios torturadores. “Não creio que venha a suportar por muito tempo o tormento que se abateu sobre mim”, escreveria em carta a uma amiga que conheceu na prisão, Vincenzina Coan: “Mesmo quando se é forte como eu fui no passado, certos golpes contra nossa dignidade, contra nossos ideais, quando nos sentimos acusados de traição, quando vemos morrer nosso companheiro como um covarde, e sabemos que ele viveu por um puro ideal, sentimo-nos esmagados e desejamos a morte.”¹⁵

Apesar de claramente instada a deixar de se preocupar com o destino de seu companheiro desaparecido, *Gianna* decidiu efetuar investigações com a irmã de *Neri*, Alice Cantoni, e para isso foi à região do lago que seus “camaradas” de partido lhe haviam rigorosamente proibido. Lá, seria morta em 23 de junho, em Pizzo di Cernobbio. Localizada por *partisans* amigos dos “justiceiros” de *Neri* e *Lino* quando circulava de bicicleta, ela foi denunciada ao chefe local da “polícia popular”, um certo Cassinelli, sequestrada por dois indivíduos numa moto e levada para a margem do lago, abatida e atirada na água no exato dia em que completava 22 anos.

A morte de *Gianna* e a de sua amiga e confidente Anna-Maria Bianchi, morta em 4 de julho e atirada ainda viva no lago, deram o sinal para uma série de assassinatos da mesma natureza e seguindo

os mesmos procedimentos – duas balas na nuca e um mergulho definitivo no lago de Como –, tendo como vítimas *partisans* que haviam cometido o crime de saber um pouco demais a respeito dos acontecimentos de 28 de abril em Mezzegra, sobre o assassinato de *Neri* e de sua companheira ou, ainda, sobre a maneira como ocorrera o saque do “tesouro de Dongo”.

13. Em busca do “tesouro de Dongo”

ENTRE OS MISTÉRIOS que acompanham as últimas horas de vida de Mussolini, o do tesouro de Dongo tem alimentado diversos boatos. Trata-se de uma reserva de valor considerável que o Duce e seus parentes pretendiam preservar caso conseguissem chegar à Suíça ou à Alemanha. O fracasso da empreitada fez com que os fundos, valores e objetos preciosos que tinham em seu poder ao deixar Milão passassem de suas bagagens para as bolsas dos carcereiros ou de “salvadores” interessados, quando não foram parar pura e simplesmente nos cofres do Partido Comunista Italiano. Vamos tentar acompanhar, aqui, alguns dos itinerários desse maná inesperado em uma Itália exangue.

Banditismo de Estado

Mussolini não esperou ser lançado no caminho do exílio para se apropriar do “fundo de reserva” da República, constituído de uma carteira de valores estrangeiros englobando 2.150 libras esterlinas em ouro e 2.765 em papel, 278 mil francos suíços, 149 mil dólares, 18 milhões de francos franceses, 10 mil pesetas, 15 mil escudos portugueses, vários lingotes de ouro e objetos preciosos. Em 23 de abril, tudo isso foi posto em cinco ou seis malas acomodadas em um caminhão em Gargnano e levadas para a prefeitura de Milão, onde o ditador se instalara. Na noite do dia 25, elas foram transferidas para vários automóveis da coluna de partida para Como, sob o controle do prefeito Luigi Gatti, secretário particular do Duce. Mussolini dispunha, além disso, do caixa do Ministério do Interior, de 82 milhões em espécie providenciados pelo diretor do Banco da Itália e

de cerca de 66 quilos de ouro em pulseiras, anéis, alianças etc., confiscados de particulares nas regiões de Abruzzi e Marche, quando estas ainda estavam sob o controle dos fascistas.

Os dirigentes que acompanhavam o Duce tampouco tinham se esquecido de se servir à vontade. O ministro do Interior (Zerbino) levava 18 milhões de liras; o ministro da Cultura Popular (Mezzasoma), 15 milhões; o das Comunicações (Liverani), 15 milhões também; e o ministro das Obras Públicas (Ruggero Romano), 12 milhões. Os fundos retirados por este último dos cofres da República Social fizeram um percurso no mínimo singular. Na caravana de fugitivos, o ministro estava acompanhado da esposa, Rose Marie Mittag, e dos dois filhos, de três e quatorze anos. Argumentando ser de origem alemã e estar grávida de quatro meses, a boa senhora conseguira juntar-se ao comboio dos soldados alemães autorizados pelos *partisans* a prosseguir além de Musso. Levava consigo o filho menor, ao passo que o mais velho devia ficar com o pai. Cuidara também de dar maior visibilidade a seu estado, passando ataduras na cintura – subterfúgio que não escapou à vigilância de um capitão da alfândega, de serviço em Chiavenna, na fronteira suíça, e que não hesitou em mandar Rose Marie Mittag descer da ambulância em que se encontrava e obrigá-la a abrir suas malas. Nelas foram encontrados 1.350 napoleões e outras moedas de ouro, 2.700 libras esterlinas em papel, 15 milhões de francos franceses, 63.700 dólares e 17 mil francos suíços. Assim foi que as autoridades suíças recusaram à esposa do ministro autorização para entrar no território da Confederação, entregando-a, com o conteúdo de suas malas, aos *partisans* da 90ª Brigada Garibaldi.

Caberia questionar a origem dos bens apreendidos nas bagagens dos dirigentes. Dinheiro público, tirado do bolso dos contribuintes? Naturalmente, mas também produto de confiscos abusivos – não tendo sido os judeus, como se poderia esperar, os menos visados –, atos de chantagem, operações fraudulentas etc. A esse montante devemos acrescentar os bens e valores de posse de particulares, a começar pelos da família Petacci. Marcello tinha um relógio de ouro no punho, uma cigarreira e uma caneta de ouro nos bolsos e 2 mil

francos suíços escondidos nos sapatos. Sua concubina, Zita Ritossa, trazia três anéis de diamante, um relógio de ouro com várias dezenas de brilhantes e 20 mil liras. Quanto a Claretta, estava de posse de um relógio e de uma caixa de pó de arroz de ouro, assim como de três grandes diamantes costurados em suas roupas.

Primeiros desfalques, primeiros balanços

Só uma parte dos fundos e objetos relacionados chegou à prefeitura de Dongo, onde se efetuou, na noite de 28 de abril, um inventário dos bens confiscados pelos homens da 52ª Brigada. As primeiras retiradas nos valores de posse dos antigos dirigentes da RSI tinham sido efetuadas na manhã do dia 27, quando o comboio se detivera em Musso à espera de um acordo entre os homens de Bellini Delle Stelle e os alemães. Várias testemunhas arroladas no processo de Pádua declararam que passageiros do veículo blindado, acompanhados de alguns civis do pessoal dos correios, tinham procedido a uma autêntica pilhagem do veículo. Durante as poucas horas em que ele ficou estacionado, desfilaram diante do olhar indiferente dos "protetores" alemães sacos cheios de cédulas, caixas ou malas nas quais os fascistas tinham amontoado às pressas tudo que tivesse algum valor.

Entre os dirigentes, funcionários e outros acompanhantes do ex-ditador que participaram dessa investida, raros tiveram de devolver sua parte do butim antes de seguir caminho para Dongo. Os outros se aproveitaram da parada forçada na entrada da aldeia de Musso para confiar aos habitantes o produto de sua rapina, depois de longos entendimentos. Eles queriam que os interlocutores tomassem conta dos bens furtados ou recuperados e os devolvessem no fim da guerra, em troca de uma confortável recompensa. Pura ilusão!

Os alemães não ficaram totalmente alheios à dispersão do "tesouro de Dongo". Provavelmente foram eles que aliviaram seus "protegidos" italianos dos cerca de 36 mil objetos de ouro encontrados mais tarde no rio Mera, perto do seu afluente com o

lago. Também teriam queimado antes de capitular, na noite de 27 de abril, muitos maços de cédulas de mil liras, num montante de várias centenas de milhões.

Um maço de libras esterlinas também foi roubado na noite de 25 para 26 de abril em Garbagnate, juntamente com documentos ultraconfidenciais provenientes dos arquivos do gabinete particular do Duce. A caminhonete Balilla usada nesse transporte – que, como lembramos, sofrera uma pane a caminho de Como – fora esvaziada da maior parte de seu conteúdo. O resto dos bens foi recuperado pelo prefeito Grassi e reintegrado ao comboio.

Quanto aos homens da 52ª Brigada Garibaldi, não se fizeram de rogados quando se tratou de saquear os veículos que ficaram sem vigilância, uma vez detida em Dongo a coluna. E, por sinal, foi para impedir que a pilhagem adquirisse dimensões ainda mais preocupantes que *Neri* ordenou à sua companheira, *Gianna*, que procedesse a um primeiro inventário dos bens confiscados, em uma sala da prefeitura de Dongo. A jovem passou toda a noite de 28 de abril – portanto, após a morte do Duce e de seus derradeiros companheiros – fazendo essa lista. Ela se estende por cinco folhas datilografadas, com as assinaturas de Pier Luigi Bellini Delle Stelle, Urbano Lazzaro, Michele Moretti, *Neri* (o único que assinou com o nome de guerra), Pietro Terzi, todos membros do estado-maior da brigada, assim como a da própria *Gianna*. Os valores relacionados somavam cerca de 1,5 milhão de liras italianas, 76 mil francos suíços, 92 libras esterlinas em cédulas, 10 mil pesetas, uma caneta de ouro lavrado, um pedaço de corrente e uma pequena medalha, ambos de ouro – o que mostra que os saques efetuados desde a parada da véspera em Musso tinham aliviado consideravelmente o maná acumulado pelos fascistas.

Não deixa de ser interessante constatar que, já a essa altura, a questão do destino dos fundos se colocava para os signatários do relatório, que a mencionam na parte final desse documento:

O comando da brigada, reunido na pessoa do comandante *Pedro*, do comissário *Pietro*, do chefe de estado-maior, *Neri*, do vice-comissário

Bill, com a aprovação do comissário de guerra na zona de Como, *Francesco*, considerando que durante toda a guerra *partisane* o único organismo que se interessou, que ajudou e valorizou os esforços sempre consideráveis e não raro heroicos dos garibaldinos foi a federação comunista de Como em sua função periférica do PCI, e certamente traduzindo o sentimento de todos os garibaldinos e da população da região, que muito de perto deu assistência à sua luta, decide entregar os valores mencionados à própria federação comunista de Como.¹

A questão toda era saber nas mãos de quem ia parar o produto da espoliação mussolinista. Nesse ponto capital, havia divergências no próprio comando garibaldino. *Pedro* e *Bill*, que não eram comunistas, queriam que os valores usurpados pelos representantes do Estado fascista voltassem às mãos do jovem poder democrático italiano. Os outros inclinavam-se, juntamente com Moretti, para a devolução dos fundos à federação comunista de Como. Quanto a *Neri*, que apesar de pertencer ao PCI preservava grande autonomia em suas avaliações, não atribuía à palavra “entregar”, que constava do relatório do levantamento, o mesmo significado que seus camaradas de partido. Ele considerava que a entrega dos bens nas mãos da federação de Como era um sinal de reconhecimento dos combatentes para com essa organização, que tivera um papel essencial na luta contra os fascistas e seus aliados, mas, segundo ele, essa entrega devia ser apenas provisória, pois o destino final dos fundos e valores recuperados só poderia ser o Estado italiano, liberado e expurgado. Entende-se assim que *Neri* – e isso não deixaria de ter consequências no conflito que o opunha a Dante Gorreri – se tivesse tornado então, mais ainda do que antes dos acontecimentos de 28 de abril, a *bête noire* da federação de Como e inimigo íntimo de seu secretário-geral. Como vimos, *Gianna* e ele pagariam com a vida o fato de não terem se alinhado com as posições da minoria insurrecional do PCI.

O caso não podia deixar os aliados indiferentes, especialmente os americanos, aos quais os agentes do OSS fizeram ver o risco de se negligenciar uma considerável transferência de fundos para os cofres

do Partido Comunista. Já não fora de muito boa vontade que eles se tinham visto obrigados a fornecer armas leves aos *maquis* do norte da Itália. Permitir que os comunistas mantivessem suas unidades de combate e se abastecessem fartamente de armas clandestinas – em um momento em que ainda não se sabia da insistência com que Stálin dissuadira Togliatti de desencadear uma segunda guerra civil – representava um perigo que o estado-maior americano não pretendia correr. É por isso que, por melhores que fossem as relações entre os agentes do OSS e certos dirigentes das brigadas garibaldinas, tudo aquilo que pudesse comportar algum elemento de dissimulação causava desconfiança. Quem poderia garantir que o balanço efetuado pela *partisane Gianna* e assinado pelos chefes da 52ª Brigada não era adulterado? A suspeita era tanto maior por ser considerável a diferença entre os dados fornecidos pelos *partisans* e a avaliação que os americanos fariam dos bens levados pelos fascistas ao deixarem Como.

Essa avaliação foi feita por um antigo oficial da Comissão Aliada de Ocupação da Itália, Edmund Palmieri, e um funcionário administrativo do OSS, John Kobler.² O valor mencionado superava 66 milhões de dólares, mais de 60 milhões dos quais constituídos por valores (espécies monetárias, lingotes de ouro e objetos preciosos) retirados do “fundo de reserva” da República Social, 4 milhões extraídos do fundo do exército e da aeronáutica alemães, 1.210 milhões de dólares em divisas estrangeiras do “fundo pessoal” do Duce e cerca de 50 mil dólares obtidos com as alianças que as mulheres italianas tinham oferecido ao ditador deposto quando das sanções votadas pela Sociedade das Nações na guerra da Etiópia.

Que foi feito do “fabuloso tesouro” de Mussolini?

Não foi fácil seguir a pista do “tesouro”. Em Milão e Dongio, e mais adiante na própria localidade onde se efetuou o levantamento dos bens restantes, foram muitos os saques, de um lado, por iniciativa

dos detentores desses valores ou de militares fascistas que os acompanhavam, e, de outro, por parte de desconhecidos, *partisans* ou simples habitantes locais, cujas retiradas se revelavam em geral modestas. Encontrá-los e também os responsáveis por roubos ocorridos depois do levantamento feito por *Gianna* e assinado pelos membros do estado-maior da 52ª Brigada era praticamente impossível no clima de generalizada desordem que reinava na Lombardia em abril-maio de 1945.

O que sabemos do destino dos bens inventariados em Dongo deve-se aos depoimentos publicados por alguns dos protagonistas e testemunhas dos acontecimentos de 28 de abril e das semanas que se seguiram à execução de Mussolini, assim como às atas das audiências do interminável julgamento do chamado “ouro de Dongo”, iniciado em 1949 e que durou quase dez anos, de adiamento em adiamento, entre diferentes transferências de competência e recusas por parte do tribunal de examinar uma questão dependente de outra jurisdição. A causa era tanto mais difícil de julgar porque à questão dos desvios de bens misturava-se a dos homicídios cometidos com o objetivo de impedir revelações sobre os responsáveis por esses roubos e os protagonistas da guerrilha que já opunha, no interior da organização comunista, os partidários da conquista insurrecional do poder aos defensores de uma linha mais flexível, exatamente aquela que Stálin provisoriamente impusera a Togliatti.

Bill-Lazzaro forneceu em seus escritos detalhes interessantes a respeito dos bens apreendidos entre Musso e Dongo, antes do inventário solicitado por *Neri*. Ele explica em particular que, durante o interrogatório de Marcello Petacci, o *coronel Valerio* apropriara-se da cigareira e da caneta do irmão de Claretta, ambas de ouro maciço. A bolsa de Zita Ritossa fora confiscada pelo veterinário de Dongo, um certo doutor Giacobbe, sem qualquer autorização dos dirigentes da brigada. Os valores pessoais dos dirigentes fascistas Romano, Daquanno, Pallotelli, Marcucci, Gatti e alguns outros ficaram retidos ainda em Dongo, mas ao que parece não foram incluídos no inventário realizado por *Gianna*.³

Os valores e objetos preciosos furtados pelos militares da coluna do tenente Fallmeyer e que seriam, afinal, recuperados por *Bill* tiveram um destino mais caótico. Havia duas enormes malas cheias de ouro, diamantes e joias, totalizando cerca de 36 quilos de objetos preciosos que o tenente mandou jogar no rio Mera para que não fossem apreendidos pela alfândega suíça na passagem pela fronteira, e que foram resgatados por um pescador de Sorico, que os entregou a *Bill*, o qual, imediatamente, os depositou na Caixa Econômica de Domaso. Entre os bens que Rose Marie Mittag, a esposa do ministro Ruggero Romano, tentara esconder em suas bagagens e que foram apreendidos na alfândega suíça e depois entregues aos comandantes da 90ª Brigada Garibaldi, os irmãos Porchera (Tiberio e Caio), metade foi confiscada por eles, que assim distribuíram 675 moedas de ouro, representando uma soma de 314 mil liras. O resto foi embolsado por outro dirigente garibaldino, Siro Rosi (nome de guerra *Lino*, o mesmo usado por Giuseppe Frangi).

Entre os 39 pacotes guardados em 27 de abril em uma sala da prefeitura de Dongo, não foi encontrado aquele em que estava a sacola do ministro Zerbino, contendo 1,15 milhão de liras em cédulas de cem e quinhentos. Nenhum sinal tampouco do “cofre de cor escura” que um *partisan* do destacamento Gramsci havia notado no veículo blindado, e que lhe parecera “cheio de pulseiras, colares e joias de todos os tipos”, nem do saquinho contendo 90 mil liras que fora confiado a uma certa Gioisia Fumagalli em uma sala de aula da escola de Musso aonde haviam sido conduzidos vários prisioneiros. E nada, finalmente, da carteira de Pavolini – peça aparentemente destinada a se tornar objeto de colecionador! Não surpreende que um *partisan* a tenha visto passar do bolso do secretário-geral do Partido Fascista Republicano ao de um de seus colegas da 52ª Brigada. Em compensação, os garibaldinos conseguiram recuperar 160 mil liras nos bolsos do ministro do Interior, na residência de um de seus familiares. Magra colheita, em comparação aos milhões perdidos ou furtados.

Quanto aos valores acumulados e inventariados na noite de 28 de abril, é mais uma vez graças a Lazzaro que encontramos uma

pista. Em resumo: *Bill* afirma que depois de ter depositado na Caixa Econômica de Domaso, na qualidade de vice-comissário da 52ª Brigada, os fundos recolhidos no ato da detenção de Mussolini, ele os havia retirado em 2 de maio a pedido de *Pedro*, com exceção de uma soma de mais de 3 milhões de liras destinada a cobrir as despesas da brigada e do CLN de Como. Acompanhados de Antonio Scappin, sargento da Guarda das Finanças e comandante do posto de Gera, os dois tinham então ido a Milão, com a intenção de entregar ao general Cadorna os bens e os documentos secretos confiados a *Bill* pelo próprio Mussolini na noite de 27 de abril.

Deixemos de lado, por enquanto, a questão dos documentos contidos na sacola do Duce para seguir o caminho dos fundos confiscados. Tendo Cadorna concordado em receber os dois chefes *partisans* e o sargento Scappin, na companhia do coronel Alfredo Malgeri, comandante da Guarda das Finanças de Milão, decidiu-se que seria providenciada a entrega em caráter oficial dos documentos e do fundo inventariado por *Gianna*. Mas seria necessário chegar à sede do comando do CVL. Scappin fora incumbido de ir buscá-los onde estavam escondidos, ou seja, debaixo do altar da igreja paroquial de Gera, segundo combinação feita com o pároco, dom Gusmeroli. Mal chegou de carro em frente ao portão do CVL de Milão, contudo, o sargento deparou-se com Michel Moretti (*Pietro*), que lhe ordenou que retornasse a Como, onde foi separado de seu precioso butim sem sequer a sombra de um recibo. Dos valores de um montante ainda considerável que não caíra nas mãos de saqueadores, restavam agora apenas 160 libras esterlinas em ouro e 1,7 milhão de liras italianas em cheques, que Lazzaro fez questão de entregar pessoalmente nas mãos do general Cadorna.

Mas nem tudo estava completa e definitivamente perdido. Dias depois, com efeito, *Bill* encontrou *Pietro*, que se tornara alvo dos comunistas de Como por não ter recuperado toda a soma inventariada em Dongo. Ameaçado pelo vice-comissário da 52ª Brigada Garibaldi, ele teve, assim, de entregar-lhe um recibo referente a 33 milhões de liras e às 35.880 liras de objetos preciosos resgatados do fundo do rio Mera.

Quem terá, afinal, tirado proveito do “tesouro de Dongo”? Com toda a certeza, os *partisans* das brigadas Garibaldi que operavam na região de Lario. O processo de Pádua permitiu esclarecer, com a ajuda de documentos, que os 33 milhões de liras e os 36 quilos de ouro recuperados por Lazzaro tinham sido usados para pagar sua bonificação de mobilização, equivalendo a 30 mil liras por *partisan*. O Estado italiano teria recuperado uma parte dos fundos associados aos documentos secretos de que trataremos no próximo capítulo? É a tese que parece ganhar respaldo com Ferruccio Parri, chefe do governo de união nacional de junho a dezembro de 1945, em artigo publicado em *La Stampa* em 1957, propondo uma interpretação algo consensual dos acontecimentos:

Considero o desaparecimento do suposto tesouro de Dongo um episódio que pode ter aspectos desagradáveis, mas que é exatamente o que foi, ou seja, um simples episódio no contexto complexo e infinitamente mais vasto da liquidação da guerra *partisan*. Devemos levar em conta duas circunstâncias. A primeira é o estado de indescritível confusão e desordem em que o desmoronamento do fascismo e a retirada desordenada dos alemães mergulharam todo o vale do Pó, situação naturalmente favorável a apropriações e roubos por parte de todos, combatentes improvisados e população. Por outro lado, um julgamento equânime deve levar em conta os enormes valores e bens, riquezas materiais e somas em dinheiro resgatados, salvos e mais adiante devidamente entregues às autoridades.⁴

Mas tudo indica que devemos buscar junto ao Partido Comunista, em um contexto pré-revolucionário e ao mesmo tempo de oposição violenta entre partidários da luta armada e militantes obedientes às ordens de Togliatti, os principais beneficiários da caça ao “tesouro de Dongo”. É o que se depreende, por exemplo, desse relatório secreto que o advogado Davide Grassi, questor de Como, enviou no fim de 1945 ao sucessor de Parri à frente do governo italiano, Alcide De Gasperi:

De todo o conjunto de informações e confidências recebidas; dos fatos que se desenrolaram e continuam a se desenrolar; das conversas confidenciais com alguns dos chefes do Partido Comunista, de certas reticências de sua parte, de algumas das surpresas que manifestaram, de suas contradições, devemos concluir que a questão do ouro do Duce não pode ser isolada, estando vinculada a uma situação muito mais ampla e mais importante, de caráter estritamente político e de natureza extremamente delicada, tanto mais por fazerem parte do governo, em caráter permanente e nos postos-chave, representantes desse partido; acontece que este, no caso de se lançar luz completamente não só sobre o ouro de Dongo, mas também sobre a atividade clandestina a ele associada, seria irremediavelmente atingido, tendo como consequência reações que hoje seria difícil prever.

Em compensação, é certo que no Partido Comunista, ou, antes, ao lado dele, por simples tática política e para ter sempre à mão um alibi cômodo, existe uma organização militar secreta, em estreita relação com a missão russa de Milão, situada no número 10 da avenida Matteotti.

É indubitavelmente a essa organização que afluiu o suposto "ouro de Dongo", como também afluiu o ouro confiscado em Chiavenna por formações *partisanes* da 90ª Brigada Garibaldi.⁵

O processo do "ouro de Dongo"

Terão assim transcorrido doze anos até que, contra o pano de fundo da Guerra Fria e do "milagre" econômico, tivesse início no tribunal de Pádua o processo dos supostos culpados de desvios de fundos, roubos, receptações, danos a terceiros, homicídios e cumplicidade em homicídios no caso do chamado "tesouro de Dongo". Como explicar essa autêntica paralisia do aparelho judiciário italiano, quando, no imediato pós-guerra, tantas vozes reclamavam alto e bom som, com repercussão em uma poderosa campanha de imprensa, que os fatos fossem esclarecidos e que houvesse justiça

para os protagonistas dos acontecimentos daquele 28 de abril e da onda de assassinatos que se seguiu à execução de Mussolini nas fileiras da Resistência comunista?

Essa questão não pode ser desvinculada do expurgo legal e da generosa anistia concedida à imensa maioria dos antigos fascistas pelo ministro da Justiça, que em 1946 não era outro senão o número um do Partido Comunista, Palmiro Togliatti. Executante dócil – mas perfeitamente realista – das ordens estritas de Stálin, ele impôs ao PCI uma linha de colaboração com as outras forças antifascistas, que consistia em procurar o consenso mais amplo possível.

Nomeado ministro da Justiça no governo Parri e depois no primeiro governo De Gasperi, Togliatti podia ao mesmo tempo conceder perdão aos fascistas da véspera, entre os quais se encontravam verdadeiros criminosos de guerra, e permitir que fossem processados *ex-partisans* que, em sua maioria, haviam cometido delitos considerados menores. Justiça para os combatentes desviados do bom caminho, plena indulgência para os militantes da causa fascista: a desigualdade era por demais evidente, e também muito perigosa, para que o hábil secretário-geral da organização comunista não buscasse caminhos de compromisso – que, por sinal, os dirigentes da Democracia Cristã, tendo chegado ao poder em 1948, se apressariam também a trilhar. O constante adiamento do processo do ouro de Dongo insere-se nesse contexto de coexistência pacífica.

O processo de Pádua não foi a única iniciativa jurídica no contexto global dos crimes e delitos que começaram com a execução de Mussolini. Em 1949, os pais e a irmã de Clara Petacci haviam processado o Ministério do Interior e o major carabineiro Celio, que os havia detido por atividades fascistas em julho de 1943. Eles também tinham feito uma denúncia a respeito da morte de Claretta e seu irmão. Como essa queixa foi rejeitada em agosto de 1955 pelo tribunal de Roma, depois de intermináveis procedimentos jurídicos, os pais de Clara Petacci se constituíram parte civil para evitar que os responsáveis pelo assassinato de seus dois filhos se beneficiassem

da prescrição, estabelecida em dez anos nesse tipo de caso. Era um expediente destinado a questionar a decisão do tribunal de Roma, que decidira que as execuções de Claretta e Marcello deviam ser consideradas “atos de guerra”.

A intimação do casal Petacci visava Walter Audisio, a essa altura senador comunista por Alessandria, e o ex-comandante da 52ª Brigada, Bellini Delle Stelle, dos quais os queixosos reivindicavam, respectivamente, 130 e 100 milhões de liras, aquele por danos materiais e morais causados pelo assassinato de Claretta e por profanação de cadáver, este na qualidade de responsável pela morte de Marcello Petacci. Depois de dois adiamentos, o caso finalmente foi apresentado no tribunal de Como em setembro de 1964, mas ainda se passaram três anos até que o juiz de instrução encerrasse o processo, considerando o pleito improcedente. Audisio foi absolvido pela Justiça italiana porque os fatos que lhe eram atribuídos não estavam enquadrados na lei, já que os homicídios ocorreram “durante uma ação da guerra *partisane* e no contexto de uma luta necessária contra os alemães e os fascistas, no período da ocupação inimiga”. O juiz observava, além disso, que os assassinatos de Claretta e Marcello Petacci deviam ser encarados “no contexto mais amplo da execução de Mussolini e de seus partidários, do qual representavam um episódio constitutivo”. Pedro também foi isentado pelo juiz, pois não podia ser considerado responsável pela morte de Marcello. A chegada a Dongo do *coronel Valerio*, de patente superior à sua e que fora o verdadeiro instigador da execução, o isentava de qualquer condenação pelos fatos que lhe eram atribuídos. O que significa dizer que a ação judicial movida pela família Petacci resultou em total absolvição.

O processo que teve início no tribunal de Pádua em 29 de abril de 1957 – aniversário da exposição dos cadáveres na *piazzale* Loreto – é de outra magnitude: estavam presentes 36 acusados, cerca de trezentas testemunhas, cinquenta pessoas representando as partes civis, dezenas de jornalistas italianos e estrangeiros. Entre as testemunhas estavam alguns dos principais dirigentes da Resistência italiana: o general Cadorna e seus dois adjuntos imediatos à frente

do CVL no norte da Itália, Ferruccio Parri e Luigi Longo, assim como o comandante das formações católicas, Enrico Mattei, e o dirigente comunista Gian Carlo Pajetta. As acusações eram as seguintes: desvio e malversação de fundos, extorsão, roubo e roubo com agravantes, receptação de bens, homicídio com agravantes ou não e cumplicidade em homicídio. A instrução deteve-se em uma dezena de casos de assassinato, entre eles os de *Neri* e sua companheira, *Gianna*, do advogado Attilio Cetti e de sua esposa (eliminados por motivos rigorosamente pessoais), de Anna-Maria Bianchi e seu pai, Michele, e também de *Lino-Frangi*, primeiro na lista de vítimas.

Os ingredientes do processo – na hipótese de que também não viesse a ser sufocado sob o peso dos procedimentos jurídicos e dos segredos políticos – prometiam mobilizar a opinião pública, não só em virtude do tesouro roubado e das testemunhas assassinadas, mas porque seria impossível impedir a imprensa de falar da execução do Duce e da suposta correspondência entre ele e Churchill. E também porque anunciava-se a convocação como testemunhas de personalidades ligadas ao ditador morto, como Edda Ciano, *donna Rachele*, Vittorio e Romano Mussolini e, ainda, os herdeiros de Pavolini.

Quem não se lembra, no momento em que teve início o julgamento, do interminável jogo de empurra da “batata quente” que envolveu durante doze anos os tribunais civis e militares de Milão, Pádua, Veneza e Como, assim como os magistrados do Tribunal de Recursos e os membros do Parlamento (entre os réus havia deputados e senadores), até que o dossiê finalmente fosse parar na mesa de Auguste Zen, presidente do tribunal de Pádua? Será que finalmente se veria a Justiça triunfando sobre a *omertà* e as pressões políticas? Para isso, seria necessário que o julgamento durasse o suficiente para que cada uma das duas partes fizesse valer sua argumentação, com a devida apresentação de provas e testemunhos: para uns, tratava-se de denunciar os crimes e desvios de fundos cometidos pelos comunistas, para outros, de negar os fatos que lhes eram imputados ou legitimar os que não podiam ser negados, em nome do combate patriótico e dos sofrimentos

suportados pelos membros da Resistência. Estava fora de questão que os comunistas reconhecessem publicamente que os acertos de contas do imediato pós-guerra tivessem como principal causa as divisões no interior do partido. Preferia-se atribuir-lhes razões puramente locais, essencialmente ligadas à questão do “tesouro de Mussolini”, e botar os homicídios de 1945 na conta de rivalidades pessoais ou da “traição”.

No momento em que as teses da acusação pareciam a ponto de levar à condenação uma parte dos réus, especialmente os que haviam ordenado os homicídios de 1945, executado pessoalmente os *partisans* excessivamente “falantes” ou ajudado os assassinos – os Gorreri, Bernasconi, Vergani, Negri, Gambaruto e consortes –, um acontecimento inesperado – por alguns considerado suspeito – viria infletir o longo percurso da verdade. Na manhã do dia 24 de julho de 1957, durante uma visita dos membros do tribunal aos locais onde os homicídios haviam sido cometidos, um dos jurados, Silvio Andrighetti, foi acometido por um infarto, sendo hospitalizado na clínica de emergência da Cruz Vermelha em Como. Por seu estado de saúde ser crítico, o juiz Zen adiou as audiências para o dia 5 e depois para o dia 19 de agosto. Nessa data, o tribunal teria de visitar a aldeia de Pizzo di Cernobbio, onde *Gianna* fora assassinada, a de Acquaseria, onde havia sido encontrado o corpo torturado de sua amiga Anna-Maria Bianchi, e o quartel de Milão, onde se dera a execução de *Neri*. Acontece que essa audiência jamais ocorreria, como tampouco as que deveriam ter se seguido a ela. Na manhã de 13 de agosto, Silvio Andrighetti, deprimido, pôs fim aos seus dias.

Não era possível dar prosseguimento ao julgamento. Ao escolher os jurados, o juiz Zen não tomara o cuidado de designar uma quantidade suficiente de suplentes, e o que ficaria no lugar de Andrighetti não assistira a todos os debates do tribunal. Foi necessário então adiar o processo com data indeterminada, o que significava recomeçar do zero, com um novo júri. Tanto tempo depois dos fatos, a coisa não teria mais grande significado. Mas faltava explicitar o abandono de todas as ações movidas contra os autores dos crimes e delitos cometidos na primavera de 1945 – o

que os magistrados de Pádua fizeram sem excessiva pressa entre 1970 e 1973, baseando-se no decreto de anistia de 4 de junho de 1966.

A fuga e a detenção de Mussolini deram início, às vésperas do fim das hostilidades, a um processo de pilhagem e desvios de bens de considerável amplitude, dizendo respeito na maioria das vezes a fundos públicos, por sua vez desviados dos cofres do Estado pelos últimos dirigentes da República Social. Quanto ao que aconteceu a esse "tesouro", devemos nos contentar com hipóteses plausíveis. Para começar, qual seria o montante total das riquezas que mudaram de mãos ao sabor dos acontecimentos de 1945 na região de Lario? Falou-se de 600 bilhões de liras da época, soma gigantesca, mas que não se baseia em nenhuma prova incontestável. Desse total, o ouro que os *partisans* descobriram nos veículos detidos em Musso teria representado a quase totalidade das reservas do Estado fascista republicano. Supondo-se que assim fosse, ainda seria arriscado enunciar números a respeito da partilha do butim. Segundo os investigadores americanos, dos 190 bilhões de liras desviados, 400 milhões teriam ido parar nos cofres do alto-comando aliado, enquanto uma centena de milhões teria sido entregue ao CVL. O resto teria sido dispersado entre centenas de autores de pequenos furtos ou em troca de promessas de restituição com recompensa, nada disso podendo ser comprovado, naturalmente.

Em última análise, tudo indica que os dois principais beneficiários da distribuição terão sido, por um lado, o jovem Estado italiano, e por outro o Partido Comunista. Devemos essa confirmação a Massimo Caprara, que foi durante vinte anos secretário de Palmiro Togliatti e que explicaria, depois de ser expulso do partido, em 1969, que os fundos ilegalmente embolsados pela organização comunista tinham servido em grande medida para a compra da sede nacional na via delle Botteghe Oscure, da gráfica do *L'Unità* e de um hotel para hospedagem de dirigentes em visita a Roma, e também para financiar as despesas e a desmobilização das brigadas garibaldinas e

ainda para o financiamento das campanhas eleitorais de 1946 e 1948.

14. A pista dos serviços secretos

O DEBATE A RESPEITO das condições em que Mussolini e Claretta Petacci foram mortos em 28 de abril de 1945 foi reaberto em 1995 após a publicação de um ensaio de Renzo De Felice, *Rosso e nero*,¹ que teve enorme repercussão na Itália. A polêmica em relação a esse livro girou menos em torno do que nele se dizia de essencial sobre a luta entre fascistas e antifascistas nos dois últimos anos da guerra² do que das alusões de De Felice aos últimos momentos do ditador. Segundo ele, sua morte não teria sido uma questão italiana, buscada apenas pelos chefes da Resistência interna, um tiranicídio coletivamente assumido e de certa maneira legitimando o regime a ser construído sobre as ruínas do fascismo e as bases carcomidas da monarquia de Saboia.

Roosevelt contra Churchill: a guerrinha dos serviços secretos

O armistício de 8 de setembro de 1943 estipulava que o chefe deposto da Itália fascista, então detido em Campo Imperatore, um ninho de águias no coração dos Apeninos, nos Abruzzi, deveria ser entregue aos aliados assim que fosse possível botar as mãos nele. Roosevelt fazia questão. Ele pretendia aplicar aos criminosos de guerra italianos, a começar pelo Duce, que considerava o pai do fascismo e, portanto, um dos principais responsáveis pela guerra, um tratamento equivalente ao que tinha intenção de reservar a Hitler, e que haveria de se concretizar no julgamento de Nuremberg. Não parece, contudo, que ele tivesse então uma visão clara e sem contemplação da pena que deveria ser aplicada ao número dois do

Eixo. Desejava, principalmente, que o ditador, que em outros tempos havia admirado e coberto de elogios, fosse levado a um tribunal para responder por seus atos. Pois não ficara estabelecido na cláusula 29 do armistício de Cassibile, assinado por Eisenhower e pelo marechal Badoglio, que o Duce seria entregue com essa finalidade às Nações Unidas, vale dizer, aos representantes dos dezesseis países vitoriosos?

Ao ser informado pelo rádio de que o armistício fora assinado e de que, por uma de suas cláusulas, o governo de Badoglio teria de entregá-lo aos aliados, Mussolini logo se mostrara extremamente preocupado, declarando a seus guardas que estava decidido a não cair vivo nas mãos dos vencedores. Temia, sobretudo, caso fosse capturado pelos americanos, ser “mostrado” às populações “como um fenômeno de circo”. Segundo depoimentos de vários de seus carcereiros, ele teria até tentado matar-se, cortando as veias com uma lâmina de barbear. A ação de comando efetuada em 12 de setembro pelos paraquedistas do coronel Mors e do capitão Otto Skorzeny dispensou-o de chegar a tal extremo.

Em 1945, o chefe da RSI comprometera ainda mais sua imagem aos olhos dos dirigentes americanos ao atender às exortações do Führer e a tolerar as atrocidades cometidas pelas Brigadas Negras e outras milícias fascistas. Acrescente-se a isso a deterioração que começara a se manifestar nas relações entre americanos e soviéticos. Que fazer se Stálin se mostrasse um pouco mais ganancioso do que em outubro de 1944 em Moscou, diante de um Churchill de acordo com a ideia de uma “partilha” da Europa, ou em fevereiro de 1945 em Yalta? Nesse caso, como conter uma insurreição dirigida pelas dezenas de milhares de *partisans* mobilizados nas Brigadas Garibaldi? Seria o caso já de começar a pensar, como fazia Churchill, em rearmar os milicianos de camisa-negra em nome da defesa da civilização ameaçada pelo perigo vermelho? E que lugar deveria ocupar o ex-ditador em semelhante configuração? Em meados de abril, o governo de Washington hesitava em relação a que partido tomar, mas privilegiava ainda a captura.

Churchill não tinha os mesmos motivos que seu aliado do outro lado do Atlântico para proteger – pelo menos temporariamente – o homem com quem mantivera excelentes relações até o rompimento da “frente de Stresa”, em 1935, e a agressão italiana à Etiópia. As reiteradas ameaças contra o Império Britânico no Mediterrâneo oriental, no Leste africano e no Oriente Próximo não tinham sido suficientes para romper completamente a “velha amizade” entre o leão britânico e o fundador do fascismo. Foi necessário que sobreviesse a guerra para que Churchill, responsável pela sobrevivência do Reino Unido em um combate solitário contra o Eixo, mudasse radicalmente de atitude em relação àquele que outrora incensara. Entre junho de 1940 e junho de 1941, a Grã-Bretanha fora, com efeito, a única a se opor à coalizão hitlerista, e a Itália, apesar de vencida na maior parte das frentes em que mobilizara suas forças, causara ao exército inglês, e mais ainda à sua esquadra, danos pelos quais Churchill jurara fazê-la pagar.

Tudo isso explica apenas muito parcialmente o desejo de vingança do primeiro-ministro britânico em relação ao povo italiano e seu “guia”, cuja “perfídia” estava sempre estigmatizando. Se Churchill pensava em uma pura e simples eliminação de Mussolini, de preferência a cargo dos homens das Brigadas Garibaldi, era pelo fato de o Duce ter reunido em Gargnano, pensando em um futuro processo, uma quantidade de documentos confidenciais, que em parte diziam respeito às suas relações com o estadista inglês. Guardados em quatro ou cinco grandes malas, esses documentos acompanharam Mussolini até Milão, onde aqueles por ele considerados mais importantes para sua própria segurança foram transferidos para várias sacolas de cujo conteúdo – ou do que julgamos saber a respeito – trataremos adiante.

A solução americana pressupunha a presença em campo de um considerável contingente de agentes secretos, capazes de localizar o dirigente fascista e livrá-lo da “justiça popular”, com a cumplicidade de alguns notáveis locais hostis ao mesmo tempo ao regime mussolinista e à subversão comunista. Os serviços de informação americanos não esperaram a primavera de 1945 para dar início a

uma caçada ao ex-ditador, que, na verdade, começara logo após a revolução palaciana de 26 de julho. E, por sinal, uma operação de comando fora preparada quando Mussolini, sob a vigilância do exército italiano regular, encontrava-se sucessivamente nas ilhas de Ponza e de Maddalena. Considerada muito arriscada, ela fora cancelada à última hora por ordem do general Eisenhower, embora os alemães tenham conseguido chegar antes dos adversários.

De volta à esfera de influência hitlerista e compelido por ordem do Führer à chefia do governo-satélite de Salò, nos vinte meses de duração da República Social, Mussolini não correu muito o risco de ser sequestrado por um comando de choque, em uma zona controlada por numerosos contingentes da Wehrmacht e da Waffen SS. O Duce estava sob permanente vigilância de um destacamento SS, inclusive nas noites que passava com a amante em Gardone. Nesse período, os serviços secretos americanos tiveram tempo suficiente para se organizar, na parte liberada da península, para o momento em que os lances decisivos viessem a ocorrer ao norte da linha gótica.

Desde o início do segundo semestre de 1944, estabeleceu-se um autêntico vaivém entre as Brigadas de Assalto Garibaldi e as missões do OSS no norte da Itália: agentes americanos infiltrados nas unidades de *partisans*, militantes antifascistas italianos mais ou menos oficialmente mobilizados nas fileiras do Office. Essa colaboração era orquestrada em campo pelo major Robert J. Koch, o comunista Eugenio Reale e o socialista Pietro Nenni; e, de Berna, pelo futuro diretor-geral da CIA, Allen Dulles. Por seus resultados as duas partes só tiveram quase sempre motivos para se congratular. Prova disso foi o almoço de agradecimento que Luigi Longo ofereceu no quartel-general das brigadas em Milão, em 5 de maio de 1945 – uma semana depois das execuções de Mezzegra e Dongo –, com a participação de vários pesos-pesados do Partido Comunista.

Em meados de abril, cerca de 25 equipes de agentes especiais declararam-se prontas para entrar em ação, tendo como missão prioritária – aprovada pela presidência e comunicada pelo general MacNey a seu colega Mark Clark – capturar vivo o fundador do

fascismo, para ser entregue aos representantes das Nações Unidas e julgado segundo as regras do direito.

Diante dessa movimentação de profissionais da guerra secreta, os agentes dos serviços secretos de Sua Majestade, o Intelligence Service ou o Special Air Service (SAS) mostravam-se muito mais discretos. Seria por incompetência ou falta de recursos ante o poderio armado americano, por falsa indiferença, como no caso de Churchill, ou ainda por distribuição de competências e tarefas entre os dois aliados ocidentais? Ou seria pela convicção de que a melhor maneira de se livrar do Duce consistia, como desejava o primeiro-ministro britânico, em deixar que o “serviço sujo” fosse feito pelos comunistas?

O que é revelado pelos arquivos do OSS

A recente abertura e publicação, pelo governo americano, de cerca de 35 mil documentos e fichas codificadas redigidos por, aproximadamente, 24 mil agentes e empregados do Office of Strategic Services (OSS) durante a Segunda Guerra Mundial ampliou o conhecimento que tínhamos até então das redes de informações e das ações conduzidas na Europa – no caso, na Itália – pelos homens de Allen Dulles e do major Koch.

Nem todas essas operações – em sua maioria destinadas a preparar terreno para a eventualidade de que, abatidos o inimigo nazista e seu auxiliar fascista, os aliados se defrontassem com um poderoso movimento insurrecional no norte da Itália – tinham sido coroadas de êxito. É verdade que a colaboração com os *maquis* comunistas, em posição quase hegemônica em matéria militar, funcionara bastante bem. Mas será que o mesmo ocorreria no contexto de euforia revolucionária que começava a tomar conta de uma parte do povo de esquerda e da organização marxista? Continuava a pairar dúvida quanto à atitude de Stálin. Entre as operações fracassadas, o sequestro de Mussolini certamente não fora a menos importante. Para entender o que ocorrera em Dongo e

Giulino di Mezzegra entre 26 e 28 de abril, decidiu-se então despachar ao local um dos melhores agentes do OSS, com a missão de fazer um relatório detalhado a respeito das circunstâncias desse fracasso.

O agente a quem foi confiada a missão, Valerian Lada-Mocarski, não era ítalo-americano e não conhecia muito bem o país, nem mesmo a língua. Entretanto, filho de um oficial czarista que emigrara para os Estados Unidos logo após a revolução bolchevista, tinha a seu favor, além da experiência propriamente militar – era major do exército americano –, aquela que havia adquirido nas fileiras do OSS. Recrutado por Donovan em 1941, ele se desincumbira de missões no Oriente Médio, no Egito, na França e na Suíça, onde participara da caçada ao diário de Ciano.

Allen Dulles incumbiu pessoalmente Lada-Mocarski, o agente OSS 441, de ir a Lario fazer contato com os chefes das brigadas garibaldinas locais e preparar um relatório sobre as condições da eliminação do ex-ditador. A operação não era isenta de riscos. Lançado em uma zona infestada de brigadistas de camisa-negra, ele tinha de dar prova de suficiente convicção para fazer crer aos combatentes de lenço vermelho de que não tinham à sua frente um agente inimigo, e depois ser aceito pelos dirigentes de uma unidade garibaldina a ponto de que lhe revelassem as experiências por que haviam passado ou ouvido falar: a coisa toda exigia muita habilidade da parte do major Lada-Mocarski.

Os dois relatórios secretos que ele enviou a Allen Dulles são datados de maio de 1945 e se baseiam em duas fontes de natureza diferente.

O primeiro relatório foi redigido com base em relatos de várias testemunhas oculares pertencentes à 52ª Brigada. Durante sua missão, com efeito, Lada-Mocarski não demorou a estabelecer laços cordiais com os membros dessa unidade, da qual dois chefes, como sabemos, Bellini Delle Stelle e Urbano Lazzaro, não eram comunistas. Cabe, portanto, legitimamente questionar a veracidade do que foi dito ao agente OSS 441, sem deixar de levar em conta, todavia, que o americano certamente terá procedido às checagens e

aos confrontos que se impõem quando a fonte utilizada é da esfera do testemunho oral.

A mesma observação aplica-se ao segundo memorando, embora este tenha o grande mérito de incorporar em seu texto o relato escrito que o agente OSS 441 recebeu de *Neri-Canali*. Esse texto não era assinado, mas Lada-Mocarski não teve dificuldade de identificar seu autor pela qualidade do estilo e as indicações que apresentava quanto à sua personalidade e à natureza muito especial de seu envolvimento nas fileiras do Partido Comunista. O fato de se tratar de *Neri* impõe-se de maneira tanto mais clara, na medida em que o americano se refere ao informante como um chefe *partisan* “que desapareceu sem deixar vestígios”. Por esses motivos, e ao contrário do que afirma Mario Cereghino, que resgatou esses arquivos, os documentos do OSS não encerram as polêmicas a respeito da morte de Mussolini.

Alguns pontos, contudo, parecem ao mesmo tempo perfeitamente dignos de crédito e em contradição com outros depoimentos considerados sérios. A principal divergência diz respeito à presença de *Neri* no local da execução. Ela é negada por certos relatos, ao passo que o autor do memorando atribui-lhe, pelo contrário, um papel importante nos últimos instantes de Mussolini. Esse papel, todavia, não é propriamente o de um executante dócil das ordens de *Valerio*, mas antes o de um oponente da decisão do Comitê Insurrecional milanês que foi ao local para controlar a regularidade de uma execução com a qual não concordava, e cuja ação se teria limitado a desferir o golpe de misericórdia contra um Mussolini agonizante. Eis como o agente OSS 441 transcreve as declarações de *Neri*:

Mussolini ainda não estava morto: um olho estava aberto e olhava para cima. Nesse exato momento, chegou da parte mais baixa da estrada um oficial da unidade *partisane* local [o *capitão Neri*]. Queria entender o que eram aqueles tiros de arma de fogo que tinha ouvido do local onde se encontrava. O chefe *partisan* [Lampredi] que estava entre os executantes o reconheceu e fez sinal para que se

aproximasse. Constatando que Mussolini ainda estava vivo, o recém-chegado o exterminou com dois tiros de revólver.³

Tudo indica, assim, que não foi para impedi-lo de dizer o que sabia sobre a apropriação do “tesouro de Dongo” por seus camaradas comunistas que o companheiro de *Gianna* foi assassinado. Nem porque os dirigentes do PCI em Como julgassem que ele havia falado sob tortura ou entregado seus amigos para salvar a pele, mas por motivos essencialmente políticos. Escrevia Urbano Lazzaro já em 1993:

O *capitão Neri* não traía seus companheiros de luta ao ser capturado pelos fascistas em janeiro de 1945. Em compensação, tinha traído seus companheiros comunistas ao aceitar colaborar com o plano Cadorna-Sardagna-Cademartori para livrar Mussolini da justiça sumária dos camaradas e entregá-lo às autoridades aliadas. Ele sabia demais e não se podia mais confiar nele: precisava ser eliminado o mais rápido possível.⁴

É verdade que Luigi Canali já não tinha muitas afinidades com os camaradas, sobretudo os que, numerosos na região de Lario, representavam a tendência intransigente encarnada, entre outros, por Longo. A barbárie evidenciada por alguns deles na eliminação de supostos “traidores” – bem resumida na regra ditada por *Lince* (Leopoldo Cassinelli), um *partisan* de Bellano que passou da Resistência armada ao banditismo: “Um tiro de revólver na cabeça, um murro no estômago, e assim o cadáver bebe e afunda” – acabara por deixar enojado o chefe de estado-maior da 52ª Brigada. Há indicações de que, imediatamente depois das execuções de Mussolini e Clara Petacci, ele tomou a decisão de deixar a organização comunista. Foi pelo menos o que anunciou à mãe em 4 de maio, na véspera de desaparecer, ao mesmo tempo em que lhe explicava que, “por compaixão”, tinha eliminado o Duce com duas balas na cabeça. Nesse contexto, entendemos melhor que, respondendo a uma pergunta sobre a maneira como o ditador havia

morrido, ele respondesse com uma só palavra: "*Male*", expressão ambígua, é bem verdade, mas que em minha opinião se referia antes à imperícia dos executores do que à covardia do condenado à morte. A única "fraqueza" manifestada por ele teria sido pedir, num sussurro: "*Fate presto, fate presto*" (Se apressem, se apressem).

Que foi feito dos arquivos de Mussolini?

Da enorme quantidade de documentos de todos os tipos que formavam originalmente seus arquivos secretos – cerca de 500 mil fascículos arquivados sob a designação *Segreteria particolare del Duce* –, Mussolini ordenara, antes de deixar Gargnano em direção a Milão, que fossem retirados e selecionados aqueles que pudessem contribuir para sua defesa na eventualidade de que, capturado pelos aliados ou pelos dirigentes do CLNAI, tivesse de justificar suas decisões e seu comportamento como chefe da República Social Italiana. Uma primeira retirada ocorrera após a revolução palaciana de 25 de julho de 1943, sob o controle do general Castellano, signatário italiano do armistício de Cassibile. Cerca de dez caixas contendo centenas de documentos pessoais foram transportadas para o gabinete do marechal Badoglio, para, em seguida, evaporar, até o momento em que, em fevereiro de 1944, foram milagrosamente encontradas na estação ferroviária de Milão, talvez a ponto de serem enviadas para a Suíça.

Reunidos em Gardone a outros documentos resgatados em Roma antes da liberação da cidade pelos aliados, esses papéis passariam por novas operações de retirada e reclassificação. Em fevereiro de 1945, com efeito, Mussolini incumbiu o jornalista Nino d'Arma, diretor do Instituto Cinematográfico Luce, de fazer fotocópias das peças mais importantes, consideradas "*riservatissime*": cerca de uma centena, reproduzidas em três exemplares, e que foram reunidas, tendo em vista uma mudança cada vez mais provável, a outros reunidas que pudessem servir à salvação do ditador.

A decisão de transportar para Milão essa massa ainda considerável de papéis ultraconfidenciais foi tomada em 23 de abril, quando Mussolini despachou seu secretário, Gatti, para Gargnano, com a missão de efetuar uma última seleção e promover a transferência de documentos. Antes de fechar definitivamente o depósito de Gardone – apesar da destruição, ainda restavam cerca de 150 mil fascículos –, foram lançadas no lago de Garda várias caixas cheias de arquivos de interesse relativamente secundário.

Em Milão, juntou-se o que era possível em três sacolas de couro e duas pequenas caixas de zinco. Uma dessas sacolas, contendo os fascículos que considerava mais importantes, foi mantida por Mussolini em seu poder até Dongo, sem jamais afastar-se dela nem mesmo deixá-la fora do alcance de seu olhar. Ele entregou os dois outros sacos a seu ordenança, Vito Casalnuovo, recuperou um deles em Musso e o confiou a Claretta ao entrar no caminhão. O resto foi depositado na famosa caminhonete Balilla que, como vimos, sofreu uma pane antes de chegar a Como. A caixa cheia de documentos que ela transportava seria resgatada pouco depois pelos *partisans*.

Ao entregar à amante uma dessas preciosas sacolas, Mussolini não imaginava que Clara teria horas após o mesmo destino que ele. Estava convencido de que a jovem chegaria sem dificuldade à fronteira suíça, sendo admitida no território da Confederação, graças aos documentos que lhe haviam sido entregues pelo consulado da Espanha em Milão. Estaria, assim, em condições de cuidar pessoalmente da entrega dos documentos com o embaixador do Reino Unido em Berna. Ao ser detido por *Bill*, o Duce não tentou providenciar uma reação de sua escolta, certo de que seria libertado horas depois por intervenção das autoridades suíças.

Levado à prefeitura de Dongo, Mussolini teve de entregar seus documentos a *Bill*, como os demais prisioneiros. Não sabemos (as fontes divergem a esse respeito) se foi a ele ou a *Pedro* que disse, nada mais tendo a mostrar senão os documentos alemães que o apresentavam como suboficial da Luftwaffe: "Eu tinha uma sacola. Está ali, atrás do senhor. Tome cuidado. Ela contém documentos de grande importância para o futuro da Itália." *Bill* abriu-a. Além de

uma parte importante do famoso “tesouro de Dongo”, ela continha fascículos com a indicação “Secreto” em vermelho na capa. Os homens da 52ª Brigada acabavam de botar a mão nos arquivos ultraconfidenciais do dirigente fascista.

Impressionado com a descoberta, *Bill* ordenou que se fizesse um breve inventário dos documentos encontrados na sacola de Mussolini, que eram quatro grossos fascículos. O primeiro dizia respeito a questões variadas (iniciativas com vistas a um exílio na Suíça, greves de 1944, situação política da cidade de Trieste, documentos sobre a responsabilidade de certos dirigentes na má gestão da coisa pública, um dossiê sobre Pietro Nenni etc.); o segundo continha documentos a respeito do processo de Verona e a execução dos quatro dirigentes condenados à morte, entre eles o genro do Duce, o conde de Ciano; o terceiro, a correspondência entre Mussolini e Hitler; e o quarto, relatórios policiais sobre a personalidade e a vida particular do príncipe Umberto de Saboia, herdeiro da coroa.

Pouco depois, *Bill* deixou na mesa de um salão da prefeitura outra sacola: a que Claretta recebera das mãos do amante e que fora entregue por Zita Ritossa ao subcomandante da 52ª Brigada Garibaldi. Para este, “a jovem de turbante e casaco de pele” que se encontrava no carro do suposto cônsul espanhol não podia ser a dona do grande saco de couro. Não demorou para que ele descobrisse a trapaça, tanto mais que *Pedro* acabara de lhe informar, depois do longo interrogatório de Clara, que ela vinha a ser ninguém menos que a amante do Duce. Escreveria ele:

Se a sacola pertencia a alguém, era esse alguém que a havia entregado a ela. E esse alguém só podia ser Mussolini, que antes de passar do veículo blindado para o caminhão dos alemães entregara a preciosa sacola à pessoa que lhe era mais fiel, alguém que certamente jamais o teria abandonado nem traído.⁵

O resto da história é conhecido. Relacionados na presença de testemunhas e lacrados na Caixa Econômica das províncias

lombardas de Domaso, os documentos acabaram, depois de muitas peregrinações, sendo entregues ao Archivio Centrale dello Stato em Roma.

As estranhas férias de Winston Churchill

Seria um puro e simples retorno ao ponto de partida? Não exatamente: ao longo das muitas manipulações por que passaram, as sacolas mussolinistas foram aliviadas de uma parte de seu conteúdo. Outras documentações, nem todas diretamente ligadas à fuga do Duce e dos outros dirigentes, tinham desaparecido e jamais seriam recuperadas. É o caso da caixa de zinco abandonada na noite de 25 de abril na prefeitura de Milão, da caixa depositada na caminhonete Balilla, dos documentos pessoais entregues a uma família amiga por Rachele Mussolini após sua tentativa de entrada na Suíça e de dois dos quatro fascículos relacionados em Dongo, entre os quais o que tratava da vida particular do príncipe Umberto.

O desaparecimento desses itens significava que os arquivos secretos de Mussolini tinham passado de mão em mão durante vários dias, e mesmo vários meses. Cada um daqueles que tinham sido convidados a compartilhar a descoberta de *Bill* encontrara ou julgara encontrar determinado detalhe que lhe permitiria arquitetar o que viria a tornar-se um boato e logo também um mito. Existia uma correspondência confidencial entre o primeiro-ministro de Sua Majestade e o ditador fascista. Essa correspondência, durante muito tempo amistosa, não chegara ao fim com a guerra e continha escritos que, se chegassem a público, podiam alterar gravemente a imagem do homem do charuto.

A declaração assinada em abril de 1947 por Lorenzo Bianchi, ex-garibaldino da 52ª Brigada, instigado por *Bill*, ilustra muito bem a maneira como as coisas podem ter ocorrido:

Em 28 de abril de 1945, por volta das 15h50, o sr. Lazzaro Urbano (*Bill*) depositou em uma mesa perto da qual eu estava sentado, na

sala de espelhos da prefeitura de Dongo, duas sacolas, dizendo-me textualmente: “Não as entregue a ninguém, só a mim mesmo.” Chamado lá fora, ele afastou-se da sala.

Enquanto isso, eu examinava uma das sacolas e puxava uma etiqueta cor-de-rosa presa com uma fita. Nessa etiqueta estavam escritas várias palavras em italiano, talvez seis ou sete, e entre elas se destacava o nome de Churchill. Não me lembro das palavras entre as quais estava escrito o nome de Churchill. Podiam ser cartas, documentos, anotações, recordações, opiniões manifestadas, frases ditas, discursos lidos ou escritos do ex-primeiro-ministro britânico. Tudo isso foi feito por mim na presença do jornalista Rem Picci.

Não é verdade que eu tenha declarado, como publicou *Milano Sera*, que nessa etiqueta estivesse escrito “Correspondência e documentos Churchill” ou “Correspondência com Churchill”.⁶

Essa declaração, com a menção “Lido e assinado sem qualquer ameaça”, e que provavelmente foi ditada por *Bill-Lazzaro*, subentende que no momento em que foi tornada pública estava no auge a polêmica sobre a relação epistolar que o velho leão britânico mantivera com o Duce. Acontece que Churchill, tendo deixado o poder em julho de 1945, nada fizera desde o fim da guerra que pudesse dissipar as dúvidas em relação a essa questão e sobre uma outra, que polarizava a atenção de muitos italianos: teria o ex-primeiro-ministro ordenado a execução de Mussolini, depois de tentar conseguir que os agentes do Intelligence Service se apoderassem dos documentos altamente comprometedores contidos na famosa sacola confiscada pelos chefes da 52ª Brigada Garibaldi – documentos cuja existência, por sinal, ninguém podia comprovar?

Que foi fazer Churchill em Moltrasio, localidade na margem ocidental do lago de Como, onde desembarcou em 1º de setembro de 1945, dois meses apenas após seu fracasso eleitoral? Estava acompanhado de sua filha, Sarah, de seu camareiro e do sargento Thomson, da Scotland Yard. Ao convite do general Eisenhower, que, segundo se diz, lhe teria proposto hospedar-se numa estação da Riviera francesa, ele teria preferido o de seu compatriota, o

marechal Alexander, assim como a hospitalidade dos Donegani, donos da *villa* Apraxin. Como sempre acontecia em suas viagens particulares ao exterior, Churchill viajava incógnito, com o pseudônimo de “coronel Warden”, mas sua estatura, seu rosto, seu eterno charuto eram por demais conhecidos para que conseguisse manter-se anônimo por mais de algumas horas. Tanto mais que, para garantir sua segurança, tinham sido trazidos de Viena, ocupada pelos aliados, cerca de vinte soldados do 4º Regimento de Hussardos da rainha, que o acompanhavam em cada uma de suas incursões.

Pois o fato é que Churchill não ficara inativo. Diariamente, ou quase, postava-se à beira do lago ou em algum outro lugar pitoresco para pintar paisagens de um acabamento que não era exatamente o de um amador. Era o suficiente para que os comentários, alimentados por alguns artigos na imprensa pouco preocupados com a credibilidade – pois não se chegou a dizer que o ex-primeiro-ministro teria ido ao cemitério de Musocco, em Milão, recolher-se diante do túmulo do Duce? –, começassem a circular em torno do assunto, logo estabelecendo uma relação entre as sessões de pintura do grande homem e a atividade efetuada na sua trilha pelos agentes dos serviços secretos britânicos. E tais comentários foram reforçados nessa direção quando Churchill cometeu a imprudência, em suas férias italianas – em Moltrasio, e mais tarde em outras localidades dos lagos de Como e Garda –, de tomar iniciativas incontestavelmente “suspeitas”. Ele visitou o diretor da Caixa Econômica de Domaso, onde *Bill* e *Pedro* tinham deixado as sacolas de Mussolini. Encontrou-se com o coronel Luigi Villani, comandante do quartel da Guarda das Finanças em Germasino, onde o Duce ficou detido durante algumas horas, e conversou por muito tempo com os carcereiros. Em Gardone, teria entrado em contato com o carpinteiro que, por ordem do Duce, fabricara as caixas que seriam mergulhadas com seu conteúdo nas águas do lago de Garda. Nada muito convincente em tudo isso, nem tampouco realmente comprovado. Mas foi nesses poucos indícios que se baseou a lenda

de um Churchill em busca dos documentos que constituiriam a prova de sua cumplicidade com o ditador fascista.

A coisa parecia às vezes tão flagrante que a embaixada do Reino Unido em Roma e a presidência do Conselho italiano tiveram de intervir para desmentir os rumores que começavam a circular. Foi o que se deu em especial quando correu o boato de um encontro entre o ex-primeiro-ministro britânico e o príncipe Umberto de Saboia na *villa* Apraxin. Fora dada a partida em uma campanha que duraria anos e logo haveria de se transformar numa verdadeira caça aos arquivos. A pergunta que se fazia era por que Churchill teria decidido passar suas férias exatamente onde Mussolini vivera os últimos instantes de sua vida? Seria para exercer seu talento de pintor ou por algum outro motivo? E que teria a ver esse motivo com o fim trágico do chefe da RSI?

Os primeiros a fazerem essas perguntas foram os jornais suíços. Em sua edição de 28 de outubro de 1945, o semanário *Voix Ouvrière*, de Genebra, publicou na primeira página um desenho representando Churchill sentado diante de uma chaminé e atirando papéis ao fogo. O artigo ilustrado por essa caricatura não perdia tempo com circunlóquios: o velho leão fora a Moltrasio recuperar pessoalmente documentos comprometedores, e os havia queimado para que não voltassem a desaparecer.

O caso das sacolas de Mussolini daria origem a um inesgotável mercado que atraía cada vez mais caçadores de arquivos, falsários, mitômanos e jornalistas em busca de um furo. Os raros documentos autênticos que não tinham sido roubados em algum depósito público ou encontrados em um sótão do interior conviviam com uma massa de papéis apócrifos nas mãos de traficantes que obtinham ganhos consideráveis com seu comércio. No fim da década de 1980, uma carta qualquer de Mussolini valia cerca de 500 mil liras, e uma troca de correspondência era negociada por mais de um milhão. Dá para imaginar o que não podia representar um fascículo de uma centena de páginas! Mas o que conferia valor mercante às peças supostamente provenientes dos sacos inventariados em Dongo em 27 de abril não eram apenas a escrita e a assinatura do ditador, mas

o conteúdo dos documentos e o interesse do comprador em se apropriar de uma parte do quebra-cabeça que mantinha a Itália em suspenso.

A “pista inglesa”

Diretamente ligada ao caso do “tesouro de Dongo” – documentos e valores percorreram os mesmos caminhos –, a busca de uma suposta correspondência secreta entre Churchill e Mussolini durou mais de meio século e, com certeza, não foi completamente encerrada no momento em que estas linhas são escritas. Entre os historiadores, jornalistas ou simples curiosos que se interessaram pela questão dos arquivos mussolinianos, podemos distinguir os que não acreditam na existência de um “dossiê Churchill” comprometedor para o ex-primeiro-ministro britânico; os que acham que a correspondência, se é que existiu, desapareceu para sempre; e, por fim, os que consideram que provavelmente não se trata de um mito, que Churchill deu demasiadas provas de culpa no cartório para se beneficiar de uma isenção póstuma, que o dossiê em torno da questão dorme desde 1945 em algum esconderijo muito bem guardado e que a “verdade” acabará por vir à tona.

A existência da correspondência Mussolini-Churchill foi negada durante muito tempo, tanto do lado italiano quanto do lado inglês, pela absoluta maioria dos observadores. Tanto mais que os especialistas – na maior parte universitários –, convocados para pesquisar uma etiqueta de veracidade aos documentos submetidos ao seu exame geralmente formularam um veredicto negativo. Foi, por exemplo, o caso do professor Mario Toscano, assessor histórico do Ministério de Relações Exteriores italiano, e o de Renzo De Felice, convidado a autenticar os manuscritos de supostos *diari* (diários íntimos) do Duce, vendidos a peso de ouro a grandes editores italianos, e que foi capaz de revelar o falsário ou os falsários por trás das aparências enganosas de um produto formalmente irretocável.⁷

Mas voltemos ao nosso tema central: a morte de Mussolini e de Claretta Petacci. Em que medida poderia ser atribuída aos serviços secretos de Sua Majestade, mobilizados por Churchill com o objetivo de dar fim a documentos capazes de comprometer sua imagem de adversário implacável da coalizão hitlerista? A existência de uma correspondência confidencial entre Mussolini e o primeiro-ministro britânico bastaria para justificar tal iniciativa? Como vimos, o debate não vem de ontem, mas foi intensamente retomado pela publicação de *Rosso e nero* em 1995. Para De Felice, a execução teria resultado de uma ação clandestina conduzida pelos serviços secretos britânicos em colaboração com a Resistência local. Nas últimas semanas da guerra, os homens do Intelligence Service teriam se empenhado em uma autêntica corrida para fazer com que a posição de Churchill prevalecesse sobre a de Roosevelt no que dizia respeito ao destino a ser reservado a Mussolini. Saindo na frente dos colegas do OSS, que havia preparado a retirada do Duce por via aérea após sua eventual captura, os agentes do IS teriam conseguido infiltrar um grupo de *partisans* com a tarefa de liquidar o chefe da República Social.

Muito criticado, como vinha sendo há mais de vinte anos pela esquerda, o autor de *Rosso e nero* recebeu um apoio inesperado com a publicação no *L'Unità*, em dezembro de 1995, de um artigo de Giorgio Amendola, um dos mais respeitados dirigentes do antigo PCI, dando conta de documentos conservados nos arquivos da via delle Botteghe Oscure e não muito de acordo com as diferentes versões apresentadas por Valerio-Audisio desde 1945. Deles se depreendia uma imagem do Duce, no momento da morte, menos negativa que a apregoada por Audisio. De Felice tomava nota disso, embora a questão lhe parecesse tão acessória quanto as que envolviam o local e as circunstâncias exatas da execução. O que ele considerava fundamental, em compensação, eram as motivações do mandante, ou dos mandantes, da missão britânica enviada ao norte da Itália na primavera de 1945. E nesse ponto o historiador romano aventava hipóteses ousadas, reservando as provas de suas afirmações para o último volume de sua biografia do Duce.

Como essas provas, supondo-se que realmente existam, não puderam ser apresentadas por De Felice, que morreu antes de concluir seu *opus magnum*, podemos mencionar aqui apenas os indícios em que se escorava seu raciocínio: uma série de depoimentos dando conta do conteúdo da sacola que Mussolini levava consigo ao ser preso. Além dos documentos comprovando a homossexualidade do príncipe herdeiro Umberto, o ditador detinha em seu poder uma parte da correspondência com Churchill, incluindo duas cartas de 1939 particularmente comprometedoras para o estadista britânico. Na primeira, Churchill teria, de caso pensado, incitado o Duce a entrar na guerra ao lado de Hitler, esperando contar em seguida com sua moderação no momento de firmar os tratados de paz. Na segunda, teria proposto a Mussolini aliar-se ao Reino Unido em uma cruzada contra a União Soviética, depois de terminado o conflito.

A morte de Renzo De Felice impediu os italianos de saberem se as revelações que lhes eram oferecidas pelo mais célebre de seus historiadores se escoravam em bases sólidas. As pesquisas realizadas por alguns de seus alunos não permitiram levantar o véu sobre um mistério ainda hoje intacto – supondo-se que o especialista do fascismo não se tenha deixado enganar por ilusórias promessas de acesso a arquivos até então cuidadosamente escondidos. Que o velho leão britânico tenha tido todos os motivos do mundo para não desejar uma exposição pública de suas relações passadas com Mussolini e das declarações de admiração que havia prodigalizado em sua direção é uma coisa, por sinal bem conhecida. Outra é afirmar que teria mobilizado agentes do Intelligence Service para evitar o processo público desejado pelos americanos.

Acrescento que não dá para entender muito bem como um servidor tão ardoroso da Inglaterra e de seu império, como Churchill, pudesse desejar a entrada da Itália na guerra, ao lado de seu aliado nazista. E isso unicamente para poder contar, em futuras negociações de paz, vale dizer, uma vez perdida a guerra, com a moderação do homem que fizera da revisão dos tratados e da

redistribuição dos mapas coloniais os dois pivôs de sua política externa.

E no entanto...

Somos, portanto, tentados a isentar sir Winston Churchill, a exemplo de seu secretário literário, Frederick William Deakin:

Sua presença no lago de Como foi um puro acaso da história. Não existe em seus documentos particulares qualquer traço ou alusão ao fato de que tenha manifestado durante essa estada o menor interesse pelo destino de Mussolini cinco meses antes nessa região, nem que tivesse conhecimento da frenética caça que ocorria em toda a Itália aos documentos de todos os tipos relativos a Mussolini e ao regime fascista.⁸

Ainda assim, parece-me que certos depoimentos não merecem ser descartados com um mero dar de ombros. Sejamos claros: não se trata – e o mesmo se aplica à versão apresentada por Pisanò – de privilegiar interpretações paradoxais. Minhas reservas dizem respeito apenas ao fato de serem eles criticados por não repousarem em qualquer “prova”, o que é procedente, mas também se aplica a outros depoimentos. Um deles evidencia um tom de sinceridade que merece ser frisado, tanto mais que o conteúdo do relato de modo algum é inverossímil. Ele dá conta de uma ação de comando efetuada por três homens, dois *partisans* até então desconhecidos dos outros protagonistas e um agente dos serviços de informação britânicos.

Foi em 1994, um ano antes da publicação de *Rosso e nero*, portanto, que Bruno Giovanni Lonati (*Giacomo*, na Resistência) decidiu publicar um pequeno trabalho no qual expôs sua própria versão da morte do Duce e de sua amante. Em abril de 1945, Lonati, que ainda não completara vinte anos e fora treinado nas fileiras da Frente da Juventude, a organização armada dos jovens

comunistas, desempenhara as funções de comissário político da 101ª Brigada Garibaldi. Para escapar aos homens das Brigadas Negras, ele teve de deixar a região de Legnano no outono de 1944 e se refugiar em Milão. Em 27 de abril, o jovem *partisan* foi contatado por um certo *John*, que mais tarde se viria a saber que integrava os serviços secretos britânicos como capitão. *John* era um autêntico profissional. Fora incumbido pelo CLNAI de ir a Giulino di Mezzegra para capturar Mussolini, então prisioneiro na casa dos De Maria. Ele pediu a Lonati que o acompanhasse “fora de Milão” com dois outros garibaldinos, *Bruno* e *Gino*, em uma operação confidencial da qual não revelava nem o objetivo final – cabendo perguntar se já o conhecia ou se tomaria conhecimento dele a caminho – nem tampouco que envolvia a amante de Mussolini. Lonati só saberia desse “detalhe” ao entrar no quarto onde estavam os dois prisioneiros, na casa dos De Maria.

Na noite do dia 27, os quatro deixaram Milão em direção a Como, seguindo depois para uma *villa* nas imediações de Brunate, onde passaram a noite. Na manhã do dia 28, tomaram o rumo de Bonzanigo, tendo sido informados por um militante do PCI local para onde Mussolini fora conduzido por *Pedro*, *Neri* e consortes. Para lá chegar, teriam de deixar fora de combate um pequeno grupo de *partisans* que os tomara por fascistas, além de imobilizar os guardas do casal. É assim que *Giacomo*-Lonati recorda seu primeiro contato com os dois amantes:

Eu me detive, estupefato. Mussolini não estava sozinho. Havia também uma mulher. Era Petacci, logo me dei conta.

De sua relação com Mussolini eu sabia apenas o que sabiam os italianos desde o dia 8 de setembro de 1943.

A respeito de sua influência nefasta sobre o chefe do fascismo, muito se dissera, e além disso ela era a amante do homem mais odiado da Itália – o que bastava para deixá-la no mesmo plano. E agora eu a tinha diante de mim.

Eu tinha visto Mussolini apenas uma vez de perto, alguns anos antes, quando era um jovem da vanguarda em Milão. Lembrava-me

de seu aspecto marcial, fanfarrão, quase insolente, arrogante, do queixo que quase falava, do rosto bronzeado, dos olhos penetrantes.

Talvez, se o tivesse visto na rua, vestido como um burguês, não o teria reconhecido, muito embora certas fotografias publicadas nos jornais da época já o mostrassem precocemente envelhecido, um caco humano, com o rosto muito marcado e uma aparência desagradável. Era um homem acabado, pelo menos fisicamente.⁹

Segue-se um longo relato das palavras trocadas por *John*, Lonati e os dois prisioneiros. O agente britânico declara que está ali para resgatar os documentos em poder do ex-ditador. Surpresa de Mussolini. Não sabe do que ele está falando. *John* se irrita e sai por alguns momentos para tomar ar, enquanto o jovem chefe *partisan*, dirigindo-se a Claretta, tenta com dificuldade encontrar palavras que não sejam de ódio implacável nem de excessiva compaixão. Percebe-se que Lonati, tal como acontecera na véspera com Bellini Delle Stelle, sente pena – e talvez algo mais – dessa mulher bela e apaixonada que, passando pelo risco de perder a própria vida, optara por seguir o homem que insiste em admirar e amar. Quando *John* finalmente lhe revela o motivo da ida a Mezzegra, ele se recusa terminantemente a participar do assassinato de Claretta.

Caberia, portanto, a *Giacomo* – sempre de acordo com sua própria versão da execução – disparar a primeira rajada, matando imediatamente Mussolini, e a *John* eliminar sua amante. O pequeno grupo afasta-se então do local da execução, deixando os dois cadáveres banhados em sangue no chão. Já passa um pouco das onze da manhã.

Os ingleses sempre ganham a última batalha?

A versão de Lonati inspirou as últimas hipóteses de De Felice, sem que seu nome fosse citado.

O autor de *Rosso e nero* morreu sem que se soubesse se os depoimentos e documentos nos quais dizia poder escorar suas

conclusões de fato existem e se estava efetivamente em condições de utilizá-los. E assim, entre os possíveis contestadores que evitavam cuidadosamente deixar-se levar, quando ainda estava vivo, a um terreno cujas armadilhas eram bem conhecidas pelo biógrafo do Duce, muitos esperaram que ele deixasse a cena para fazer valer seus próprios argumentos.

Os historiadores ingleses não perderam a oportunidade. Em 1997, um deles, Richard Lamb, que participara da campanha da Itália como oficial do 8º Exército, publicou um trabalho de grande qualidade, *Mussolini and the British*, cujas últimas páginas tratam da suposta correspondência secreta entre o primeiro-ministro britânico e seu colega italiano.¹⁰ Lamb teve livre acesso, na biblioteca do Foreign Office e no Public Record Office, aos arquivos relativos aos acontecimentos de abril de 1945 no norte da Itália. Acontece que as conclusões por ele apresentadas não me convencem de todo. Ele explica, com efeito, que não encontrou nos arquivos qualquer traço da famosa e fantasmagórica correspondência Mussolini-Churchill nem de alguma iniciativa de Churchill com o objetivo de mobilizar agentes do Intelligence Service para eliminar o ditador fascista. E nesse sentido ele se escora nos arquivos públicos e particulares do ex-primeiro-ministro, nas afirmações da viúva de Renzo De Felice, de que nada encontrara nos papéis do marido que pudesse confirmar a tese por ele levantada e nas “confidências” de vários de seus colegas da Universidade de Roma, dando conta de uma certa confusão mental do historiador nos meses anteriores à sua morte.

Tudo isso faz sentido. Mas me causa perplexidade o veredicto irreversível baixado após a consulta dos arquivos. Não tenho a menor dificuldade de reconhecer que Lamb tem bons motivos para confiar totalmente nessa que vem a ser a principal fonte do saber histórico. Mas já frequentei bastante os templos da memória coletiva para não desconfiar do que é dito em muitos documentos conservados em arquivos, e sobretudo do que eles não dizem. Mais ainda quando se trata de serviços secretos, cujos atos são por definição destinados a serem mantidos na sombra. Simples questão

de prudência em um caso que não me parece definitivamente resolvido.

Conclusão

A HISTÓRIA DA MORTE de Benito Mussolini e sua amante provavelmente ainda tem segredos a revelar. Em 2008, um neto do Duce, Guido Mussolini, filho de Vittorio, recorreu da decisão de um juiz de Como que rejeitou o pedido de exumação dos restos do ditador fascista. Na justificativa da solicitação feita aos magistrados do Tribunal de Recursos por esse ex-candidato a senador e a prefeito de Roma, o advogado de Guido Mussolini tentara explicar que a morte do Duce não podia prescrever, pois não se tratava de um homicídio comum, “mas da morte de um chefe de Estado, violando a lei sobre os prisioneiros de guerra”. O tribunal não se deixou arrastar por mais esse episódio do romance dos últimos dias de Mussolini, por sinal repudiado por Alessandra, neta do ex-ditador e figura carismática da extrema direita neofascista.

O caso não provocou a tempestade que poderia ter suscitado há dez ou quinze anos. Mas não deixa de ser revelador da rejeição que os incondicionais da memória mussolinista continuam a opor às teses adotadas pela grande maioria dos historiadores, universitários e outros pesquisadores, que às vezes tendem a rejeitar, terminantemente e sem qualquer avaliação, depoimentos que nem sempre provêm da ultradireita e que a meu ver mereceriam ser examinados um pouco mais de perto.¹

Como houve um intervalo de apenas dois dias entre o suicídio do Führer e a eliminação de seu equivalente fascista, essa última vem simbolizar a decisiva virada na história do século XX representada pelo fim do “eixo Roma-Berlim”, que fez tremer a Europa e o mundo durante mais de um lustro. Jamais saberemos se, nas longas horas de perseguição e cativeiro que antecederam sua execução, Mussolini voltou seus pensamentos ou não para a Alemanha hitlerista e seu

“guia”, nem de que maneira avaliou os próprios atos à luz do desenlace de uma guerra que desejara – pois julgava que seria breve e, em uma palavra, que já estava praticamente vencida – e que terminava em catástrofe: para a Itália, para o fascismo de que justificadamente se dizia inventor e para ele mesmo.

Suas relações com Hitler não tinham começado bem. No primeiro encontro dos dois ditadores, em Stra, perto de Veneza, em junho de 1934, o Duce tivera muita dificuldade de esconder a pouca simpatia que lhe inspirava seu hóspede, ao passo que este se mostrava visivelmente emocionado ao apertar a mão de um homem que admirava há anos. “Esse Hitler é um fantoche”, declarou o dirigente fascista quando o avião do Führer levantou voo. “Trata-se de um louco, de um maníaco sexual!” A demonstração da força nazista em 25 de julho de 1934 em Viena, seguida do envio de várias divisões para Brenner por parte de Mussolini, o atentado de Marselha contra o rei da Iugoslávia, executado por ustachas croatas financiados por Roma, e que levou à morte do ministro francês Louis Barthou, e finalmente a decisão unilateral da Alemanha de restabelecer a conscrição não podiam deixar de aumentar as tensões, aos olhos do Duce, e levar – ilusão logo dissipada – à constituição de uma *entente* franco-anglo-italiana voltada contra as ambições revisionistas de Berlim, a “frente de Stresa”.

Essa aproximação com as democracias duraria apenas alguns meses. A agressão fascista na Etiópia, as sanções votadas pela Sociedade das Nações e logo também a intervenção da Itália na Guerra Civil Espanhola modificaram radicalmente o mapa das relações entre os Estados e seus chefes. Em menos de dois anos, o Führer tornou-se amigo do ditador romano, que, por sua vez, se comprometeu a ir com ele “até o fim”. Em maio de 1939, o Pacto de Aço transformou Hitler em seu aliado oficial e logo também em seu mentor, pois a relação de forças determina que haja um dominante e um dominado, e que este seja cada vez mais tributário das decisões tomadas pelo mais forte. A continuação, como sabemos, seria para Mussolini uma longa descida ao inferno, na qual ele perdia cada vez mais sua autonomia, até o momento em que, apeado do poder pelos

próprios seguidores, mandado para Campo Imperatore por Badoglio e libertado pelos paraquedistas de Skorzeny e Mors, viu-se obrigado, sob a ameaça de terríveis represálias contra a Itália, a ceder às exortações de Hitler e aceitar a satelização pura e simples da República de Salò.

Ao longo de seu calvário político e militar, Mussolini teve de suportar em seus encontros com o Führer humilhações das quais não era homem de aceitar facilmente. Por certo, terão sido algo suavizadas pela amizade aparentemente sincera que o ditador nazista podia deixar entrever. Assim, após a última visita do Duce a seu quartel-general de Rastenburgo, em julho de 1944, na hora de se despedir na plataforma da estação de Görlitz, Hitler apertou efusivamente as mãos do cúmplice, deixando escapar essa confidência: “Peço-lhe que acredite quando digo que o considero meu melhor amigo, e talvez o único amigo que tenho neste mundo.”

Ao serem feitos prisioneiros, um deles pelos homens da 52ª Brigada Garibaldi, o outro, pelas divisões russas que cercaram Berlim esmagada e 90% destruída pelos bombardeios aéreos e os tiros de artilharia, os dois ditadores se viram pela primeira vez em igualdade de condições, ou quase. Ambos tiveram, ao começar a última batalha – não devemos esquecer que os americanos fizeram sua entrada em Como apenas algumas horas depois de Mussolini e sua escolta terem deixado a cidade –, a oportunidade de escapar – quem sabe? – ao destino que lhes fora reservado pelos vitoriosos. Não obstante os rogos de sua equipe, Hitler recusou-se categoricamente a deixar as ruínas da chancelaria. Há muito tempo a destruição total da Alemanha em caso de derrota fazia parte dos planos do ditador nazista. Como escreve Joachim Fest, sabe-se que “essa pulsão niilista, esse desejo de mergulhar no nada foi o principal motor dos atos de Hitler e, paradoxalmente, permitiu-lhe ‘aguentar’ até o último momento”.² E eu acrescentaria: e fazer de sua própria imolação o auge de uma história que é a história da volta à barbárie.

Mussolini não seguiu as mesmas motivações ao estilo Nero. A ideia de ver a Itália mergulhada na destruição total lhe agradava tão

pouco que foi em grande parte para impedir Hitler de pôr em prática seus planos de represálias maciças contra as cidades do norte que se conformou em assumir a chefia de um Estado fascista republicano, radicalizado e satelizado. A preocupação em poupar os italianos de um destino equivalente ao que lhes reservava o Führer em 1943 pode ter desempenhado um papel, assim como a convicção, das mais ilusórias, vale dizer, de que poderia transmitir seus poderes aos representantes da Resistência, especialmente os socialistas. Outra esperança, não menos vã: a expectativa alimentada e a ele transmitida por Pavolini de mobilizar em Valteline uma força capaz de fazer frente aos aliados e aos *partisans* e de negociar com eles uma saída honrosa da guerra. Finalmente, e se trata aqui de uma interpretação que pessoalmente considero digna de crédito, havia em Mussolini um fatalismo, uma fé irracional na sua "estrela", que o levou a desafiar a sorte e esperar o último momento para, afinal, decidir fugir e buscar refúgio no exterior.

Para o historiador empenhado em reexaminar a questão dos últimos dias de Mussolini, é grande a dificuldade de penetrar no universo mental do ex-ditador, pelo menos em suas últimas 24 horas. Ao contrário do Führer, constantemente falando, invectivando, dando ordens e contraordens, ameaçando de morte os generais e dirigentes que lhe eram mais fiéis, reclamando de qualquer afirmação que lhe desagradasse, Mussolini praticamente não falava. De suas conversas com Claretta, nada sabemos. A única conversa mais prolongada de que temos notícia é a que teve com os oficiais do quartel da Guarda das Finanças, em Germasino, na noite de 27 de abril. Falante, para variar, o Duce arriscou-se em uma avaliação geral da situação internacional no momento da debacle alemã, distribuindo boas e más notas aos protagonistas da guerra. Hitler não aparece nesse panorama político e militar, no qual se destaca Stálin, e Roosevelt (falecido havia pouco) é considerado um dirigente de pouco peso.

A simetria entre os percursos dos dois principais protagonistas da coalizão hitlerista terá, portanto, acabado por se inverter, pelo menos simbolicamente. No meio da noite de 29 de abril, um

ajudante de campo anunciou ao Führer e seus companheiros, tendo ouvido uma transmissão por ondas curtas, que Mussolini e Clara Petacci haviam sido executados na véspera em uma localidade próxima ao lago de Como, e que seus restos mortais, expostos desde a manhã em uma praça de Milão, haviam sido submetidos a terríveis maus-tratos. Para Hitler, que em várias oportunidades manifestara seu receio de ser exibido diante dos moscovitas em uma “jaula de macacos”, a notícia teve o efeito de uma bomba explodindo em pleno bunker. Pouco antes, ele ordenara a seu treinador canino que envenenasse sua cadela Blondi, para que ela “não caísse nas mãos dos russos”. Não se exclui a possibilidade de que o anúncio da morte do Duce, seu “melhor amigo”, tenha contribuído muito para seu desejo de acabar com tudo. E, com efeito, a emoção geral ainda parecia palpável quando ele convidou seus colaboradores mais próximos a passar para a sala de conferências, para comunicar-lhes a decisão de pôr fim aos seus dias.

Ele faria isso algumas horas depois, ao lado de Eva Braun, que se tornara sua esposa oficial, com uma ampola de ácido prússico e uma bala na têmpora (ou na boca).³ Optou, portanto, por sua morte. Mussolini, que o antecedeu, teve de aceitar a sua. Ambos puderam, assim, escapar a um julgamento que, em Nuremberg ou qualquer outro lugar, poderia ter reunido pela última vez o instigador e o cúmplice – este mais ou menos consciente – de um genocídio sem equivalente, assim como da maior matança da história.

Notas

Introdução

1. R. De Felice, *Rosso e nero*, p.146.

Prólogo

1. Giovanni Dolfín, *Con Mussolini nella tragedia*, p.34-5.
2. C. Pavone, *Una guerra civile*.
3. Num atentado a bomba cometido pelos Gruppi d'Azione Partigiani (GAP), 335 reféns, entre os quais 77 judeus que iam ser deportados, foram friamente abatidos pelos SS de Kappler.
4. Região italiana do Oradour, cuja população, inclusive mulheres e crianças, foi exterminada em setembro de 1944.
5. Duas unidades escapavam a esse controle do partido sobre as forças comandadas por Ricci e Pavolini: a Decima Mas, do príncipe Junio Valerio Borghese, e a legião autônoma Ettore Muti, baseada em Milão.
6. Sir I. Kirkpatrick, *Mussolini. Portrait d'un démagogue*, p.674.
7. Citado em sir I. Kirkpatrick, op.cit., p.677.

1. Adeus, Milão!

1. T.586, 8 set 1944, *National Archives of Washington*, citado em S. Tombaccini, *Les cent jours de Mussolini*, p.76-7.
2. Idem.
3. V. Fornaro, *Il Servizio Informazioni nella lotta clandestina*, 1946, p.190-200.
4. R. De Felice, *Mussolini. Il rivoluzionario, 1883-1920*, p.4.
5. G. Prezolini, *Benito Mussolini*, 1925.
6. Marinotti era presidente da Snia-Viscosa.
7. S. Bertoldi, *I tedeschi in Italia*.
8. D. Susmel, *Dalla liberazione di Mussolini all'epilogo*.
9. J. Fest, *Les derniers jours de Hitler*, p.83.

10. Ibid., p.85-6.
11. J. Fest, *Testamento politico*, p.24-5 e 44-6.
12. C. Silvestri, "Nessuno poteva salvare Mussolini, condannato a morte da Mosca", *Settimo Giorno*, out 1951.
13. Citado em S. Tombaccini, op.cit., p.149.
14. Cardeal I. Schuster, *Gli ultimi tempi di un regime*, p.168-9.

2. Como, primeira etapa

1. A. Petacco, *Il superfascista*, p.197.
2. R. Mussolini, *La mia vita con Benito*; ver também *Le Duce mon mari*, p.250-1.
3. Ibid., p.251.
4. Ibid., p.258-9.

3. A caminho de Menaggio

1. L. Ricciotti, "Un passo verso la verità sulla morte di Benito Mussolini", in *Epoca*, 11 e 25 ago 1968, citado em S. Tombaccini, *Les cent jours de Mussolini*.
2. G. Cavalleri, F. Giannantoni e M.J. Cereghino, *La fine*, p.33-4.

4. A detenção de Mussolini

1. M. Mollier, "Così era Mussolini alla vigilia dell'ultimo tracollo", in *La Nazione*, 31 ago-3 set 1947.
2. A. Petacco, *Il superfascista*, p.194-5.
3. Ibid., p.16.

5. Apostas e manipulações

1. Citado em U. Lazzaro, *Dongo, mezzo secolo di menzogne*, p.45.
2. Ibid., p.44.
3. Citado em S. Tombaccini, *Les cent jours de Mussolini*, p.222-3.
4. General R. Cadorna, *La riscossa*, p.203-4.

6. Interrogatórios

1. P.L. Bellini Delle Stelle e U. Lazzaro, *Dongo, ultima azione*, 1962. Esse livro foi reeditado em 1975 com o título *Dongo, La fine di Mussolini*.
2. Citado em U. Lazzaro, *Dongo, mezzo secolo di menzogne*, p.50-1.

3. Esse texto foi extraído do relato que Bellini Delle Stelle enviou em 1948 a seu antigo subcomandante, que o publicou como apêndice de suas próprias memórias; cf. U. Lazzaro, "Relation originale de *Pedro*", op.cit., p.193-4.
4. P.L. Bellini Delle Stelle e U. Lazzaro, *Dongo, la fine di Mussolini*.
5. U. Lazzaro, "Relation originale de *Pedro*", op.cit., p.203.
6. Ibid., p.204.
7. Ibid., p.205.
8. Ibid., p.206.
9. Ibid., p.209-10.
10. Ibid., p.211-2.
11. Reconstituição pelo autor do interrogatório de Clara Petacci conduzido por *Pedro*, comandante da 52^a Brigada Garibaldi.

7. Reencontro

1. U. Lazzaro, "Relation originale de *Pedro*", in *Dongo, mezzo secolo di menzogne*, p.217.
2. Ibid., p.226.
3. Claretta Petacci, *Mussolini segreto. Diari, 1932-1938*.
4. *Bill*, por sua vez, situa o encontro entre os dois veículos na praça da prefeitura de Dongo.
5. *Me ne frego*, "pouco me importo", era um dos lemas dos *arditi*, as unidades de choque da Primeira Guerra Mundial, tendo sido adotado depois pelos esquadristas.

8. A missão do coronel Valerio

1. W. Audisio, *In nome del popolo italiano*.
2. U. Lazzaro, *Dongo, mezzo secolo di menzogne*, p.147.
3. *Oggi Illustrato*, 28 mai 1962.
4. Citado em U. Lazzaro, op.cit., p.83.
5. G. Pisanò, *Gli ultimi cinque secondi di Mussolini*, p.68-9.
6. Essa citação foi extraída de um relato de Lampredi datado de maio de 1972, mas que só seria publicado em *L'Unità* em janeiro de 1996. Cf. G. Pisanò, op.cit., p.72-3.
7. U. Lazzaro, "Relation originale de *Pedro*", op.cit., p.234-9.

9. Última noite, última manhã

1. Q. Navarra, *Memorie del cameriere di Mussolini*, p.235.
2. Marilù Cantelli, "Concours d'architecture et representation: Giuseppe Terragni et les projets pour la Maison du Parti", in Pierre Milza e Fanette Roche (orgs.), *Art et fascisme*, p.127-8.

10. A execução

1. U. Lazzaro, *Dongo, mezzo secolo di menzogne*, p.98-9.
2. *L'Unità*, 2 nov 1945.
3. *Ibid.*, 11 dez 1945.
4. Citado em U. Lazzaro, *L'Oro di Dongo*, p.130.
5. U. Lazzaro, "Relation originale de Pedro", p.242.

11. Post mortem

1. S. Luzzatto, *Il corpo del Duce*, p.63-4.
2. Citado em A. Pensotti, *Rachele e Benito*, p.121.
3. *Avanti!*, 30 abr 1945.
4. S. Luzzatto, *op.cit.*, p.65.
5. C. Malaparte, "Una partita di ping-pong", in *Due anni di battibecco, 1953-1955*, p.28.
6. M. Cattabeni, "Rendiconto di una necropsia d'eccezione", in *Clinica nuova*, p.XVII-XIX.
7. Paolo Monelli obteve essa informação com o doutor Riccardo Pascoli, veterinário em San Leonardo in Passiria, de quem o advogado Marpillero era tio materno. P. Monelli, *Mussolini piccolo borghese*, p.46.
8. *Corriere della Sera*, 16 ago 1946.

12. Controvérsias e accertos de contas

1. *L'Unità*, 23 jan 1996, citado em P. Baima Bollone, *Le ultime ore di Mussolini*, p.162-3.
2. U. Lazzaro, *Dongo, mezzo secolo di menzogne*, p.156.
3. F. Bandini, *Le ultimi 95 ore di Mussolini e Vita e morte segreta di Mussolini*.
4. Pisanò negociou com *Sandrino* e com o diretor de *Oggi* o valor da remuneração do *ex-partisan*, afinal estabelecido em 120 mil liras da época.
5. Citado em G. Pisanò, *Gli ultimi cinque secondi di Mussolini*, p.16.
6. *Ibid.*, p.115.
7. *Ibid.*, p.130.

8. Ibid., p.140.
9. Idem.
10. Ibid., p.171.
11. A. Bertotto, *La morte di Mussolini. Una storia da riscrivere*.
12. *Rinascita*, 14 out 2007.
13. G. Pisanò, op.cit., p.203-6.
14. G. Cavalleri, *Ombre sul lago*, p.80-1.
15. Ibid., p.108-9.

13. Em busca do "tesouro de Dongo"

1. Citado em G. Cavalleri, F. Giannantoni e M.J. Cereghino, *La fine*, p.98.
2. Ibid., p.98-9.
3. U. Lazzaro, *Dongo, mezzo secolo di menzogne*, p.138-9.
4. *La Stampa*, 29 mai 1957, citado em P. Baima Bollone, *Le ultime ore di Mussolini*, p.129.
5. Citado em U. Lazzaro, op.cit., p.143-4.

14. A pista dos serviços secretos

1. R. De Felice, *Rosso e nero; Les Douges et les noirs*.
2. C. Pavone, *Una guerra civile*.
3. G. Cavalleri, F. Giannantoni e M.J. Cereghino, *La fine*, p.209.
4. U. Lazzaro, *Dongo, mezzo secolo di menzogne*, p.164.
5. Ibid., p.130.
6. Ibid., p.129.
7. A. Petacco, *Dear Benito, caro Winston*, p.56s.
8. F.W. Deakin, "È tutto falso, parola di Winston Churchill", in *Storia Illustrata*, p.9-18.
9. B.G. Lonati, *Quel 28 aprile*, p.84.
10. R. Lamb, *Mussolini and the British*.

Conclusão

1. Penso, particularmente, no livro publicado em 2009 por G. Cavalleri, F. Giannantoni e M.J. Cereghino, *La fine*, trabalho que se baseia em especial nos relatórios do agente do OSS Lada-Mocarski, e no qual podemos ler, na p.11: "Os documentos do OSS contribuem, além disso, para derrubar muitas versões mais ou menos fantasiosas que se sucederam nas últimas décadas, fruto quase

sempre de pérfidas campanhas de propaganda e de pura especulação política, sem qualquer controle sério no terreno da historiografia.”

2. J. Fest, *Les derniers jours de Hitler*, p.161.
3. Segundo declarações de alguns colaboradores próximos, Hitler teria primeiro quebrado nos dentes uma ampola de ácido prússico, para, em seguida, dar um tiro na têmpora, ou na boca. Outros boatos davam conta de que teria apenas ingerido veneno, deixando que outra pessoa lhe desse um tiro na têmpora. Eva Braun limitara-se a tomar veneno. Sabe-se que não houve autópsia, pois os corpos foram queimados, a pedido do ditador nazista. Cf. J. Fest, op.cit., p.145.

Quem é quem

Uma parte considerável dos personagens citados neste livro é formada por combatentes engajados nas fileiras da Resistência italiana. Todos eles têm um nome de guerra que, em geral, se resume a um prenome. Para ajudar o leitor a identificá-los rapidamente, optei por designá-los quase sempre por esse prenome adotivo. O glossário que se segue os apresenta em ordem alfabética, sendo cada nome de guerra seguido do nome verdadeiro da pessoa, e, quando possível, de uma breve menção à sua trajetória e à sua atividade na Resistência.

Albero – Alberto Cavallotti (1907-94) – Médico, *partisan* na chamada zona do além-Pó, deputado pelo Partido Comunista Italiano (PCI) em 1948.

Bill – Urbano Lazzaro (1924-2006) – Vice-comissário político da 52ª Brigada Garibaldi. Efetuou a detenção de Mussolini em Dongo, em 27 de abril de 1945.

Carlo – Antonio Scappin – Subsargento da Guarda das Finanças de Gera (Lario).

Ercole – Palmiro Togliatti (1893-1964) – Secretário-geral do PCI após retornar da União Soviética, em 1944. Membro dos governos de união nacional até 1947. Mentor da anistia de 22 de junho de 1946.

Francesco – Pietro Terzi (1918-96) – Membro da 52ª Brigada Garibaldi, inspetor da delegação da Lombardia das Brigadas de Assalto Garibaldi, comissário de guerra da praça de Dongo em abril de 1945.

Gallo – Luigi Longo (1900-80) – Inspetor das brigadas internacionais durante a Guerra Civil Espanhola, vice-comandante do Corpo dos

Voluntários da Liberdade (CVL), deputado da Constituinte, secretário-geral do PCI de 1964 a 1972.

Gianna – Giuseppina Tuissi (1923-45) – Estafeta da 52ª Brigada Garibaldi, responsável pela ligação no comando das divisões Garibaldi de Lario e da Baixa Valteline. Assassinada por *partisans* em 23 de junho de 1945.

Giovanni – Giovanni Leoni – Ex-carabineiro, comandante de um pelotão autônomo de *partisans* do vale de Intelvi.

Giovannino – Giovanni Sardagna (1902-?) – Barão de Hohenstein, ajudante de campo do general Cadorna, membro do CVL.

Guglielmo – Dante Gorreri (1900-80) – Secretário do PCI de Como de fevereiro de 1944 a janeiro de 1945; deputado comunista depois da guerra.

Guido – Aldo Lampredi (1899-1974) – Ex-imigrante político na França, adjunto de Luigi Longo durante a Guerra Civil Espanhola, enviado a Dongo pelo Comitê de Libertação Nacional da Alta Itália (CLNAI) e o CVL. Membro do comitê central do PCI, após a Liberação.

Lino – Giuseppe Frangi (1911-45) – Membro da 52ª Brigada Garibaldi, guardião de Mussolini em Bonzanigo. Assassinado por *partisans* na noite de 5 de maio de 1945.

Maurizio – Ferruccio Parri (1890-1981) – Militante do movimento Giustizia e Libertà, fundador do Partido de Ação em 1943, comandante adjunto do CVL. Chefe do governo antifascista de junho a dezembro de 1945.

Menefrego (ou *Sandrino*) – Guglielmo Cantoni (1924-72) – *Partisan* da 52ª Brigada Garibaldi, guardião de Mussolini em Bonzanigo.

Neri (capitão) – Luigi Canali (1912-45) – Capitão da reserva de engenharia, promotor da Resistência na região de Lario, membro do PCI, comandante adjunto do grupo de divisões de assalto Garibaldi na zona de Lario-Baixa Valteline. Chefe do estado-maior da 52ª Brigada Garibaldi, sequestrado e assassinado por *partisans* na noite de 7 para 8 de maio de 1945.

Pedro – Pier Luigi Bellini Delle Stelle, conde (1920-84) – Comandante do destacamento Puecher e, depois, da 52ª Brigada

Garibaldi.

Pietro – Michele Moretti (1908-95) – Comissário político da 52ª Brigada Garibaldi.

Riccardo – Alfredo Mordini (1902-69) – Combatente nas fileiras da Brigada Garibaldi durante a Guerra Civil Espanhola, inspetor das chamadas Brigadas Garibaldi do além-Pó. Enviado a Dongo para a execução de Mussolini.

Valerio (coronel) – Walter Audisio (1909-73) – Diretor de departamento na Secretaria do comando-geral do CVL, enviado a Dongo para executar Mussolini. Deputado do PCI de 1948 até sua morte.

Constam da lista a seguir personagens igualmente citados no texto, tenham ou não pertencido à Resistência.

Badoglio, Pietro (1871-1956) – Militar e político, marechal da Itália, vice-rei da Etiópia em 1936, chefe do governo de 25 de julho de 1943 a junho de 1944.

Barracu, Francesco (1895-1945) – Coronel, subsecretário da presidência do Conselho da República Social. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Bombacci, Nicola (1879-1945) – Jornalista, ex-membro da ala revolucionária do Partido Socialista Italiano, deputado em 1919. Um dos fundadores do Partido Comunista em 1921, inspirador, ao lado de Mussolini e Pavolini, do Manifesto de Verona do Partido Fascista Republicano. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Buffarini Guidi, Guido (1895-1945) – Subsecretário do Interior de 1933 a 1943, ministro do Interior da RSI até fevereiro de 1945. Fuzilado em Milão em 10 de julho de 1945.

Cadorna, Raffaele (1889-1973) – General, ex-comandante da divisão couraçada Ariete, incumbida da defesa de Roma em setembro de 1943. Comandante em chefe das forças do CLN e chefe do estado-maior do exército italiano de maio de 1945 a janeiro de 1947.

Calistri, Pietro – Piloto, combatente na Espanha, capitão de aviação nas forças da RSI. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Casalinuovo, Vito (1898-1945) – Coronel, membro do tribunal especial de Verona que condenou à morte o conde Ciano, genro de Mussolini. Oficial de ordenança adjunto à Secretaria do Duce. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Castelli, Emilio (1913-92) – Vice-comissário federal de Como, comandante de uma companhia da XI Brigada Negra Cesare Rodini.

Cavallotti, Alberto Mario (1907-94) – Médico, responsável pelo reagrupamento das Brigadas Garibaldi.

Ciano, Galeazzo (1903-44) – Genro de Mussolini, ministro da Imprensa e da Propaganda em 1935, depois ministro das Relações Exteriores de 1936 a 1943. Votou a ordem do dia Grandi contra o Duce em 25 de julho de 1943. Fuzilado em Verona em 11 de janeiro de 1944.

Coppola, Goffredo (1898-1945) – Reitor da Universidade de Bolonha, presidente do Instituto Fascista de Cultura. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Daddario, Emilio (1918-2007) – Advogado, agente do OSS de 1942 a 1945, exerceu suas atividades em Lugano.

Daquanno, Ernesto (1897-1945) – Diretor da agência de notícias Stefani. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

De Maria, Giacomo (1900-76) – Agricultor, proprietário da casa de Bonzanigo, onde Mussolini e Claretta Petacci passaram a noite anterior à execução.

De Maria, Lia (1902-84) – Esposa de Giacomo De Maria.

Dessy, Giovanni (1904-?) – Oficial da Marinha italiana, membro de uma missão relacionada ao Office of Strategic Services (OSS) na Suíça.

Donovan, William J. (1883-1959) – General, diretor do OSS em todas as frentes de guerra.

Dulles, Allen (1893-1969) – Diretor do OSS para o Centro-Europa em Berna e diretor da CIA a partir de 1953.

Farinacci, Roberto (1892-1955) – *Ras* de Cremona, secretário-geral do Partido Nacional Fascista de fevereiro de 1925 a março de 1926, ministro de Estado e membro do Grande Conselho fascista em 1934. Executado por *partisans* em 28 de abril de 1955, quando tentava fugir para a Suíça.

Gatti, Luigi (1913-45) – Jornalista, voluntário nas fileiras fascistas durante a guerra na Espanha e secretário particular de Mussolini na RSI. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Geninazza, Giovanni Battista – Motorista do *coronel Valerio*.

Gorreri, Dante (1900-80) – Secretário do Partido Comunista de Como de fevereiro de 1944 a janeiro de 1945.

Graziani, Rodolfo (1882-1955) – General do exército, marechal da Itália, vice-rei da Etiópia em 1936-37, ministro da Defesa Nacional na RSI. Condenado a dezoito anos de prisão após a Liberação; libertado em 1950.

Jones, Donald – Jornalista, vice-cônsul dos Estados Unidos em Lugano, dirigiu a central do OSS em Ticino.

Lada-Mocarski, Valerian (1895-1953) – Advogado, oficial do Exército dos Estados Unidos e agente 441 do OSS.

Liverani, Augusto (1895-1945) – Ministro dos Correios e Telecomunicações na RSI. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Mattei, Enrico (1906-62) – Comandante das “brigadas do povo” e representante das unidades católicas no CVL. Fundador do Ente Nazionale Idrocarburi (ENI).

Messe, Giovanni (1883-1968) – Chefe do corpo expedicionário italiano na Rússia em 1941-42 e, mais tarde, comandante em chefe na Tunísia. Chefe do estado-maior de Badoglio em 1944.

Mezzasoma, Fernando (1907-45) – Ex-secretário-geral do Partido Nacional Fascista, vice-presidente da Escola de Mística Fascista, ministro da Cultura Popular na RSI. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Mussolini, Edda (1910-95) – Filha mais velha de Mussolini.

Mussolini, Rachele (1890-1979) – Esposa de Mussolini.

Mussolini, Romano (1927-2006) – Terceiro e último filho de Mussolini.

Mussolini, Vittorio (1916-97) – Segundo filho de Mussolini.

Nudi, Mario (1912-45) – Diretor de Segurança Pública em Gargnano na RSI. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Pavolini, Alessandro – Jornalista e escritor, esquadrista da Marcha sobre Roma, ministro da Cultura Popular de 1939 a 1943, secretário nacional do Partido Fascista Republicano na RSI, fundador das Brigadas Negras. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Petacci, Clara (1912-45) – Amante de Mussolini, executada com ele em 28 de abril de 1945 em Giulino di Mezzegra.

Petacci, Marcello – Médico, irmão de Clara Petacci. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Porta, Paolo (1901-45) – Advogado, comissário federal do Partido Fascista Republicano em Como, comandante da XI Brigada Negra Cesare Rodini. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Pozzoli, Lorenzo (1898-1945) – Coronel e cônsul da milícia, questor de Como. Fuzilado em 23 de maio de 1945.

Romano, Ruggero (1895-1945) – Advogado, ex-comissário da Obra Nacional de Proteção e Assistência aos Mutilados e Inválidos de Guerra e ministro das Obras Públicas na RSI. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Romano Mittag, Rose Marie (1907-57) – Esposa do ministro Ruggero Romano.

Romualdi, Pino (1913-88) – Triúviro da federação de Forlì, vice-secretário do Partido Fascista Republicano, cofundador do Movimento Social Italiano depois da guerra.

Sardagna, Giovanni (1902-?) – Barão de Hohenstein, ajudante de campo do general Cadorna, membro da Voluntários Armados Italianos (VAI), organização que congregava militares antifascistas empenhados em se distanciar do CLNAI.

Schuster, Ildelfonso (1880-1954) – Cardeal, arcebispo de Milão de 1929 a 1954.

- Sereni, Emilio (1907-77) – Historiador e político, dirigente da Resistência.
- Sforni, Oscar (1903-78) – Secretário do CLN de Como e representante do Partido Republicano Italiano.
- Spallino, Lorenzo (1897-1962) – Advogado, representante da Democracia Cristã no CLN de Como.
- Tarchi, Angelo (1897-1970) – Ministro da Produção Industrial e da Economia Corporativa na República Social Italiana, detido em 26 de abril de 1945 e entregue aos aliados. Condenado por colaboração e, mais tarde, anistiado.
- Utimpergher, Idreno (1905-45) – Primeiro comissário federal de Trieste, destituído em dezembro de 1943, comandante da XXVI Brigada Negra Natale Piacentini. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.
- Valiani, Leo (1909-99) – Imigrado na França, depois mobilizado na Guerra Civil Espanhola, na qual organizou o primeiro grupo de voluntários nas brigadas internacionais. Expulso do PCI por ter criticado publicamente a União Soviética. De volta do México, em 1943, aderiu ao Partido de Ação, tornando-se, ao lado de Ferruccio Parri, um dos principais dirigentes da Resistência.
- Vezzalini, Enrico (1904-45) – Advogado, membro do tribunal especial extraordinário de Verona, que condenou à morte Ciano e os outros “traidores” do 25 de julho de 1943. Comissário federal da província de Ferrara na RSI e, depois, chefe da província de Novara. Fuzilado em Novara em outubro de 1945.
- Wolff, Karl (1900-84) – General da Waffen SS, comandante em chefe da SS e da polícia alemã na Itália de 1943 a 1945.
- Zerbino, Paolo (1905-45) – Agrônomo, signatário do Manifesto da Raça, prefeito de Spalato de 1941 a 1943, chefe da província de Turim até maio de 1944 e, posteriormente, ministro do Interior da RSI. Fuzilado em Dongo em 28 de abril de 1945.

Referências bibliográficas

Obras gerais sobre a história da Itália

Brice, Catherine. *Histoire de l'Italie*. Paris, Hatier, 1992.

Milza, Pierre. *Histoire de l'Italie*. Paris, Fayard, 2005.

Procacci, Guliano. *Storia degli italiani*. Bari, Laterza, 1968.

_____. *Histoire des italiens*. Trad. franc. de Catherine Bourdet. Paris, Fayard, 1970.

Obras biográficas sobre Mussolini

De Felice, Renzo. *Mussolini*. Turim, Einaudi, t.1, *Il rivoluzionario (1883-1920)*, 1965; t.2, *Il fascista*, vol.1, *1921-1915*; vol.2, *1925-1929*, 1967; t.3, *Il Duce*, vol.1, *Gli anni del consenso (1929-1936)*, 1974; vol.2, *Lo Stato totalitario (1936-1940)*, 1981; t.4, *L'Alleato (1940-1945)*, I, *L'Italia in guerra (1940-1943)*, vol.1, *Dalla guerra "breve" alla guerra lunga*; vol.2, *Crisi e agonia del regime*, 1990, II, *La guerra civile (1943-1945)*, 1997.

Kirkpatrick, sir Ivone. *Mussolini: Study of a Demagogue*. Londres, Odhal Books, 1964. _____. *Mussolini. Portrait d'un démagogue*. Trad. franc. Paris, Trevisse, 1967.

Lepre, Aurelio. *Mussolini, l'italiano. Il Duce nel mito e nella realtà*. Milão, Mondadori, 1995.

Milza, Pierre. *Mussolini*. Paris, Fayard, 1999.

Spinosa, Antonio. *Mussolini. Il fascino di un dittatore*. Milão, Mondadori, 1989.

Obras sobre os últimos dias de Mussolini e seu ambiente histórico

Amicucci, Ermanno. *I 600 giorni di Mussolini*. Roma, Faro, 1948.

Andriola, Fabio. *Appuntamento sul lago*. Milão, Sugarco, 1990.

Audisio, Walter. *In nome del popolo italiano*. Milão, Teti, 1975.

Baima Bollone, Pierluigi. *Le ultime ore di Mussolini*. Milão, Mondadori, 2005.

Bandini, Franco. *Claretta*. Milão, Sugar, 1960.

_____. *Le ultime 95 ore di Mussolini*. Milão, Mondadori, 1968.

_____. *Vita e morte segreta di Mussolini*. Milão, Mondadori, 1978.

Bellini Delle Stelle, Pier Luigi e Urbano Lazzaro. *Dongo, ultima azione*. Milão, Mondadori, 1962 [reed. em 1975 com o título *Dongo, la fine di Mussolini*].

Bernini, Fabrizio. *Così uccidemmo il Duce*. CDI, 1979.

_____. *Il baule del Duce. L'odissea di un corpo da piazzale Loreto a Predappio*. Stradella, Aurora, 2003.

_____. *Il giustiziere di Dongo*. Pávia, Luculano, 2004.

Bertoldi, Silvio. *I tedeschi in Italia*. Milão, Rizzoli, 1964.

_____. *Piazzale Loreto*. Roma, Fabbri, 1983.

Bertotto, Alberto. *La morte di Mussolini. Una storia da riscrivere*. Ascoli Piceno, PDC, 2008.

Bianchi, Gianfranco e Fernando Mezzetti. *Mussolini, aprile 1945. L'epilogo*. Milão, Editoriale Nuova, 1979.

Bisiach, Gianni. *Pertini racconta*. Milão, Mondadori, 1983.

Bocca, Giorgio. *La Repubblica di Mussolini*. Roma-Bari, Laterza, 1977; nova ed., Milão, Mondadori, 1994.

Borricchi, Florido. *Dongo, l'ultima autoblinda*. Roma, Ciarrapico, 1984.

Cadorna, general Raffaele. *La riscossa*. Turim, Bietti, 1965.

Cattabeni, Mario. "Rendiconto di una necropsia d'eccezione", in *Clinica Nuova*, 15 jul-1º ago 1945, I, 4-5, p.XVII-XIX.

Cavalleri, Giorgio. *Un giorno nelle storia: 28 aprile 1945. Intervista a Michele Moretti*. Como, Nodo Libri, 1990.

_____. *Ombre sul lago*. Como, Nodo Libri, 1991.

_____, Franco Giannantoni e Mario J. Cereghino. *La fine. Gli ultimi giorni di Benito Mussolini nei documenti dei servizi segreti americani, 1945-1946*. Milão, Garzanti, 2009.

Centini, Massimo. *Ottanta ore per vivere o per morire*. Varese, Macchione, 2007.

Contini, Gaetano. *La valigia di Mussolini*. Milão, Mondadori, 1982.

Corvo, Max. *The OSS in Italy, 1942-1945*. Nova York, Praeger, 1990.

_____. *La campagna d'Italia dei servizi segreti americani, 1942-1945*. Gorizia, Leg, 2006. Craveri, Raimondo. *La campagna d'Italia e servizi segreti. La storia del ORI*. Milão, La Pietra, 1980.

Deakin, Frederick W. *L'Axe brisé*. Trad. ing. Paris, Stock, 1962.

_____. *Storia Illustrata*. Milão, jun 1986.

- _____. *Storia della Repubblica di Salò*, 2 vols. Turim, Einaudi, 1974.
- De Felice, Renzo. *Rosso e nero*. Milão, Baldini & Gastoldi, 1995; *Les rouges et les noirs*. Trad. franc. de Paul Alexandre. Paris, Georg, 1999.
- Delzell, Charles. *Mussolini's Enemies: the Italian Antifascist Resistance*. Princeton (NJ), Princeton University Press, 1961.
- Dolfin, Giovanni. *Con Mussolini nella tragedia*. Milão, Garzanti, 1949.
- Dulles, Allen W. *The Secret Surrender*. Nova York, Harper and Row, 1966.
- Ellwood, David. *L'Alleato nemico*. Milão, Feltrinelli, 1977.
- Falaschi, Candiano. *Gli ultimi giorni del fascismo*. Roma, Editori Uniti, 1973.
- Fest, Joachim. *Testamento politico*. Milão, 1948.
- _____. *Les derniers jours de Hitler*. Trad. franc. Paris, Perrin, 2002.
- Fornaro, Vincenzo. *Il Servizio Informazioni nella lotta clandestina. Gruppo Montezemolo*.
Milão, Domus, 1946.
- Garibaldi, Luciano. *La pista inglese. Chi uccise Mussolini e la Petacci?*. Milão, Ares, 2002.
- Giannantoni, Franco. *Gianna e Neri, vita e morte di due partigiani comunisti. Storia di n "tradimento" tra la fucilazione di Mussolini e l'oro di Dongo*. Milão, Mursia, 1992.
- _____. *L'Ombra degli Americani sulla Resistenza al confine tra Italia e Svizzera*. Varese, Essezeta-Artigere, 2007.
- Kogan, Norman. *L'Italia e gli alleati*. Milão, Lerici, 1963.
- Lamb, Richard. *La guerra in Italia, 1943-1945*. Milão, Corbaccio, 1996.
- _____. *Mussolini and the British*. Londres, John Murray Publishers, 1997.
- Lazzaro, Urbano. *Dongo, mezzo secolo di menzogne*. Milão, Mondadori, 1993.
- _____. *L'Oro di Dongo. Il mistero del tesoro del Duce*. Milão, Mondadori, 1995.
- Lonati, Bruno Giovanni. *Quel 28 aprile. Mussolini e Clara: la verità*. Milão, Mursia, 1994.
- Longo, Luigi. *Un popolo alla macchia*. Roma, Riuniti, 1974.
- Luzzato, Sergio. *Il corpo del Duce*. Turim, Einaudi, 1998.
- Malaparte, Curzio. "Una partita di ping-pong", in *Due anni di battibecco, 1953-1955*. Milão, Garzanti, 1955.
- Milza, Pierre e Fanette Roche (orgs.). *Art et fascisme*. Bruxelles, Complexe, 1989.
- Monelli, Paolo. *Mussolini piccolo borghese*. Milão, Garzanti, 1959.
- Mussolini, Rachele. *Le Duce mon mari*. Paris, Fasquelle, 1947.
- _____. *La mia vita con Benito*. Milão, Mondadori, 1948.
- Navarra, Quinto. *Memorie del cameriere di Mussolini*. Milão, Longanesi, 1946.

Pavone, Claudio. *Una guerra civile. Saggio storico sulla moralità nella Resistenza*. Turim, Bollati Boringhieri, 1991.

Pensotti, Anita. *Rachele e Benito. Biografia di Rachele Mussolini*. Milão, Mondadori, 1993.

Perretta, Giusto. *Dongo, 28 aprile 1945. La verità*. Como, Actac, 1990.

Petacco, Arrigo. *Pavolini. L'Ultima raffica di Dongo*. Milão, Mondadori, 1982.

_____. *Dear Benito, caro Winston*. Milão, Mondadori, 1985.

_____. *Il superfascista. Vita e morte di Alessandro Pavolini*. Milão, Mondadori, 1998.

_____. *L'Archivio segreto di Mussolini*. Milão, Mondadori, 1997.

Piffer, Tommaso. *Il banchiere della Resistenza. Alfredo Pizzoni, il protagonista cancellato ella guerra di Liberazione*. Milão, Mondadori, 2005.

Pisanò, Giorgio. *Gli ultimi cinque secondi di Mussolini*. Milão, Il Saggiatore, 1996.

Prezzolini, Giuseppe. *Benito Mussolini*. Roma, Formiggini, 1925.

Saini, Ezio. *La notte di Dongo*. Roma, Corso, 1950.

Schuster, Ildefonso. *Gli ultimi tempi di un regime*. Milão, Daverio, 1960.

Susmel, Duilio. *Dalla liberazione di Mussolini all'epilogo. La Repubblica sociale italiana*. Roma, La Fenice, 1960.

Tombaccini, Simonetta. *Les cent jours de Mussolini*. Paris, France-Empire, 1981.

Valiani, Leo. *Tutte le strade conducono a Roma*. Bolonha, Il Mulino, 1995.

Whittle, Peter. *One Afternoon at Mezzegra. Mussolini's Last Journey*. Londres, W.H. Allen, 1969.

Woller, Hans. *I Conti col fascismo. L'epurazione in Italia 1943-1948*. Bolonha, Il Mulino, 1997.

Zachariae, Georg. *Mussolini si confessa. Rivelazioni del medico tedesco inviato da Hitler al Duce*. Milão, Garzanti, 1948.

Zatterin, Ugo. *I Veleni di Dongo*. Milão, Il Minotauro, 1997.

Título original:

Les derniers jours de Mussolini

Tradução autorizada da primeira edição francesa,
publicada em 2010 por Librairie Arthème Fayard,
de Paris, França

Copyright © 2010, Librairie Arthème Fayard

Copyright da edição brasileira © 2013:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | <http://www.zahar.com.br>

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Sérgio Campante | Fotos da capa: © Alinari/Getty Images; © iStockphoto

Produção do arquivo ePub: Simplíssimo Livros

Edição digital: junho 2013

ISBN: 978-85-378-1090-3